

ANAIS DO EVENTO COMEMORATIVO



ISBN: 978-85-7822-643-5

35 anos do
Programa de Pós-Graduação em
Geografia PPGeo /

COMISSÃO ORGANIZADORA

Sonia De Souza Mendonca Menezes
Josefa Eliane Santana De Siqueira Pinto
Alexandrina Luz Conceição
Maria Augusta Mundim Vargas
Ana Rocha Dos Santos

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandrina Luz Conceição
Ana Rocha Dos Santos
Celso Donizete Locatel
Christiane Senhorinha Soares Campos
Dean Lee Hansen
Eraldo Da Silva Ramos Filho
Gicélia Mendes Da Silva
Helio Mario De Araujo
Jose Eloizio Da Costa
Josefa De Lisboa Santos
Josefa Eliane Santana De Siqueira Pinto
José Wellington Carvalho Vilar
Lilian De Lins Wanderley
Marcia Eliane Silva Carvalho
Marco Antonio Mitidiero Junior
Maria Augusta Mundim Vargas
Maria Geralda De Almeida
Marleide Maria Santos Sergio
Neise Mare De Souza Alves
Nelson Fernandes Felipe Junior
Rosemeri Melo E Souza
Sonia De Souza Mendonca Menezes

SUMÁRIO

DINAMICA AMBIENTAL

003

DINAMICAS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO

093

PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

214

DINÂMICA AMBIENTAL

ANÁLISE GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE BARROCAS/BAHIA, COMO SUBSÍDIO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL LOCAL

Adineide Oliveira dos Anjos

Mestranda em Geografia pelo PPGEU/UFS

ady.oliveira@outlook.com

Prof^a. Dr^a. Márcia Eliane Silva Carvalho

Professora Orientadora do PPGEU/UFS

marciacarvalho_ufs@yahoo.com.br

Introdução

A ocupação humana tem se tornado cada vez mais intensa nos espaços decorrente do modo de vida contemporâneo, intensificado pelos avanços tecnológicos, crescimento populacional, expansão urbana e industrial, entre outros condicionantes. No entanto, Santos (2004), enfatiza que a organização do espaço sempre foi uma meta para as pessoas que vivem em sociedade, na busca pela manutenção da qualidade ambiental e a solução dos conflitos sociais. No entanto, muitas vezes essa organização espacial não é corretamente efetiva por falta de conhecimentos concretos sobre o espaço vivido.

Neste caso, o município de Barrocas que faz parte do Território de Identidade do Sisal, inserido no semiárido baiano, geomorfologicamente no Pediplano sertanejo, se configura como um território recentemente instituído enquanto Ente Federativo (emancipado no ano 2000), todavia, bastante antropizado decorrente do processo de organização e ocupação humana para suprir suas necessidades socioeconômicas. Assim, este trabalho tem como objetivo realizar a análise geoambiental do município de Barrocas /BA, como subsídio ao ordenamento territorial local.

Esta pesquisa, que está em desenvolvimento, apresenta uma metodologia baseada no método sistêmico (BERTRAND; BERTRAND, 2007), que possibilita uma maior compreensão e análise de todos os elementos sociais e ambientais de forma integrada, visando direcionar ações voltadas ao ordenamento territorial que considere os limites do sistema em estudo. Para tal, serão realizados levantamento de dados bibliográficos, dados primários e secundários, além e pesquisa de campo.

Desenvolvimento

Em meados dos anos 60 foi criado pelos soviéticos um método de estudo que deu um grande impulso aos estudos geográficos e à Geografia, o “Geossistema”. Viktor Borisovich Sotchava (1960), responsável pela criação, apresentou o conceito do Geossistema, ao qual Mendonça (2001, p. 49) descreve: “geossistema é a expressão dos fenômenos naturais, ou seja, o potencial ecológico de determinado espaço no qual há uma exploração biológica, podendo influir fatores sociais e econômicos na estrutura e expressão espacial [...]”. Dessa forma, a utilização do método geossistêmico, aplicado à proposta de análise geoambiental, possibilitará um estudo integrado/sistêmico, propondo uma abordagem mais ampla, levando em conta todos os elementos constituintes e fatores envolvidos nas configurações espaciais, territoriais e paisagísticas pesquisadas.

Tal proposta vem atender a atual conjuntura a qual vivemos, na qual é perceptível o quanto as ações humanas têm tornado-se intensas nos diferentes espaços, causando impactos por vezes irreversíveis. Impossível não perceber os problemas e desequilíbrios provocados nas relações entre sociedade e natureza, bem como na configuração de tais ações nos diferentes espaços/tempos oriundas dos usos antropogênicos sobre a cobertura do solo.

Tais alterações são perceptíveis principalmente nas paisagens, que são reflexos da atuação dos diferentes fatores biofísicos e antrópicos. Para Ab’ Sáber (2003, p. 9), “a paisagem é sempre uma herança, [...] ela é uma herança em todos os sentidos da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram [...]”, que nelas estarão interligados os componentes físicas/naturais e antrópicos.

O Ministério das cidades – MCidades (BRASIL, 2010) evidencia que a maioria dos municípios brasileiros, possuem escassos conhecimentos práticos em planejamento urbano-territorial, apresentando graves dificuldades em atender às políticas públicas, ações de gestão e ordenamento territorial. Com o município de Barrocas/BA não é diferente. Município recentemente emancipado (ano 2000), mas, no entanto caracterizado por intenso processo de uso do solo decorrente do desmatamento da vegetação primitiva e de modificações geomorfológicas para dar lugar a práticas agrícolas (plantio de milho, feijão, mandioca, sisal, entre outras), pecuária (desenvolvimento de pastos para criação extensiva de bovinos, caprinos e ovinos), exploração mineral e urbanização decorrentes do aumento populacional.

Além destas questões, vale destacar a sua posição geográfica no semiárido baiano associada à ausência de rios perenes, o que desencadeia várias modificações ambientais para

construção de barragens, aguadas, espelhos d'águas visando suprir a carência hídrica na região, entre outros agravantes.

Em virtude disso, a realização do estudo geoambiental de Barrocas/BA possibilitará uma análise integrada/sistêmica das condições ambientais e da realidade vivenciada *in lócus*. Pretende-se indicar potencialidades e limitações de cada ambiente para melhor avaliar a capacidade de suporte ao uso e ocupação do solo pelo poder público e pela sociedade.

Destarte, os estudos geoambientais têm ganhado força, pois, reflete a dinâmica espacial e os diferentes fatores que repercutem sobre os territórios, oriundos da reprodução da sociedade ao longo dos tempos. Possibilita também diagnosticar os níveis de apropriação antropogênica sobre os diferentes espaços e os impactos ambientais envolvidos.

Considerações finais

Neste sentido, a realização do estudo geoambiental do município de Barrocas/BA numa perspectiva sistêmica, contemplará uma análise integrada dos elementos constituintes, estrutura e dinâmica numa escala tempôro espacial entre 2000 a 2017 (visto que foi nesse período que o território municipal passa a existir constitucionalmente), buscando apresentar relevantes contribuições que visem subsidiar o ordenamento territorial local.

Palavras chaves: Análise Geoambiental. Geossistema. Paisagem.

Referencias

AB' SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias:** o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Org.: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades – MCid (2010a). **Capacitação.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/capacitacao-1/proext>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física:** ciência humana? 7.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental Teoria e Prática.** São Paulo: Ed. Oficina de Textos, 2004.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA APA DO RECORTE DE ESTÂNCIA

Fagner Santos de Oliveira

(Mestrando em Geografia PPGeo/UFS) (fagnerdeoliveira@hotmail.com)

Profª Drª. Márcia Eliane Silva Carvalho

(Doutora em Geografia PPGeo/UFS) (marciacarvalho_ufs@yahoo.com.br)

PALAVRAS CHAVE: APA Litoral Sul, Estância, conflitos socioambientais.

1 INTRODUÇÃO

A APA Litoral Sul compreende a faixa costeira dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Nosso objeto de estudo compreende o recorte da APA que perpassa pela faixa litorânea do município de Estância/SE. Ao longo de 26 km de linha de costa encontramos as praias do Abaís, das Dunas e do Saco, com rica biodiversidade, mas também com frenética intervenção antrópica, ocasionando distintos conflitos socioambientais.

Nossa pesquisa tem como objetivo geral: analisar os conflitos socioambientais na APA do recorte de Estância/SE e se pautará no método hipotético-dedutivo. De modo específico objetivamos: estudar o território, como lugar de convergência de interesses divergentes, e a paisagem, como elemento da tensão entre conservação e degradação ambientais vigentes; identificar os tipos de conflitos socioambientais existentes; entender sua dinâmica no contexto da pós-construção/inauguração da Ponte Gilberto Amado e do consequente aumento da especulação imobiliária; e, por fim, propor a arbitragem como instrumento alternativo de solução de conflitos decorrentes de danos ambientais.

2 DESENVOLVIMENTO

A todo instante o homem realiza o modo de produção do espaço fazendo uso dos recursos naturais à sua disposição. Isso gera uma tensão constante no equilíbrio do meio ambiente. De acordo com Oliveira (2014, p. 3241) o litoral estanciano: “(...) apresenta ambientes naturais marcantes que vem sendo degradados por conta de atividades humanas,

diferenciadas pelos vários tipos de uso (...). Isso coloca em xeque a conservação de sua rica biodiversidade.

A planície costeira estanciana é constituída por dunas e praias. Nessa área existe o afloramento superficial de inúmeros lagos, lagoas e corpos de água. Sua vegetação é bastante variada, nas praias predominam coqueirais e vegetação rasteira, com campos de matas de restingas e manguezais.

A Área de Proteção Ambiental Sul do Estado do Sergipe foi criada pelo Decreto no 13.468 de 22 de janeiro de 1993, e conta com cerca de 54 mil hectares. Ela compreende a área entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Logo, engloba todo o litoral estanciano.

Apesar da legislação já ter completado mais de 25 anos de existência, observou-se que o seu cumprimento está longe de ser realidade. Desse modo, com os subsídios das reflexões sobre os conflitos socioambientais de Little (2006), Bursztyn (2001), Porto-Gonçalves (2007), entre outros, identificaremos aqueles que ali se destacam.

O aumento da especulação imobiliária se intensificou com a inauguração da Ponte Gilberto Amado, em 29/01/2013. Ela liga os municípios de Estância e Indiaroba e é a maior ponte da região Nordeste, com extensão de 1.712 metros. Essa obra foi planejada pelas autoridades políticas para potencializar e desenvolver o turismo e a economia da região sul de Sergipe e interligar sua malha rodoviária com a do Estado da Bahia.

Tal como nos afirma Santos (2015, p. 253): “A especulação imobiliária aumenta nos espaços litorâneos de Estância em um ritmo frenético”. Tudo isso gera um desequilíbrio da flora e fauna nativos ainda existentes, bem como intensifica a sua devastação e, consequente, extinção.

Contudo, faz-se mister a atuação conjunta dos poderes constituídos, nos diferentes níveis, para a promoção de ações pontuais e emergenciais tendo em vista a conservação e o desenvolvimento sustentável do litoral estanciano. Também faz-se imprescindível a intensificação da fiscalização e seriedade na aplicação e no cumprimento de penalizações aqueles que agridem o meio ambiente. E, frente aos conflitos socioambientais latentes, faz-se necessário a proposição da arbitragem judicial como instrumento célere de pacificação e entendimento dos interesses conflitantes, das mais variadas formas e espécies.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos o litoral estanciano tem sofrido fortemente com a ação antrópica expressa com a devastação e poluição de seus recursos naturais. As construções habitacionais de veraneio, em contraposição a lei ambiental vigente, fizeram com que as paisagens naturais de suas praias sofressem expressiva descaracterização.

Contudo, esse ambiente constitui importante área de conservação ambiental. Por isso, faz-se imprescindível a articulação entre os poderes públicos e as comunidades locais, tendo em vista a conservação desse meio ambiente. Ademais, faz-se igualmente relevante encontrar a resolução dos conflitos decorrentes de danos ambientais nesse território, por meio da via jurídica da arbitragem, através da qual se adquire celeridade e garantia de genuína justiça.

REFERÊNCIAS

LITTLE, Paul Elliot. **Os conflitos ambientais:** um campo de estudo e ação política. In: BURSZTIN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade – política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

OLIVEIRA, Anízia Conceição C. de Assunção. **Análise do estado ambiental da planície costeira de Estância-Sergipe como subsídio de ordenamento territorial.** Estudios Territoriales, São Paulo, p. 3240-3264, set. 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Marcelo Alves dos. **Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe.** 2011. 145 f. (Tese Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE. 2011.

SANTOS, Priscila Pereira. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico:** a segunda residência no litoral sergipano. 2015. 282 f. (Tese Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE. 2015.

PAISAGENS DO GEOCOMPLEXO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Riclaudio Silva Santos, Mestre em Geografia. riclaudio.silva@hotmail.com

Dra. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, Orientadora. josefaeliane@ufs.br

Introdução

A compreensão da paisagem e dos diferentes sistemas naturais (geossistemas), tem produzido importantes contribuições para o entendimento da relação existente entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica. A análise integrada dos componentes ambientais permite entender como as práticas antrópicas interagem nos diversos sistemas naturais.

Na busca pela compreensão das questões geográficas o geossistema contribui no sentido de entender o arranjo estrutural e as relações entre os elementos do meio ambiente, entendendo ainda a relação sociedade-natureza enquanto indivisível. O geossistema permite elucidar sem discriminação e sem hierarquização prévias a totalidade do "complexo geográfico natural" (BERTRAND & BERTRAND, 2009).

A área estudada compreende a Bacia Leiteira do estado de Sergipe, levando-se em conta que a pecuária de leite é uma atividade que têm destaque entre as demais, nos municípios do Alto Sertão Sergipano, e está se faz presente desde o processo de ocupação destas terras, no período colonial. Sendo a atividade que mais se expandiu no semiárido sergipano, sempre em contato com os componentes ambientais, e com estes disputando espaço. É uma das características mais marcantes da vida do homem sertanejo, e mais especificamente do vaqueiro que têm no seu dia-a-dia a lida com o gado.

Estudos do semiárido e das atividades agrárias no estado de Sergipe em muito já contribuíram para o entendimento da pecuária no sertão sergipano, porém, estabeleceram poucos diálogos que buscassem a visão integrada dos componentes que formam a natureza, assim como uma visão de natureza-sociedade que não pode ser concebida enquanto separada.

Desenvolvimento

Buscou-se identificar as diferentes unidades da paisagem que formam o semiárido sergipano (diferentes geossistemas), compreender as alterações da vegetação natural do semiárido sergipano, a importância dos condicionantes climáticos, e as características da pecuária de leite relacionando-as com os componentes ambientais.

Por meio do Sensoriamento Remoto e do Geoprocessamento, foram aplicadas técnicas de modelagem espacial e análise da cobertura vegetal para os diferentes municípios do Alto Sertão Sergipano, permitindo o processamento de um grande número de dados, que se fez necessário diante da grande extensão da área de estudo. Conjuntamente aos trabalhos de campo, que além de fornecer informações sobre as menores unidades das paisagens, permitem confirmar as informações adquiridas por meio do geoprocessamento.

As imagens obtidas através do sensoriamento remoto proporcionam uma visão de conjunto multitemporal de extensas áreas da superfície terrestre (FLORENZANO, 2005, p.24).

A ideia de construção do perfil integrado das paisagens surge da necessidade de adquirir informações de uma grande área de estudo, permitindo correlacionar os vários elementos que compõem as paisagens dos municípios do Alto Sertão Sergipano. Tendo como referência na elaboração desta metodologia o trabalho de CAVALCANTI (2014), onde o autor traz a seção-tipo das localidades próximas ao Xilili (município de Tupanatinga, em Pernambuco).

Foi realizado ainda o levantamento de um grande número de dados para perscrutar o crescimento da pecuária de leite desde a década de 1970 até os dias atuais, analisando os períodos de avanço e regresso da produção, correlacionando-os com as interferências climáticas provocadas pelo El Niño.

Considerações Finais

Com a realização da pesquisa foi possível aferir algumas considerações a respeito da estrutura espaço-temporal e socioambiental do Território do Alto Sertão Sergipano, sua relação com a pecuária de leite, e desta com os condicionantes ambientais constantes no semiárido sergipano.

Fica evidenciada a influência do Rio São Francisco na cobertura vegetal do Alto Sertão Sergipano, as áreas próximas ao curso do São Francisco apresentam uma maior cobertura vegetal. Isto nos municípios de Canindé de São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes, ao longo das margens do São Francisco. Foi possível relacionar a espacialização da vegetação com a influência do Rio São Francisco e os diferentes gradientes pluviométricos.

Reuniu-se informações a respeito da área de estudo, tratando da litologia, pedologia, geomorfologia, topografia e cobertura vegetal. Deste modo, foram sobrepostas as informações

sobres os diferentes elementos que compõem a estrutura natural de cada um dos municípios, discutindo a relação dos mesmos.

Fica evidenciada a relação direta entre os condicionantes pedológicos e climáticos com a exploração antrópica da pecuária, para a formação de áreas de solo exposto (de 42% em 2002 para 52% em 2015) em detrimento da cobertura vegetal natural da caatinga. O que poderá acarretar em processos de degradação ambiental, repercutindo diretamente na vida da população, tendo em vista a importância das atividades agrícolas para o sertão sergipano.

O que fica claro é que esta atividade está em um constante crescimento, e que os condicionantes ambientais da região são frágeis e se levados a um desgaste extremo podem causar consequências severas ao meio ambiente do Alto Sertão sergipano.

Referências Bibliográficas

BERTRAND, Claude & BERTRAND, Georges. O sistema GTP (Geossistema, Território, Paisagem) O retorno do Geográfico? (cap. IV). In: **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360p.

CAVALCANTI, L. C. S. **Cartografia de paisagens: fundamentos**. São Paulo. Oficina de Textos, 2014.

FLORENZANO, Teresa Galloti. Geotecnologias na Geografia Aplicada: Difusão e Acesso. Revista do Departamento de Geografia, 17, p.24-29, 2005.

Palavras-Chaves.

Geossistema, Semiárido Sergipano, Sensoriamento Remoto.

TERRITORIALIZAÇÃO E DETERMINANTES AMBIENTAIS NO COTIDIANO DA EQUIPE DE SAÚDE, CONTEXTUALIZADOS EM LAGARTO (SE)

Prof^a. Ma. Rosângela Fátima de Oliveira Machado

Departamento de Educação em Saúde

(UFS/Lagarto – SE)

rosangela.isis@hotmail.com

Prof^a. Dra. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UFS/São Cristóvão – SE)

josefaeliane@ufs.br

INTRODUÇÃO

A Geografia da Saúde inclui o Projeto de Saúde no Território (PST), como elemento fundamental para estabelecer uma relação entre equipe de saúde e comunidade, ampliando os espaços democráticos para a emancipação dos sujeitos e coletividade, além das articulações intersetoriais, que objetivam ampliar o mapeamento e caracterização de cada local, assimilando a concepção de que o território não é apenas um conceito de representação universal, mas dinâmico e historicamente definido pela realidade que se move.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar o cotidiano da equipe de saúde no território estabelecido como área de sua atuação, no que diz respeito aos determinantes ambientais da saúde, ao mesmo tempo em que se analisa a relevância dos aspectos do ambiente no processo saúde-doença.

A preocupação com a saúde, relacionando-a às características do território em que as pessoas vivem, foi evidenciada em uma obra há mais de dois mil anos e que se tornou pioneira da Geografia Médica e mais tarde, Geografia da Saúde. Embora a revolução bacteriana do século XIX tenha enfraquecido essa tese por um tempo, o território e os determinantes ambientais continuaram sendo estudados em todas as épocas e no século XX e XXI passaram a ter uma

relevância mundial, incluindo recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) aos seus países filiados.

O processo saúde-doença tem conexão direta entre o indivíduo e o meio em que vive e as estatísticas têm demonstrado a relação entre doenças tipicamente de origem ambiental aos indivíduos e coletividades que vivem em lugares menos protegidos e mais vulneráveis.

O SUS é o sistema vigente de assistência à saúde pública no país e parte do seu projeto é a territorialização da saúde, como uma nova lógica, incluindo o entendimento dos profissionais da saúde sobre o que é condição social e cultural de grupos populacionais, além da divisão de áreas e microáreas nos municípios, que ofereçam às equipes de saúde e à população local maiores informações sobre as condições específicas e peculiaridades de cada território. Sem desconsiderar a dinâmica adjacente, a territorialização da saúde deve possibilitar a construção de processos de saúde mais efetivos juntamente com a população.

DESENVOLVIMENTO

O planejamento de cada etapa da pesquisa partiu da dimensão mais ampla (objetivo geral) até seus aspectos de dimensão mais detalhada (objetivos específicos). Dessa forma, todas as etapas têm importância para que o resultado da pesquisa contenha lógica e coerência entre a motivação da pesquisa e os resultados obtidos.

Foram instrumentos da pesquisa: entrevistas com os componentes das equipes de saúde da família e o diário de campo, onde se fizeram os registros das observações durante o acompanhamento à equipe, em ações no território. Somado a isso, a pesquisa documental, a partir de: análise dos prontuários dos usuários das unidades básicas de saúde; banco de dados do DATASUS; e informações da Secretaria Municipal de Saúde, foi fundamental para se conhecer o cotidiano da equipe de saúde em vários espaços da atenção básica de saúde.

Dentro da perspectiva da Análise de Conteúdo, o registro de todas as falas e reações do sujeito expressas no momento da entrevista ou o detalhamento nos prontuários que pôde ser observado, como anotações, prescrições e orientações neles registradas, ajudam a decifrar a narrativa e conteúdo que revelam como a equipe pensa e lida com o objeto estudado. A abordagem utilizada, própria para pesquisa de comunicação, em que se busca quem fala, o que fala, como fala e qual a finalidade de quem fala, também utilizado para os conteúdos da escrita

consideram não somente o que é explícito, mas também todo um conteúdo simbólico que envolve os indivíduos e as observações em situações vividas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As equipes de saúde da família não têm considerado de forma enfática os determinantes ambientais da saúde e suas consequências no processo saúde-doença, mesmo em se tratando de um sistema de saúde baseado em princípios como a valorização do território, promoção da saúde, prevenção de agravos e fortalecimento do processo de trabalho.

A saúde tem sido afetada pela falta de infraestrutura e mudanças climáticas, que alteram a qualidade de vida, deixando vulneráveis, principalmente os indivíduos de baixa renda, sem poder de escolha para local de moradia. Sendo assim, as iniquidades se revelam de forma surpreendente no país, que ao mesmo tempo em que se apresenta como a nona economia no ranking mundial, é também o 75º lugar em desigualdade social.

Se ainda estamos tratando de tema que foi discutido a 500 a.C, isso pode trazer uma reflexão sobre que tipo de sociedade está sendo construída e como a tecnologia vem sendo distribuída entre as diferentes classes sociais da população.

A pesquisa apontou para uma prevalência alta do modelo biomédico, em que o foco é a doença. Não só pelas práticas, mas também pela falta de concepção do conceito ampliado de saúde que não se restringe ao corpo.

A partir dos resultados desta pesquisa, pretende-se elaborar uma proposta para elevar a visibilidade dos determinantes ambientais da saúde nas práticas cotidianas da equipe de saúde da família. Um dos exemplos é o gasto de uma moeda com saneamento contra cinco moedas com as doenças. Outras medidas no território podem eliminar doenças evitáveis, desde que a equipe de saúde reconstrua objetiva e simbolicamente o sentido das condições reais da população e o que isto representa para a efetivação de uma vida digna, um território protegido e que a promoção da saúde seja muito mais do que o tratamento das doenças, através de todas as possibilidades que a intersetorialidade pode oferecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo (SP), Hucitec, 2012.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro (RJ), Bertrand, 2008.

GALVÃO, Luiz Augusto C.; FINKELMAN, Jacobo; HENAO, Samuel (Organizadores). Determinantes ambientais e sociais da saúde. Organização Pan-Americana da Saúde/Fiocruz, Editora Fiocruz, 2011.

GUIMARÃES, Raul Borges; PICKENHAYN, Jorge Amâncio; LIMA, Samuel do Carmo. Geografia e saúde sem fronteiras. Uberlândia (MG), Assis Editora, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo, Contexto, 2015.

LIMA, Samuel do Carmo. Território e Promoção da Saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí (SP), Paco Editorial, 2016.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A geografia no Brasil (1934-1977). São Paulo, IGEOG/USP, Série Teses e Monografias, 1980.

SANT'ANNA NETO, João de Lima; AMORIM, Margarete C de C. Trindade; SILVA, Charlei Aparecido. Clima e Gestão do Território. Jundiaí (SP), Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo (SP), Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

PALAVRAS-CHAVE:

Território; Determinantes ambientais da saúde; Territorialização da Saúde; Geografia da Saúde; Equipe de Saúde da Família.

ORDENAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA PLANÍCIE FLUVIOLAGUNAR DO RIO BETUME E ADJACÊNCIAS

Luana Pereira Lima – Mestre em Geografia (PPGEO/UFS) – luana.pl.lua@gmail.com

Hélio Mário de Araújo – Doutor em Geografia (PPGEO/UFS) -

heliomariodearaujo@yahoo.com.br

Introdução

Uma das maiores preocupações da humanidade atualmente são os problemas ambientais, fato que tem suscitado no meio acadêmico, pesquisas e debates a níveis internacionais, nacionais, regionais e locais. Diante disso, há a necessidade de estudos que apresentem propostas de ordenamento do território visando uma estabilização entre o uso e a manutenção dos recursos naturais. A partir dos aportes teóricos-conceituais e metodológicos da paisagem na visão sistêmica do ordenamento territorial, a proposta deste trabalho foi desenvolver um estudo baseado no diagnóstico socioambiental, com o intuito de conhecer a organização espacial da natureza e avaliar sua capacidade de suporte a impactos humanos advindos das atividades socioeconômicas na planície fluviolagunar associada ao rio Betume e adjacências, resultando em um plano de ordenamento do uso e ocupação do solo.

Desenvolvimento

A planície fluviolagunar possui condicionantes ambientais com boa potencialidade de recursos, e acentuada fragilidade. Geologia e geomorfologia de formação recentes e inconsolidadas; condições climáticas de temperatura estável, devido a pequena variabilidade anual, e pluviosidade alta, com período marcado de ocorrência; solos em vias de formação e consolidação; cobertura vegetal frágil a modificações antrópicas; hidrografia superficial e subterrânea abundante com boas condições de armazenamento; e qualidade natural das águas com potabilidade alta. As modificações causadas por atividades antrópicas na planície fluviolagunar vem ocorrendo de forma ainda equilibrada. As sedes municipais e povoados pressionam o ambiente com a instalação de infraestruturas e equipamentos urbanos; as atividades agrícolas pressionam com a diminuição da vegetação nativa, uso e despejo de agroquímicos; as pastagens com o uso de áreas que deveriam ser de cobertura vegetal original; as atividades extrativistas com a redução dos recursos naturais e sua não substituição; a aquicultura com o desmatamento e despejo dos resíduos sem o devido tratamento; e o turismo com a construção de infraestruturas e as visitas sem cuidados ecológicos. De modo geral, todos os tipos de uso e ocupação produzem impactos. Na planície fluviolagunar a intensidade desses impactos ainda não é alta, mas precisam de ações mitigadoras. Os principais impactos

são falta de unidade de tratamento para receber os resíduos das residências, de atividades agrícolas e de aquicultura; uso de agrotóxicos na produção agrícola; queimadas para a extração vegetal; e o desmatamento. O zoneamento proposto para a Planície Fluviolagunar associada ao rio Betume foi delimitado a partir de unidades de intervenção, baseada nas características geológico-geomorfológicas, tipos de solo, cobertura vegetal e no uso e ocupação do solo. Assim, foram definidas sete zonas para a área de estudo: Zonas de Preservação Rigorosa I (ZPR I); Zonas de Preservação Rigorosa II (ZPR II); Zonas de Conservação com Manejo Especial (ZCME); Zonas de Ocupação Urbana Possível (ZOUP); Zonas de Uso Agrícola Possível (ZUAP I); Zonas de Uso Agropecuário Possível II (ZUAP II); Zonas de Uso Pastoril Possível (ZUPP).

Considerações finais

A planície fluviolagunar possui uma geomorfologia desenvolvida em coberturas sedimentares recentes, portanto ainda inconsolidadas ou pouco consolidadas, o que confere fragilidade e capacidade de suporte limitada às ocupações e atividades humanas. A área de estudo possui potencialidades ambientais significativas advindas da sua estrutura. Mais de 90% da sua extensão situa-se sobre um domínio hidrogeológico granular formando um aquífero do tipo poroso com potencial médio a alto. Nos depósitos fluviolagunares desenvolveu-se o “Pantanal de Pacatuba”, que abriga uma fauna e flora peculiar no estado de Sergipe. A ocupação humana não alcança grandes números e está distribuída de forma irregular. As maiores concentrações estão nas duas sedes municipais assentadas e o restante se distribui em pequenos núcleos (povoados e assentamentos rurais). Os usos predominantes são: pastagem, cultivos agrícolas (cocoicultura, rizicultura e de subsistência), aquicultura (carcinicultura e piscicultura), pesca, extrativismo vegetal e mineral. Além destes, há o interesse turístico crescente principalmente para a área do “pantanal de Pacatuba”. Os usos e a ocupação têm exercido pressão crescente sobre o ambiente, gerando impactos e modificando seu estado natural, e tratando-se de uma estrutura frágil e com grande potencial ecológico necessita de respostas com ideias e ações voltadas para mitigação e/ou prevenção desses impactos.

Referências

ALVES, N. M. S. **Análise Geoambiental e Socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do estado de Sergipe: diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território.** Tese (Doutorado em Geografia) – NPGeo, UFS. São Cristóvão, 2010.

ARAÚJO. H. M.; VILAR, J. W. C. **Iniciativas de Ordenamento Territorial no Litoral Sul de Sergipe**. In: ARAÚJO. H. M.; VILAR, J. W. C. (org.). Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p. 21-39.

BITTENCOURT, A. C. S. P.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L. **Evolução Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e Costa Sul do Estado de Alagoas**. Revista Brasileira de Geociências, v.13, p. 93-97. 1983.

CORREIA, A. L. F. **Interações Socioambientais da Planície Costeira associada à Foz do rio São Francisco - Município de Pacatuba-SE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo, UFS. São Cristóvão, 2016.

MACEDO, H. S. **Ordenamento Territorial- Ambiental na Bacia Costeira Caueira/Abais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo, UFS. São Cristóvão, 2014.

Palavras-chave: planície fluviolagunar; rio Betume; uso e ocupação do solo.

ESTRUTURAÇÃO AMBIENTAL E MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NA MICRORREGIÃO DE BOQUIM / SE

Alda Lisboa de Matos Silva, Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS) –aldinhamatos@hotmail.com.

Orientadora: Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. Professora doutora do Departamento de Geografia /DGE/PPGEO/UFS - josefaeliane@ufs.br.

Introdução: A paisagem faz parte do cotidiano e da vivência da população, que a percebe geralmente como algo belo, que dá harmonia a vida. A origem e o desenvolvimento da concepção de paisagem se relacionam à construção de teorias e métodos de pesquisa, direcionados para algumas perspectivas de análise. O objetivo deste trabalho é analisar as feições e mudanças socioambientais da paisagem pelo sistema GTP (Geossistema, Território e Paisagem) e adota a paisagem como categoria de análise geográfica, compreendendo-a como um todo integrado, organizado em uma mesma sintonia, onde os agentes naturais e sociais atuam dinamicamente no espaço-tempo. Está pautado nas concepções de Georges Bertrand, que percebe-a como um conjunto de estruturas interligadas e indissociável. Adota-se como objeto de estudo a paisagem da microrregião de Boquim, área que abrange oito municípios localizados no centro sul do Estado de Sergipe. A escolha política administrativa da Microrregião de Boquim deu-se por conta da facilidade de acesso a dados secundários, e a compatibilidade escalar do geossistema com as feições da área que abrangem esses municípios. Essa pesquisa valoriza as bases conceituais da teoria sistêmica de Von Bertalanffy (1975). Nesse sentido optou-se como metodologia o sistema GTP - Geossistema, Território e Paisagem. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo.

Desenvolvimento: Antes de qualquer análise que envolva a natureza é fundamental conhecer o plano de fundo onde todo o processo foi equalizado. Conhecer a natureza requer antes de tudo compreendê-la enquanto elemento presente na Terra e em todos os segmentos da vida humana, pois ela existe não somente para atender as necessidades humanas, mas principalmente para assegurar a existência de vida. As paisagens são as manifestações expressas no espaço tempo das relações sociedade e natureza, que constitui o imaginário, e percebido simultaneamente pelo

sujeito. Como afirma Frolova (2006) a concepção de paisagem é abordada de maneira diferente onde tem-se abordagem que totaliza e o homem faz parte da paisagem que transforma, e uma abordagem dualista, onde o homem representa uma força externa à paisagem. Para Bertrand (2009) a paisagem pode ser vista como sujeito, ou como objeto, comumente limitado ao fenômeno da percepção. A paisagem enquanto conceito geográfico evoluiu ganhando significações distintas em seu processo histórico. Atualmente o estudo dessa categoria está baseado em duas concepções, principalmente: uma focada na ótica geossistêmica, fundamentada na abordagem sistêmica, e a outra na ótica cultural, fundamentada pelo método fenomenológico e humanista. Desde a constituição da Geografia como disciplina, a paisagem esteve presente na busca de compreender a realidade, mas é o Alemão Alexandere Von Humboldt quem traz uma nova significação para o estudo dessa categoria. Seus estudos eram pautados na observação, contemplação e descrição de diferentes paisagens. Essa concepção de paisagem reforça a compreensão que “Dada à sua complexidade não devemos estudar itens apenas, mas sim toda a globalidade de fenômeno (BERTRAND, 2004 p. 223-225). Considerando as diferentes concepções geográficas, o estudo da paisagem está associado a imagem formada por um arranjo visível que é tomado pelos sentidos de algum espaço geográfico. Este espaço geográfico está relacionado ao meio natural e social, ou seja, a imagem que é produzida pela materialização que cada sujeito observador a ela atribue.

Conclusão: As pequenas propriedades familiares criam mecanismos indutórios capazes de fortalecer as relações de cunho sociais, porém na dimensão ambiental é visível grande perda vegetacional motivada pela prática do cultivo da laranja. A pecuária com menor expressividade atualmente, foi responsável em parte para a formação de um tapete vegetal ralo e sujeito a processos erosivos. Essas marcas revelam que as relações socioambientais não estão equalizadas o necessário para garantir um bom desenvolvimento socioambiental.

Palavras Chaves: Paisagem; Dinâmicas socioambientais; Geossistema.

Referências bibliográficas

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. O Território do Natural ao Antrópico uma Arqueologia de Tempo Longo. In: BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude (Org.). **Uma Geografia Transversal e de Travessias**. Tradução organizada e coordenada por: Messias Modesto dos Passos. Maringá, Massoni, 2009^a

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física global: esboço metodológico. **RA'EGA**, Curitiba, no 8, p. 141 – 152, 2004.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**: trad. de Francisco M. Guimarães. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

FROLOVA, Marina; BERTRAND, Georges. Geografía y Paisaje. In: IERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia (Org.). **Tratado de Geografia Humana**. Anthropos Editorial. México, 2006.

FITOGEOGRAFIA URBANA E CONDICIONANTES SOCIOAMBIENTAIS EM ARACAJU/SE

Prof. Dr. Judson Augusto Oliveira Malta¹

Prof.^a. Dr.^a. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto²

¹Doutor em Geografia (PPGEO/UFS) judsonmalta@ufs.br; ²Professora Doutora em Geografia (PPGEO/UFS) josefaeliane@ufs.br

INTRODUÇÃO

O crescimento nas cidades a partir da industrialização tardia e da mecanização do campo, promoveu o crescimento acelerado das capitais urbanas a partir do êxodo rural no Brasil. Esse contexto acarretou na degradação da dinâmica da paisagem e nos conflitos socioambientais urbanos.

A conformação dos espaços urbanos é proveniente de uma construção histórica, resultante das configurações na relação sociedade-natureza que modelam a paisagem. A fitogeografia urbana é um aspecto dessa paisagem que possui um impacto direto na qualidade de vida e no equilíbrio dos condicionantes socioambientais.

Observa-se na fitogeografia do espaço urbano, um processo dialético entre a tese de seus condicionantes e características naturais e, a antítese de sua elaboração artificial e sociocultural. A paisagem urbana é estabelecida como a cristalização de um fazer social, e a materialização de um projeto político de sociedade que promove a intensificação, e concentração da exploração e dos impactos socioambientais nas cidades. Nessa contextura, a pesquisa possui como objetivo analisar a fitogeografia na paisagem urbana de Aracaju/SE em seus âmbitos espaciais, estruturais e funcionais através de uma modelagem dos condicionantes socioambientais.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi realizada através da utilização de diversos métodos e abordagens como o levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, mapeamentos e entrevistas semiestruturadas. Além de técnicas de geoprocessamento, como: fotointerpretação, modelo numérico de terreno, mapeamentos temáticos e de uso do solo etc.

Os materiais utilizados foram o Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), *Prantom 4 Professional* DJI, para realizar os trabalhos de campo. Além dos dados geográficos levantados em bases estaduais, municipais, nacionais e internacionais. Os dados e acervo audiovisual produzidos a partir dos trabalhos de campo com a utilização de VANT foram congregados aos levantamentos de dados bibliográficos, estatísticos e espaciais; para formar um banco de dados geográficos, no qual foram realizados processos de edição, restituição, fotointerpretação, modelagem geoestatística e análises.

Na primeira seção, observa-se a fundamentação teórica geral, que parte da compreensão da Geografia, da relação sociedade-natureza, das análises sistêmicas, da categoria paisagem e da abordagem socioambiental (MENDONÇA, 2001). Verifica-se como referencial a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1988), através das formas de apropriação e transformação da paisagem que privilegia o aspecto econômico e político em detrimento do socioambiental.

Em seguida, é realizada uma discussão teórica mais específica no que diz respeito à dinâmica fitogeográfica no espaço urbano. Nela são abordadas as redes conceituais que envolvem o estudo da vegetação: arborização, áreas verdes e florestas urbanas. E também, discorre-se acerca da importância, impactos e padrões das estruturas e funções na fitogeografia urbana.

Posteriormente, é estabelecida uma caracterização dos condicionantes socioambientais do espaço urbano de Aracaju a partir da abordagem integrada das esferas das águas, da terra e do ar. Nela, observa-se, especialmente, a dinâmica natural e os impactos socioambientais do espaço urbano no desvelamento das tramas da relação sociedade-natureza. No desdobramento dessa análise foram abordados alguns aspectos históricos, demográficos e socioambientais do espaço urbano de Aracaju a partir da abordagem integrada das suas etapas de desenvolvimento econômico, técnico e populacional.

Por fim, discorre-se sobre a dinâmica fitogeográfica e a modelagem socioambiental das estruturas e funções do verde urbano em Aracaju. Como resultados principais, observam-se as variações da paisagem, fitogeografia e uso do solo urbano nas últimas quatro décadas, e as análises geoestatísticas do índice de correlação espacial de Moran (CÂMARA *et al.*, 2002).

CONCLUSÕES

A partir das análises e resultados, conclui-se que as transformações do espaço urbano, a dinâmica da paisagem, os impactos socioambientais e a fitogeografia, podem ser melhor entendidos a partir das tessituras da relação sociedade-natureza.

No espaço urbano, destacam-se como estruturas analisadas as vias, calçadas, jardins, parques, praças e florestas urbanas. No que diz respeito a Aracaju, as vias e calçadas possuem certa arborização; aspecto ortogonal, espacializando-se a partir de eixos estruturantes longitudinais que possuem diversidade de contextos locais. Entretanto, salienta-se a necessidade de adequação e maior diversidade de espécies.

A análise dos relatórios anuais da SEMA possibilitou a conclusão de que as praças públicas após a implementação do PMAU apresentaram uma melhoria de estrutura, renovação e revitalização. O campo revelou a carência de melhor distribuição das praças, pois estão mais concentradas e melhor equipadas nos bairros históricos ou de maior renda.

Os bairros Jardins, Treze de Julho e Coroa do Meio são exemplos mais recentes de um processo de segregação socioespacial que acarretou em elevados investimentos e impactos ambientais. Em contrapartida, verifica-se de modo recorrente que a toponímia dos condomínios faz alusão a aspectos da beleza paisagística e apelo ambiental. Nesse sentido, observa-se uma contradição entre aqueles que promovem a expropriação, a degradação e a segregação para o lucro, muito embora imbuídos de uma retórica sustentável e ambientalmente comprometida.

A partir dos resultados analisados, confirma-se a tese de que a dinâmica fitogeográfica urbana de Aracaju é mais reproduzida por seus aspectos políticos, econômicos e estéticos, sob a demanda de um tempo histórico, do que por suas funções ambientais.

As contribuições a partir da geografia socioambiental crítica, modelagem geoestatística e novas tecnologias (os VANTs e SIGs) são potencialidades cada vez mais exploradas na ciência. Esse arcabouço teórico e aparato instrumental-metodológico pode contribuir sensivelmente para o monitoramento socioambiental, gestão e pesquisa, acentuando desse modo a autonomia, acurácia e capacidade de atualização. A presente pesquisa, portanto, contribui com o enfoque sobre a dinâmica fitogeográfica e a paisagem urbana de Aracaju como um processo proveniente da lógica de (re)produção e desenvolvimento do espaço urbano. Aponta-se a necessidade de adequar a urbanização, a arborização e seu planejamento a partir da capacidade de resiliência dos sistemas naturais, das necessidades humanas e, por fim, dos interesses do mercado.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem Urbana, Geografia Socioambiental, Modelagem Geoestatística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA, G.; CARVALHO, M. S.; CRUZ, O. G.; CORREA, V. **Análise espacial de áreas**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, 2002.

MENDONÇA, F **Geografia Socioambiental**. In. REVISTA TERRA LIVRE, São Paulo, n ° 16. p. 139-158, 2001.

SMITH, N.. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA SUB-BACIA DO RIO DO SAL

JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS NETO
Mestrando PPGeo/UFS
E-mail: arnaldonetto01@gmail.com

NEISE MARE DE SOUZA ALVES
Doutora DGE/PPGeo/UFS
E-mail: neisemare@gmail.com

INTRODUÇÃO

O surgimento de novas tecnologias propiciou à sociedade moderna acreditar possuir conhecimento e ferramentas necessárias para controlar a dinâmica da natureza e ampliar o uso dos componentes biofísicos. Dentre os elementos naturais mais explorados destaca-se a água como recurso hídrico, pois embora componha cerca de 71% da superfície do Planeta, apenas 3% encontram-se disponível para o consumo (TUNDISI, 2003).

O rio do Sal é um dos principais mananciais da margem direita, do curso inferior do Rio Sergipe. Sua calha apresenta tipologia não uniforme, no médio e baixo curso, em razão da oscilação diária das marés, pois através dessa dinâmica, a corrente de enchente adentra o canal fluvial até cerca de 15 km a partir da foz (ARAÚJO; COSTA; SANTOS, 2007).

Na atualidade verifica-se uma ocupação desordenada em determinadas áreas da sub-bacia do rio do Sal acarretando em alterações na descarga natural, assim como destacado por Araújo et al. (2007). Considerando esse contexto, o referido estudo tem por objetivo caracterizar os componentes geoambientais da sub-bacia do Rio do Sal, com ênfase no uso e ocupação do solo.

DESENVOLVIMENTO

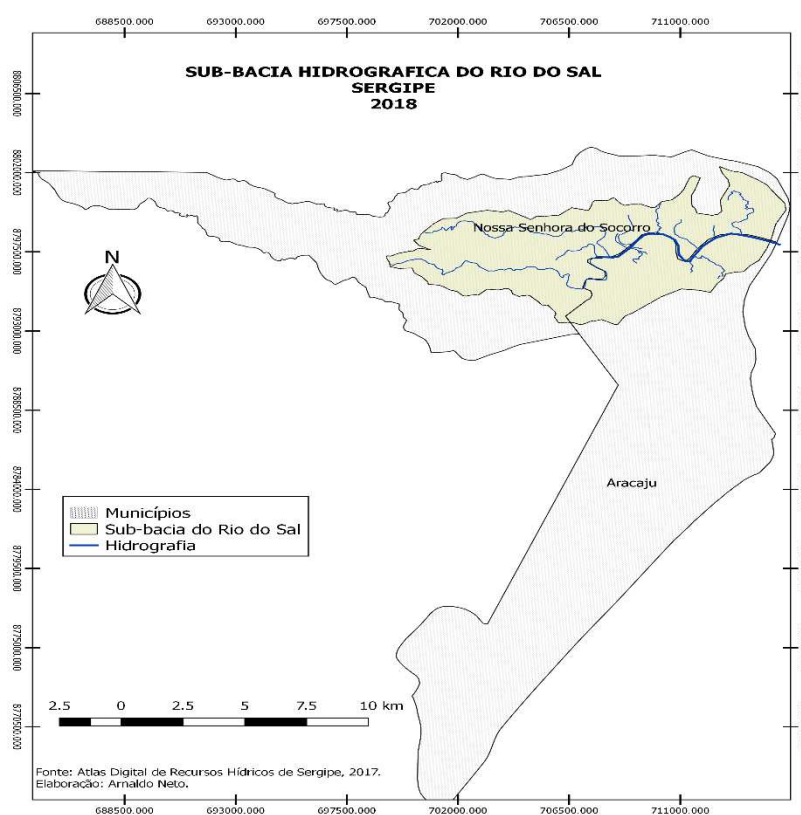
Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração do estudo incluíram: pesquisa bibliográfica, utilização de dados e informações obtidas dos órgãos estaduais e federais, análise de imagens de satélites e trabalhos de campo. Perante as etapas citadas desenvolveu-se a elaboração dos mapas temáticos, mediante a aplicação do software QGIS 2.18. Os estudos propostos apoiam-se nos pressupostos teórico-metodológicos de Bertrand (2004), além das contribuições de Christofolletti (1999)

O objeto desta pesquisa corresponde a sub-bacia do rio do Sal, que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio de Sergipe, sendo o rio do Sal o limite natural entre os municípios

sergipanos, Aracaju e Nossa Senhora do Socorro. Este último pertence a Região Metropolitana de Aracaju, ambos caracterizados por elevada concentração populacional. (Figura 01).

A sub-bacia analisada está inserida no clima tropical do tipo megatérmico com condições anuais variando de úmido a subúmido. O total pluviométrico situa-se em torno de 1.400 mm anuais, com período chuvoso entre os meses de março a agosto, cujos índices são superiores a 100 mm mensais. Durante o verão, registram-se os menores índices pluviométricos, correspondendo a 60 mm mensais (CLIMATEDATA, 2018).

Figura 01: Localização da sub-bacia hidrográfica do Rio do Sal.



No que se refere a geologia, a área de estudo abrange as Formações Superficiais Continentais e rochas da Bacia de Sergipe. A primeira unidade está caracterizada pelos sedimentos do Grupo Barreiras e depósitos sedimentares holocênicos. As rochas da bacia sedimentar compõem o Grupo Piaçabuçu – Formação Calumbi, e o Grupo Sergipe - Formações Cotinguiba e Riachuelo.

Segundo Brasil (1983), são duas as unidades geomorfológicas da sub-bacia do Rio do Sal – Planícies Deltaicas, Estuarinas e Praiais composta por Planície Fluviomarina, Terraços Fluviomarinhos e Terraços Marinhos holocênicos, e Tabuleiros Costeiros.

Com relação ao uso e ocupação das terras, a área de estudo apresenta uma diversidade de atividades produtivas - agropecuária, aquicultura e indústria, que constituem fatores de alteração da paisagem e da dinâmica do sistema ambiental. A vegetação de mangue situada na margem direita desse rio, próxima a sua confluência com o rio Sergipe, foi substituída inicialmente por salinas e na atualidade por viveiros para a criação de camarão.

O crescente processo de urbanização na capital sergipana contribui para a expansão da ocupação desordenada na sub-bacia do rio do Sal, concorrendo para reduzir as áreas de mangue, com implicações sobre o ecossistema manguezal, comprometendo a biodiversidade. Além disso, a adição de resíduos industriais e residenciais sem tratamento nos canais de drenagem vem resultando na perda da qualidade da água, tornando-a imprópria para o consumo humano.

CONCLUSÕES

No âmbito da Geografia, os estudos geoambientais são desenvolvidos com a finalidade de possibilitar a compreensão da dinâmica do sistema ambiental dominante, almejando evitar ou diminuir os impactos sobre os recursos do meio ambiente. Tal como está sendo proposto nessa análise sobre a sub-bacia do Rio do Sal.

As atividades humanas da Grande Aracaju na atualidade, proporcionam mudanças na paisagem da área de estudo, principalmente, no médio e baixo curso do Rio do Sal, desencadeando problemas ambientais. A presente pesquisa busca enfatizar as problemáticas do uso e ocupação das terras da sub-bacia do Rio do Sal. Desse modo, espera-se aprofundar a discussão teórica sobre a avaliação do estado da paisagem e elaborar conhecimentos sobre as interações existentes entre os componentes naturais e o antrópico na sub-bacia em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Hélio Mário de; COSTA, J. de J. ; SANTOS, M. A. dos. . **Diagnóstico Socioambiental do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE - Brasil.** In: II Encontro da Pós-Graduação, 2007, São Cristóvão/SE. Anais do II Encontro da Pós-Graduação, 2007.
- ARAÚJO, Hélio Mário de. **Cobertura Vegetal, Uso do Solo e Ocupação da Terra na Bacia Costeira do Rio Sergipe.** In: XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideo, 2009.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL: folha SC.24/25 Aracaju/Recife: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra.** Rio de Janeiro, 1983. 851 p. (Levantamento de Recursos Naturais,30).

Clima: Nossa Senhora Do Socorro. CLIMATEDATA. Disponível em: < <https://pt.climate-data.org/location/4456/>>. Acessado em: 14 de jun. 2018.

Sergipe em dados. Aracaju: SEPLAN /SUPES, 2009, P. 25 – 28. Disponível em: http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/sergipe_em_dados_2009.pdf. Acesso: 27 de julho. 2018

TUNDISI, José Carlos Galizia. **Água no século XXI** - enfrentando a escassez. São Carlos: RiMa, IIE, 2003.

PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO NA PAISAGEM DO ALTO SERTÃO DE SERGIPE¹

Alberlene Ribeiro de Oliveira

Doutora em Geografia-PPGEO/UFS. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais- PROFCIAMB/UFS. E professora da Faculdade Amadeus/FAMA. Pesquisadora do GEOPLAN/UFS. Pesquisadora NPGFE/UFS. E-MAIL. alberlenegeo@hotmail.com

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Orientadora e professora do Departamento de Geografia – UFS/PPGEO. Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geoecologia e Planejamento Territorial-GEOPLAN/UFS. E-mail: josefaeliane@ufs.br

A dinâmica da natureza semiárida no Nordeste possui contextos específicos que retratam uma área complexa e, ao mesmo tempo, tão rica em paisagens e culturas (OLIVEIRA, 2013). Entender a desertificação é, portanto, compreender suas complexidades no que se refere às condições naturais, resultado de variações climáticas, acurado sobremaneira pela pressão de atividades humanas.

As formas de uso e ocupação do solo produziram sucessivas maneiras de degradação ambiental, sobretudo com o desmatamento indiscriminado, as práticas inadequadas na agropecuária, a extração de minérios e as queimadas, que evidenciam o processo de desertificação. A recuperação efetiva do potencial pedológico passa pela conservação da cobertura vegetal, por isso é essencial a preservação dos sistemas naturais para evitar o avanço da degradação ambiental.

Essas transformações socioambientais repercutem em todo o sistema natural e socioeconômico e alteram a dinâmica do meio ambiente, incluindo as mudanças de organização e de produção espacial pelas atividades humanas. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que transformam a natureza, modificam também, a natureza humana. A natureza é uma totalidade e não apenas a soma das partes que a compõem, por isso deve ser compreendida a partir de sua própria dinâmica (CONTI, 2002).

O Brasil, especificamente o nordeste brasileiro, se constitui de núcleos de desertificação, analisados em seus múltiplos e particulares aspectos, e, em Sergipe, o Alto Sertão Sergipano representa a área mais susceptível.

¹ Este trabalho faz parte da Tese de Doutorado intitulada “A desertificação no Alto Sertão de Sergipe no contexto geográfico”. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

Ao longo da história, surgiram termos diferentes para identificar o fenômeno. Na perspectiva de Mendonça (1990) destaca que a desertificação está ligada à ação antrópica, enquanto desertização se relaciona a processos próprios da dinâmica da natureza e se desenvolve nas bordas de áreas desérticas. Conti (1989), buscando um conceito para desertificação, estabelece duas modalidades, a climática e a ecológica. Aponta como causas da modalidade climática as variabilidades nos padrões climáticos, levando a uma deficiência de água no sistema natural. Essas mudanças podem ser resultantes de fenômenos naturais, podem ser desencadeadas pela ação antrópica ou, ainda, decorrer da combinação de ambos.

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar as transformações socioambientais no Alto Sertão de Sergipe, desvendando o desencadeamento da desertificação, em face aos processos de formação natural e antrópica que interferem na composição do sistema.

O método adotado para compreensão do objeto de estudo foi a abordagem sistêmica, visando a obter uma visão geográfica, integralizada e dinâmica. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

As alterações socioambientais que ocorreram nas paisagens do Alto Sertão de Sergipe nas décadas de 1980, 1990 e 2000 revelaram avanços da degradação e novas formas de apropriação do espaço. Desse modo, os resultados apresentados evidenciaram que no Alto Sertão de Sergipe ocorre desertificação ecológica, principalmente nos municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e noroeste de Porto da Folha, que demonstraram expansão de solos expostos e pavimentos detríticos de afloramentos rochosos, aumento de sulcos e ravinas, redução da biodiversidade, salinidade, diminuição da vazão das fontes de água e déficit hídrico.

Nos municípios de Monte Alegre de Sergipe, Gararu, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lourdes, é menos intenso, mas a não utilização de técnicas adequadas pode avançar e tornar irreversível ao longo do tempo. A conjunção dos processos socioambientais citados contribuiu para identificar a diminuição da produção agrícola ao longo dos anos, tendo como consequências diretas observáveis: solo infértil; redução de terras cultiváveis; migração da população para a zona urbana, principalmente os mais jovens, devido à falta de perspectiva de qualidade de vida no campo e ao desemprego.

Palavras-chave: Natureza-Sociedade; Desertificação; Dinâmica socioambiental.

Referências Bibliográficas:

CONTI, J. B. A desertificação como problema ambiental. **In: III Simpósio de Geografia Física Aplicada.** Nova Friburgo.1989.

CONTI, J. B. As relações Sociedade/Natureza os Impactos da Desertificação nos Trópicos. **Cadernos Geográficos.** N° 04. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

MENDONÇA, F. A. **A evolução socioeconômica do norte novíssimo de ParanavaíPR e os impactos ambientais:** desertificação? Dissertação. Universidade de São Paulo. USP, 1990.

OLIVEIRA, A. R. de. **Influência climática no uso e ocupação do solo do município de Poço Verde/SE.** Dissertação de Mestrado. Orientadora Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. – São Cristóvão, 2013. 169 f. : il.

TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO: PRESERVAÇÃO E CONFLITOS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE BOA NOVA-BA

Cleane Santos Nunes – Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). E-mail: keununes-geo@hotmail.com;

Lílian de Lins Wanderley - Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS); Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e; Pós- Doutora no PPGG da Universidade Federal do Ceará. E-mail: lilianwanderley@uol.com.br

RESUMO

As áreas naturais protegidas refletem o contexto histórico da relação entre sociedade e natureza. O modelo de desenvolvimento sustentado no meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uso comum, como elemento essencial para prover a qualidade de vida é assegurado pelo Art. 225 da CF/18, e pelas políticas ambientais brasileiras.

A institucionalização política e administrativa da proteção da natureza no Brasil se processou de forma lenta e gradual, iniciando sua consolidação somente no final do século XX. A criação de instrumentos legais que preconizavam a proteção de áreas naturais através de tipologias para distinção de áreas tem referência no país em 1934, com o Código Florestal. Até 1939 deu-se a criação de três de Parques Nacionais, de predominância preservacionista, cuja administração e fiscalização estavam submetidas ao Serviço Florestal Federal, Seção de Parques e Florestas Nacionais, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura (PECCATIELLO, 2011), são eles: o primeiro Parque Nacional, o Itatiaia, entre Minas Gerais e Rio de Janeiro (Decreto nº 1.713/1937), o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná (Decreto nº 1.035 / 1939) e o Parque Nacional Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (Decreto nº 1.822/1939).

No ano 2000, por meio da Lei 9.995, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o intuito de estabelecer mecanismos eficientes que assegurassem a criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação no Brasil. O SNUC divide as unidades de conservação em dois grupos: Unidades de Conservação de

Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, ambas refletem as percepções da relação homem/natureza, tanto privilegiando a preservação dos recursos, como se pautando na perspectiva ambiental da conservação e sustentabilidade. O SNUC definiu a criação de 12 categorias de Unidades de Conservação, nos dois grupos supracitados, de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As primeiras têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (art. 7º, § 1º) e a segunda “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (art. 7º, § 2º).

A criação de espaços territoriais protegidos são importantes estratégias governamentais que controlam o uso e apropriação de áreas com características naturais relevantes. Não obstante, tais espaços territoriais no Brasil expressam contradições de ordem política, socioeconômica e ambiental, suscitando conflitos advindo das inadequações entre as normas legais e as condições sociais dos territórios habitados por populações. Partindo dessas considerações, essa pesquisa tem como recorte territorial as unidades de conservação criadas no ano de 2010, no município de Boa Nova - BA, que se localizam na região semiárida nordestina, no Centro-Sul do Estado da Bahia. O município está localizado a 480 km da capital do Estado e possui 15.411 habitantes distribuídos pelas áreas urbana e rural, contendo 849,538 km² de extensão territorial (IBGE, 2010).

O Refúgio de Vida Silvestre e Parque Nacional de Boa Nova são unidades proteção integral, que de acordo com o Decreto de criação s/n, de 11 de junho de 2010, têm como objetivos proteger e regenerar os ecossistemas da transição mata-atlântica e caatinga, sobretudo as formações semi e subdecíduas do interior e a mata-de-cipó, que estão ameaçadas de desaparecimento; garantir a manutenção de espécies de aves e mamíferos ameaçados de extinção, especialmente o “gravatazeiro” (*Rhopornis ardesiacus*); manter e recuperar mananciais d’água; possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação, interpretação ambiental e turismo ecológico; e de possibilitar o desenvolvimento científico.

O Parque Nacional corresponde a cerca de 15% do município de Boa Nova, área de preservação do ecossistema de transição entre Mata atlântica e Caatinga, que concilia o desenvolvimento de atividades recreativas, educacionais, de interpretação ambiental e realização de pesquisas científicas. O refúgio de vida silvestre, como categoria de proteção integral, tem por objetivo assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna local, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que suas

atividades de utilização da terra e dos recursos naturais sejam compatíveis com os objetivos da categoria.

De acordo com o Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova (ICMBIO, 2016), foram catalogadas 430 espécies de pássaros nas áreas das unidades de conservação - mais da metade das espécies de aves catalogadas em todo o Estado da Bahia, que ao todo são 830. A região é o local de ocorrência da ave *Rhopornis ardesiaca*, conhecida localmente como Gravatazeiro, um pássaro raro e ameaçado de extinção, endêmico da Mata-de-Cipó. A região é internacionalmente considerada em rotas de observadores de pássaros (*birdwatching*), porém o fluxo turístico é pequeno. O núcleo urbano do município possui infraestrutura insuficiente para acomodar números elevados de visitantes, contendo duas pousadas na cidade e um hotel fazenda na área rural.

A presença do Gravatazeiro na região, sobretudo nos limites das UCs é um fato de grande importância motivacional para a proteção legal dessas áreas. Embora a ave seja comum em ambientes de Mata de Cipó, essa vegetação encontra-se praticamente dizimada, tanto localmente, quanto nas ocorrências pelo Nordeste brasileiro.

Devido ao valor natural e de vulnerabilidade das espécies da avifauna, sobretudo da espécie *Rhopornis ardesiacus*, e da flora característica do Ecótono Caatinga-Mata-Atlântica, a área territorial de Boa Nova foi identificada no mapa de “Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”², estabelecido por meio da Portaria 126, de 27 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, com a classificação da área como “Extremamente alta” para a conservação da biodiversidade. Desse modo, a partir de 2003 foi iniciado no município um conjunto integrado de ações, que partiram inicialmente dos representantes da ONG SAVE Brasil³, envolvendo pesquisa científica, manejo da paisagem, engajamento comunitário, articulação de políticas públicas e educação ambiental voltadas à sensibilização da população para fortalecer a proposta da criação de unidades de conservação na região.

² “Instrumento de política pública para apoiar a tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, no planejamento e implementação de ações como criação de unidades de conservação, licenciamento, fiscalização e fomento ao uso sustentável (MMA, 2018).

³ Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (Save Brasil) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem foco especial na conservação das aves brasileiras. A SAVE Brasil faz parte da aliança global da BirdLife International presente em mais de 100 países (SAVEBRASIL, 2017).

As categorias das unidades de conservação em análise pertencem ao grupo de proteção integral, o que significa dizer que todo o território instituído como área de proteção é controlado por normas restritivas de uso e manejo, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, pois, tem como objetivo básico a preservação da natureza. As unidades de conservação de Boa Nova foram criadas pelo órgão Federal Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), pelo decreto presidencial s/n, do dia 11 de junho de 2010, possuindo juntas a área de 27.089 ha, em que 12.065 ha são pertencentes ao Parque e 15.024 ha ao Refúgio.

As unidades de conservação de Boa Nova apresentam cenários conflitivos pelo limitado nível de implementação, presença de atividades antrópicas incompatíveis com os objetivos das categorias e pela presença humana residente nas áreas do Parque Nacional. Três vertentes presentes na perspectiva socioambiental e política da criação de unidades de conservação serão investigados nessa pesquisa: conservação e preservação ambiental; conflitos da presença de populações e usos nas unidades de proteção integral; e regularização fundiária desses territórios.

Contrastando com a riqueza natural estão as condições sociais, ambientais e políticas que envolvem as unidades de conservação. De acordo com o Plano de Proteção do Parque Nacional de Boa Nova, realizado pelo ICMBio no ano de 2016, foram constatados obstáculos para a implementação das UCs no que se refere a conflitos em áreas antropizadas, baixo nível de implementação e entraves políticos.

O Parque Nacional é composto em sua totalidade por propriedades privadas, ainda não desapropriadas pela falta de recursos orçamentários do órgão federal ICMBio, responsável pela administração das áreas. Atualmente são cerca de 200 propriedades, em atividades produtivas, sem previsão para desapropriação, gerando um cenário instável para controle e proteção. Contudo, o processo de implementação do Parque conta com alguns avanços, como a presença do Gestor da área, Conselho Consultivo - instituído pelo ICMBio, por meio da portaria de nº40, de 27 de agosto de 2015 - esquadrão de brigada - com 7 brigadistas - e estrutura básica de localização dos pontos turísticos, ou seja, placas contendo informação sobre os lugares.

O Refúgio de Vida Silvestre não possui Gestor, não foi instituído o conselho consultivo e encontra-se estagnado no que se refere a fiscalização das atividades e implementação efetiva e

legítima. Os avanços em relação a administração do Parque Nacional, por vezes, são estendidos ao Refúgio.

O Parque é composto por pequenas, médias e grandes propriedades, que na sua maioria desenvolvem atividades como lavouras irrigadas, pecuária, caprinocultura, desmatamento para ampliação das áreas cultivadas e extração de recursos florestais, além de terem sido identificadas atividades com intenso grau de impacto ambiental, tais como a presença do vazadouro do município, que recebe os rejeitos urbanos e das áreas rurais do entorno, uma fazenda com criação industrial de suínos e atividades minerárias

Os resíduos sólidos do município de Boa Nova são depositados em um vazadouro, popularmente conhecido como lixão, dentro polígonos do Parque nomeado como Bloco da Torre. A presença de um vazadouro na unidade é causa de impactos socioambientais e gerador de conflitos ante aos objetivos propostos pela categoria de UC, fato que devido as condições inadequadas de manejo dos resíduos sólidos, gera poluição da superfície, dos solos e afeta as condições ambientais e de saúde da população do entorno.

Outro fator de relevância quanto a poluição por resíduos sólidos é a criação industrial de suínos em uma fazenda no polígono do Bloco Rio do Chumbo. De acordo com Rizzoni et al. (2012), a suinocultura é considerada pelos órgãos de controle ambiental a atividade agropecuária que ocasiona maior impacto ambiental. A regulamentação da criação de suínos deve contar com o Certificado GCRS (Granja Certificada de Reprodutores Suínos), uma licença especial emitida pelo Ministério da Agricultura, estando de acordo com critérios da legislação ambiental.

As possíveis inadequações do manejo dos rejeitos gerados por pocilgas causam desequilíbrio ecológico e produzem efeitos poluidores do ar, do solo e da flora, contaminação das águas subterrâneas, aumento das concentrações de matéria orgânica e nutrientes em cursos hídricos, mortandade de peixes, perda da balneabilidade, eutrofização, assoreamento das águas e proliferação de vetores. Portanto, faz-se necessária a utilização de manejos específicos baseados na Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011, do CONAMA, que normatiza as condições e padrões de lançamento de efluentes, para que não haja contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser descartados quando submetido ao devido tratamento, desde que sigam as condições, padrões e exigências dispostos

na Resolução acima citada e em outras normas legais aplicáveis, não podendo, todavia, causar degradação ambiental. As consequências da contaminação dos cursos d'água traduzem-se na “redução dos níveis de oxigênio dissolvido na água, disseminação de microrganismos patogênicos e contaminação das águas potáveis com amônia, nitratos e outros elementos tóxicos” (JORGE, 2013, pg. 10).

O sistema de armazenamento dos dejetos deve obedecer as normas de proteção da Mata Ciliar como Área de Proteção Permanente (APP), necessárias à preservação, defesa e conservação de rios, lagos, lagoas e reservatórios d'água, de acordo com a Lei 12.651 do Código florestal, que considera a vegetação das faixas marginais ao longo dos cursos d'água variando da largura mínima de 30 metros para cursos d'água com menos de 10 metros de largura e até 500 metros para cursos d'água com mais de 600 metros de largura.

Por fim, considera-se também as atividades mineradoras como outro obstáculo gerador de impactos e conflitos ambientais. A mineração local é baseada na exploração de granito, minério de ferro e extração de rochas nas áreas do Parque e do Refúgio, para produção de paralelepípedos. Alguns pontos do município possuem concessões de pesquisa mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A autorização de pesquisas é um regime de aproveitamento mineral que pode ser realizada por pessoas físicas, firmas individuais ou empresas legalmente habilitadas e devidamente inscritas no sistema de Cadastro de Titulares de Direitos Minerários (CTDM) para execução de trabalhos voltados à definição de jazidas, sua avaliação e a determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico (DNPM, 2016).

Atualmente existem 5 (cinco) processos de autorização de pesquisa no Parque e no Refúgio de Boa Nova, sendo que apenas um deles, da Mineradora Ubax Ltda. encontra-se com o emolumento do ano de 2017 quitado para permanência da pesquisa de minério de ferro entre 2 e 3 anos, numa área de 1.083,42 (ha), que abrange as duas unidades e parte da zona de amortecimento.

Os processos minerários abertos em fase de pesquisa não conferem necessariamente a extração mineral no futuro. Contudo, é importante considerar o potencial conflito de ações de extração e abertura de jazidas em áreas protegidas.

Em diagnóstico realizado no Plano de Proteção do Parque em 2016 foram identificadas duas pedreiras de granito desativadas no Bloco da Torre e uma pedreira de extração manual de granito na zona de amortecimento, próximo ao Bloco do Timorante, às margens da BR 030. Mesmo não havendo mais atividade de extração nesses locais, de acordo com o Plano de Proteção, os impactos das explorações permanecem visíveis.

As Unidades de Conservação de que trata esta pesquisa não dispõem de Plano de Manejo, e como até então observado, a presença humana e as atividades por eles desenvolvidas formam cenários conflituosos quanto os objetivos legais da proteção da natureza, sobretudo na proposta da categoria Parque Nacional.

Assim, na perspectiva de contextualizar a complexidade da problemática apresentada até aqui, essa pesquisa tem por objetivo geral analisar os conflitos entre a preservação ambiental e os usos dos territórios da conservação de Boa Nova. E como objetivos específicos, os seguintes: identificar os atores e os interesses da criação das UCs de Proteção Integral no Município de Boa Nova - BA; investigar os conflitos da criação dos territórios da conservação com as territorialidades locais; verificar os conflitos entre os atuais usos do território com os objetivos das Unidades de Proteção Integral e; representar as territorialidades e os usos das UCs.

As áreas protegidas constituem formas particulares da presença do Estado nas áreas naturais, definindo e delimitando os territórios e os gerindo pautados na proteção ambiental. As categorias das Unidades de Conservação são modos particulares de administrar e gerir áreas naturais, que em alguns casos visam a proteção dos elementos naturais, conciliando-os aos usos antrópicos. Conceber os territórios da conservação da biodiversidade dissociados do seu ambiente social externo é ignorar a dimensão humana dos objetivos das políticas atuantes, bem como a presença dos grupos sociais tradicionais ou não tradicionais e seus modos de sobrevivência por meio da apropriação e usos dos recursos.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, pautada no levantamento bibliográfico e estudo de caso, em que serão aplicadas técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como entrevistas semiestruturadas, georreferenciamento de pontos na área de estudo e observação sistemática.

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados na pesquisa serão de caráter quali-quantitativo, baseando-se na “compreensão e na interpretação dos fenômenos, a partir das suas

representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores”. (SILVA E MENDES 2009, p. 207).

A aquisição de dados primários com os sujeitos investigados, serão baseados na pesquisa participante, ou pesquisa ação, tendo como finalidade a obtenção de resultados socialmente relevantes ao contexto investigado. É um tipo de pesquisa empírica, que “se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa” (GIL, 2008, p. 31).

Na cidade de Boa Nova serão realizadas pelo menos duas visitas para identificação dos conflitos socioambientais advindos dos usos dos territórios da conservação pelos moradores residentes no interior das unidades e das práticas de gestão, manejo e fiscalização incompatíveis com os objetivos das UCs.

Serão realizadas observações e registros fotográficos do meio rural situado dentro das UCs e entrevistas semiestruturadas com amostras representativas da população local, que será contatada para a realização de entrevistas, com o objetivo de se obter respostas sobre o nível entendimento da existência de uma área protegida em suas terras, nível de satisfação com o modelo de gestão aplicado e identificação de impactos ambientais causados pela ação antrópicas, sobretudo no caso do vazadouro, questões minerárias, desmatamento e criação de animais.

Em campo serão coletadas amostras de água em todos os canais hídricos utilizados pela população ou para uso turístico, para posterior análise em laboratório. Serão georreferenciadas as propriedades particulares e os tipos de uso da terra nas UCs, além dos pontos que representam conflitos e impactos socioambientais para mapeamento quantitativo e qualitativo, como áreas degradadas por atividades agrícolas, desmatamento, queimadas, canais hídricos com riscos de poluição dentre outros.

O mapeamento quantitativo se refere a identificação de dados coletados por meio de fontes oficiais de aspectos físicos, como as condições climáticas e geomorfológicas, de cobertura vegetal e uso da terra, além da representação de informações georreferenciadas das propriedades particulares, a fim de apresentá-las por meio de mapas temáticos, utilizando o **instrumental software livre Qgis 2.14.20**.

A metodologia qualitativa para o mapeamento terá suporte da cartografia social, em que a prospecção de informações e as etapas de diagnóstico serão realizadas durante as entrevistas com os sujeitos residentes nas áreas protegidas durante as visitas de campo.

A pesquisa parte de uma revisão sobre o estado da arte de estudos baseados em conflitos socioambientais em Unidades de Conservação de proteção integral, na perspectiva de análise da ecologia política, baseado em teses, dissertações, relatórios de empresas e órgãos públicos, sejam eles publicados ou divulgados como relatórios restritos. As concepções teóricas serão pautadas nos autores citados anteriormente, os quais nortearão os estudos específicos da área e do objeto de trabalho.

Os dados socioeconômicos sobre o município de Boa Nova serão coletados nos sites governamentais como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000; 2010) e no Sistema Estatístico de Informações Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2010; 2015; 2016).

Serão analisados os documentos oficiais da política da conservação ambiental e que fundamentam a criação de unidades de conservação do território nacional, com destaque para o documento de diretrizes de áreas protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) (DUDLEY, 2008), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Constituição Federal do Brasil de 1988, o Código Florestal (Lei 12.651/12), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6.938/1981), o Plano Nacional de Áreas Protegidas (Decreto Nº 5.758/2006) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985/2000). Além de Leis, Decretos e Portarias que regulamentam a política de proteção ambiental no Estado da Bahia e normas e diretrizes específicas da criação das gestão e manejo das unidades de conservação em contexto local.

A pesquisa de campo terá início através de levantamento preliminar de dados com a finalidade de obter informações sobre o Parque Nacional e o Refúgio de Vida Silvestre junto ao IBAMA, uma vez que não há escritório do ICMBio nas proximidades; junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), objetivando conseguir informações sobre os processos de regularização fundiária e os assentamentos rurais ligados às UCs; a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Boa Nova e na sede de ONGs atuantes na localidade, na busca por registros das normas ambientais locais.

Para a obtenção de dados primários serão utilizados alguns instrumentos de coleta de dados durante as visitas de campo: observações assistemáticas e sistematizadas, diálogos, questionários e entrevistas.

Para a efetivação das entrevistas foram elaborados roteiros com questões abertas de maneira que facilite sua aplicação. As entrevistas semiestruturadas serão aplicadas ao gestor das UCs e representante do INCRA, Diretor do Meio Ambiente do de Boa Nova, responsável pelo conselho consultivo das UCs, representantes da ONGs SAVE Brasil e Instituto Adroaldo Moraes (IAM) e demais grupos ambientalistas atuantes na região, guardas municipais e brigadistas envolvidos no controle da caça e outras atividades extrativistas.

A entrevista com o gestor do ICMBio e representante do INCRA permitirá obter informações administrativas e operacionais, de modo a conhecer a realidade e comparar as mudanças após a criação das Unidades no Município. Os questionamentos levantados versam sobre os seguintes aspectos: criação e implementação das unidades de conservação; questão fundiária; quadro de funcionários; vulnerabilidade e impactos ambientais; parceria com entidades; projetos com a comunidade; pesquisa científica; recursos financeiros e; Plano de Manejo.

O roteiro de entrevistas para o Diretor do Meio Ambiente do município de Boa Nova será direcionado para aquisições de informações sobre o envolvimento do poder público local no processo de criação das unidades de conservação; participação em relação a gestão e manejo; existência de projetos ambientais do município e; questões sobre conflitos e preservação e o envolvimento da prefeitura local.

Para o representante conselheiro as questões da entrevista permitirão a aquisição de informações sobre a representação dos grupos sociais na instância consultiva e; nível de atuação e participação do conselho na gestão das UCs.

A entrevista com os representantes das ONGs consta de questionamentos voltados para investigação do nível influência, interesse e envolvimento social e político no momento de criação das Unidades de Conservação, bem como os projetos ambientais desenvolvidos pelas organizações junto à comunidade.

Para os responsáveis do grupo de brigadistas e guarda municipal envolvidos no controle da caça e outras atividades extrativistas, a entrevista foi direcionada para a aquisição de informações administrativas e operacionais, cujo roteiro contemplou questões sobre o os

processos administrativos; as infrações ambientais cometidas e as respectivas penalidades aplicadas; as dificuldades e as perspectivas para melhorar a fiscalização e o patrulhamento ostensivo dessas áreas.

E por fim, a contribuição da comunidade local será de grande importância para a aquisição de informações para o levantamento do perfil social, cultural, econômico e ambiental das unidades de conservação, através de aspectos como tipo de habitação, atividades produtivas, esgotamento e sobre questões turísticas e relacionadas aos impactos e conflitos desde a criação das UCs até o presente. O roteiro de entrevistas para a população contará de questões sobre informações para o desenvolvimento da cartografia social, tais como: a localização de pontos que cumpram com função social; os usos pretéritos do território onde residem e as mudanças com a criação das unidades de conservação; as necessidades socioespaciais e; sobre as propostas de manejo e melhorias nas áreas, como foco na gestão participativa das áreas.

Na intenção de estabelecer parâmetros para compreensão e possível resolução dos conflitos tratados nessa pesquisa, após a investigação pelas entrevistas e visitas de campo será utilizada a Tipologia dos Conflitos Socioambientais proposta por Little (2001), que se baseia em três etapas de análises, a fim de estabelecer parâmetros de compreensão dos conflitos e possíveis soluções. Fazem parte das etapas a identificação e classificação dos conflitos; análise, a partir de uma contextualização da situação-problema e; tratamento dos conflitos, com vistas a uma possível resolução dos conflitos socioambientais.

Nos territórios da conservação as relações de poder sobre a distribuição dos direitos ecológicos e do acesso aos recursos são advindas de lutas sociais para apropriação da natureza. O poder hierarquizado dos atores sociais envolvido no cenário ambiental das UCs produz áreas de influências política e social nos territórios. Os conflitos sociais abrem caminhos para novas discussões de projetos ou meio em que a construção dos territórios da conservação se façam dentro da alternativa de um meio ambiente racionalmente sustentável, capaz de ponderar os atores, aspectos e elementos que o compõe.

Discute-se a viabilidade de se instituir a categoria “proteção integral” em áreas de relevância em beleza natural e biodiversidade, quando a população nativa possui materializada no território o valor do uso e da reprodução social. Assim como o caso do Parque Nacional de Boa Nova, é comum observar a existência da sobreposição de territórios de UCs de proteção integral em

territórios construídos pela população. “Existe aí uma visão conflitante entre o espaço público e o espaço comunitário”. (DIEGUES, 2001, pg. 63).

As Unidades de Conservação criam um novo território sobre os territórios já instituídos localmente. Sobreposição de distintos níveis de poder e interesses no espaço, o que gera conflitos, que comumente surgem da restrição do acesso a recursos tradicionalmente utilizados, limitação na expressão cultural e desorganização do modo de vida econômica principalmente da população tradicional.

Os indivíduos ao longo do processo de reprodução social, nos locais onde constroem suas vidas e desenvolvem relações de produtividade com a terra e com populações em seu entorno, estabelecem um vínculo identitário na construção do território. As unidades de conservação de proteção integral ao serem implementadas levam consigo um modelo instituído de normas, imposições de novas relações sociais, culturais e ambientais que difere das territorialidades previamente existentes, sendo assim *locus* de conflitos entre as esferas públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto Nº 2.519, DE 16/03/1998. Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília, 1992.

BRASIL, DNPM. **Portal da Outorga.** <<http://outorga.dnpm.gov.br/SitePages/Regimes%20Autorizacao%20de%20pesquisa.aspx>>. Acesso dia 20 de novembro de 2017.

BRASIL, IBGE. Cidades/ Panorama - Boa Nova. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/boa-nova/panorama>> Acesso dia 10 de dezembro de 2018.

BRASIL, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Parque Nacional da Tijuca.** <http://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/quem-somos.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

BRASIL, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. “Plano de manejo Parque Nacional do Itatiaia - Resumo executivo Barreto, C.G.; Campos, J.B.; Roberto, D.M.; Roberto, D.M.; Teixeira, N.; Alves, G.S.G. & Coelho, W. – 2013.

BRASIL, ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Parque Nacional de Boa Nova.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/2587-parque-nacional-de-boa-nova>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

BRASIL, ICMBIO. **Plano de proteção do Parque Nacional de Boa Nova do Estado da Bahia,** 2016.

BRASIL, MMA (Ministério do Meio Ambiente) (2017). **Áreas prioritárias.** <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-de->

[conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias>](#) Acesso dia 29/11/2017.

BRASIL, SIBBR. **Sistema de informação da biodiversidade brasileira.** <www.sibbr.gov.br>. Acesso dia 02 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Decreto Federal s/n, de 11 de Junho de 2010.** Brasília - DF, 2010. Cria o Parque Nacional e o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, no Estado da Bahia. Brasília-DF, 2010

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23/01/1934.** Institui o Novo Código Florestal. Brasília-DF, 1934.

BRASIL. Lei 11.516, de 28/07/2007. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Lei 4771 de 15/09/1965.** Institui o Novo Código Florestal. Brasília-DF, 1965.

BRASIL. **Lei 7.735, de 22/02/1989.** Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Brasília-DF, 1989.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília-DF, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, HUCITEC, 2004.

Dudley, N. *Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas.* IUCN, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORGE, Cláudia Maria Baronto. **Tratamento das Águas Residuais dos Dejetos de Suínos com Aguapé, um Estudo de Caso no Campus Nilo Peçanha- Pinheiral – RJ (LATEC/UFF/ ANAIS),** 2013.

LITTLE Paul Elliot. **Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

_____, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

RIZZONI, L.B.; TOBIAS, A.C.T.; DEL BIANCHI, M.; GARCIA, J. A. D. **Biodigestão anaeróbia no tratamento de dejetos de suínos**. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, v.9, n.18, p.1-20, 2012.

SILVA, Juliene Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação**. In: RAMIRES, C.L; PESSÔA, V.L.S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 207 -221.

FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DOS COMPONENTES DA PAISAGEM NO SISTEMA HIDROGRÁFICO DO RIO ARAUÁ/SE

Bruna Leidiane Pereira Santana
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Bruna.leydiane@gmail.com

Hélio Mário de Araújo
Doutor em Geografia/Universidade Federal de Sergipe
heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Introdução: A organização espacial dos sistemas ambientais como as bacias hidrográficas resultam da interação entre componentes biofísicos e antrópicos que têm sua dinâmica condicionada aos fluxos de energia e matéria. As diferentes propriedades inerentes a esses sistemas definem sua fragilidade e potencialidade ambiental. Considerando a importância desta temática para evidenciar a relação sociedade/natureza, o trabalho objetiva avaliar as condições ambientais do sistema hidrográfico do rio Arauá com ênfase nas fragilidades e potencialidades dos componentes da paisagem em relação ao uso e ocupação das terras. O aporte teórico-metodológico está alicerçado na abordagem sistêmica com destaque para as contribuições de Tricart (1977) e Ross (1994). Os procedimentos metodológicos referem-se a levantamento e análise bibliográfica e cartográfica; trabalhos de campo processamento de imagens de satélite e fotografias aéreas, criação dos *shapefiles*, construção de mapas temáticos e interpretação dos dados. **Resultados:** O sistema hidrográfico do rio Arauá situado nos Territórios Sul e Centro-Sul Sergipano abrange parcialmente, os municípios de Boquim, Umbaúba, Arauá, Riachão do Dantas, Tobias Barreto e Santa Luzia do Itanhy, e totalmente o município de Pedrinhas, resultando aproximadamente em 676 Km². Regionalmente, a área está inserida no contexto climático do Litoral Úmido e do Agreste, caracterizando-se pela irregularidade na distribuição das chuvas, concentradas no outono-inverno. A dinâmica climática atuante sobre as litologias do Embasamento Gnáissico, Faixa de Dobramento Sergipana e das Formações Superficiais resultou em um conjunto de feições morfológicas complexas, onde evoluíram solos como Argissolos, Latossolos, Planossolos e Neossolos ocupados predominantemente por agricultura permanente, temporária e pastagem. Essas características foram utilizadas na definição das unidades

ecodinâmicas e posteriormente na análise da fragilidade e potencialidade ambiental. As unidades ecodinâmicas estabelecidas pela combinação dos componentes que estruturam a paisagem, considerando os aspectos morfodinâmicos e pedogenéticos foram a Unidade Ecodinâmica Tabuleiro Costeiro com a Subunidade Ecodinâmica de Aplanamento Degradada e Subunidade Ecodinâmica Dissecada em colinas e espigões e a Unidade Ecodinâmica Tabuleiro do Rio Real com a Subunidade Ecodinâmica Pediplanada e Subunidade Ecodinâmica Residual. Na unidade Ecodinâmica do Tabuleiro Costeiro a Subunidade de Aplanamento Degradada refere-se ao um conjunto de feições tabulares subhorizontais que constituem os principais divisores de água do baixo curso do sistema hidrográfico do rio Arauá, nos municípios de Itabaianinha e Arauá. Esta subunidade resulta dos processos de dissecação homogênea sobre os sedimentos do Grupo Barreiras que conserva a morfologia tabuliforme em função do nível concrecionário, pavimento dentrítico de maior resistência à erosão hídrica, sobre essas morfologias predominam os Argissolo Vermelho-Amarelo e Latossolo Amarelo ocupados por agricultura permanente com destaque para a citricultura. Enquanto a Subunidade Ecodinâmica Dissecada em colinas e espigões também sobre o Grupo Barreiras, configuram um relevo suave ondulado com declividade de 3% a 8% e ondulado que varia de 8 a 20%. A cobertura pedogenética apresenta similaridade, mas como uso das terras prevalece pastagens cultivadas e naturais. Na Unidade Ecodinâmica do Tabuleiro do Rio Real a Subunidade Ecodinâmica Pediplanada está caracterizada por feições aplanadas, que originaram Planossolos Nátricos e Planossolos Háplicos com baixo potencial agrícola. A Subunidade Ecodinâmica Residual é constituída por Inselbergs e serras como a Serra Branca, devido a resistência das rochas aos processos intempéricos apenas os Neossolos Litólicos foram originados na área, onde são praticadas agropecuária e agricultura permanente. **Considerações finais:** A paisagem do sistema hidrográfico do rio Arauá é complexa e envolve distintos processos naturais e antrópicos que influenciam na sua fragilidade ambiental. A pesquisa em curso pretende quantificar e qualificar as informações que possam evidenciar essa dinâmica e evidenciar as perspectivas dos cenários futuros. A metodologia adotada associada as informações adquiridas e processadas até o momento tem possibilitado atingir os objetivos propostos.

Palavras-chave: Fragilidade ambiental; paisagem; uso e ocupação das terras.

Referências

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1971.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo, Ed. Edgard Blücher, 1999.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo, Editora Hucitec, 1979, 144p. CHRIST

ROSS, J. L. S. **Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados**. In: Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: FFLCH-USP, n. 8, p. 63-74, 1994.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **O registro cartográfico dos fatos geomorfológicos e a questão da taxonomia do relevo**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v.6, p.17-29. 1992.

ROSS, Judandyr Luciano Sanches. **Análise e síntese na abordagem geográfica da pesquisa para o planejamento ambiental**. Revista do Departamento de Geografia, v.9, p.64-75, 1995.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia aplicada aos EIAs-RIMAs**. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. Geomorfologia e meio ambiente. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO PROINF NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL SERGIPANO

Patricia Oliveira do Nascimento

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Patricia1n@hotmail.com

[Dean Lee Hansen](#)

Prof. Drº Departamento de Economia – UFS e do Programa de Pós-graduação em Geografia
(PPGEO – UFS)

Dean.edu@gmail.com

O desenvolvimento rural tem sido pauta de discussões nos meios acadêmicos nas últimas décadas, os formuladores de políticas públicas passaram a analisar o desenvolvimento rural dentro de uma perspectiva de “política territorial”, que visa potencializar o local e promover um desenvolvimento de natureza territorial, preocupando-se com as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e de identidade, diversas vezes ressaltado por ECHEVERRI (2009). Também busca fortalecer as organizações sociais e poderes públicos através da democracia participativa e gestão social. Favareto (2010) destaca que essa política vem implementando mudanças no espaço rural brasileiro desde o ano de 2003, quando as adoções de estratégia com caráter territorial resultaram na criação de uma estrutura institucional e de um conjunto de processos de gestão, em que pese a descentralização das políticas públicas. O Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), vem demarcando-se como mecanismo de inclusão produtiva, que contribui na qualificação de processos de produção, comercialização e capacitação. É uma ação institucional de responsabilidade SDT/MDA, tem a finalidade de financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios (MDA,2012). A SDT/MDA concretizou a experimentação de espaços públicos de participação

ao inserir uma dimensão territorial à ação pública (chamados de colegiado territorial). O MDA, através do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), passou a destinar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na sua linha infraestrutura e serviços territoriais (PROINF), para que os territórios apliquem os recursos em “projetos territoriais de desenvolvimento rural”. Nessa conjuntura, os projetos territoriais são promovidos com estados e municípios, com vistas à aquisição de equipamentos e à construção de infraestrutura para produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. O presente estudo tem como objetivo analisar as ações e efeitos de estruturação do Proinf no Território do Sertão Ocidental Sergipano, tomando como recorte, os municípios de Simão Dias e Poço Verde. No qual terá como abordagem o método empírico – analítico, com base em dados qualitativos e quantitativos. Diante dos dados coletados, constatou-se que o Proinf no Sertão Ocidental tem apresentado problemas na gestão e execução dos seus projetos, alguns foram construídos de forma descontextualizadas como exemplo a agroindústria de doces de abóbora não condizia com a realidade dos agricultores, projeto que foi realizado de forma vertical, no momento em que a participação social ainda era deficiente. As discussões a respeito de desenvolvimento e políticas públicas para o espaço rural estão contidas na necessidade de construir alternativas que buscam equalizar oportunidades em regiões pouco dinamizadas ou abandonadas. Por isso, torna-se necessário implementar projetos que propiciem condições de permanência do agricultor nas áreas rurais, fortalecendo estratégias que promovam avanços sociais, econômicos e produtivos. As políticas de desenvolvimento rural aparecem como vetores importantes para a inclusão social em contextos plenamente desfavoráveis, emergindo soluções que integram diferentes escalas de resiliência. Outro conceito relevante nesse contexto de participação de atores sociais por meio da descentralização, é o capital social, que torna-se necessário fomentá-lo nas comunidades, no colegiado, entre os atores sociais que buscam o bem comum para seu território, e fazer dessa construção um pilar do desenvolvimento, atrelando o capital social como potencializador do desenvolvimento territorial. Assim, o capital social pode ser medido a partir da porcentagem de pessoas que participam de organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas e fóruns de desenvolvimento (MILANI, 2004). No levantamento de dados e nas entrevistas com os proponentes do proinf e demais atores sociais foi apresentado casos de sucesso e de fracasso nos projetos, municípios que detém maior e menor organização, participação social e capital social dentro do colegiado territorial, que reflete nos resultados desse processo. Os municípios de

Simão dias Poço Verde, foram os que mais receberam recursos do Proinf, tiveram projetos que deram certo como o de fortalecimento da produção agrícola e apícola dos pequenos produtores em Poço Verde, que atendeu e melhorou a produção dos agricultores locais. A proposta desta política está na concretização do desenvolvimento sustentável em áreas rurais, porém não é simples detalhar os seus avanços a curto prazo, orientando o presente estudo para dialogar e analisar gargalos e avanços estruturais e organizacionais.

REFERÊNCIA

FAVARETO, Arilson. Três momentos na evolução recente da gestão social do desenvolvimento territorial: dos concelhos municipais de desenvolvimento rural aos territórios da cidadania. In **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA, 2009. Vol. 10.

_____. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.47-63, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais. **Revista de Administração Pública**, n. 42, v. 3, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) << <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637> > acesso em 10 de janeiro de 2018.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial e rural, Proinf, Território.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ALTO CURSO DO RIO SUBAÉ – BA

Michelle Pereira da Costa da Silva

Doutoranda no Programa de Pós - Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: chell.geouefs@gmail.com

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Doutora em Geografia e professora do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: josefaeliane@ufs.br

1. INTRODUÇÃO

Há uma complexa questão geográfica entre recursos naturais e a urbanização das cidades. Neste jogo de interações, que se constitui numa problemática socioambiental, se sobressai a pressão entre alguns condicionantes ambientais, como os recursos hídricos. No ambiente urbano é mais evidente a degradação dos corpos d'água pela poluição e ocupação irregular nas Áreas de Preservação Permanente. Tal realidade se faz presente no alto curso da bacia do rio Subaé-Ba, onde, principalmente, a expansão do tecido urbano de Feira de Santana tem colocado a vitalidade deste rio em risco.

A partir da derivação antropogênica, conceito discutido pelo geógrafo Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (2001), observa-se como sendo uma premissa fundamental para refletir sobre os fenômenos na área de estudo, pois permite associar a interface sociedade-natureza como componentes conexos.

É de conhecimento que as ações antropogênicas no alto curso do Subaé interferem no equilíbrio e na sua dinâmica hídrica, uma vez que o rio sofre impactos ambientais negativos da nascente até a sua foz. O rio registra no alto curso a intensa urbanização acompanhada de despejos de efluentes domésticos, aterramento das lagoas, canalização, impermeabilização do solo e ocupação irregular.

O presente artigo tem o objetivo de identificar os conflitos socioambientais no alto curso do Rio Subaé – BA. Os instrumentos metodológicos utilizados consistiram no levantamento bibliográfico, uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para elaboração do material cartográfico, trabalho de campo e análise, interpretação e correlação dos dados e informações.

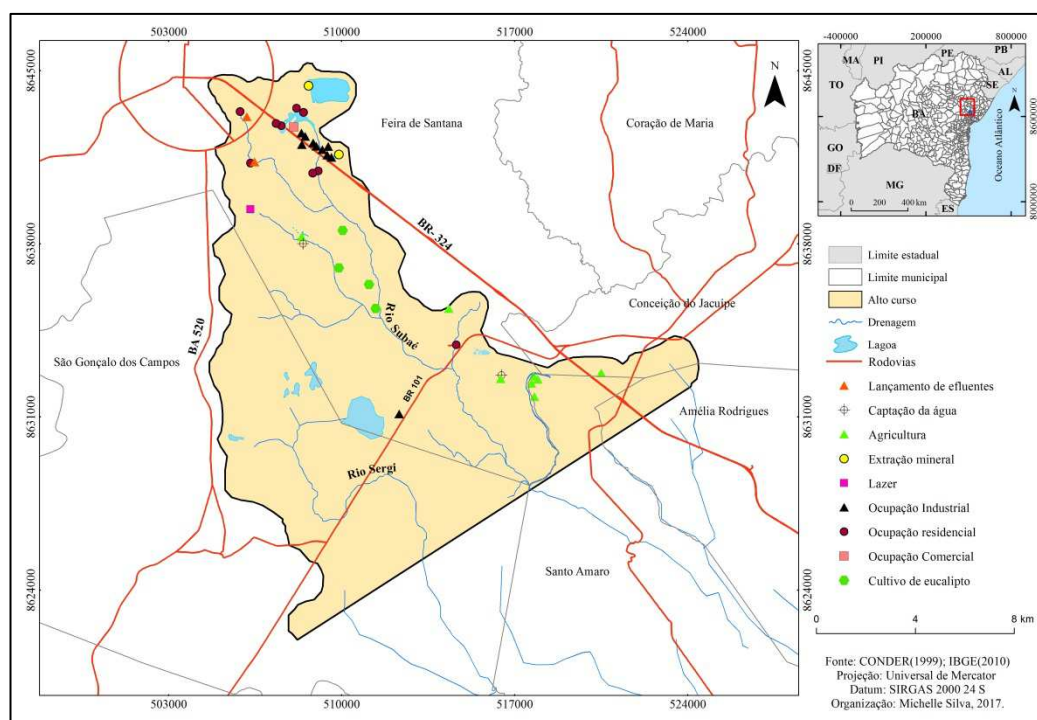
2. DESENVOLVIMENTO

As modificações encontradas no ambiente fluvial são consequências dos diferentes usos sobre a bacia hidrográfica, e, desse modo, faz-se necessário identificá-los e associá-los com os

possíveis danos que venham comprometer a vitalidade hídrica. A área de estudo compreende a zona rural e urbana, e ambos estabelecem relações diferentes com recursos hídricos do Subaé-BA.

A figura 1 apresenta cartograficamente a espacialidade dos usos identificados, os quais se manifestam sobre as lagoas, olhos d'água, cursos d'água e na planície de inundação. Na zona urbana o uso é mais heterogêneo quando comparado aos espaços rurais. A dinâmica do início da rede de drenagem está associada às intervenções socioeconômicas referentes à ocupação residencial e industrial, que se instalaram em áreas de preservação permanente.

Figura 1- Usos dos recursos hídricos no alto curso do rio Subaé- BA



Fonte: Silva, 2017.

Com a ocupação residencial os ambientes hídricos ficam vulneráveis, não só pela instalação das casas no espaço que deveria estar ambientalmente protegido, como também pelo conjunto de ações insustentáveis que a sociedade intervém. O primeiro fator a ser considerado no cerne dos conflitos socioambientais e que desencadeiam as demais situações de impactos negativos, vincula-se à falta de percepção da sociedade em reconhecer a área como ambiente natural hídrico. Para Botelho (2011, p. 77), “poucos são os indivíduos que têm a noção de que habitam uma bacia hidrográfica [...], se nas áreas rurais essa visão é tênue, nas áreas urbanas ela ainda é mais nebulosa, pois muitas vezes os rios são ‘invisíveis’”.

A rede de drenagem artificializada pela canalização é receptora das águas das galerias pluviais e se expressa na paisagem como equipamento de infraestrutura. Esse instrumento é comumente utilizado na macrodrenagem urbana, todavia para que o sistema funcione sem prejuízos ambientais é necessário existir boa condição de saneamento básico. *In loco* verifica-se o despejo de efluentes domésticos na rede de captação pluvial e o acúmulo de resíduos sólidos em vários pontos da área de estudo, principalmente, nas margens do canal e das lagoas. Durante a ocorrência da chuva todo material é carregado para o córrego transformando-o em vetor de disseminação de doenças e poluindo as águas dos cursos d'água a jusante.

Os recursos hídricos aproveitados para a recreação localizam-se dentro do Parque da Cidade Frei José Monteiro Sobrinho, localizado no bairro Feira VII, perímetro urbano do município de Feira de Santana. Espaço público que reúne espécies nativas de vegetação, nascentes e lagoa, utilizado para recreação pela população que reside no seu entorno, visitantes e passeios educacionais.

Outro uso identificado na apropriação dos recursos hídricos do Subaé incide na captação da água para a irrigação, tanto das águas superficiais quanto subterrânea. A presença de vários pontos de afloramento d'água bem como a passagem do rio na zona rural, fazem com que o espaço seja favorável às atividades agrícolas, como o cultivo de hortaliças por pequenos produtores rurais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada orientou-se a partir da reflexão de que as intervenções antropogênicas no alto curso do rio são processos que irão influenciar por toda a continuidade da bacia, do respectivo médio e baixo curso. Desse modo, as fontes de poluição no alto curso transferem a contaminação aos cursos d'água a jusante, principalmente, os vinculados aos efluentes domésticos, fato que destaca a atenção para uma melhor gestão da bacia. Ratifica-se assim a problemática socioambiental constante em bacias hidrográficas urbanas, independente de seu porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, Rosangela Garrido Machado. Bacias Hidrográficas Urbanas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **Geomorfologia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. Derivações antropogenéticas dos geossistemas terrestres no Brasil e alterações climáticas. **Revista RA' EGA**, vol. 8, Curitiba, UFPR, 2001.

SILVA, Michelle Pereira da Costa da. Dinâmica dos recursos hídricos e derivações antropogênicas no alto curso do rio Subaé – BA. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

NATUREZA E DERIVAÇÕES ANTROPOGÊNICAS: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM NASCENTES DO RIO SUBAÉ, BAHIA.

Sandra Freitas Santos, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe;

sandra.estoges@gmail.com

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, Professora Doutora, pesquisadora e orientadora da Pós-Graduação em Geografia da UFS; j.elianepinto@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A dialética existente entre sociedade e natureza materializa-se na paisagem provocando diversas reflexões, principalmente sobre resultados de derivações antropogênicas negativas, os quais são geralmente, fomentados pelas intervenções econômicas, políticas, sociais e culturais, que ao longo do espaço-tempo vem reconfigurando o espaço geográfico.

Nessa perspectiva, que o objeto de estudo da ciência geográfica apropriado a partir da análise do alto curso do rio Subaé foi conduzido. Haja vista, que o intenso processo de derivações antropogênicas são um importante indicador dos conflitos socioambientais existentes na localidade. Assim, a partir dessa reflexão que este trabalho, fruto de uma pesquisa de mestrado apresenta a avaliação das potencialidades hídricas, ao lado de processos antropogênicos, na perspectiva socioambiental, em nascentes do alto curso do rio Subaé.

Para alcançar tal norte, a pesquisa foi guiada pelo conhecimento teórico-conceitual de discussões sobre Bacias Hidrográficas (unidade de gestão espacial), Paisagem (categoria integradora da ciência geográfica) e a abordagem socioambiental no contexto dos conflitos entre sociedade e natureza, articulado ao esforço prático realizado através das atividades de campo, onde foram verificados e atualizados os dados empíricos coletados e ao mesmo tempo, espaço de identificação das nuances das relações históricas desenvolvidas nesse ambiente, além do apoio de instituições que fomentam a pesquisa no Estado da Bahia e no país, como: UEFS, CONDER e INMET que forneceram dados secundários imprescindíveis para a compreensão da análise temporal. Essa estrutura possibilitou a construção e as condições para alcançar os objetivos propostos para a realização desta pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

O alto curso do rio Subaé apresenta importante potencialidade paisagística que abarca desde capacidade de contribuir para a manutenção de rios mais caudalosos, atividade essa

moldada ao longo do tempo geológico, e que, de certo modo, favorece a manutenção das características e dinâmicas biofísicas da atualidade, como a competência litológica, pedológica e geomorfológica, a qual se justifica a partir do processo geológico adaptativo, que garante a manutenção da rede de drenagem, tendo em vista, a diversidade climática, biológica e estrutural que apresenta. Com essa conjuntura, aponta-se a complexidade que envolve as nascentes do rio Subaé, localizadas em um ambiente de transição climática, com isoietas que alcançam 900 mm.

Conforme Calheiros et al. (2009), as nascentes são classificadas como difusas por apresentarem uma superfície freática que impede a identificação dos pontos de afloramento. Identifica-se tal realidade em decorrência da formação geomorfológica (Depressão Sertaneja) que favorece o afloramento do espelho d'água, tal como, a superficialidade do lençol freático, que nessas circunstâncias, contribuem para formação de áreas de lagoa. No entanto, é importante ressaltar que o Rio Subaé no seu alto curso apresenta muitos rios tributários, de primeira ordem que desempenham o papel de nascentes secundárias e que dão suporte hídrico ao canal principal e consequentemente as nascentes principais.

Nessa condição, compreendeu-se que apesar de muitos desses afluentes serem intermitentes, ou seja, rios, riachos que acumulam água durante parte do ano, mas tornam-se secos no decorrer dos demais períodos (CHRISTOFOLETTI, 1980), são os responsáveis por manter a qualidade e quantidade hídrica da bacia. Essa potencialidade hídrica que envolve a bacia hidrográfica do rio Subaé, ou seja, a junção dos diversos afluentes (perenes e intermitentes), bem como, as áreas de nascentes são os elementos basilares para a sobrevivência do mesmo, em meio a tantas atividades econômicas desempenhadas em todo o seu curso.

Segundo Santos (2012), tais áreas recebem a influência das intervenções urbanas, através do aterramento, canalizações, asfaltamento, desmatamento e o descarte indiscriminado de dejetos de resíduos sólidos e líquidos de origem doméstico e industrial. Sendo a última acentuada após a instalação do Centro Industrial do Subaé – CIS ao longo da BR-324 sentido Salvador.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo essa dinâmica, conclui-se que: o rio Subaé e consequentemente as nascentes terão grande dificuldade de permanecerem presentes na paisagem no setor localizado na cidade de Feira de Santana. As derivações antropogênicas negativas identificadas promovem um cenário nada otimista de preservação ou recuperação dessas áreas. O avanço da especulação

imobiliária, da atração de novas indústrias ou ampliação das que já existem reforçam a lógica de degradação ambiental já existente, pois o descuido com os condicionantes ambientais vem apresentando desconfortos intensos nos meios urbanos e rurais, como: enchentes, aumento da temperatura, alto índice de perda de solo (erosão) e cobertura vegetal, redução ou falta de água, além da dificuldade do desempenho das atividades agropecuárias e industriais. Essa setorização da drenagem no alto curso implicará na reorganização da dinâmica hídrica, na alteração do fluxo d'água e da interrelação com os demais condicionantes ambientais, principalmente o antrópico, tendo em vista, a importante relação de dependência que as comunidades quilombolas, de pescadores e marisqueiras e rurais devotam para esse manancial.

4. REFERÊNCIAS

CALHEIROS, Rinaldo de Oliveira; TABAI, Fernando César Vitti; BOSQUILIA, Sebastião Vainer; CALAMARI, Márcia. **Preservação e recuperação das nascentes de água e vida. Cadernos da Mata Ciliar/ Secretaria do Estado do Meio Ambiente, departamento de proteção da biodiversidade.** N.1, p.23. São Paulo, 2009.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**, São Paulo, Blucher, 1980.

SANTO, S. M. **A expansão urbana, o estado e as águas em Feira de Santana – Bahia** (1940, 2010). 2012, Tese, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Palavras chaves: Bacia hidrográfica, Derivações antropogênicas e Dinâmica socioambiental.

A ABORDAGEM SISTÊMICA NO DESENVOLVIMENTO DE CICATRIZES EROSIVAS EM AMBIENTE DE SEMIARIDEZ

Bismarque Lopes Pinto
Doutorando em Geografia PPGEU/UFS
bismarque.lopes93@gmail.com

Hélio Mário de Araújo
Doutor em Geografia PPGEU/UFS
Professor titular do curso de Geografia da UFS
Professor permanente do PPGEU/UFS
heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Introdução:

O entendimento evolutivo e atual das cicatrizes erosivas na paisagem dão subsídios para uma melhor compreensão da dinâmica do ambiente natural pretérito e contemporâneo de modo que o seu comportamento geomorfológico denunciam a atuação dos condicionantes ambientais no processo de esculturação do relevo. Cabe ressaltar na perspectiva de Guerra (2009) que o desenvolvimento da erosão na paisagem não deve ser entendido apenas como um fator antropogênico, mas sim, sob o ponto de vista dos condicionantes da estrutura pedológica, a dinâmica da vertente local bem como a dinâmica pluviométrica da área. Todos esses fatores tornam-se indicadores para a compreensão dos mecanismos de formação de uma voçoroca.

O pensamento sistêmico pode ser entendido como uma abordagem metodológica que ainda é recente nos estudos do ambiente. Pensar, analisar e projetar de modo organizacional o espaço, foi o que Ludwig Von Bertalanffy almejou ao criar a Teoria Geral dos Sistemas (TGS). De acordo com o paradigma da época, traçado por uma abordagem científica pautada no método neopositivista, Bertalanffy (1977) introduz um novo modo de pensar e fazer a ciência. É compreensível que o método sistêmico não se prende somente aos estudos da ciência geográfica, mas sim, percorre diversas ciências da área exata, natural e também social.

Pensar o ambiente como um sistema não é somente estudar as partes isoladamente, mas sim, organizar, interconectar e unificar as partes que compõe o todo para que assim tenhamos uma base consolidada para resolver determinados problemas que possam surgir ao longo do tempo (BERTALANFFY, 1977). Para Vicente e Perez Filho (2003) o modelo sistêmico nos estudos geográficos aparece diante da necessidade de reflexão do complexo meio natural e suas inter-relações com as ações antropogênicas, de modo que a abordagem pudesse trazer respostas quanto à organização espaço-temporal dos objetos na paisagem. Os elementos geográficos que estão inseridos na paisagem, bem como seus processos geradores e modeladores é algo

eminentemente complexo, para os quais o pensamento sistêmico configura como uma base metodológica adequada para a análise geográfica.

Assim, para melhor entendimento das cicatrizes erosivas em seus diferentes estágios, objetivou-se analisar a dinâmica e organização sistêmica 02 (duas) voçorocas na zona rural do município de Tucano (BA). Neste sentido, para cumprimento desse e outros objetivos norteadores da pesquisa, utilizaram-se diferentes procedimentos metodológicos, priorizando a revisão da literatura, o trabalho de campo e a elaboração de cartas temáticas sobre os condicionantes geoambientais do perímetro das voçorocas e perfis topográficos associados, entre outros.

Desenvolvimento:

Os resultados desse estudo mostram que a Voçoroca 01 apresenta dimensões em torno de 13,377 km², com aspecto morfológico ramificado, constituído de 04 canais secundários e padrão desconectado a rede de drenagem. Localiza-se no terço superior e médio da vertente do tabuleiro dominante na área. Sua divisão setorial permitiu melhor compreender a dinâmica erosiva com maior expressividade entre os terços superior de maior atuação da erosão, abrangendo área em torno de 9,12 km², e inferior que se caracteriza pelo acúmulo de sedimentos ocupando área aproximada de 4,24 km². A setorização, sem dúvida, facilitou a identificação das feições internas de pedestais, marmitas residuais, costelas e escamamentos. Finalmente, registrou-se uma perda média de solo aproximada de 2,453 m³.

No que pese a Voçoroca 02, verificou-se a sua abrangência areal correspondente a 10,97 km². Entretanto, pelo fato de apresentar uma dinâmica evolutiva avançada em relação a voçoroca 01, possui uma configuração retangular sem a presença de canais secundários. Em sua setorização, observou-se foco erosivo de 9,008 km² predominando nos terços superior e médio da voçoroca que apresenta um sistema de morfologias internas com 08 alcovas de regressão no topo da cicatriz erosiva, além da formação de dutos, pedestais, queda de blocos, sulcos e ravinas generalizadas. Na porção inferior de maior acumulação de sedimentos abrangendo 1,971 km², constatou-se um extenso banco de sedimentação consolidado. Seu posicionamento encontra-se desconectado a rede de drenagem, com perda de solo estimada em 3,045 m³.

Conclusão:

Apresentada as grandes dimensões da área, afirma-se que o sistema de voçorocamento predominante no espaço rural do município de Tucano tem sua gênese associada à interferência conjunta dos processos naturais na evolução do relevo tabuliforme local, mesmo porque as atividades econômicas desenvolvidas no perímetro de domínio das cicatrizes erosivas, pela sua expressividade no terreno, não demanda um uso intensivo do solo capaz de repercutir na evolução rápida do relevo local, a não ser de forma muito secundária, com resultados quase imperceptíveis.

Em suma, os resultados aqui apresentados servem de base para a implementação de uma política de planejamento ambiental, até mesmo pelo pioneirismo da investigação, já que a área sempre foi vista como lugar inútil e de pouco interesse sob o ponto de vista da gestão municipal local. Assim, pelo alto grau de degradação a que chegou a área do perímetro das voçorocas urge uma tomada de medidas que visem à preservação do ambiente.

Palavras-Chave: Abordagem Sistêmica, Erosão, Voçoroca.

Referências:

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

GUERRA, A. J. T. O início do processo erosivo. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M (orgs.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

VICENTE, L. E; PEREZ FILHO, A. P. Abordagem sistêmica e geografia. **Revista de Geografia**. Rio Claro, Vol. 28, N. 03, set./dez. p. 323-344, 2003.

GEODIVERSIDADE, GEOCONSERVAÇÃO E GEOINDICADORES

Ana Maria Severo Chaves

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
anamschaves05@gmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Professora dos Programas de Pós-graduação em Geografia-PPGEO, Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA, Engenharia e Ciências Ambientais- PPGECA e Professora Associada do Departamento de Engenharia Ambiental-UFS
rome@ufs.br

Introdução

A paisagem reflete a dinâmica e integração das formas naturais e os modos de vida, uso e apropriação do meio natural pela humanidade, na construção, desconstrução e reconstrução de territórios diversos. Ações que traduzem derivações antropogênicas sobre o espaço geográfico, que em maior ou menor grau afeta o ambiente em suas trocas de matéria e energia.

O território enquanto área apropriada pelas relações sociais, sendo essas simbólicas ou exercidas por mecanismo de poder e dominação, revela as potencialidades paisagísticas que permitem os múltiplos usos feitos dos recursos naturais, com destaque ao substrato natural a partir dos tipos de solos, as compartimentações geológicas e as formas do relevo.

A partir do entendimento do substrato natural e dos mecanismos procedimentais da análise integrada da paisagem é possível conhecer a geodiversidade e as potencialidades paisagísticas de um território. E desse modo propor um planejamento ambiental adequado a cada unidade de paisagem.

Assim a geografia enquanto ciência, ao longo de percurso, fortaleceu-se no estudo da relação sociedade natureza. E por meio de suas categorias de análise paisagem e território, possibilita o entendimento teórico e possibilidades metódicas para o estudo da geodiversidade e dos indicadores que vislumbre a geoconservação da paisagem, com fins ao planejamento ambiental territorial.

É importante esclarecer que estudos dedicados a geodiversidade compreende campo recente do conhecimento, oficialmente surge na década de 1990, com a finalidade de se debater a importância dos recursos naturais inanimados que compõe o quadro físico no meio.

No início, entre 1990 a 2005, a geodiversidade era considerado campo de atuação dos geólogos, mas gradativamente vem-se destacando na geografia física. Em termos de estado da arte o tema passa atualmente por um processo mudança e amadurecimento, no qual se considera

as relações geográficas do homem atuando sobre a geodiversidade e estudo de geoindicadores que aponte a importância da geoconservação.

Desenvolvimento

Os estudos dedicados ao meio ambiente sempre demonstraram atenção especial para a conservação dos seres vivos ou “biodiversidade”. Mas o substrato natural, geologia e geomorfologia, a base para o desenvolvimento da vida, nem sempre foi uma preocupação científica. O que gerou o desequilíbrio nos estudos entre a biodiversidade e a geodiversidade.

Embora a preocupação com a conservação dos componentes geológicos e geomorfológicos, segundo Gray (2004), tenham longa história, remota a início do século XIX, estando relacionado a extração desses recursos, ao ex. rochas, e dos impactos decorrentes gerados na paisagem. Foi na década de 1990 que os geólogos e geomorfólogos começaram a fazer uso do termo “geodiversidade” para descrever a diversidade da natureza abiótica (GRAY, 2004) e da impotência de conservação dessa ou da “geoconservação”.

O surgimento dos termos geodiversidade e geoconservação tem a finalidade de conhecer cientificamente os elementos abióticos da natureza apontando a importância de conservar os mesmos para a sociedade atual e futura. E um dos caminhos encontrados foi estimar valores para a geodiversidade, segundo Brilha (2005), esse ato justifica o porquê conservar e proteger os elementos abióticos.

Na literatura primeiramente é destacado o valor econômico dos recursos naturais, direcionado a exploração, e o cultural ou patrimonial que aponta a importância de proteção e pesquisa dos recursos abióticos. Posteriormente é estipulado um quadro de valores para geodiversidade, são reconhecidos em: valor intrínseco, cultural, estético, econômico, funcional e científico/educativo (GRAY, 2004). Esses valores são os mais utilizados para fundamentar dos estudos da geodiversidade e geoconservação.

Brilha (2005), destaca que de modo amplo a geoconservação diz respeito a conservação de todo tipo da geodiversidade, mas em sentido restrito, a conservação de geodiversidade que apresente algum valor superlativo, se destacando elementos abióticos.

A verificação desses valores pode ser considerada com geoindicadores potenciais para determinar se um ambiente é alvo a geoconservação, após estimativa da geodiversidade de um dado lugar.

Os geoindicadores referem-se ao estudo dos elementos do meio físico, com a finalidade de possíveis mudanças no meio ambiente, baseados em procedimentos e métodos direcionado ao monitoramento (COLTRINARI; MCCALL, 2011; HIRAI; AUGUSTO FILHO, 2005).

Diante do exposto, destaca-se os valores da geoconservação, a partir de Brilha (2005), e as potencialidades de vir a ser, torna geoindicadores dos ambientes físicos (figura 1).

- ✓ **Intrínseco:** é subjetivo e relaciona-se as perspectivas filosóficas, religiosas e cultural de cada sociedade;
- ✓ **Cultural:** conferido quando o homem reconhece a interdependência entre o meio físico que o rodeia e o desenvolvimento cultural, social e religioso, como também o uso de uma particularidade ou fenômeno como imagem e/ou marca de uma região e lugar;
- ✓ **Estético:** é subjetivo e resultado da observação da natureza e quadro físico que compõe a paisagem;
- ✓ **Econômico:** é objetivo e refere-se aos elementos da geodiversidade potenciais ao uso econômico como a exploração e extração;
- ✓ **Funcional:** corresponde as funções expressa no caráter utilitário da geodiversidade e na capacidade de substrato para sustentação dos sistemas físicos e ecológicos da superfície terrestre;
- ✓ **Científico/educativo:** compreende as investigações científicas e acesso, estudo e interpretação da geodiversidade.



Figura 1: Valores da Geodiversidade, Vale do São José-Caetés/PE.

Considerações Finais

O ambiente apresenta-se uma complexa rede de relações envolvendo os elementos da natureza e a dinâmica da sociedade. As relações estabelecidas, configuram-se nas diversidades territoriais presentes no mosaico paisagístico que compõe a superfície terrestre na atualidade e dos tempos históricos já passados.

O estudo da geodiversidade, pelo viés da geografia, busca destacar na paisagem os elementos abióticos de valores superlativos a geoconservação. O uso de geoindicadores é um

dos caminhos escolhido para mensurar a relevância do substrato natural a ser preservado, protegido, estudado, explorado economicamente e revelar as mudanças ocorridas no ambiente.

Referências

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage Editores, 2005.

COLTRINARI, L.; MCCALL, J. H. Geo-indicadores: ciências da terra e mudanças ambientais. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 9, 2011, p. 5-11.

GRAY, M. **Geodiversity**: valuing and conserving abiotic nature. Chichester-England: John Wiley and Sons, ltd, 2004

HIRAI, J. N.; AUGUSTO FILHO, O. Avaliação ambiental por meio de geoindicadores: aplicação de erosão de solos e sedimentos. **Minerva**, v. 5, n. 1, 2005, p. 35-44.

Palavras-Chave: Paisagem. Meio abiótico. Valores.

DERIVAÇÕES ANTROPOGÊNICAS E CENÁRIOS DE DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO SERGIPANO

Douglas Vieira Gois

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Sergipe.
Grupo de Pesquisa Geoecologia e Planejamento Territorial-GEOPLAN.
E-mail: douglasgeograf@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Orientador e professora dos Programas de Pós-graduação PPGECA, PPGeo, PRODEMA e professora associada do Departamento de Engenharia Ambiental – UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial E-mail: rome@ufs.br

O semiárido brasileiro apresentou historicamente um quadro de exploração excessiva dos recursos naturais, sobretudo a partir da derrubada indiscriminada de sua cobertura vegetal. Nesse contexto, atrelado as atividades predatórias exercidas sobre o quadro geoambiental vulnerável desta região, surgem processos de degradação ambiental que comprometem a qualidade de vida da população sertaneja.

Nos últimos dois séculos é notório o incremento dos danos causados pela sociedade urbano-industrial ao ambiente. As práticas de desmatamento, queimadas, superpastoreio, etc, culminam no comprometimento dos recursos naturais, solo, ar, fauna, recursos hídricos, perda e/ou redução da diversidade biológica e ainda, da cobertura vegetal, resultando no empobrecimento dos ecossistemas, especialmente os áridos, semiáridos e os subúmidos secos, com o consequente desencadeamento de áreas degradadas/desertificadas (AQUINO, 2012).

Em regiões semiáridas, como o Nordeste brasileiro (NEB), estes problemas são agravados por conta do seu quadro geoambiental vulnerável, onde, principalmente os cursos de água, solo e geobotânico, são consumidos e exauridos vorazmente, aumentando assim a susceptibilidade às contingências climáticas, sobretudo termopluiométricas, como a desertificação (NASCIMENTO, 2006).

A desertificação é definida oficialmente como, “a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas.” (CCD, 1995, p. 13).

Nesse contexto, deve-se destacar as ações antrópicas, tendo em vista os diversos níveis de derivações induzidas pela utilização dos sistemas ambientais terrestres, mormente para fins econômicos. Tais usos geram, por vezes, impactos altamente nocivos ao funcionamento dos ecossistemas, desencadeando diversos problemas de ordem pedológica e hidrológica, onde o processo de desertificação toma destaque, especialmente na região semiárida do Nordeste brasileiro.

Segundo Roxo (2006), a desertificação ocorre ou é passível de ocorrer nas diversas regiões de clima seco do mundo, principalmente em virtude de determinadas formas de manejo a que são submetidos os recursos naturais existentes, em particular a vegetação e os solos.

A principal causa da desertificação é a retirada da cobertura vegetal, que provoca a exposição do solo aos agentes erosivos, principalmente o horizonte superficial de característica mineral, por ser o mais sensível ao uso. Além disso, por vezes, o desmatamento vem associado a queimadas, provocando empobrecimento do solo e dificultando a regeneração das espécies vegetais (FREIRE E PACHECO, 2011).

De acordo com Programa de Ação Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca, o PAN – BRASIL, as áreas susceptíveis a desertificação cobrem uma superfície de 1.340.862 km² abrangendo um total de 1.488 municípios nos nove Estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo (BRASIL, 2004).

Quanto à classificação das áreas susceptíveis ao processo de desertificação, a Convenção Mundial de Combate à Desertificação (CCD) baseando-se no Índice de Aridez da classificação climática de Thornthwaite, que tem como base a razão entre os valores de Precipitação e Evapotranspiração Potencial, classifica-as em três níveis: muito alta, de 0,05 a 0,20 - áreas áridas; alta, entre 0,21 e 0,50 - áreas semiáridas; e moderada, entre 0,51 e 0,65 - áreas subúmidas secas.

O Estado de Sergipe, segundo a UNCCD (1997) apud SEMARH (2010), é considerado área frágil com três zonas: 1) Uma estreita faixa litorânea sem riscos de desertificação; 2) Uma faixa central abrangendo todo o Estado de Norte a Sul, com riscos de ocorrência do processo de desertificação; 3) Uma faixa do sertão semiárida, com

riscos elevados de desertificação (envolve o território sergipano denominado Alto Sertão).

Em Sergipe a desertificação vem se intensificando em decorrência de alguns fatores como sobrepastoreio, desmatamento indiscriminado e uso intenso dos recursos naturais da caatinga (PAE-SE, 2011). Ademais, o estado de Sergipe foi escolhido como referência para aplicação de projetos de combate a desertificação.

Portanto, tem-se em Sergipe uma área ao noroeste com alto risco de desertificação, e uma porção ao sudoeste que apresenta risco moderado ao desencadeamento do processo. Contudo, tal constatação baseia-se em estudos projetados para grandes escalas, ancorando-se, sobretudo em dados secundários que não conotam as particularidades da área de estudo, resultando assim resultados generalizantes.

Diante da problemática da desertificação na área de estudo, levanta-se à hipótese que os municípios do semiárido sergipano, Canindé de São Francisco à Noroeste e Poço Verde à Sudoeste, possuem diferentes vetores, tanto geoambientais como antropogênicos, que configuram distintos cenários de avanço da degradação/desertificação.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva realizar uma análise integrada dos componentes naturais e sociais do semiárido sergipano, e assim, avaliar os principais vetores e em que medida o aumento das derivações antropogênicas configurará cenários de avanço das áreas degradadas/desertificadas.

Para alcançar tal intento, ancorado na abordagem sistêmica em Geografia e os pressupostos da geoecologia das paisagens, serão utilizados múltiplos procedimentos metodológicos, a saber: revisão bibliográfica; pesquisa documental; elaboração e análise de documentos cartográficos, a partir de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento; além de trabalhos de campo para análise *in loco* dos indicadores de desertificação propostos. Assim, serão analisados os cenários: recomendado, exploratório perspectiva de uso sustentável e exploratório perspectiva de uso insustentável. Busca-se apontar possíveis alternativas de desenvolvimento local, onde se concilie a utilização dos recursos com a capacidade de resiliência dos sistemas ambientais semiáridos.

Ademais, apesar da ação marcante da semiaridez e da sua atuação no processo de desertificação nas duas áreas estudadas, as análises iniciais demonstram que o aumento da suscetibilidade da desertificação em Poço Verde é resultante, sobretudo do intenso e inadequado uso do solo e consequente devastação da vegetação, que quando inexistente ou rarefeita, favorece a ação dos processos de degradação dos solos. Enquanto no município de Canindé de São Francisco, a variável climática é mais incisiva. Análises mais detalhadas traçarão as conseqüências da dinâmica climática de modo mais pormenorizado.

Palavras-chave: Cenários de desertificação, Susceptibilidade, Derivações Antropogênicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, C. M. S.; ALMEIDA, O. J.G. B. Estudo da cobertura vegetal/uso da terra nos anos de 1987 e 2007 no núcleo de degradação/desertificação de São Raimundo Nonato - Piauí.

CCD. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação**. Tradução: Delegação de Portugal. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental. 1995.

NASCIMENTO, F. R. **Degradação ambiental e desertificação no Nordeste Brasileiro: o contexto da Bacia Hidrográfica do rio Acaraú – CE**. (Tese de doutoramento em Geografia). UFF: RJ, 2006. 370p.

ROXO, M. J. **O panorama mundial da desertificação**. MOREIRA, E. (Org.). Agricultura familiar e Desertificação. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2006.p. 11-32.

FREIRE, N. C; PACHÊCO, A. P. **Desertificação: Análise e Mapeamento**. 1. ed. Recife: ED. Universitária da UFPE, 2011. v. 1. 93p.

BRASIL. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/PAN-Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos. 2004.

VULNERABILIDADE SOCIAL E FRAGILIDADE AMBIENTAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (SE)

Leandro Barros de Santana, Geógrafo, Doutorando em Geografia pelo PPGeo/UFS.

E-mail: leobarsan@hotmail.com

Hélio Mário de Araújo, Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe, Doutor em Geografia pelo PPGeo/UFS.

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A rápida urbanização da população brasileira, a partir da década de 1950, gerou uma desordenada expansão das cidades, sobretudo daquelas que compõem as regiões metropolitanas, representadas na maioria dos casos pelas capitais dos estados e cidades de médio porte. Nestes locais, as políticas incentivadoras da metropolização superpuseram infraestruturas urbanas a sítios inadequados a ocupação, por se constituírem em áreas susceptíveis a processos naturais perigosos (ALMEIDA, 2012).

Os municípios pertencentes à região metropolitana de Aracaju não fogem a este quadro. Com o objetivo de identificar e espacializar quais setores da população dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão estão em situação de vulnerabilidade social e ambiental, ou seja, na qualidade de vulnerável, com potencial para perda, pela incapacidade de responder positivamente e adaptar-se ao novo cenário gerado pela materialização do risco (DESCHAMPS, 2004). Foram elaborados o índice sintético de vulnerabilidade social baseados nos trabalhos de Resende (2016) e a fragilidade ambiental com base no conceito de Ecodinâmica de Tricart (1977), através da Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados de Ross (1994) compreendendo a fragilidade potencial, que relaciona os fatores naturais da paisagem; e a fragilidade emergente, relacionando a fragilidade potencial com a cobertura do solo e as intervenções antrópicas.

DESENVOLVIMENTO

O índice sintético de vulnerabilidade social foi extraído do banco de dados do IBGE (2010), agregado por setores censitários, foram selecionadas 369 variáveis que através da estatística multivariada foram reduzidas a 21 variáveis relacionadas à educação, renda,

condições da habitação e arranjo familiar. À educação, foi considerado o analfabetismo, associados às questões de gênero e faixa etária. Quanto à renda, foram considerados os responsáveis por domicílio na linha de pobreza (sem rendimento e ganhando até três salários-mínimos). As condições de habitação e infraestrutura permitiram avaliar as condições sanitárias, a qualidade das habitações e o acesso às infraestruturas e serviços, foram selecionados indicadores de falta ou carência de infraestruturas básicas como coleta de lixo, saneamento básico e água canalizada, além de indicadores de densidade domiciliar e tipo do domicílio (precários, sem banheiro, alugados e com mais de 4 pessoas por domicílio). No arranjo familiar selecionaram-se indicadores de gênero e idade como adolescentes chefes de família e idosos acima de 64 anos responsáveis pelos domicílios. Para a determinação da fragilidade potencial, o peso das variáveis utilizadas a exemplo dos solos, precipitação e litologia foram adaptados da metodologia proposta por Crepani (1996, 2001) para que as referências consultadas ficassem coerentes com a área de estudo. Todas as informações cartográficas foram preparadas em ambiente de sistemas de informações geográficas e posteriormente espacializadas, utilizando-se o software ARCGIS 10.2. Foram gerados os mapas de declividade, litologia, pluviosidade, solos e uso da terra, além dos mapas com os indicadores sociais envolvendo educação, renda, condições de habitação e arranjo familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia da vulnerabilidade social exhibe que os índices mais preocupantes estão distribuídos espacialmente nas periferias dos quatro municípios da região metropolitana, com jovens analfabetos entre 10 a 19 anos com baixos rendimentos financeiros, comprometidos com a subsistência das suas famílias, sendo responsáveis pelos domicílios e habitando locais precários. Concentração de mulheres maiores de 64 anos de idade como chefes de família e analfabetas no centro e nos bairros a norte e oeste da capital. Saneamento básico deficitário nos loteamentos edificados nas franjas das sedes municipais e conjuntos habitacionais de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, além dos bairros Porto Dantas, Santa Maria e Zona de Expansão em Aracaju. Tais indicadores coincidiram com as áreas de alta fragilidade potencial com 136,94 km² de extensão (17,27% da área estudada) abrangendo as planícies fluviais do Vaza-Barris, canal Santa Maria, Poxim-Mirim e Poxim-Açu, Poxim, do Sal e canal do Pomonga. São áreas suscetíveis a inundações em épocas de chuvas concentradas em curtos períodos de tempo, principalmente durante o outono-inverno conjugada com as altas

marés de sizígia. No bairro Santa Maria, apresenta riscos dos movimentos de massa aliados às altas declividades (superiores a 30%) pela presença do Morro do Avião e Piçarreira. Risco semelhante ocorre nos bairros Porto Dantas, Coqueiral, Cidade Nova e Industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. Q. (2012). **Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras: conceitos, metodologias e aplicações**. Cultura Acadêmica, São Paulo.

CREPANI, E. et al. **Curso de sensoriamento remoto aplicados ao zoneamento ecológico-econômico** [CD-ROM]. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 8 Salvador, 1996. Anais. São Paulo: Image Multimídia, 1996. Seção de Comunicações Técnico-Científica

CREPANI, E. et al. 2001. **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao Ordenamento territorial**. São José dos Campos, 2001.

DESCHAMPS, M.V. **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

IBGE, **Censo demográfico de Sergipe**, Rio de Janeiro, 2010.

REZENDE, P.S. **Metodologia para avaliação da vulnerabilidade socioambiental: estudo da cidade de Paracatu (MG)**, 194p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

ROSS, J. L. S. **Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados**. Revista do Departamento de Geografia. n.8, p.63-74. 1994.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. FIBGE/SUPREN, Rio de Janeiro, 1977.

Palavras-chave: Região metropolitana, vulnerabilidade social, fragilidade ambiental.

O LUGAR SERTÃO: ESPAÇO DE VIVÊNCIA E MATERIALIZAÇÃO CULTURAL DOS RIBEIRINHOS NO BAIXO SÃO FRANCISCO ALAGOANO

Cícero Bezerra da Silva
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFS
cicerogeografia016@gmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas
Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFS
guta98@hotmail.com.br

O semiárido brasileiro constitui uma das áreas secas mais populosas do planeta e apresenta em sua configuração paisagística singularidades físicas e socioculturais marcadas, principalmente, pelas significações e usos que o homem atribui a esse ambiente natural caracterizado, sobretudo, pelo domínio das caatingas e pela semiaridez. A região do Baixo São Francisco, inserida geomorfologicamente na depressão sertaneja compreende um complexo geográfico que oferece profunda interação entre o homem e o meio, envolvendo a diversidade do quadro natural e os processos empíricos dos grupos sociais. (MONTEIRO, 2013).

Destarte, este trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações referentes aos modos de vida dos ribeirinhos no semiárido do Baixo São Francisco, e as formas de interação destes com o ambiente natural (rio, caatinga, terra, clima). Essa interação é revelada pelas práticas cotidianas que materializam a dimensão cultural e são geradoras de saberes e de identidades, transformando a espacialidade do rio e do sertão em lugar de exercício da vida. De forma específica, busca-se contextualizar a realidade do povoado Ilha do Ferro no município de Pão de Açúcar/Alagoas.

O delineamento metodológico da pesquisa está alicerçado na abordagem fenomenológica e tem como instrumental o uso da caderneta de apontamento (diário de campo) e de entrevistas cujo roteiro é norteado pela compreensão dos modos de vida dos sujeitos em que pese o registro de seus saberes e seus fazeres na linha do tempo. A pesquisa está em fase de desenvolvimento, sendo esta discussão o resultado das primeiras aproximações com o *locus* de análise.

Para Claval (2001, p. 63), a cultura “constitui a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas”. Pela cultura torna-se possível a leitura e interpretação do mundo vivido e das experiências que o homem tem com o meio. Sauer (2012, p. 2009), por sua vez, considera que

a cultura representa as marcas do trabalho humano na paisagem. “A cultura é o agente; a área natural, o meio, e a paisagem cultural, o resultado”.

Na região semiárida do Baixo São Francisco o trabalho revela a interação do ribeirão sertanejo com a natureza do lugar, expressa, notavelmente, pelos usos da caatinga e do rio, pelos cultivos agrícolas no leito dos pequenos canais intermitentes e pelo artesanato que, de certa maneira, corresponde à estratégias de resistência, evocando conhecimentos produzidos e multiplicados no espaço-tempo.

No povoado Ilha do Ferro/Alagoas, localizado às margens do rio São Francisco, o artesanato é a principal atividade econômica da população tendo sua marca registrada principalmente nas técnicas de escultura em madeira e no bordado Boa-noite. A natureza é fonte de matéria-prima e de inspiração tanto nas técnicas de escultura usando os galhos da caatinga quanto no bordado, representando o rio, o sertão e as plantas típicas do povoado. Os usos da caatinga são diversos estando associado à alimentação humana e animal, ao artesanato, madeira e a medicina popular, conforme já averiguado por Vargas (2003), Santos, Nascimento Jr. e Prata (2012).

Nessa perspectiva é possível perceber que a espacialidade sertaneja e da bacia do rio São Francisco adquire sentido de lugar com as territorialidades materializadas pelas práticas e pelos saberes do povo, que é reproduzido e aperfeiçoado de acordo com as características dos lugares. Esses lugares apresentam interfaces diversas e ao mesmo tempo singulares e são reveladores das potencialidades do ambiente e da materialização cultural.

Sobre as formas de uso e ocupação das terras no município de Pão de Açúcar e no povoado Ilha do Ferro, é possível verificar que a expansão das pastagens em detrimento da pecuária extensiva, típica do Nordeste, está contribuindo de forma significativa para a redução das áreas de vegetação natural (caatinga), recurso elementar ao desenvolvimento da vida do ribeirão sertanejo que ocupa o Vale do São Francisco.

Mediante o contexto apresentado, pode-se considerar que o espaço vivido pelo ribeirão sertanejo do Baixo São Francisco é revelador das potencialidades do ambiente e da geograficidade do semiárido, constituindo também territorialidades que refletem as vivências, e a identidade pelo lugar sertão.

Palavras-chave: Semiárido. Caatinga. Rio.

Referências Bibliográficas

CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A Geografia Cultural**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Depoimentos Reflexivos**: sobre a produção de um geógrafo brasileiro da segunda metade do século XX. Arapiraca - AL: EdUneal, 2013.

NOGUEIRA, Amélia. Regina. Batista. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: X Encontro de geógrafos da América Latina. **Anais**. 2005.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. **A Potencialidade do Semiárido Brasileiro**: rio São Francisco transposição e revitalização-uma análise. Brasília: FUBRAS, 2007.

SANTOS, Thatiana Carvalho; NASCIMENTO JUNIOR, José Elvino; PRATA, Ana Paula do Nascimento. Frutos da Caatinga de Sergipe Utilizados na Alimentação Humana. **Scientia Plena**. V. 8, nº 4, 2012.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). **Geografia Cultural**: uma ontologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

VARGAS, Maria. Augusta. Mundim. Sustentabilidade Cultural e as Estratégias de Desenvolvimento do Baixo São Francisco. In: ALMEIDA, M. G; RATTTS, A. JP. (org.). **Geografia**: leituras culturais. Goiania: Alternativa, 2003.

GRAU DE ARTIFICIALIZAÇÃO DA PAISAGEM: ESTUDO DOS BAIRROS CENTRO DE ARACAJU, SERGIPE E MACEIÓ, ALAGOAS

Raquel Kohler

Professora Assistente Universidade Federal de Sergipe/UFS
Mestre em Planejamento Urbano e Regional/UFRGS
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia/UFS
Grupo de Pesquisa em Geocologia e Planejamento Territorial/GEOPLAN
E-mail: kohler.raquel@gmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Professora Associada Universidade Federal de Sergipe/UFS
Dr^a em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental Universidade de Brasília/UNB
Pós-Doutora em Geografia Física, Biogeografia (University of Queensland, Austrália)
Grupo de Pesquisa em Geocologia e Planejamento Territorial/GEOPLAN
E-mail: rome@ufs.br

INTRODUÇÃO Entende-se paisagem a partir da visão geográfica de Santos (2008), que a define como um sistema material relativamente imutável que expressa-se através das formas criadas em momentos históricos diferentes coexistindo no momento atual. Apesar de existirem diferenças conceituais sobre o termo paisagem, entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, é consenso que a construção das cidades ocorreu a partir de profundas modificações nos ecossistemas, apresentando-se como a que apresenta maior grau de artificialização. Neste contexto, nesta etapa da pesquisa o foco de interesse foi testar a metodologia para determinar o grau de artificialização dos bairros delimitados oficialmente como Centro de Aracaju/Sergipe e Maceió/Alagoas, estabelecendo assim parâmetros de comparação. Os estudos iniciais sobre o tema iniciaram na década de 1970 tratando do grau de naturalidade de determinada paisagem. Foi alvo de interesse de Sukopp (1972), Odum (1983), Haber (1990) e definido por Jalas (1995) por hemerobia, como sendo o grau de dependência energética e tecnológica de uma paisagem, objetivando assim diminuir a subjetividade e tornando-o mais simplificado para aplicação no meio urbano (NUCCI, BELEM, KRÖKER, 2016). **MATERIAIS E MÉTODO** Após a revisão bibliográfica sobre o tema, o trabalho foi desenvolvido envolvendo várias etapas: levantamento de dados cartográficos, imagens de satélite disponíveis e trabalho de campo com registro fotográfico. Com o apoio do Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento foi elaborado o mapeamento, resultado do cálculo do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), da Classificação Supervisionada do uso do solo a partir das classes: vegetação (arbórea, arbustiva e gramíneas), cobertura (metálica e cerâmica), pavimentos (asfalto, cimento e outros), solo exposto, sombra (edificações) e lâminas d'água. Foram utilizados os softwares Autodesk AutoCAD 2015,

Número de Série 900-32429256 e o SIG Qgis, software livre e compatível com as necessidades

da pesquisa. Toda a base de dados foi ajustada para o sistema atualmente adotado pelo IBGE, Aracaju SIRGAS 2000, UTM 24S (31984) e Maceió SIRGAS 2000, UTM 25S (31985). Considerando que a resolução espacial é um fator importante para pesquisas em áreas urbanas, foram utilizadas as imagens de satélite de alta resolução WorldView-II, 2014 e 2016 de Aracaju e Maceió, respectivamente. Para destacar as áreas vegetadas, foi necessário aumentar o contraste entre solo e vegetação, utilizando procedimentos pré e pós classificação para transformar as imagens classificadas em mapas temáticos. Foram considerados quatro classes relacionadas as áreas de impermeabilização do solo (edificações e pavimentos), adaptados de Belem, Nucci e Kröker (2016): máxima (91 a 100% da superfície impermeabilizada), alta (71 a 90% da superfície impermeabilizada), média (31 a 70% da superfície impermeabilizada) e baixa (até 30% da superfície impermeabilizada).

RESULTADOS E DISCUSSÕES No Bairro Centro de Aracaju, composto por um conjunto de 90 quarteirões e 20 ruas, 77,77% dos quarteirões apresentam impermeabilização máxima, 17,78% impermeabilização alta, 1,12% impermeabilização média e 3,33% impermeabilização baixa. Apenas 13% das ruas e 10% da área dos quarteirões destinados ao uso comercial, serviço e residencial são vegetados, no entanto 91,45% da área total das praças apresentam sombreamento arbóreo. No Bairro Centro de Maceió, composto por um conjunto de 96 quarteirões e 28 ruas, 65,62% dos quarteirões apresentam impermeabilização máxima, 21,97% impermeabilização alta, 7,29% impermeabilização média e 5,20% impermeabilização baixa. Apenas 12,93% das ruas, 12,72% da área dos quarteirões destinados ao uso comercial, serviço e residencial são vegetados e 42,45% da área total das praças apresentam sombreamento arbóreo. Considerando as diferenças percentuais, nas duas áreas selecionadas como estudo piloto destaca-se a escassez de vegetação tanto nas ruas, quanto nos quarteirões destinados o uso comercial, serviço e residencial os quais foram no decorrer do tempo intensamente impermeabilizados por edificações e por pavimentos. A vegetação significativa está delegada aos espaços públicos, especialmente as praças.

CONCLUSÕES Considerando a complexidade do ambiente urbano, resultado do parcelamento, o uso e a ocupação do solo, alicerçados prioritariamente pelos interesses econômicos e imobiliários, o tecido urbano apresenta-se desordenado e fragmentado com problemas ambientais de diversas magnitudes. Na paisagem urbana entende-se que a vegetação é mais do que um adereço estético podendo contribuir de modo significativo a minimizar a dependência energética e tecnológica. Os resultados encontrados demonstram a necessidade de aprofundar os estudos sobre a importância da arborização nas áreas centrais. Há necessidade

também de aprofundamento e valorização dos estudos das paisagens urbanizadas em escalas

mais detalhadas visando delimitar áreas que fornecem possibilidades de incrementação e revalorização das características multifuncional, multiescalar e multitemporal da vegetação.

Palavras chave: Planejamento urbano, cobertura vegetal.

REFERÊNCIAS

NUCCI, João Carlos, BELEM, Anderson Luiz Godinho, KRÖKER, Rudolf. Evolução da paisagem do bairro santa felicidade (Curitiba-PR), com base no conceito de hemerobia. **Revista do Departamento de Geografia**, V. 31 (2016) 58-71. São Paulo: USP, 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: **técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

GEOTURISMO: O CARSTE DE MINAS GERAIS - ALGUMAS SINGULARIDADES

Jorgenaldo Calazans dos Santos
Doutorando em Geografia – PPGeo/UFS
jorgenaldoc@hotmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas
Profª Drª em Geografia – PPGeo/UFS
guta98@hotmail.com

O geoturismo é uma nova modalidade de turismo que vem se destacando nos últimos tempos relacionado à preservação ambiental. É um tipo de segmento que tem como princípio a integração entre o espaço que está sendo visitado, o conhecimento adquirido pelos visitantes e o bem estar das comunidades receptoras (HOSE, 2000; BRILHA, 2005; NASCIMENTO, 2007).

O geoturismo, por sua vez, utiliza as feições geológicas como atrativo turístico. E assim, vem ganhando muito destaque nas discussões quando se trata de turismo praticado em áreas naturais. É importante frisar que uma das principais prerrogativas do geoturismo é a provisão de facilidades interpretativas que tenham o intuito de promover o valor e os benefícios sociais de lugares, além dos materiais geológicos e geomorfológicos, assegurando a sua conservação e uso turístico (HOSE, 2000).

Esse texto é parte de estudos realizados durante o desenvolvimento do doutorado em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), resultado de pesquisas e contatos empreendidos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mais especificamente no Instituto de Geociências (IGC), junto à equipe de pesquisadores do departamento de Geografia e Turismo.

Num contexto maior, tomamos a paisagem como categoria de estudo, concordamos com Dardel (2011), ao apreender que o homem e a terra são uma coisa só, então não há nada mais humanista do que pensar nas relações essenciais que nos ligam a tudo que nos cerca, assim sendo a paisagem passa a ser resultado da vida do homem impressa no espaço.

Para tanto, observou-se a realidade de três grutas calcárias que compõem o roteiro turístico denominado “Rota das Grutas Peter Lund” do estado de Minas Gerais, a saber: Gruta da Lapinha situada no município de Lagoa Santa, Gruta do Rei do Mato

em Sete Lagoas e Gruta do Maquiné em Cordisburgo. Foram tomados como referência documentos produzidos pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF) e o Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Durante as visitas foram realizadas observações sobre a dinâmica das visitas nas grutas, a infraestrutura que dá suporte aos visitantes e entrevistas semiestruturadas que possibilitaram colher relatos dos condutores de visita, além do registro fotográfico.

A Rota das Grutas Peter Lund, é formada por três grutas turísticas que recebem anualmente milhares de visitantes, sendo um dos atrativos mais visitados do Estado de Minas Gerais, composta pelas já citadas grutas: da Lapinha que é um dos atrativos que forma o Parque Estadual do Sumidouro (PESU), localizado no Município de Lagoa Santa, distante, 38 Km da capital Belo Horizonte; a gruta Rei do Mato, registrada como um Monumento Natural Estadual, inserida na Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pela Lei Estadual nº 18.348, de 25 de agosto de 2009, com o intuito de proteger o sítio arqueológico e, a gruta de Maquiné, é a que mais se destaca pelas riquezas dos seus espeleotemas causando nos visitantes surpresa diante de suas formas e cores. Ela foi descoberta em 1825 pelo fazendeiro Joaquim Maria Maquiné, na época proprietário das terras. Ressalta-se ainda que as grutas de Maquiné e Lapinha foram exploradas cientificamente pelo naturalista dinamarquês Peter Lund, em 1834, que em seguida difundiu as informações e os achados para todo o mundo, além das belezas naturais que até hoje atraem visitantes de vários países do mundo. Todas as grutas são administradas pelo IEF - Instituto Estadual de Florestas.

Diante do exposto o geoturismo requer um planejamento prévio e adequado para se consolidar e se desenvolver garantindo o sucesso da atividade. Para a prática desta atividade necessita-se da participação das comunidades locais, isso porque propicia a geração de emprego e de renda, além de interferir positivamente na minimização dos impactos ambientais e dos problemas socioeconômicos.

O geoturismo pode oferecer uma aproximação entre visitantes e os sujeitos das comunidades visitadas, além de ser um novo segmento de turismo direcionado a pessoas motivadas por conhecimento e por atividades que envolvam aprendizado, exploração, descoberta e imaginação. Esta necessidade de conhecimento faz da interpretação um meio eficaz de prover informação em linguagem acessível tendo um papel importante no aumento do interesse na geoconservação, além de promover sua divulgação e uma maior

educação ambiental.

Assim ao se retratar da prática turística em áreas naturais é importante ressaltar que a criação de Unidades de Conservação é de suma importância para se manter os ambientes naturais. Tal criação revela uma iniciativa bastante válida no processo de preservação dos ambientes naturais em decorrência das inúmeras degradações que os têm atingido de forma bastante negativa e, certamente, fazendo jus às recorrentes preocupações globais.

Palavras-Chave: Paisagem cárstica; Geoturismo; Grutas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº18.348, de 25 de agosto de 2009.** Define como Unidade de Proteção Integral, na categoria Monumento Natural Estadual, a área denominada Gruta Rei do Mato, no Município de Sete Lagoas. Belo Horizonte-MG, 2009.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** Tradução Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

HOSE, T. A. “Geoturismo” europeo. Interpretación geológica y promoción de la conservación geológica para turistas. In: **Patrimonio geológico: conservación y gestión.** Instituto Tecnológico Geominero de España, Madrid. 2000.

NASCIMENTO, M. A. L; RUCHKYS, U. A; MANTESSO-NETO, V. Geoturismo: um novo segmento do turismo no Brasil. **Global Tourism.** Vol. 3, n.2, novembro 2007.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO CENTRO DE ABASTECIMENTO DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA

Carla Alessandra Melo de Freitas Bastos, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; carla.meelo@gmail.com

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, Professora Doutora, pesquisadora e orientadora da Pós-Graduação em Geografia da UFS; j.elianepinto@hotmail.com

A desmedida geração de resíduos manifesta-se como um dos problemas socioambientais mais intensos e notórios do dia a dia, com maior expressividade no espaço urbano. Os resíduos estão, sobretudo, relacionados às atividades antrópicas no tempo e no espaço e se configuram como elemento significativo no estudo da relação sociedade e natureza, de modo que as ações antropogênicas revelam posturas socioculturais, sobretudo o grau de conscientização no que concerne a organização socioespacial e o cuidado ambiental. O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado, na qual se buscou analisar o manejo dos resíduos sólidos no Centro de Abastecimento da cidade de Feira de Santana, Bahia, sob uma abordagem socioambiental. A pesquisa foi pautada por discussões teórico-conceitual que versam sobre a Dinâmica Socioambiental (no contexto dos conflitos entre sociedade e natureza), Sustentabilidade (debate ambiental), Resíduos Sólidos e Políticas Públicas. Os instrumentos e procedimentos operacionais utilizados para o desenvolvimento do estudo consistem em revisão bibliográfica, pesquisa documental (aplicação de questionamentos, entrevistas semiestruturadas), trabalho de campo (registro fotográfico, marcação dos pontos em GPS), análise e discussão integrada dos dados. O município de Feira de Santana, desde seu surgimento, obteve forte conexão com atividades comerciais, devido seu aporte natural (vastas pastagens e abundância de água) e sua privilegiada localização, que se encontra no principal entroncamento Rodoviário do Norte-Nordeste Brasileiro. O desenvolvimento da feira do gado e da feira livre favoreceu o crescimento econômico da cidade durante décadas, bem como a evolução populacional. Todavia, na década de 60, a proposta de organização do sistema de abastecimento, em nível nacional, resultou em transformações no município, passando a aderir às diretrizes do Governo Federal, sucedendo na construção do Centro de Abastecimento, em 1977. No entanto, a mudança provocou sentimentos favoráveis e contrários entre os feirenses, moradores e os comerciantes/lojistas. As mudanças interferiram na dinâmica e aparência da cidade. A relocação da antiga feira livre implicava conduzir a cidade a um novo padrão de progresso, uma nova contemporaneidade. Dentre as discursões e problemáticas levantadas para justificar a

relocação da antiga feira livre, destaca-se a limpeza pública. No entanto, nota-

se que mesmo com a construção do Centro de Abastecimento, não houve um planejamento prévio para o manejo de resíduos sólidos, de modo a assegurar um gerenciamento integrado, mantendo, desse modo, a problemática em outro espaço da cidade. Resultados confirmam, por um lado, que apesar de possuir um sistema de manejo dos resíduos, por meio dos órgãos competentes, e ter avançado na abrangência da coleta/transporte, por outro lado, carece de acompanhamento e fiscalização das ações e procedimentos que configuram a sua realidade local. O não cumprimento às ordens legais é um dos fatores de maior relevância para o atual cenário negativo do Centro. A falta de lixeiras públicas, aliada a cultura local, contribui para descarte inadequado de resíduos nas dependências do Centro. Dentre os impactos socioambientais decorrentes dessa prática, identificou-se durante a pesquisa de campo: (1) poluição visual, onde os resíduos acumulados formam um cenário desagradável, afastando visitantes e consumidores; (2) sujeira do ambiente, que afeta a higiene local e atrapalha a circulação de pessoas; (3) proliferação de endemias, pois o acúmulo de resíduos atraem os vetores de doenças e coloca em risco à saúde pública; (4) mau cheiro, que causa incômodo tanto para os funcionários quanto para a população que frequenta o entreposto; (5) entupimento de bueiros, colaborando para ocorrência de alagamentos das vias durante a chuva. Quanto ao volume de resíduos gerado, os dados são bastante expressivo, em torno de 200 a 320 toneladas/mês, em maior quantidade de origem orgânica (80%), tendo em vista as atividades desenvolvidas na área (SESP, 2016). Diante dessa realidade, enfatiza-se a necessidade de criação do Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos exclusivo para realidade local, dirigido pelos princípios técnicos e ambientais que possibilite a segurança sanitária dos comerciantes e da comunidade em geral, contra os efeitos adversos dos resíduos. Todavia, o manejo inadequado destes, resulta em problemas como aumento do desperdício e diminuição da vida útil do aterro sanitário, visto que todo o resíduo coletado na área é direcionado ao mesmo. Compreendendo todo esse cenário, puderam-se identificar práticas cotidianas realizadas inadequadamente no manejo de resíduos sólidos que não condizem com os padrões sustentáveis. Neste contexto, a Educação Ambiental se apresenta como ferramenta importante para sensibilizar e conscientizar os envolvidos acerca da responsabilidade ambiental, bem como se verifica a premência de um programa sistematizado de coleta seletiva na área estudada.

Palavras-chaves: Resíduos Sólidos; Dinâmica Socioambiental; Centro de Abastecimento.

Referências Bibliográficas

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**, 2016.

AGENDA 21 BRASILEIRA, **Ações Prioritárias**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de história colonial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Salvador, 1990.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio do feijão**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

BIDONE, Francisco Ricardo Andrade; POVINELLI, Jurandyr. **Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos**. São Carlos: EESC/USP, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Análise Crítica de Textos Geográficos: breves notas. In: **Revista Geo- UERJ**, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Sandro Luiz da. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos: aspectos jurídicos e ambientais**. Aracaju: Ed. Evocati, 2011.

CUNHA, Altivo Roberto A. de Almeida. Antigos e novos papéis das Centrais de Abastecimento Brasileiras. In: ABRACEN, Manual Operacional das Ceasas do Brasil, 2011.

DEMAJOROVIC, Jacques. Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos: as novas prioridades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995. DIAS, Genebaldo Freire. **Elementos para capacitação em educação ambiental**. Ilhéus: Editus, 1999.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal. **Projeto Cabana** - Relatório de Viabilidade de implantação do Centro de Abastecimento, 1974.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Modernização Industrial em Feira de Santana: uma análise da implantação do Centro Industrial do Subaé-CIS. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, 2009.

GRIPPI, Sidney. **Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas. São Paulo: Papirus, 2000.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia socioambiental. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, n.º 16, p. 139-158, 2001.

_____. Geografia, Geografia Física e Meio Ambiente: uma reflexão à partir da problemática socioambiental urbana. **Revista da ANPEGE**, v.5, 2009.

_____. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA NETO, J.T. Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Municípios de Pequeno Porte. **Revista Ciência e Ambiente**. n.º 18, Santa Maria - RS, 1999.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; SOUZA, Bartolomeu I. Considerações sobre a Geografia e o Ambiente. **Revista OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB, 2007.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco de Assis; KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

DINAMICAS TERRITORIAIS

ORDENAMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DE GOVERNANÇA NA APA DE PIAÇABUÇU, ALAGOAS: PRIMEIRAS INCURSÕES

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Eduina Bezerra França;

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS),

Bolsista CAPES

eduina.franca@hotmail.com

José Wellington Carvalho Vilar

Doutor em Ordenamento Territorial, Universidade de Granada (Espanha)

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

wvilar@yahoo.com.br

As unidades de conservação são territórios onde se aplicam medidas de proteção e conservação dos aspectos naturais, culturais e históricos, e, no Brasil, são de uso sustentável ou de proteção integral, além de apresentar Planos de Manejo e Conselhos Consultivos. O objetivo do trabalho é compreender o ordenamento territorial na perspectiva de governança na APA de Piaçabuçu, Litoral Sul de Alagoas.

A metodologia utilizou os seguintes instrumentos: levantamento bibliográfico e documental, visita de campo e entrevista com gestores. Para análise de governança em Unidade de conservação (UC), optou-se pelo decálogo proposto pelo geógrafo espanhol Barragán Muñoz (2014) que permite valorar os ambientes geográficos e sistematizar um modelo de governança eficaz em zonas costeiras.

A APA de Piaçabuçu é uma UC federal de uso sustentável, gerenciada pelo ICMBio, e criada em 1983 com o intuito de proteger quelônios marinhos e aves e possibilitar a fixação de dunas costeiras. A categoria APA visa conciliar os usos e ocupações do solo, possibilitando assim o ordenamento territorial (OT), entendido como política que busca coerência espacial com à realidade social.

Conforme Gomez Orea e Gomez Villarino (2012), ordenar o território significa identificar, organizar e regularizar as atividades humanas considerando os riscos e as necessidades de conservação. Ademais, entendem que para avançar a ideia de governança como instrumento do OT, se faz necessário, pelo menos, cinco princípios básicos: abertura e

transparência das instituições; participação da sociedade; responsabilidade compartilhada; eficácia; e coerência.

Enquanto UC, a APA de Piaçabuçu passa por dificuldade políticas e administrativas, a exemplo de ausência de recursos financeiros e humanos, limites na aplicação de metodologias de gestão participativa e problemas de monitoramento e fiscalização.

Diante de cenários tão problemáticos, frágeis e estratégicos como o litoral, o geógrafo Barragán Munõz (2014) propôs o decálogo para o planejamento e o gerenciamento costeiro. Assim, é necessário discutir os resultados obtidos da análise dos elementos do decálogo aplicados na UC de Piaçabuçu.

Política: refere-se às políticas públicas como um conjunto de decisões que envolve as esferas administrativas do federalismo brasileiro. Na APA em estudo são de estância federal, estadual e municipal, tais como: Revitalização do São Francisco; saneamento dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; implantação de entrepostos de pesca; compromisso de governo municipal com a educação ambiental; e interesse público, entre outras (ICMBIO, 2010).

Participação: esse elemento é indispensável no processo de governança da APA de Piaçabuçu e se resume praticamente à reunião do Conselho Consultivo.

Estrutura normativa: proporciona o conhecimento da base jurídica, normativa e regulatória que atua nas seguintes esferas: federal, estadual e local.

Instituições: de acordo com ICMBio (2010), as instituições atuantes na área são de caráter público e privado, tais como o Instituto do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Petrobras, Projeto Tamar e Universidades, entre outras.

Competências: se expressa pelo empoderamento estratégico e operativo de governo e da gestão pública. Neste caso, se refere à coordenação e cooperação dos envolvidos. A APA de Piaçabuçu tem como órgão gestor o ICMBio, da esfera federal.

Informação: está vinculada a gestão e serve para alimentar um determinado processo e iniciativa na APA de Piaçabuçu, e são de caráter bibliográfico, documental, cartográfico, fotográfico, estatístico e oral. A maioria das informações é gerada pela administração pública, a exemplo do ICMBIO, IBAMA, IBGE, IMA e MMA.

Recursos: é um dos elementos do decálogo mais difícil de analisar. Podem ser de cunho financeiro e é importante para identificar o modelo de política pública e sua aplicação

prática. Ao que se refere à UC em tela, a infraestrutura não é adequada e as verbas nem sempre contemplam as necessidades.

Educação: visa à sensibilização e à conscientização ambiental e corresponde a ações pedagógicas ou cidadãs voltadas para crianças e adolescentes, realizadas nas escolas do Município de Piaçabuçu e incentivadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Turismo, Ambiente e Recursos Hídricos, em parceria com Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

Estratégias: se destina aos instrumentos de gestão de alcance superior vinculado às políticas públicas que abrangem três esferas. De acordo com o ICMBIO (2010), no âmbito federal o Ministério do Meio Ambiente possui duas ações significativas na área: o Programa Nacional de Capacitação e o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Instrumentos: os instrumentos estratégicos de gestão na APA de Piaçabuçu são o Plano de Manejo, o Conselho Consultivo e o Zoneamento. Os dois primeiros se encontram fora do prazo legal de vigência e o último tem sido um desafio para atual gestão.

Em suma, a dinâmica territorial da APA de Piaçabuçu reflete um desafio estratégico de atuação e proteção do território, haja vista as dificuldades de suporte político, financeiro, estrutural e humano, que acentuam a fragilidade da gestão e dificultam sua atuação. Ademais, há a necessidade de parcerias que atentem para a governança e incluam as três esferas de atuação administrativa para organizar o território local.

Palavras – chaves: Ordenamento Territorial. Unidade de Conservação. Governança.

Referências Bibliográficas

BARRAGÁN MUÑOZ, Juan Manuel. **Política, Gestão y Litoral: Una nueva visión de la gestión integrada de áreas litorales**. Editora Tébar Flores, S.L Madrid- España, 2014a.

GÓMEZ OREA, Domingo, GÓMEZ VILLARINO, Alejandro. Ordenamiento Territorial: Una aproximación al Cantón Cuenca- Ecuador. ordenamiento territorial. **Revista de la Universidad Del Azuay**, Abril 2012, nº 57, Cuenca, Ecuador.

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Área de Proteção Ambiental, Plano de Manejo.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E A ADOÇÃO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS DA GEOGRAFIA

Joab Almeida Silva, Mestre – joab.turismo@hotmail.com

José Wellington Carvalho Vilar, Doutor – wvilar@yahoo.com.br

A análise das políticas públicas de turismo empreendida neste estudo utiliza, entre outros recursos, os instrumentos de planejamento que reúnem critérios e diretrizes nacionais orientados pelos órgãos oficiais de turismo. Desde o início da década de 1990, para cada momento histórico da sua construção e replicação, apresentam a adoção de diferentes categorias analíticas da geografia, com fase onde o turismo brasileiro valoriza a região, fase que ressaltar o lugar e fase de priorizar o território, portanto, serão abordados os principais programas da política pública nacional de turismo e suas relações com as categorias analíticas da geografia.

Os instrumentos de planejamento e ordenamento do turismo serviram para intensificar o nível de articulação e interação com outros setores da economia, resultados de políticas públicas de turismo que estabelecem diretrizes e critérios para seu desenvolvimento. O turismo tem direta relação com a organização do espaço, e suas políticas públicas com a compatibilidade das ações na escala nacional, estadual e local, dirigidas a institucionalização do setor, planejamento e gestão, infraestrutura básica e turística, formação de produtos turísticos, promoção e marketing e gestão ambiental. Até meados da década de 1990 as políticas públicas do Brasil foram influenciadas pelos planos militares, uma consequência do seu envolvimento na ditadura e na guerra fria até o final da década de 1980. O entendimento da importância do turismo no cenário econômico nacional se deu de forma lenta, assim também o foi como dimensão de política pública nacional. Nos estudos de turismo, sobretudo aqueles de abordagem mais humanista, a adoção da categoria lugar pode se relacionar a espaço públicos de práticas de lazer, sendo percebido como prioritária na visão institucional do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) ao implantar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e sobre ele determinar critérios para descentralização do turismo nacional.

As transformações pelo turismo no nordeste brasileiro foram principalmente influenciadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com aplicação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) que estabeleceu a criação de Polos de Desenvolvimento em área identificadas pela exploração e uso turístico, notadamente priorizando os territórios turísticos. A chegada do Ministério do Turismo no ano 2003 sucedeu antigas reivindicações do setor empresarial, acadêmico e institucional, mantendo na sua estrutura uma Secretaria nacional de políticas, responsável pelo planejamento e articulação das diretrizes a fim de assegurar a implantação de macroprogramas, e a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo encarregada da implantação de infraestrutura turística, do fomento ao financiamento, investimento e das ações de capacitação e qualificação profissional. Nesta fase a categoria priorizada foi a região, resultando na definição do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) como macroestratégico para o plano nacional, uma versão supostamente melhorada e revisada sobre o antigo PNMT. Mais tarde, em 2008, o MTur dissemina nova orientação nacional, na qual, os municípios, notadamente as capitais, são tomados como centralidades indutoras do desenvolvimento turístico regional, quando é instalado o projeto destinos indutores do turismo no Brasil. Essas adequações na evolução das políticas públicas chama atenção para o uso de categorias geográficas.

Diante desse circuito de categorias geográficas percorrido pelas instituições que formularam a política nacional de turismo e assimilando que sua evolução, ainda com limitações do processo de mobilização, considerou a participação de representantes de todo país, fica evidente que a decisão de retornar o olhar sobre o lugar com foco na dinâmica de percepção dos sujeitos que os ocupam foi necessário à reconstrução das políticas de turismo. Esta adequação não parece perder de vista a região como foco de política, bem como a interação para compor produtos turísticos em forma de roteiros, mas finalmente reconhece o território como categoria resultante do amadurecimento da evolução das políticas públicas. Diante disso, o território é adotado como categoria fundante da análise deste estudo, direcionando o entendimento sobre as áreas de funções turísticas, as relações de poder estabelecidas sobre elas e a história que as constitui na busca de explicações sobre o vivido e o tempo presente, e igualmente sobre as dinâmicas relações sociais estabelecidas entre seus agentes de produção.

Referências bibliográficas:

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo – MTur. **Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo – MTur. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010, uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política: O direito à cidade II**. Tradução Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2ª Ed. rev. E ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

OMT. **Organização Mundial do Turismo**. Introdução ao Turismo. Org. Amparo Sancho. Tradução Dolores Martin Rodrigues Corner. São Paulo: Roca, 2001.

OKLINGER, M. J. **Políticas públicas no século XXI: a perspectiva da gestão multicêntrica** (à luz da experiência de Porto Alegre). Blumenau: Edifurb, 2006.

PALUDO, A. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PETROCCHI, M. **Turismo: Planejamento e gestão**. 2ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Palavras chaves: Políticas públicas. Turismo. Categorias geográficas.

A REDE GEOGRÁFICA E A PRODUÇÃO DO POVOADO DO CAPINAL, MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA.

Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz (milaferraz@gmail.com)

Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes (soniamendoncamenezes@gmail.com)

INDRODUÇÃO

O trabalho em pauta está sendo desenvolvido numa parceria do PPGeo-UFS com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem como objetivo compreender os processos de uso do território num povoado localizado no município de Vitória da Conquista, Bahia, por meio de análises da rede geográfica. O estudo está focado, especialmente, na produção de pamonha, um alimento tradicional produzido e comercializado na localidade.

DESENVOLVIMENTO

Destacar a produção de um alimento tradicional numa pequena localidade no interior de um município situado no estado da Bahia, Brasil, numa primeira apreensão, poderia remeter a uma análise pontual. Contudo, com o estudo fundamentado nas redes geográficas é possível compreender o lugar na totalidade mundo. De acordo com Ferraz (2009, p. 39)

O conceito de rede tem propriedade multifária. Quando utilizado em análises geográficas, ele é imbricado de elementos, tais como conexidade, fixos, nós, sistemas de objetos, fluxos, linhas, sistemas de ações, fluidez, horizontalidade, verticalidade, entre outros. Esses elementos consubstanciados dão suporte ao próprio conceito, e a sua análise permite perscrutar a cidade para além da própria cidade.

Compreendendo, então, o conceito de rede como multifário, assim como na cidade, a análise no povoado permite perscrutar para além do próprio povoado, pois em rede o mesmo tem características que o tornam singular na totalidade.

“No estudo de redes, os aspectos técnicos e sociais não devem ser considerados separadamente, mas de modo conjunto, consubstanciado, de forma a possibilitar o entendimento da complexidade do espaço móvel e integrado. O técnico é um aspecto do social” (FERRAZ, 2009, p. 38). Portanto, se faz necessário relacionar e compreender os elementos sociotécnicos encontrados no

lugar pesquisado. De acordo com FERRAZ (2009, p. 34), como parte do processo, é preciso descrever e analisar a constituição da rede, “[...] um estudo estatístico das quantidades e das qualidades técnicas, mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, [...]” (SANTOS, 2004, p. 263).

Assim, na pesquisa serão relacionados sistemas de objetos, os fixos, encontrados na localidade, com destaque para fábricas de pamonhas e outros que dão suporte a essa produção. E, ao mesmo tempo, os sistemas de ações, fluxos, pois são indissociáveis.

O povoado do Capinal, está localizado a, aproximadamente, 15km da cidade de Vitória da Conquista e se desenvolveu às margens da rodovia BA 415/ BR 263. A maior parte das edificações encontradas está nas margens da rodovia, e este é um importante fixo a ser considerado nas análises referentes a localização de fixos erigidos com o fito de produção e comercialização de pamonha. Esta rodovia facilita os fluxos e é fundamental, entre outros elementos, para a produção que se estabeleceu no Capinal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja pequeno porte, a atividade de produção de pamonha no Capinal o destaca entre outros povoados do interior do município de Vitória da Conquista, especialmente pela geração de empregos vinculados a essa atividade.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e destaca-se como objetivos: verificar diacrônica e sincronicamente a rede que se estabelece no Capinal; relacionar os fixos e fluxos do povoado; e, compreender a produção de pamonha no povoado e os desdobramentos dessa produção.

Para o desenvolvimento deste trabalho relaciona-se revisão bibliográfica com o fito de aprofundar teoricamente o tema e definir conceitos referenciais básicos, além de trabalho de campo com o objetivo de reconhecer e sistematizar a dimensão empírica do fenômeno. Tal trabalho consistiu também na coleta de informações junto a diferentes agentes sociais – a exemplo dos produtores de pamonha no povoado e consumidores. Para tanto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, observações diretas, aplicados questionários e produzidos materiais visuais. Para a aplicação dos questionários, serão realizados levantamentos das unidades de produção no povoado. A técnica utilizada para amostragem seguirá a lógica da saturação das respostas.

Para sistematização e análise das informações de pesquisa serão elaborados textos, mapas, tabelas, gráficos e esquemas, que auxiliarão trabalhar o conceito de rede e analisar a produção do povoado do Capinal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

FERRAZ, A. E. de Q. **O espaço em movimento. O desvelar da rede nos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista**, Bahia 2009. São Cristóvão: UFS, NPGeo, 2009 (Tese de doutorado)

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção**. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

FERRAZ, A. E. de Q. **Um presente especial**. 2ª ed. Vitória da Conquista: Ed autor, 2018. (Coleção Uma Conquista especial. Volume 2)

FERRAZ, A. E. de Q. **Uma aventura por Conquista**. Vitória da Conquista: Ed. autor, 2018. (Coleção Uma Conquista especial. Volume 3)

FERRAZ, A. E. de Q. **Vitória da Conquista: quero te conhecer**. 2ª ed. Vitória da Conquista: Ed. autor, 2018. (Coleção Uma Conquista especial. Volume 1)

MENEZES, S. de S. e CRUZ, F. T. da. (Org.) **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

ROCHA, A. A. e FERRAZ, A. E. de Q. **Atlas geográfico de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: Ed. autores, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Espaço e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora USP, 2004.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

Palavras-Chave: Geografia. Rede Geográfica. Território.

O PROJETO CARNALITA EM CAPELA SERGIPE

Viviane Melo Santos
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS)

Email: melo.ppgeo2018@gmail.com

Ana Rocha dos Santos

Prof^a Dr^a no Campus Universitário Professor Alberto Carvalho (UFS) e
do Programa de Pós-Graduação em geografia (PPGEO/UFS)

Email: ana.rochaufs@gmail.com

1. Introdução

Acreditados na promessa de prosperidade material os projetos de mineração são os mais desejados e aliados da cultura do progresso. Constrói-se no ser individual a perfeição de um imaginário que ostenta as grandezas, as riquezas e exalta as potencialidades da nação. Essa onda sólida e otimista berçada no contexto histórico do Mercantilismo, alcançou amplas rotas comerciais rumo as riquezas minerais, cresce em celeridade ainda em tempos modernos, o hoje, porque a natureza não pode abandonar seus filhos, os quais somente e por ela necessitam recorrer em passos tecnológicos, coesos da ganância e do lucro. Este trabalho tem como principal objetivo apresentar um panorama geral sobre o projeto Carnalita em Capela Sergipe, sendo um dos objetos de estudo na dissertação.

2. O Projeto Carnalita

Situado entre os limites dos municípios sergipanos de Capela e Japaratuba, a chegada do Projeto Carnalita evidencia conflitos de poder político e econômico entre os referidos municípios, principalmente quando colocado em questão os royalties do projeto - a Compensação Financeira da Exploração Mineral (CFEM). A exploração direta da jazida dos depósitos de carnalita ocorre em território capelense devido à concentração elevada e homogeneizada do mineral na crosta. Isso significa que a exploração é considerada economicamente lucrativa, sendo distribuído para o município 80% dos recursos. Todavia, a sede da usina responsável pelas atividades administrativas e logísticas será construída em Japaratuba, cabendo ao município 20% da compensação. Assim, observa-se que o espaço é transformado em território através das relações de apropriação, poder e conflitos, sendo os governantes municipais representando a mesma classe. Para Carlos (2011) há uma articulação fundamental entre o local e o mundial, exterior as fronteiras do lugar.

Diante dessas considerações preliminares, apresentadas no presente trabalho, a proposta do Projeto de Pesquisa intitulada de “Estado: mediações entre a comunidade quilombola Terra Dura e o projeto Carnalita em Sergipe”, objetiva analisar o território do projeto Carnalita em Sergipe como reserva de valor do capital, considerando a propriedade privada da terra numa compreensão dialética, o que confere um entendimento sobre a apropriação e uso desigual do espaço, assim como os interesses antagônicos das classes que compõem o território. Pretende-se, apreender a relação que move esses interesses a partir das mediações direcionadas pelo Estado, entendido como central na política de desenvolvimento local/regional/nacional/global, sobretudo por meio da política de incentivo fiscal adotada em benefício de empresas estrangeiras (para este estudo considera-se a The Mosaic Company). Essa política unilateral de desenvolvimento fiscal concedida as empresas opõe-se com os interesses da comunidade quilombola Terra Dura. Desta forma, explicar as mediações locais que possibilitaram a instalação do empreendimento na área, assim como o Relatório de Estudo e Impacto Ambiental (EIA/RIMA) quanto à observância dos interesses da comunidade tradicional torna-se essencial na discussão.

Parte-se do entendimento que o Estado conforme Mészáros (2002) o Estado é *base da estrutura totalizadora de comando político do capital* que assegura proteção da produtividade do sistema. É ação corretiva que defende o interesse sociometabólico e protege através de estrutura jurídica o controle dos meios de produção e da propriedade privada. Desta forma, nos tempos atuais de intensificação da barbárie, o Estado desempenha papel central como mediador das tensões sociais, legitimando as ações das empresas e do capital que têm ganhado sustentação e celeridade, além de substanciadas pelas políticas privatistas neoliberais. “Através das relações de comércio exterior e da expansão geográfica e econômica, as contradições no âmago do capital podem, em maior ou menor medida, ser deslocadas em direção à periferia do sistema, e os limites do capital podem ser ampliados” (SMITH, 1984, p. 144).

3. Considerações Finais

A relevância em ter o Projeto Carnalita como objeto de estudo expressa o destaque no seguimento mineral que Capela adquire no cenário político e econômico observando que, historicamente o município tem seu desenvolvimento econômico pautado na atividade sucroalcooleira, hoje, sob a lógica do agronegócio disfarçando todas as formas de barbárie no campo.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Eliane Rocha; FERNANDES, Francisco R. C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. **CETEM** (Centro de Tecnologia Mineral) – unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e comunicações. Rio de Janeiro. p. 65-88, 2016. Disponível em: http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1909/1/conflitos_ambientais_cap.2%20p65.pdf. Acesso: 14/09/2017 as 18:21.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho). 1102 p.

Sergipe (Estado). Vale. Ambientec Consultoria Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**: manual para o Projeto Carnalita em Sergipe. Aracaju, 2009, p. 578.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand. p. 250.

Palavras chave: Projeto Carnalita; Estado; Desenvolvimento.

A ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL MEDIANTE AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO.

Luis Eduardo Cunha Silva⁴

Ana Rocha dos Santos⁵

PALAVRAS CHAVES: Estado, Política Territorial e Emancipação.

INTRODUÇÃO

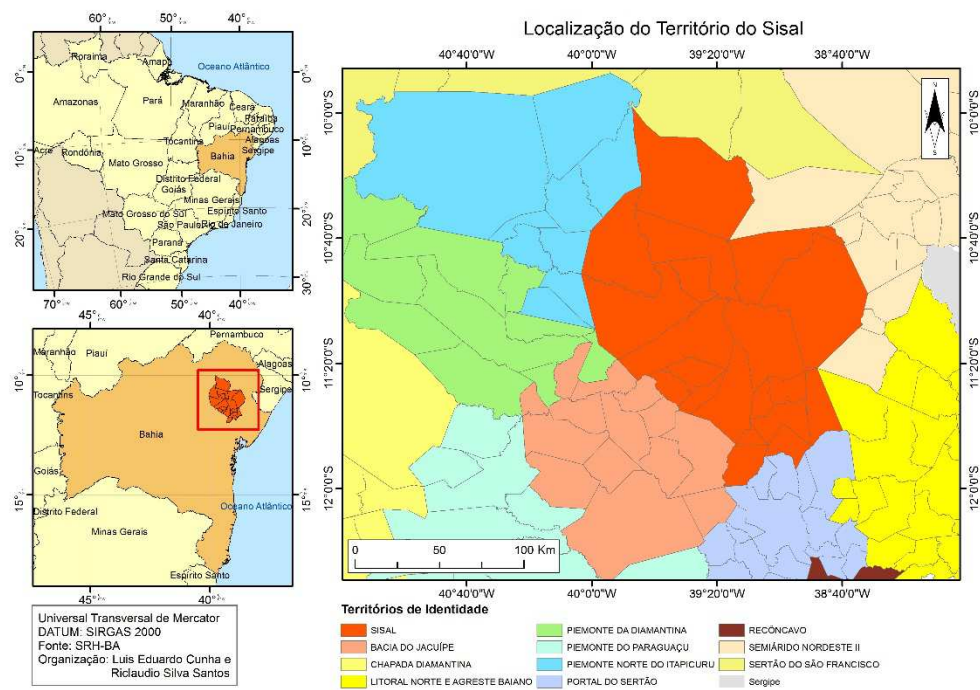
A condição elementar do Estado burguês como uma estrutura de organização da sociedade é fundamento necessário em determinadas pesquisas e análises da Geografia. Mediante a preocupação epistemológica de interpretar categorias geográfica, percebe-se também a necessidade de aprofundamento teórico nos estudos sobre o Estado e sua funcionalidade ontológica classista.

Todavia, busca-se na presente análise uma observação da política territorial no cenário do Estado da Bahia o qual apresenta uma consolidada política territorial, onde todos os quatrocentos e dezessete municípios estão inseridos em uma unidade territorial, denominada como Territórios de Identidade. No entanto a nossa abordagem de pesquisa é delimitada ao Território de Identidade do Sisal (Mapa 01), mais precisamente nas comunidades dos municípios de Valente, Queimadas, Santa Luz e Retirolândia (Mapa 02).

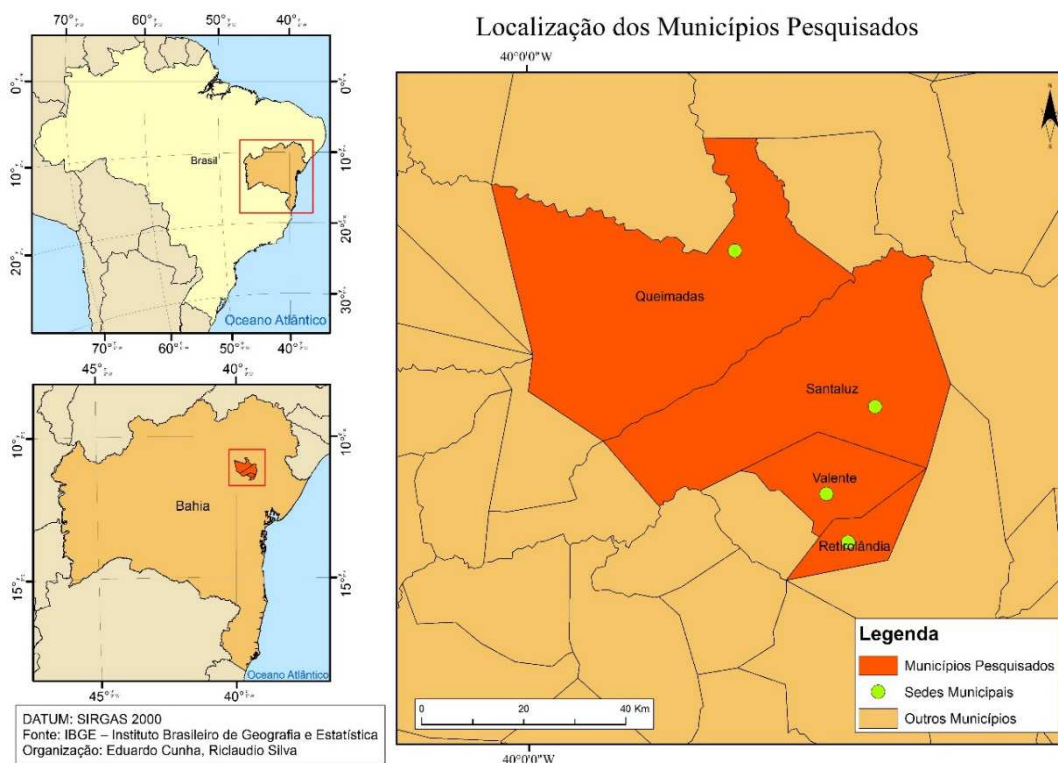
⁴ Mestre pela Universidade Federal de Sergipe.

⁵ Docente do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Mapa 01: Localização do Território de Identidade do Sisal.



Mapa 02: Municípios Pesquisados.



Ao longo da implantação e desenvolvimento da política territorial, o Estado tem reforçado o caráter emancipatório das políticas públicas, vinculadas a promoção da maior participação local e da governança territorial. Com isso a sociedade civil torna-se um fator determinante para a melhoria das condições de vida no meio ao qual a política territorial é direcionada. No entanto, a condição classista do Estado a serviço dos interesses da acumulação do capital, institui uma contradição permanente nas relações sociais do presente território. Sendo que a concepção de emancipação social ideologizada pelo Estado, camufla as relações de trabalho baseadas na expropriação da mais-valia.

Nesse sentido o presente resumo, baseia-se num trabalho de análise da política pública territorial no Território de Identidade do Sisal a partir das tensões e conflitos presentes na unidade territorial.

DESENVOLVIMENTO

O discurso das políticas territoriais de desenvolvimento, surgem em meio a expansão do

processo de modernização do espaço agrário brasileiro. No intuito de ampliar a produção agrícola nacional o campo é palco de intensas transformações que aprofundam a monopolização do capital em modelos de produção determinados pelos interesses macroeconômicos do modo de produção capitalista.

Segundo Conceição (2012), o discurso da modernização do campo, dialoga numa contradição permanente em que ao tempo que reforça a monopolização e a territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses do campo, permitindo o processo de subsunção do trabalho ao capital.

Nesse sentido, antes de favorecer a permanência do camponês no campo, a presente modernização foi um dos principais elementos da ampliação de desigualdade e renda no campo e na cidade (CONCEIÇÃO, 2012, p.137).

Segundo a autora:

O paradoxo estabelecido entre o concreto e o abstrato, que materializa o mito do discurso, é compreendido entre a relação aumento da produção do agronegócio para suprir a necessidade de alimentos e a condição de vida da população que assiste fora do circuito dos lucros o crescimento apologético do agronegócio (CONCEIÇÃO, 2013, p.84).

Mediante isso, o capital que defende a redução do controle estatal nos setores produtivos e denuncia o perigo econômico de um orçamento nacional centralizado no Estado, propondo a solução através do neoliberalismo, passa contraditoriamente a maximizar o Estado para legitimar o avanço da modernização do campo via políticas públicas.

Através das novas formas de atribuir função às localidades, o desenvolvimento territorial é colocado como uma resposta endógena às consequências da crise econômica, e ao mesmo tempo, como reflexo da descentralização econômica, política e social. (LISBOA, 2007, p. 153).

Os defensores deste tipo de desenvolvimento apontam que a crise do modelo fordista/taylorista de produção, o advento de novas tecnologias – proporcionando uma reestruturação produtiva – delinearão um novo padrão de acumulação capitalista, que tem na descentralização das decisões e inovações na gestão organizacional a chave imprescindível para o sucesso. Nesse sentido, a dimensão local adquire uma enorme magnitude (LIMA, 2012, p.146).

Nesse período histórico emerge-se uma configuração de “poder plural” guiado pela própria sociedade civil e movimentos sociais urbanos e rurais. O Estado não poderia mais desconhecer esta realidade e o mesmo deveria intervir na organização desta complexidade. “Enfim a perspectiva é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a

sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais cuja finalidade última seja promover a transformação social” (STEINBERGER, 2006, p.30).

No contexto do Território de Identidade do Sisal esse processo está presente nas ações de transferência da responsabilidade de melhoria das condições de vida local e promoção das cadeias produtivas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço dos mecanismos financeiros do capital no campo, pode-se observar no Território do Sisal uma ampliação das redes de cooperativismo e associativismo em diversas cadeias produtivas do Território do Sisal que passam a inserir indivíduos do meio rural numa dinâmica ampliada de produção e acesso a financiamentos e projetos de promoção da agricultura familiar.

No entanto, essas abordagens não atentam para a condição de dominação que o mercado de produção agrícola determina para os camponeses. A especialização produtiva simboliza a inserção ampliada das relações camponesas na economia agrícola internacional, onde a propriedade e o trabalho camponeses são subordinados ao capital em um processo de acumulação permanente.

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, A.L. **Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho**. In: ANDRADE, E.S.; SILVA, F. de P.S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

_____. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio**. Revista Meridiano, n.2. 2013. Disponível em: <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansc3a3o-do-agronegc3b3cio.pdf>. Acesso em 14 janeiro 2018.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: o (des)maskamento da territorialização do capital por meio**

da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série BNB Teses e Dissertações, n.32. 2012.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do desenvolvimento para o nordeste:** políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

SCHNEIDER,S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6,n.11, na./jun.2004.

O ESPAÇO EM MOVIMENTO:
O DESVELAR DA REDE NOS PROCESSOS SOCIOTÉCNICOS DO SISTEMA DE
SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz (milaFerraz@gmail.com)
Orientador: Dr. José Borzacchiello da Silva (borzajose@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O objetivo da tese, defendida em 2009, no PPGeo-UFS, foi analisar redes sociotécnicas geográficas.

Mais que uma simples palavra, rede é uma categoria cuja conceituação está imbuída de elementos que, consubstanciados, permitem investigar aspectos sociotécnicos de maneira ímpar. A rede como construção conceitual multifária traz consigo termos como: conexidade, fixos, fluxos, fluidez, horizontalidade, verticalidade, entre outros. Envolve elementos materiais e imateriais numa mesma processualidade e é construída e reconstruída nas relações de poder entre diversos agentes sociais, em permanente embate em prol de seus interesses e necessidades.

O multifário conceito de rede geográfica possibilitou a investigação do sistema de saúde de Vitória da Conquista, ao tempo que o estudo deste sistema permitiu aprofundar, na prática de pesquisa, a compreensão da rede geográfica como categoria de análise da geografia. Para tanto, foram utilizados procedimentos metodológicos, tais como: revisão bibliográfica, trabalho empírico, entrevistas, observações diretas, questionários, levantamento de fontes de informações e coleta de dados. Para sistematização das pesquisas, foram elaborados textos, mapas, tabelas, gráficos e esquemas.

DESENVOLVIMENTO

Na cidade, a rede se apresenta nas ampliações e dinâmicas dos sistemas de objetos e sistemas de ações, que se materializam no aumento da quantidade de unidades e

equipamentos de saúde, no movimento diuturno de pacientes e nas práticas dos agentes sociais.

Para Santos (2004), as redes são ao mesmo tempo virtuais e reais, estáveis e dinâmicas, globais e locais, unas e múltiplas, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e centrífugas. Essas características consubstanciadas outorgam conteúdo às redes. Esses aspectos, se analisados com base numa lógica formal, podem ser vistos como excludentes. Mas o estudo da rede exige o uso da dialética, pois constitui uma análise do movimento. Essa análise do espaço em movimento permitiu desvelar a rede nos processos sociotécnicos. Assim, as ambiguidades das redes se revelaram falácias e se dissiparam, pois fazem parte de um mesmo processo.

Um marco no setor de saúde, em Vitória da Conquista, foi o processo de municipalização concretizado em 1998.

O início do processo da municipalização desvenda um embate entre interesses antagônicos do Estado e da iniciativa privada. Quando o Estado passa a aplicar novas regras para a contratação de serviços, se instala uma intensa crise entre a gestão municipal e os prestadores da iniciativa privada. Paradoxalmente, essa crise se converte em fortalecimento do setor privado, que percebe na municipalização maiores possibilidades de acumulação de capital, sobretudo com o aumento do fluxo de pacientes. A ineficiência do sistema público de saúde impulsiona o sistema privado, que passa a investir especialmente em procedimentos de média e alta complexidades.

Após esse conturbado período, os serviços de saúde público e privado ampliaram consideravelmente a infraestrutura e o raio de atuação. O setor público investiu na Atenção Básica com a abertura e interiorização de postos de saúde, contratação de profissionais e ampliação das ações e extensão da cobertura do PSF. Além disso, em 2003, pactuou serviços de saúde de média complexidade com municípios do seu entorno.

Para dar suporte a esses atendimentos, a Secretaria Municipal de Saúde contratou serviços da iniciativa privada que, por sua vez, passou a investir cada vez mais em serviços de média complexidade e também de alta complexidade, que podem ser contratados pelos municípios pactuados, além de atender a uma demanda espontânea.

Os embates entre interesses antagônicos revelam as relações de poder que constroem redes. O Estado busca controlar os fluxos de saúde, especialmente com a regulação do movimento dos pacientes para a realização de consultas e exames. A iniciativa privada, diferentemente do setor público, estimula e busca fortalecer os fluxos.

A rede é produzida em processos embebidos de tensão, e o seu estudo revela disputas de poder entre agentes sociais. Assim, são materiais e imateriais visto que se estabelecem nas relações sociais e de poder. O sistema de saúde revela essa tensão dialética. No aspecto da saúde, as relações entre Estado e iniciativa privada, entre médico e paciente demonstram interesses contraditórios que são ao mesmo tempo complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apontaram que a categoria rede permite o exame do fenômeno em sua temporalidade e espacialidade que fazem parte da totalidade. A análise indicou que o estudo dos processos que constroem uma cidade abarca dinâmicas que vão além de seus limites institucionais. Diferentes tempos, decisões, conflitos, interesses constroem diferentes espaciotemporalidades que, conjugadas, revelam a singularidade na totalidade.

Trabalhar com o conceito de rede viabilizou desenvolver uma análise da cidade para além de si própria. Assim, Vitória da Conquista pôde ser compreendida para além de seus limites: diferentes espaciotemporalidades que, conjugados, dão corpo ao fenômeno construído e reconstruído dialeticamente. O estudo geográfico pautado no conceito de rede é, a um só tempo, a análise da materialidade, da imaterialidade e de diversas temporalidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990.

DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção**. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Espaço e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2004.

Palavras-chave: Rede Geográfica. Saúde. Geografia

UNIDADES DE PAISAGEM: CONTRIBUIÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA ORLA MARÍTIMA DE CORURIBE - ALAGOAS

Jucileide da Silva Sobreira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS)

E-mail: jucysobreira@hotmail.com.

José Wellington Carvalho Vilar

Professor Titular do IFS

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS)

E-mail: wvilar@yahoo.com.br.

A partir dos aspectos valorativos dos ambientes de praia principalmente seu caráter de multiuso e vulnerabilidade ambiental, o Ministério do Meio Ambiente criou o Projeto Orla como instrumento de ordenamento de uso e ocupação, e para tanto, uma de suas etapas corresponde à realização do diagnóstico paisagístico e socioeconômico de orlas marítimas. Nesse contexto, o presente trabalho busca definir unidade de paisagem na perspectiva de contribuir com a elaboração do diagnóstico socioambiental da Orla de Coruribe, sobretudo, do Pontal de Coruribe, litoral sul de Alagoas.

A metodologia proposta no referido projeto leva em conta aspectos físicos para caracterizar as orlas como abrigada, exposta e semiabrigada. Ademais, considera critérios de nível de ocupação territorial, que fornece indicativos de condições socioeconômicas, agrupando as orlas em não urbanizadas, em processo de urbanização e com urbanização consolidada (MMA, 2006). Vale ressaltar que para caracterizar a área de estudo, utilizou-se revisão bibliográfica, observação sistemática e análise de imagem de satélite do Google Earth para dimensionar a classificação da orla de Coruribe.

Por meio da observação sistemática, ressalta-se que a dinâmica e o padrão de uso e ocupação da orla marítima do Pontal do Coruribe estão associados à pesca e aos serviços, com destaque para o turismo e as casas de veraneio, de uso social como segunda residência ou para aluguel e complementação de renda dos proprietários.

A pesca corresponde à principal atividade econômica do povoado e também é um fator que contribui fortemente para a identidade local. No tocante à outra atividade dominante, o primeiro registro da vilegiatura marítima data 1960, seu desenvolvimento está associado ao setor sucroalcooleiro, que se desenvolve em Coruribe no período colonial (DIÉGUES JÚNIOR, 2006; PAIVA, 2010; SILVA, 2016).

Para caracterizar o uso da borda marítima do Pontal, foram definidas duas unidades da

paisagem (Figura 1), ambas dividida em dois setores, seguindo critérios de ocupação territorial e aspectos físicos e humanos, ou seja, geográficos: a Unidade da paisagem Sul, dividida nos setores 1 e 2, e a Unidade da Paisagem Norte, dividida nos setores 3 e 4.

A Unidade da paisagem Sul – apresenta características de orla abrigada. O setor 1 possui uma faixa de praia mais larga e alto grau de preservação. Contatou-se a presença de jangadas utilizada para pescaria, caracterizando a área enquanto ancoradouro dos pescadores locais.

Figura 1: Unidade da Paisagem Sul do Pontal de Coruripe



Fonte: Google Earth, 2018.

O setor 2 apresenta características de urbanização consolidada com uma pequena faixa de praia que é coberta no período de maré alta por conta de infraestrutura, com destaque para o de contenção marinha. Contatou-se na faixa terrestre a presença de casas de veraneio e infraestrutura de serviços receptivos, na parte marítima o uso é caracterizado pela pesca, não foi identificado práticas recreativas nessa parte da orla.

A Unidade da Paisagem Norte (Figura 2) se caracteriza enquanto área exposta pela presença das rochas de arenito. O setor 3 encontra-se com urbanização consolidada e o setor 4 encontra-se em processo de urbanização. As duas unidades são utilizadas para práticas recreativas, principalmente por turistas e, igualmente, identificou-se a presença de coqueiros. Os serviços se caracterizam principalmente pela presença da praça do farol e atividades comerciais associadas ao turismo. Nessa parte da Orla, o acesso público à praia se dá por meio de corredores, utilizados pelos pescadores e banhistas, já as pousadas e casas de veraneio ocupam toda a extensão da orla.

Figura 2: Unidade da Paisagem Norte do Pontal de Coruripe



Fonte: Google Earth, 2018.

A urbanização da Orla está associada à expansão de segunda residência, que acarretou uma descaracterização paisagística, na qual as casas de segunda residência, juntamente com a infraestrutura dos serviços, foram tomando o lugar dos coqueirais e da comunidade local que residia à beira mar.

Em suma, constatou-se que as atividades econômicas desenvolvidas na orla marítima correspondem à pesca e aos serviços, atividades que se entrelaçam na dinâmica espacial local. Quanto à caracterização paisagística, a orla de Coruripe foi dividida em duas Unidades da Paisagem por apresentar características variadas, como a parte da enseada ao sul, com orla abrigada com um trecho com urbanização consolidada (setor 2) e outro não urbanizado (setor 1). E na Unidade norte, dividida em dois setores, vistas as características de ocupação territorial diferenciadas: o setor 3 encontra-se com urbanização consolidada e o 4, em processo de urbanização, ambas caracterizadas enquanto orla exposta.

Palavras-Chaves: Orla Marítima; Ordenamento Territorial; Diagnóstico Socioeconômico.

REFERÊNCIAS

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. (1912-1991) **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: Edufal, 2006. (Coleção nordestina).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Projeto orla:** fundamentos para gestão integrada. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MMA). Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso: 20 de junho de 2017.

PAIVA, Marina Mujica de. **Resposta local ao turismo:** resiliência cultural e desenvolvimento local no povoado do Pontal de Coruripe. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFAL, Maceió.

SILVA, Priscylla Maria Ferreira da. **Ciclo de vida da área turística:** o caso do Pontal de Coruripe-AL. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió.

A CENTRALIDADE DA POBREZA NA TRAMA DO CAPITAL FINANCEIRO: POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Renata Sibéria de Oliveira

Doutora em Geografia (PPGEO/UFS). Laboratório de Estudos Territoriais (LATER),
Grupo de de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico
(PROGEO)
renatasiberia01@hotmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Doutora em Geografia (PPGEO/UFS). Professora do DGI/UFS e do PPGEO/UFS.
Coordenadora do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), Grupo de de Pesquisa
Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO)
Josefalisufs@gmail.com

No quadro atual das relações capitalistas em que as agências financeiras mundiais comandam um ajuste espacial para permitir a expansão dos excedentes de capitais pelo mundo, a categoria pobreza ganhou centralidade e se constituiu, na trama do capital financeiro, uma alternativa para a extração de renda, no cenário de suas crises. As estratégias de expansão dessa forma de capital consolidaram após a década de 1980, tendo como marco inicial o ajuste neoliberal objetivando uma reestruturação nas bases produtivas para fomentar a maior participação das nações no sistema financeiro mundial. Nessa conjuntura, um novo papel foi imposto aos Estados que passaram a atuar na regulamentação dessas novas determinações. Esta trajetória de ampliação do controle socioespacial dos países periféricos foi vinculada ainda à releitura da questão social de uma forma individualizada e focalizadora embasada pelas teses de Amartya Sen. A ideologia do empreendedorismo, de liberdade atrelada ao mercado, de desigualdade econômica, de justiça distributiva, autonomia e empoderamento, encaminham a atuação do Banco Mundial e suas agências na utilização de um arcabouço teórico/conceitual para legitimar a prática da despossessão instituída pelo mercado das finanças, a partir dos anos de 1990. A política de crédito voltada para microempreendedores individuais foi apresentada como alternativa imprescindível para a inserção dos trabalhadores informais no mercado e com ele superar o problema da pobreza, uma saída à crise estrutural nas economias centrais em suas mais variadas nuances que, ao desenvolver mecanismo de

administração da pobreza, escoar seus excedentes de capitais, produzindo mais lucros. O Brasil sedia o maior programa de microcrédito da América Latina, o Crediamigo, implantado pelo Banco do Nordeste na década de 1980, uma agência pública que assumiu o modelo de focalização da política social, subsidiando a expansão do capital financeiro em áreas e atividades antes descartadas pelo mercado de crédito. Em Pernambuco, é forte a presença de agentes financeiros atuando junto ao Estado no fomento às políticas de crédito desde a década de 1990. Nesse estado, estruturou-se um conjunto de ações de incentivo ao empreendedorismo individual, com a criação de agências estaduais de financiamentos. Arelada a essas ações, espacializam-se agências privadas de crédito e o seguimento público federal, com o programa Crediamigo do Banco do Nordeste, que possui uma logística de atendimento que o faz presente em todo o estado. Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos rebatimentos socioespaciais desses programas de microcrédito voltados para empreendedores individuais, realizamos uma análise da espacialização das ações do programa Crediamigo para este segmento de investimentos no estado de Pernambuco. Optou-se por estudar esse programa, diante da abrangência, enquanto política pública destinada ao setor do mercado informal; do nível de absorção da lógica empreendedora com vias ao atendimento individualizado e da necessidade de compreender as implicações no processo de produção do espaço diante da destinação do volume de recursos públicos empregados para tal atividade em detrimento de políticas estruturais para geração de emprego. As pesquisas foram realizadas na região que compreende a área de atendimento do Crediamigo, da Unidade de Petrolina, abrange os municípios de Lagoa Grande, Dormentes, Afrânio, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina onde se localiza a agência do Banco do Nordeste e a sede desta Unidade de Atendimento. O método dialético e sua investigação baseada no materialismo histórico norteou nossa leitura e análise dos processos espaciais em questão possibilitando elucidar, pela leitura da financeirização e do controle da renda do trabalho, as contradições das políticas de administração da pobreza. Como encaminhamentos metodológicos, desenvolvemos pesquisa bibliográfica alicerçada em um conjunto de referências entre elas, livros, banco de teses, periódicos e sites; pesquisa de campo com visitas à área de estudo onde foram realizadas entrevistas, levantamento fotográfico e análise documental. Estes créditos financiam diversos tipos de atividades, empreendimentos simples como feirantes, vendedores de roupa, loja de variedades que, em muitos casos, são realizados na própria residência como vendedores de cosméticos, roupas íntimas, costureira, sacoleira, fornecedor de refeições, entre

outros. São atividades destinadas à reprodução da família que, na maioria dos casos pesquisados são compostas de cinco pessoas que dispõem de renda média de 2.000 reais, destinados às despesas de alimentação, água, energia, ao pagamento mensal da parcela do empréstimo e pagamento de aluguel em 40% dos casos. Para 64% dos entrevistados, essas atividades se constituem como a única fonte de renda da família, um tipo de atendimento ao caráter multidimensional da pobreza que fomenta a capacidade individual direcionada ao mercado com vista à resolução das demais necessidades. Os resultados desses investimentos não garantem a sustentabilidade da reprodução social dos sujeitos; são atividades que concorrem no mercado globalizado e embora sejam demandas da própria comunidade, em grande parte não se reproduzem a longo prazo. O empreendedorismo subsidiado pelas políticas de microcrédito incorporadas às ações sociais públicas como alternativa viável à superação da pobreza desempenha o papel de expansão do processo de financeirização determinado pelo ajuste estrutural do capitalismo. O escoamento de excedentes de capitais conduzidos pelas agências financeiras internacionais para superar crises de acumulação nas economias centrais encontrou espaço para se reproduzir a partir das determinações impostas aos Estados, condicionados aos novos arranjos do neoliberalismo. Esse modelo de política, estrategicamente, esconde as razões existenciais da pobreza enquanto produto da apropriação privada da riqueza.

PALAVRAS-CHAVES: Pobreza; capitalismo financeiro / microcrédito; produção do espaço.

Referências

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forence universitária, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2015.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Geografia do espaço da miséria*, v. 1, nº. 6, 2005. Scientia Plena 1 (6): 166-170, 2005.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto. Editora Afrontamento, 1975.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2006.

LESSA, Sergio. *Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LISBOA, Josefa Santos. *A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança*. Tese doutorado. Aracaju, 2007.

MARCUSE, Herbert. *Reason and Revolution: Hegel and the rise of social theory*. Institute of Social Research, Columbia University. New York: 1941.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis, 2012.

_____. *O Capital: crítica da economia política – livro 01*. 24. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MASCARO, Alysson Leandro. *Introdução à filosofia do Direito – dos Modernos aos Contemporâneos*. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

MEDEIROS, Dhiego Antônio de. *Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas um exemplo em Alagoas*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1977.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record: 2008.

SEN, Amartya. *A ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. *A (dês)ordem societária e territorial do trabalho*. In: O campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004a.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

O CONTROLE DO ESPAÇO A PARTIR DA ESPACIALIZAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NO SEMIÁRIDO BAIANO

Erika Maria de Oliveira

Mestra em Geografia (PPGEO/UFS). Integrante do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER).

erika.oliveira01@hotmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Doutora em Geografia (PPGEO/UFS). Professora do DGEI/UFS e do PPGEO/UFS. Coordenadora do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO).

josefalisboa@uol.com.br

O presente resumo analisa a política de implantação de parques eólicos no semiárido do estado da Bahia, atenta para os propósitos, tomadas de decisões e rebatimentos da referida política. Busca-se explicar como se consolida a política energética pela via dos parques eólicos e como se estabelece a relação sociedade natureza, tendo em vista o usufruto desta última como fonte energética renovável, de baixo custo, voltada para a comunidade local e/ou ainda como matéria prima para geração de mais valia. Nas últimas décadas, os questionamentos sobre o futuro do planeta estão cada vez mais evidentes. As preocupações com o meio ambiente têm levantado discussões acerca do uso dos recursos naturais de forma sustentável. Dentro desse contexto, o desenvolvimento industrial e tecnológico exigiu um aumento da demanda da produção de energia no mundo, fazendo com que o uso das fontes alternativas de energia para geração de eletricidade ganhasse prestígio, fundamentalmente pelo discurso de energias limpas e renováveis associado ao discurso da crise ambiental e da necessidade de promover o desenvolvimento de forma sustentável. Harvey (2004) explica que foi nesse contexto que se iniciaram no mundo, pesquisas sobre matrizes energéticas renováveis principalmente entre as principais potências mundiais baseadas nos recursos dos diversos países, entre eles, os das nações mais pobres. Essas ideias vêm se disseminando no mundo, com propostas que, muitas vezes, analisam apenas a questão ambiental fora das relações sociais, fundamentadas na mudança do modo de vida das pessoas, ou seja, a possibilidade de mudança passa a ser dirigida pelo viés de uma educação ambiental, camuflando a lógica do modo capitalista de produção e a relação de

exploração e sobre-exploração que este estabelece na apropriação da natureza, concedendo a ela um valor de troca e transformando-a em mercadoria para geração de lucro. Nessa direção, o uso dos ventos para geração de energia elétrica tem ocasionado o aumento da implantação de parques eólicos por todo o mundo. Nesse caminho, o estudo em tela reporta-se a uma pesquisa qualitativa e uso do método dialético para interpretação da realidade, que tratará de como a política se espacializa, altera as relações de produção e sociais e repercute na vida dos moradores das áreas ocupadas pelos empreendimentos. Considera-se que é sustentado na ideologia da sustentabilidade que o Estado consolida sua atual política energética com a implantação de parques eólicos no Brasil, enfatizando ser ela uma fonte energética renovável, de baixo custo, voltada para a comunidade local, escamoteando seus reais interesses e prejuízos. Diante desse contexto, de novas configurações territoriais, é importante analisar a expansão da atividade energética brasileira, buscando entender as transformações do espaço em face ao momento histórico da inserção de novas fontes energéticas no contexto das novas relações de produção, trazendo uma reflexão sobre a política de implantação de parques eólicos, para entender a relação sociedade natureza, como esta última aparece como objeto de trabalho e fonte de matéria-prima para geração de mais-valia. O estudo que segue teve como área de pesquisa os municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, todos situados no semiárido baiano. A escolha por tais espaços se deve por considerar que eles sofreram significativas mudanças durante a inserção das políticas de integração regional a partir da década de 1960, que se alicerçavam no discurso espúrio da necessidade de superar o isolamento e atraso do Nordeste em relação ao restante do país. Ainda nesse momento, a urgência para atender à demanda energética do parque industrial instalado no Centro-Sul e a necessidade de integrar, regionalmente, o país apresentava-se como primazia para o governo daquela época. Nesse contexto, os municípios em questão receberam, na década de 1970, a construção da hidrelétrica de Sobradinho e, atualmente, é palco de uma série de “investimentos” para implantação de parques eólicos para geração de energia elétrica renovável. Percebemos que nesses espaços, onde as forças capitalistas se desenvolvem, estão presentes relações de dominação e poder que se apoiam na lógica do discurso do ‘progresso’ como forma de desenvolvimento e organização social. Assim, “o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo local” (LISBOA, J.; CONCEIÇÃO, A. L.

2007, p. 123). Entendemos que, nos municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, o território passa a ser produzido pela lógica exclusiva do lucro. Seu uso passa a ser comandado pelo capital e por grandes grupos empresariais que atribuem novas feições aos lugares por meio de discursos que determinam as ordens de funcionamento dos territórios, tornando-os exteriores às demandas dos lugares que recebem os empreendimentos. O uso do território passa a ser um uso mais corporativo, comandado pela lógica e pela racionalidade de grandes empresas, e a valorização do espaço passa a ser cada vez mais seletiva e circunscrita a manchas e pontos do território de alto potencial eólico, onde os parques vêm sendo instalados. Nesse sentido, acreditamos que os parques eólicos são verticalidades, vetores externos que, quando depositados nos lugares, impõem a esses uma racionalidade externa que leva ao desarranjo das solidariedades preexistentes antes pautadas pelas relações de contiguidade, aqui entendidas como horizontalidades (TRALDI, 2014). Nesse contexto, o Estado aparece como agente fundamental na produção do espaço; seu papel como condutor do planejamento e implementador de políticas públicas possui, no plano do discurso, o intuito de responder aos anseios da sociedade; entretanto, ao mesmo tempo, contraditoriamente, atende às demandas do grande capital.

Palavras chave: energia eólica, relação sociedade-natureza, desenvolvimento.

Referências:

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. *As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental*. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo, Editora Unesp, 1995.

ANEEL. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. Brasília, Brasília, 2002.

BERMANN, Célio. *Crise ambiental e as energias renováveis*. Cienc. Cult. [online]. 2008. Disponível em < <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2008/pdf>> Acesso do em março de 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Insustentabilidade do desenvolvimento sustentável*. In: Revista Eisforia Florianópolis, v.2, n.2, p.79-154, Jul./dez.2004.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo. 9. ed. Contexto, 2000.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo. Ed. UNESP, 2006.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2006.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital*. Presidente Prudente. Terra Livre. Ano 23, v. 2, n. 29 – p. 115-132, 2007.

LISBOA, Josefa Santos. *A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança*. Tese doutorado. Aracaju, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da Costa. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

RODRIGUES, Jamile Oliveira. *Da energia que se planta à sujeição camponesa: o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano São Cristóvão*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SANTANA, Paola Verri de. *A mercadoria verde: a natureza*. In. AMÉLIA, Damiani; Carlos, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette, Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo, Contexto, 1999.

[SIMAS, Moana Silva. *Energia eólica e desenvolvimento sustentável no Brasil: estimativa da geração de empregos por meio de uma matriz insumo-produto ampliada*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2012.](#)

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

TRALDI, Mariana. *Instalação de parques eólicos no semiárido nordestino e a falácia do desenvolvimento local e regional*. São Paulo. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014.

A MOBILIDADE DO CAPITAL COMO MARCA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA MINERAÇÃO

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo⁶

Mestrando em Geografia - PPGeo/UFS

danilogeoufs@gmail.com

Orientadora: Alexandrina Luz Conceição⁷

Professora Doutora em Geografia - PPGeo/UFS

aluz@oi.com.br

INTRODUÇÃO

Desde o processo de colonização do território sergipano a exploração dos recursos minerais esteve respaldada no desenvolvimento das relações de produção capitalista, materializadas nas incursões exploratórias para localizar reservas minerais que legitimassem a ocupação/invasão do território e garantissem a (re)produção do capital. Nessa direção, as expedições mineralógicas consubstanciavam-se para a acumulação primitiva que garantiu as condições objetivas da consolidação do capitalismo europeu (MARX, 2013), e de forma concomitante contribuíram para o processo de formação territorial (MORAES, 2002). Partindo desse pressuposto a presente pesquisa teve como objetivo analisar as articulações Estado-Capital-Trabalho na viabilização da exploração mineral em Sergipe. A pesquisa está ancorada no materialismo histórico dialético e busca refletir o real concreto de forma processual a partir das contradições estabelecidas historicamente na relação capital/trabalho em sua totalidade. Como procedimentos metodológicos foram realizadas pesquisa bibliográfica,

⁶ Membro do GPECT/CNPQ/UFS - Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territoriais.

⁷ Coordenadora do GPECT/CNPQ/UFS - Grupo de Pesquisa Estado Capital, Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territoriais.

pesquisa documental com base na análise de relatórios institucionais da PETROBRÁS, VALE, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Agência Nacional de Petróleo – ANP e do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento. Além da pesquisa de campo para realização de entrevistas com representantes dos sindicatos da área: Sindipetro AL/SE, SINDICAGESE, Sindimina-SE e questionários com trabalhadores do setor mineral.

DESENVOLVIMENTO

Nossos estudos permitem afirmar que a partir da segunda metade do século XX, mediante a intensificação da inserção do capital internacional no país, construiu-se um discurso social que elencou os recursos minerais como necessidade imprescindível ao desenvolvimento brasileiro. Sob a ideologia do desenvolvimento, o Estado atuou na realização de estudos mineralógicos, que resultaram na descoberta de importantes reservas minerais em Sergipe - petróleo, potássio, sal-gema, calcário, gás natural - e permitiram, a mobilidade espacial do capital estatal e do capital privado substanciada na instalação de empreendimentos minerais como a PETROBRÁS, Petromisa, Votorantim e Nassau. Nessa direção, para as indústrias de cimentos a mobilidade espacial do capital foi incentivada, pelo Estado, através da concessão de incentivos fiscais da SUDENE, enquanto que na exploração de potássio, petróleo e gás natural o Estado assumiu a responsabilidade exploratória atuando como propulsor da igualização do capital via aprofundamento de relações de produção capitalistas. A ação do Estado garantiu também a mobilidade do capital reificada na circulação dos produtos-mercadorias minerais, mediante a construção de portos marítimos, implementação de rodovias e do sistema dutoviário para fluidez do capital no território (CONSTANTINO, 2014). À classe trabalhadora foi determinada a opção do assalariamento como garantia da sua (re)produção social.

Com a emergência da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011), o modelo do Estado interventor tornou-se insuficiente para atender as demandas do capital e o Estado Neoliberal assumiu a tônica do desenvolvimento capitalista, reorganizando a base de reprodução social e difundindo a privatização e a tercerização como estratégias para garantia da mobilidade do capital - nas suas dimensões espacial, setorial e/ou formal. Nessa conjuntura, a mobilidade do capital consubstancializada na privatização e terceirização configura-se como espectro da ativação dos limites últimos absolutos do capital (MÉSZÁROS, 2005).

Com o processo de privatização o Estado torna-se ausente na exploração mineral e presente para a garantia da (re)produção do capital na insurgência da crise estrutural. Desse modo, a privatização da Vale e sua posterior captura pela *Mosaic Company*, transnacional com sede nos EUA, assim como a privatização paulatina da PETROBRÁS - mediante a concessão dos campos de exploração de petróleo e gás natural, privatização de empresas subsidiárias como a FAFEN-Sergipe e a terceirização das atividades operacionais - são os contornos que definem o vaivém do capital (SMITH, 1988), via processo de privatização dos recursos minerais.

A terceirização das atividades operacionais na PETROBRÁS, *Mosaic Company*, Votorantim, por sua vez, atua de forma funcional a mobilidade do capital pelas fissuras da gestão. Segundo Harvey (2008), a terceirização firmou-se como saída para a crise do capital que se instaura a partir da década de 1970, com a difusão do regime da acumulação flexível e o discurso da focalização das atividades nucleares como estratégia para conter a hemorragia do lucro (HARVEY, 2008). Nessa direção, tal redefinição estratégica implica na mobilidade do capital em diversas instâncias.

Na medida em que a existência do capital está determinada pelo processo de trabalho, o vaivém do capital guiado pela taxa de lucro (SMITH, 1988) resulta na mobilidade do trabalho em direção aos espaços do capital. A pesquisa detectou que na mineração, a volatilidade da mobilidade do capital tem implicado em intensificação da exploração e precarização do trabalho, submetendo a classe trabalhadora aos padrões de acumulação flexível, como a terceirização das atividades e a retirada de direitos trabalhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade do capital é a marca da lógica capitalista de acumulação na exploração mineral que subjuga as necessidades humanas ao imperativo do capital e transforma o trabalho em carcaças do tempo. Infere-se, dessa forma, que o Estado é o aparato legal utilizado pelo capital na condução das suas determinações sociometabólica. A contínua autoexpansão do capital resulta em mobilidade do capital e do trabalho, conduzida pelo Estado para captura de espaços que permitem sobreacumulação.

REFERÊNCIAS

CONSTANTINO, Wagner. O processo de valorização do capital e o imperativo da fluidez. In: **Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia** – Alfenas, 26 a 30 de maio

de 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2008b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas, SP: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. Trad. de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração mineral, Estado, Mobilidade do capital.

TERRITORIALIDADE E MEMÓRIA NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA-BAHIA

Débora Paula de Andrade Oliveira

Doutoranda em Geografia – PPGEU/UFS
E-mail: deborapaulageografia@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Doutora em Geografia e professora do PPGEU/UFS
E-mail: soniamendoncamenezes@gmail.com

Introdução

O estudo ora apresentado tem como propósito de analisar as territorialidades que se expressam nas paisagens do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), considerando a perspectiva da memória dos sujeitos sociais que historicamente vivenciam esse território. Nas palavras de Santos, as relações de afeto e os traços identitários que constituem a territorialidade no lugar, traduzem-se pelo “[...] sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1999, p.8), assim tais relações se traduzem em sentimentos diversos, marcados pela identificação, conflitualidades e pertencimento, a territorialidade é construída pelos grupos sociais que se reproduzem, ao mesmo tempo que reconfiguram seus espaços e territórios de vida.

Antes da criação do parque, o território do PNCD se constituía como lugar da reprodução social e da manutenção da vida dos sujeitos sociais que historicamente o habitam, assim, suas histórias de vida são entrelaçadas a memória e as paisagens desse lugar.

No que tange aos aspectos metodológicos da pesquisa, sublinha-se que a abordagem qualitativa, pautada em um viés fenomenológico é o que mais se adéqua a presente análise. Os procedimentos de pesquisa utilizados estão calcados na discussão e sistematização do referencial teórico, centrado nas categorias território, paisagem e memória social. Ao reconhecer o território como expressão material e simbólica das configurações espaciais (SAQUET, 2007), o espaço e o tempo como dimensões indissociáveis constituintes da memória social (HALBWACHS, 1990) e as paisagens como herança dos processos naturais e históricos do lugar (AB’SABER, 2003), é possível vislumbrar o imbricamento dessas categorias na leitura geográfica da realidade.

Paralelamente, destaca-se a elaboração do projeto cartográfico, a pesquisa em fontes secundárias de dados socioeconômicos dos municípios da área de estudo, a elaboração de roteiros de entrevistas e questionários e a realização de pesquisas de campo.

Múltiplas territorialidades no Parque Nacional da Chapada Diamantina: um diálogo em construção

A geograficidade se concretiza nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais, posto que, ao vivenciar o espaço, os sujeitos sociais constroem suas territorialidades e representações expressas nas paisagens.

Santos compreende que no território [...] desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza (SANTOS, 1999, p.7). Mais do que palco do cotidiano, o território é por excelência, o chão da vida, onde se concretiza a espacialidade das relações sociais em territorialidades diversas que coexistem de forma conflituosa.

O PNCD está situado na porção central do Estado da Bahia, seu território envolve seis municípios, ao norte, situa-se Lençóis e Palmeiras, ao sul Ibicoara, sudeste Itaetê e nas áreas centrais, encontram-se os municípios de Mucugê e Andaraí.

O PNCD foi implantado em 17 de setembro de 1985, via decreto nº 91.655 de 17 de setembro de 1985. Segundo esse documento, a unidade de conservação foi instituída com o propósito de “[...] proteger amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina”, de modo a assegurar “[...] a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área” (BRASIL, 1985)

Embora tenha decorrido mais de três décadas desde a criação, essa unidade de conservação ainda não foi regulamentada, posto que, em seu território emergem diversos conflitos sociais decorrentes das múltiplas faces da territorialidade dos sujeitos em relação a esse espaço. Pensar os significados que envolvem o território do PNCD significa compreendê-lo como pleno de memória social, pois, como assegura McDowell (2016), trata-se de lugares com os quais as pessoas se conectam, de modo físico ou emocional e, consequentemente, estão ligados a noções de pertencimento e identidade.

Considerações finais

A intensa relação entre os sujeitos sociais e as paisagens do PNCD é um traço marcante na memória social dos sujeitos que as experienciam, pois vivenciar a paisagem ultrapassa a contemplação das belezas cênicas que a constitui: é ter a vida e a memória entrelaçada a geograficidade que lhe é peculiar.

A existência desses sujeitos sociais é eivada do sentimento de pertencer à natureza, de viver em constante interação com ela, num movimento de permanências e transformação das paisagens.

Todavia, a institucionalização de territorialidades verticais, como a criação do parque acontece alheia à existência e sobrevivência dos sujeitos sociais que habitam o lugar, que nasceram, viveram, constituíram família e tem seus entes queridos enterrados naquele chão.

Referências

AB’SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Decreto de Criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91655.htm>. Acesso em: 13 de set. de 2017.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LÉDA, R. L. M. **Políticas públicas e territorialização do desenvolvimento turístico na Bahia: o caso da Chapada Diamantina**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MCDOWELL, S. Heritage, memory and identity. **The Ashgate research companion to heritage and identity**. Hampshire, p. 37-53, 2016.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2007.

Palavras-chaves: Memória social. Parque Nacional da Chapada Diamantina. Territorialidade.

LUGAR, PAISAGEM E MEMÓRIA: UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio
Doutora em Geografia – UFS
viladea@yahoo.com.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Doutora em Geografia – UFS
soniamendoncamenezes@gmail.com

A proposta de pesquisa surge da necessidade de aprofundar os estudos sobre lugar, paisagem e memória e será desenvolvida durante o pós doutoramento no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. O interesse manifesto ao propor a pesquisa foi o de analisar a feira livre do Distrito de José Gonçalves (pertencente à microrregião Vitória da Conquista e à mesorregião Centro Sul Baiano), como um lugar de memória, por meio das paisagens do passado e do presente rememoradas através das narrativas dos feirantes e frequentadores da feira, entre outros sujeitos. Os estudos iniciaram com a possibilidade de ministrar a disciplina: Tópicos em Estudos Geográficos I (PPGeo/UFS) desenvolvendo a temática: Lugar, Memória e Simbolismo. Na disciplina e durante a execução da pesquisa, alguns autores contribuem significativamente com as temáticas, tais como Carlos (2007), Cavalcanti (2007), Correia (2011), Milton Santos (1996, 1998), Moraes (2014), Nora (1993), entre outros.

Na perspectiva da geografia humanística o lugar é o conceito chave, compreendido como espaço vivido, onde a vida se realiza, carregado de afetividade e significado e é estudado a partir das relações subjetivas estabelecidas entre o sujeito e o espaço (CAVALCANTI, 2007). Para Carlos (2007, p.17) “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade – lugar”.

O conceito de paisagem na Geografia, segundo Costa e Rocha (2010) aparece inicialmente ligado a paisagem natural, entendida através da composição dos elementos naturais (clima, vegetação, relevo, solo, entre outros) e posteriormente a paisagem humanizada compreendida como resultado das relações homem/natureza. Contudo, Correia (2011) ressalta que a paisagem não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores. Santos (1988) concebe a paisagem por tudo o que é visível, o que a visão alcança e abarca, formada por cores, odores, sons e movimento. É a

materialização de um instante da sociedade. Moraes (2012, p.3) ressalta: “Cada época cria as suas formas, cada modo de organização da sociedade gera suas paisagens”.

Segundo Andrade (2008), as memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares através da constante visita ao passado afloradas em narrativas, sonhos e percepções. Nora (1993) estuda os lugares de memória no sentido material, simbólico e funcional e ressalta que um lugar de aparência puramente material, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica. Os lugares e paisagens são receptáculos de memória. E são constituídos de vivência e experiência (HOLZER, 2000). O ato de narrar e recontar histórias sobre eventos que ocorreram em lugares particulares da paisagem é uma maneira de falar das experiências passadas dos fundadores do lugar e do grupo social e é uma forma de conservar a memória sobre a história do lugar (ALENCAR, 2007).

O mundo é portanto passível de ser analisado por diferentes ângulos e as categorias geográficas auxiliam nesse processo de entendimento do espaço geográfico (MORAES, 2012). Portanto, as categorias estudadas nessa pesquisa serão norteadoras para se entender o sentido da Geografia no processo fortalecimento e valorização dos lugares

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. **Passos**: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. v. 6, n. 3, 2008. Disponível em: < http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf>. Acesso em: 31 de jul. 2018

ALENCAR, Edna F. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade1. **Teoria & Pesquisa**. UFSCAR, São Carlos VOL. XVI - nº 02 - JUL/DEZ DE 2007. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/108/94>> Acesso em: 31 de jul. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Definir o lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. FFLCH. São Paulo, 85 p., 2007. Disponível em: < http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf > Acessado em 31 de jul.2018

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

CORREIA. Roberto Lobato. Denis Cosgrove. A paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N.29, p.7-21, Jan/Jun de 2011 Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3528/2454>> Acessado em 31 de jul.2018

COSTA, F. R; ROCHA, M. Ms. Geografia: conceitos e paradigmas - Apontamentos preliminares. **Rev. GEOMAE** Campo Mourão, PR. v.1n.2 p.25 - 56 2ºSem 2010 ISSN 2178-3306

HOLZER, Werther. Memórias de Viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **Anais** do II Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem, Bauru-SP (1996). Disponível em: < <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/32/30>> Acessado em: 31 de jul. 2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **O sentido formativo da Geografia**. Instituto dos Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: www.iea.usp.br/textos Acessado em 31 de jul.2018

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. (10). 1993, 7-28.

SANTOS. Milton. Paisagem e Espaço. In: SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. Hucitec. São Paulo 1988. Disponível em: < <https://yadi.sk/i/iF0e1Lo9qBiTF> > Acessado em 31 de jul.2018

Palavras Chaves: Lugar. Memória. Paisagem.

O MODELO DE EMPREENDEDORISMO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLs)

Orientadora: Josefa de Lisboa Santos
Pós-Doutorado– josefalisufs@gmail.com
Orientanda: Ítala Santana Souza
Mestre – ita.yd@hotmail.com

A transição para o Regime de Acumulação Flexível feita em parte por meio da implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas suscitou o desenvolvimento de um novo marco teórico acerca do planejamento de desenvolvimento regional e urbano que se propõe a dar respostas adequadas às novas questões que ora se impõem.

Diante das transformações sistêmicas do final do Século XX e do insucesso do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, essa postura analítica passa a ser paulatinamente substituída por uma nova teoria, que procurava ser mais coerente com os “novos tempos”, tempos da globalização e neoliberalismo, de enfraquecimento do Estado-nacional, das políticas de desenvolvimento regional e de ascensão do federalismo competitivo (CAMPOS, 2010).

Características gerais sobre desenvolvimento endógeno e aglomerações (APLS, CLUSTERS E DISTRITOS INDUSTRIAIS)

Essa realidade passa a se materializar a partir da crise sistêmica da década de 1970, que colocou em xeque ao mesmo tempo o paradigma fordista, forçando as empresas a modificarem sua estrutura produtiva e organizacional, e o modelo centralizado de planejamento do desenvolvimento, fazendo deslanchar um processo de descentralização político-administrativa que acabou dando às cidades e às regiões, novas atribuições.

Nesta nova visão de mundo o processo de desenvolvimento acaba sendo resultante tanto do ambiente macroeconômico, determinado pelas políticas de ajuste, quanto pelo ambiente microeconômico (ainda que definido pela relação capital-mercado-Estado), construído através dos modelos de produção, gestão, organização, relacionamento empresarial e condicionado pela forma de gestão pública da localidade, pela capacidade de governança da comunidade e pelo nível de articulação público-privada.

Assim, as qualidades locais passam a ser cada vez mais destacadas e trabalhadas, tornando isto um trunfo na competição entre lugares, o que tem gerado, conforme o autor, um efeito contraditório e ao mesmo tempo irônico de crescente padronização dos espaços no mundo a partir do momento em que cada localidade busca tornar-se única. “Quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar

dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneira atrativa ao capital” (Harvey, 2005 b, p. 267).

O fenômeno das atividades produtivas aglomeradas de pequenas e médias empresas não é um acontecimento recente. A gênese da análise dos APLs – expressa nas externalidades aglomerativas – aparece já na última década do Século XIX em capítulos destinados ao estudo da organização industrial na obra *Princípios de Economia* de Alfred Marshall, quando o autor destaca Lancashire e Sheffield na Inglaterra por possuírem uma forma de organização da produção em forma de distritos industriais compostos por pequenas empresas. É em função disto que os distritos industriais da Terceira Itália são por diversos autores hoje em dia chamados de Distritos Industriais Marshallianos (CAMPOS, 2010).

Segundo o professor Jair do Amaral Filho (2001), doutor em economia e membro da REDESIST, o exemplo mais conhecido e constantemente referenciado como modelo de sucesso no exemplo de organização espacial de atividades é a Terceira Itália.

Na França, ao longo dos anos 1990, as aglomerações produtivas foram foco das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do território. A partir de 1998, são implementadas medidas de apoio ao fortalecimento dos *systemes productifs locaux* (SPLs).

De acordo com o Ministério de Indústria, Turismo e Comércio (MITYC) espanhol, as primeiras políticas desse país voltadas aos aglomerados produtivos locais iniciaram-se em 1990, sendo das comunidades autônomas a responsabilidade pela iniciativa. Nesse sentido, destacam-se as ações do país Basco, da Catalunha e da Galícia.

No país Basco, mais especificamente, os primeiros objetivos dessas políticas eram superar e reestruturar a economia. No entanto, no final da década de 1990, já se pode observar uma atuação mais ambiciosa, enfocada na competitividade de médio e longo prazo. Nas Ilhas Baleares as ações estiveram voltadas à promoção do turismo, constituindo, assim, o *cluster* de inovação tecnológica e turismo. Já na Comunidade de Madri, as políticas direcionadas aos aglomerados foram iniciadas em 2006 (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. “O território aparece como o local apropriado para a inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo empresarial local” (LISBOA, 2007, p. 141).

É a lógica de produção de territórios pelo capital, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta ideia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos

espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins.

PALAVRAS-CHAVES: Empreendedorismo, Desenvolvimento endógeno e Sistemas Produtivos Locais.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, R. et al. (Orgs.). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010;

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005b;

CASSIOLATO, José E. Szapiro, Marina. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003;

SANTOS, Josefa de Lisboa. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de Doutorado. Aracaju, NPGeo/UFS, 2007;

A PRODUÇÃO ARTESANAL DE BISCOITOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: UMA POSSIBILIDADE DE SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO

Vilomar Sandes Sampaio
Doutor em Geografia – UFS
viladea@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Doutora em Geografia – UFS
soniamendoncamenezes@gmail.com

Essa proposta de pesquisa é fruto dos estudos de pós doutorado realizado no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGeo/UFS) e tem como objetivo analisar a dinâmica da produção e circulação dos biscoitos como uma possibilidade de Sistema Agroalimentar Localizado. O espaço em análise é a cidade de Vitória da Conquista que é caracterizada como centro regional de grande influência na região econômica do Sudoeste da Bahia, localizada em um estratégico entroncamento rodoviário, constituindo assim um centro regional importante no contexto urbano baiano. Vitória da Conquista é o terceiro município do Estado em população, com 306.866 habitantes e uma taxa de urbanização de 85,8% (IBGE, 2010)

Para que se compreenda o significado da relação que a cidade e região estabelecem com a produção de biscoitos é importante identificar hábitos e costumes regionais. Segundo Souza (1996) até a primeira metade do século XX, a alimentação básica era feijão, arroz, carne e produtos da mandioca e os alimentos eram feitos com o agrupamento das mulheres em rodas de conversa. Os alimentos dessa época provinham das fazendas que se auto sustentavam e alguns produtos conseguidos com dificuldade nos grandes centros.

A cidade de Vitória da Conquista e região começou a ter maior abastecimento de gêneros alimentícios e outros produtos após 1930, com a construção de estradas e o aparecimento esporádico de caminhões, substituindo gradativamente o transporte de gêneros pelas tropas de muares (SOUZA, 1996). A região tornou-se uma área consumidora e produtora com forte comércio e pequenas indústrias, geralmente artesanais e alimentares.

A produção de biscoitos caseiros em Vitória da Conquista teve suas primeiras unidades instaladas há aproximadamente 50 anos, resistindo às mudanças e ao crescimento da cidade, e tem se destacado, não somente pela tradição regional, mas como alternativa de sobrevivência de parte da população que não conseguiu uma ocupação no mercado de

trabalho. Assim, foram criadas condições favoráveis para a projeção desta atividade, devido à disposição de mão-de-obra e matéria prima, pouca especialização, baixa exigência técnica, informalidade nas relações de trabalho.

O Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) promove um novo estilo de desenvolvimento territorial visto que articula aspectos de territorialidade, cooperativas, identidade e cultura regional. A produção relaciona-se a qualificação do produto pela origem, a integração entre consumidores e produtores e o fortalecimento dos vínculos verticais. Assim, na análise do SIAL o território se manifesta ao longo de toda a cadeia (SIQUEIRA, 2016)

Um produto que agrega aspectos regionais, não se trata somente de um simples processo de geração de emprego e renda, mas, da inserção de uma indústria de produção numa localização estratégica, a qual busca reorganizar as bases materiais para uma forma diferenciada de acumulação capitalista. Esta situação evidencia novas formas de cumplicidade entre o capital e o Estado, representado pelo poder público local e, de alguma medida, o poder estadual, que não se articulam na criação de condições que favoreçam a instalação das fábricas no município.

Essa via de reflexão foi aberta pela dinâmica das redes produtiva locais e serve de horizonte para uma perspectiva voltada para novos padrões de desenvolvimento regional. Os novos padrões de cooperação do trabalho compreendem o potencial das dinâmicas territoriais como instrumento de emancipação e conflito social capazes de gerar novas alternativas e padrões endógenos de desenvolvimento. É nesta perspectiva, que se apresenta este estudo sobre a produção caseira de biscoito como uma possibilidade de desenvolvimento a partir de potencialidades organizativas presentes num dado lugar e torna-se viável, na medida em que revela uma realidade marcante na cidade, haja vista que envolve toda a população nessa cadeia produtiva, gerando emprego, renda e consumo.

A realização dessa pesquisa, por meio da análise dos dados, mostra o potencial dessa atividade como geradora de emprego e renda, para assim, proporcionar visibilidade a um importante produto regional, sendo valorizado, apoiado e financiado pela iniciativa pública e privada, pois, apesar do importante papel que exerce, ainda vive em grande parte na informalidade. Espera-se com isso a implantação de projetos específicos que possa redimensionar essa atividade e também como fonte de estudo sobre a economia local.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1995

BRASIL, **Sistema IBGE de recuperação automática** - SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.Br/bda/agric/>>. Acesso em: 28 ago. 2005. Acesso em 20 julho 2018.

MOREIRA, Rui. Da região à rede e ao lugar. In: *Ciência Geográfica*. Ano III n.6 Bauru: AGB, 1996

SIQUEIRA, Murilo Carlos. Sistema agroalimentar localizado (SIAL) e as atividades de comunidade no entorno da PR 508. **Dissertação** de mestrado, 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/64048677-Universidade-federal-do-parana-murilo-carlos-siqueira.html>> Acesso em 10 de jun.2018

SOUZA, Amélia Barreto de. **A Alimentação no Planalto de Conquista de 1930 a 1950**. Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996

Palavras chaves: Arranjos produtivos. Produção artesanal de Biscoitos. Sistema Agroalimentar Localizado.

EMPREENDEDORISMO: (DES)SOCIALIZAÇÃO E SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

Luiz Carlos Tavares de Almeida⁸

Ana Rocha dos Santos⁹

INTRODUÇÃO

Esta tese propõe como objetivo majoritário investigar a relação entre o atual mundo do trabalho e o advento da chamada “educação empreendedora”, excepcionalmente a partir do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), em sua objetivação nas consideradas instituições de formação, com destaque para a Universidade Federal de Sergipe, SEBRAE-SE, instituições de educação básica do estado de Sergipe, e ONG’s, desde que estejam envolvidas com o desenvolvimento da educação empreendedora. Para tanto, o foco eleito por essa pesquisa é o da análise e questionamento do processo de empresariamento da educação pública em sua relação com o movimento de valorização da chamada empregabilidade.

Destarte, será necessário considerar a importância teórica e política do neoliberalismo como um complexo processo de construção hegemônica. Ou seja, como um projeto de poder que se realiza a partir de um conjunto de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc., e pela imposição de novos diagnósticos acerca de antigos problemas, legitimando, por exemplo, a cultura de natureza corporativa como caminho para a superação das crises do mundo capitalista

A fim de produzir uma rede de relacionamento entre instituições, governos, e sociedade, com foco na articulação e estímulo ao desenvolvimento e aprimoramento da cultura empreendedora, o Sebrae-SE, tem atuado com projetos e parcerias que valorizam o local, sua cultura/vocação. No estado de Sergipe destacam-se as parceria entre o Sebrae-SE, Secretaria de Estado da Educação (SEED) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). Com vias a implementação do (PNEE), estas parcerias possuem o propósito de promover a chamada “educação empreendedora”, a qual é apresentada como componente

⁸ Graduação em Geografia pela UFS; Especialização em Libras e Inclusão pela Faculdade Maurício de Nassau; Mestrado em Geografia pela UFS; Doutorando pela UFS; e-mail: luiz.geografia@hotmail.com.

⁹ Professora do Departamento de Geografia (Campus Itabaiana) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS; e-mail: ana.rochaufs@gmail.com

pedagógico indispensável ao aproveitamento das potencialidades de inserção competitiva do indivíduo no mercado.

EMPREGABILIDADE: a perversidade do discurso de exaltação do indivíduo

Em meio a exortação ao empreendedorismo verifica-se a criação de um ideário que visa a naturalização das novas formas de organização da força de trabalho nascidas junto ao período da acumulação flexível. Segundo Gramsci (2001), todo tipo de reestruturação do capital precisa ser acompanhada por uma reforma moral e intelectual do complexo social existente. E aqui compreendemos que a exortação às capacidades do “empreendedorismo” schumpeteriano, da “inovação”, da “propriedade” e da iniciativa individual, situa-se como um dos principais elementos desse novo discurso ideológico contemporâneo.

Diante desse contexto, a falta de emprego e renda passa a ser responsabilidades do indivíduo. As funções são invertidas, a proteção social esfacelada e a competitividade instituem-se como a principal regra do jogo, onde o mérito do sujeito empregado não está no seu direito social ao emprego, mas em ter conseguido se colocar em um mercado de trabalho competitivo.

Esse apelo à necessidade contemporânea da empregabilidade contribui para que, no plano ideológico, se construa e naturalize a noção de que superar o desemprego perpassa por uma questão de “requalificação” e “conversão profissional”. Não obstante a isso, é atribuído um “novo” papel à escola, o da empregabilidade. A tese da empregabilidade afirma que a requalificação pode gerar condições de se chegar ao emprego, e nesse contexto “se esgota a promessa integradora da escola, passando a ser sua tarefa agora a empregabilidade. A garantia do emprego como direito social (...) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual (...) (GENTILI, 1998: 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de acumulação flexível o pleno emprego se esvai, o trabalho assalariado entra em crise, e se torna cada vez mais comum o trabalhador ter que optar por mecanismo de complementação de renda, o que não por acaso os leva a relações de trabalho precarizadas, destituídas de direitos e de quaisquer tipo de proteção social. Sob o

enfoque empreendedor, as novas formas de trabalho, quase absolutamente precarizadas, instáveis, e marcadas por uma mercantilização do conjunto de serviços de proteção social, são compreendidas como o produto de nova economia, onde (...) os empreendedores eliminam barreiras comerciais e culturais, globalizam-se e renovam os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade (CHARLEAUX, 2016: 22).

Diante da crença empreendedora, a iniciativa particular, produto da exaltação do indivíduo, é colocada como estratégica na busca pelo emprego, ou ainda, pelo que convencionou-se chamar de empregabilidade. E esse cenário aponta para um processo de vitória do capital sobre o trabalho, já que a meritocracia, instituída no discurso da exaltação do indivíduo, passa a estabelecer um mercado de trabalho cujo acesso se dá via capital social. No plano ideológico configura-se o fim das políticas macroeconômicas de emprego e renda, e o nascimento de indivíduos imbuídos a adquirir competências e habilidades no campo cognitivo, técnico e de gestão, o que os tornariam competitivos e, sobretudo, empregáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARLEAUX, João Paulo. **Como a substituição do ‘trabalhador’ pelo ‘empreendedor’ afeta a esquerda**, 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2016/11/01/Como-a-substitui%C3%A7%C3%A3o-do-%E2%80%98trabalhador%E2%80%99-pelo-%E2%80%98empreendedor%E2%80%99-afeta-a-esquerda>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 15, 2007.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no trabalho**: perspectivas de final do século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: **Cadernos do Cárcere**, volume VI, 2001.

WOOD, Ellen. **Modernity, postmodernity or capitalismo?** Review of International Political Economy. Brighton: V. 4, n. 3, 1997.

PALAVRAS CHAVES: Reestruturação do Capital; Empreendedorismo; Empregabilidade;

A CADEIA PRODUTIVA DA BORRACHA NATURAL BRASILEIRA

Paulo Henrique Silveira Lima – Doutor em Geografia
paulophdd.g@gmail.com

Dean Lee Hansen – Doutor em Geografia
dean.edu@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: a análise da cadeia produtiva da borracha natural brasileira e seu respectivo contexto, em escala global, partem de questões bastante complexas e que precisam ser melhor discutidas pelas instituições públicas e empresas brasileiras, a partir de duas questões básicas: ser a *Hevea brasiliensis* (seringueira) uma planta endêmica da Amazônia brasileira, com crescente produção de borracha natural nessa região a partir da década 1827 até a década de 1912, quando começou o declínio das exportações (BERNARDES, 1998). De forma que em 1890 a região produzia 95% da borracha natural do mundo e em 1928 somente 2,3% (JACKSON, 2011). Atualmente produz apenas 1% (ANIP, 2013). Durante 63 anos o Brasil dominou o mercado mundial de borracha natural. A partir da década de 1920 a produção e exportação brasileira desse produto entrou em declínio pelas décadas sucessivas, até o final da década de 1980, quando ocorreu a última exportação brasileira de borracha natural. Essa questão permite indagar sobre o porquê e como o Brasil, com comprovadas condições geográficas, edafoclimáticas e tecnológicas, perdeu a oportunidade de continuar liderando o mercado mundial de borracha natural e passou a ser dependente da borracha natural importada, saindo de 100% da produção mundial para o atual 1% desse total.

METODOLOGIA: a metodologia utilizada nesta tese foi a coleta de dados em revistas especializadas, artigos e trabalhos científicos, sítios oficiais e privados, visitas a seringais, participação e pesquisa em congressos e entrevistas com os principais atores da cadeia produtiva da borracha natural brasileira. Os resultados da pesquisa foram contextualizados e tabulados em gráficos, tabelas, mapas e painéis fotográficos. O objetivo geral foi analisar a cadeia produtiva da borracha natural brasileira, demonstrando que a forma de uso da ciência, tecnologia e inovação (CT&I), das políticas e das estratégias públicas e empresariais, nas distintas regiões produtivas do país, têm sido determinantes nos resultados de produtividade e competitividade de toda a cadeia (PORTER, 1999). O conceito de cadeia produtiva tem sido utilizado para encadear as diversas etapas e agentes

envolvidos na produção, distribuição, comercialização, assistência técnica, crédito etc. e consumo de uma determinada mercadoria, a fim de permitir uma visão sistêmica, ao invés de fragmentada das diversas etapas pelas quais passa um produto, antes de alcançar o consumidor final. Esse conceito foi utilizado nesta tese como instrumento sistêmico e prospectivo para representar a produção de borracha natural no Brasil, comandada por agentes hegemônicos globais, representados pelas grandes redes de industriais de pneumáticos, mas com a etapa de cultivo da seringueira sendo processada localmente, pela agricultura familiar e usinas e/ou por sistemas agroindustriais.

CONCLUSÃO: ao se investigar os motivos do Brasil, país de origem da seringueira, ter perdido sua produtividade e competitividade, deixado de ser hegemônico e exportador, enquanto os países do Sudeste asiático, que levaram ilegalmente as sementes de seringueira do Brasil, assumiram a hegemonia da produção da borracha natural consumida no mercado mundial (BERNARDES, 1998), uma das principais conclusões a que se chegou foi a de que, enquanto os países asiáticos que produzem cerca de 93% da borracha natural mundial, o Brasil, que já produziu 100% desse total, produz atualmente 1%; e que em toda a região Norte, que já produziu 100% da borracha natural do país, atualmente produz cerca de 3%. Enquanto isso, o estado de São Paulo, fora das tradicionais regiões produtivas de seringueira, já produz respectivamente 54% desse total, tornando-se o principal produtor do país. A Bahia, da mesma forma, produz 17%. A explicação é que na cadeia produtiva de borracha natural da Ásia e nas regiões produtivas da cadeia em São Paulo e da Bahia os programas de estado e empresariais com aporte de ciência, tecnologia e inovação foram determinantes para essa boa produtividade e competitividade. Mas, como essas tecnologias não estão igualmente distribuídas nas diversas regiões produtivas brasileiras, e nem em todos os setores da cadeia, o país tem tido baixa produtividade e competitividade, incluindo até as modernas redes de pneumáticas brasileiras, o setor com melhor capacidade produtiva da cadeia, que estão perdendo competitividade para as pneumáticas europeias e asiáticas.

Palavras-chaves: Seringueira. *Hevea brasiliensis*. Indústria pneumática.

REFERÊNCIAS

ANIP Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP) 2013. **Relatório-perfil institucional**. São Paulo, 2013.

BERNARDES, Marcos Silveira. **Heveicultura brasileira atropelada pelos pneus**. Opinião aberta. Diário de Barretos. Página 9, 10 de novembro, 1998.

GONÇALVES, Paulo de Souza. O Melhoramento Genético da Seringueira Para Área de Clima Seco Definido. In: II Encontro Brasileiro de Heveicultura. 2010. Ilhéus-BA. **Anais...** Ilhéus-BA, Embrapa/Instituto Agronômico de Campinas (IAC), 2010.

JACKSON, Joe. **O Ladrão no fim do Mundo**: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Trad. Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PORTER, Michael E. **Competição**: Estratégias Competitivas Essenciais. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. Editora Universidade de São Paulo: São Paulo, 2004.

TERRITORIALIZAÇÃO DO PNCF NO MUNICÍPIO DE LAGARTO/SE:

JÚLIO CÉSAR PEREIRA BATISTA¹⁰

JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA¹¹

Palavras – Chave: Território; Governança Fundiária; Políticas Públicas

Introdução

A formação da ocupação territorial no Brasil colonial gerou uma estrutura fundiária altamente concentrada, que começou a se estruturar enquanto objeto de compra e venda a partir da Lei de Terras de 1850. Esta Lei representou o início do mercado de terras no País e a restrição à demanda por terras, uma vez que somente tinha acesso a às pessoas com recursos, financeiros para sustentar tal demanda.

Por outro lado, o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, definiu os objetivos principais da reforma agrária, sendo eles o estabelecimento de uma relação entre o uso da terra e o bem-estar social do proprietário e o combate ao latifúndio com a consequente redução da concentração de terra. E, para atingir tais objetivos, a lei vinculou o uso da terra a sua função social, sendo esta definida como o bem-estar dos proprietários, a manutenção dos níveis de produtividade e a preservação ambiental, e somente se o proprietário não cumprisse esses requisitos é que a terra poderia se tornar passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Desenvolvimento

A desapropriação representou a única forma utilizada pelo Governo para se alcançar os objetivos da reforma agrária, contudo, entraves políticos e jurídicos impedem que uma reforma agrária de fato se efetive o Brasil.

Contudo, o governo vem estimulando o modelo de disponibilidade de financiamento da compra da terra aos seus beneficiários, através da disponibilização de recursos para investimento produtivo na área adquirida, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (DEININGER; BINSWANGER, 1999).

Apesar da utilização destes dois modelos de reforma agrária, a redução da concentração fundiária não ocorreu no Brasil. O índice de Gini, calculado para medir a

¹⁰ Mestrando em Geografia UFS/SE, Economista, Especialista em Gestão Pública pela UNIT/SE e MBA em Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva pela UNIT/SE. E-mail: juliocpbatista11@gmail.com

¹¹ Pós Doutorando em Geografia pela UFCE, Doutor em Geografia pela UFS, Professor do PPGEIO e orientador dessa pesquisa de Mestrado. E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

concentração de terras, não mostra redução considerável entre 1950 e 2006, este passou de 0,84 para 0,85.

Com a observância de que o critério de desapropriação se mostrou ineficiente para a implementação da reforma agrária devido a questões políticas e jurídicas, no governo de FHC iniciou um modelo de reforma agrária, que alguns autores denominam como “reforma agrária de mercado. Nesse processo, os beneficiários além de terem acesso ao financiamento da terra, também poderiam requerer recursos para investimentos produtivos, mantendo-se no Governo de Lula (LIMA, 2011).

. A estrutura agrária brasileira na sociedade contemporânea exige a compreensão e o conhecimento das políticas responsáveis pela origem de propriedade da terra centrada principalmente na grande propriedade, a qual se fundamentou nas relações de produção, e dos fenômenos que proporcionaram o seu desenvolvimento.

Assim, o principal objetivo desse estudo é entender a dinâmica espacial e analisar a trajetória social dos produtores familiares inseridos no espaço agrário, desvendando seus desdobramentos e as condições de permanência destes agricultores beneficiários do crédito fundiário do município de Lagarto/SE, na medida em que nos últimos anos a agricultura familiar tem sido vista como um novo modelo de atuação do Estado no campo pela implementação de políticas públicas para esse segmento, em destaque com o fomento a sua integração ao mercado, perante a valorização do PRONAF, caracterizado como política de capitalização dessas unidades produtivas rurais.

Para melhor dinâmica de análise deste estudo, o método de investigação geográfica adotada será o Materialismo Histórico – Dialético pautado na análise contraditória dos processos econômicos, históricos, políticos e sociais na vida dos assentados/beneficiários do programa, tendo como resultados esperados uma melhor compreensão da participação e envolvimento dos assentados, das ações públicas acessadas a partir do Crédito Fundiário, seus impactos esperados e o realmente efetivado e assim obter um diagnóstico preciso da sua função social diante do investimento realizado.

Considerações Finais

Apesar da existência dessas políticas, elas não se mostraram eficientes para eliminar ou minimizar a concentração de terras no Brasil. Ademais, a concentração de terras, principalmente no Nordeste, intensifica mais ainda os problemas sociais no meio rural, como por exemplo, desemprego, analfabetismo e mortalidade infantil.

Neste contexto, a pesquisa em desenvolvimento pretende contribuir no estudo dos impactos da territorialização da reforma agrária de mercado através da análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no município de Lagarto, realizado no ano de 2007, verificando as condições atuais dessas famílias, junto às propriedades adquiridas de Sítio Brejo Grande e Fazenda Queimadas, após dez anos de acesso a esta política pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Lei Complementar n. 93, de 4 de Fevereiro de 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 4 fev. 1998.

DEININGER, K. W.; BINSWANGER, H. P. **The evolution of the World Bank's land policy: principles, experience, and future challenges**. **World Bank Research Observer**, United Kingdom, v. 14, n. 2, 247-276, 1999.

LIMA, D. F. P. **Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário na Região Sul do Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ. Piracicaba, 2011, 141p.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Roni. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia**. *Revista Paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n. 107, p. 109-135, jul/dez 2004.

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM CARAPITANGA, BREJO GRANDE/SE: INTERFERÊNCIAS DA CARCINICULTURA

Heberty Ruan da Conceição Silva
Mestrando em Geografia PPGEO/UFS
heberty.ruan@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Doutora em Geografia PPGEO/UFS
soniamendoncamenezes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O litoral sergipano é composto por uma multiplicidade de comunidades tradicionais que possuem sua lógica de reprodução social relacionadas às práticas da pesca artesanal desenvolvidas nos rios, estuários, lagoas, mar, e também por meio do extrativismo e coleta de crustáceos e mariscos nos substratos lamosos dos manguezais. As estratégias de sobrevivências mencionadas, quando não ameaçadas, garantem a soberania e segurança alimentar para as populações tradicionais.

Localizada no município de Brejo Grande/SE, o povoado Carapitanga possui as características ambientais adequadas para a reprodução social dos pescadores e marisqueiras, entretanto, com o avanço da carcinicultura, isto é, criação de camarão em cativeiro, tem submetido novas condições socioambientais ameaçando a sobrevivência dos sujeitos sociais mencionados.

Neste sentido, nosso principal objetivo é analisar as interferências da carcinicultura na soberania e segurança alimentar na comunidade Carapitanga. Para isso, apresentaremos o corpo metodológico, na sequência, o referencial com reflexões teóricas sobre a problemática, após com resultados parciais e algumas considerações

METODOLOGIA

No corpo metodológico destacaram-se as revisões de bibliografia e literatura, além dos debates e discussões do método, conceitos e categorias fundamentais. Para coleta de dados secundários, desenvolvemos pesquisas em banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para dados populacionais, Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), para dados relacionados a carcinicultura. Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e Secretarias Municipais de Brejo Grande/SE.

Em função das atividades de campo desenvolvemos e aplicamos os roteiros de observação e entrevistas semi estruturadas, coleta de relatos informais, registro fotográfico, georefenciamento de pontos importantes, sistematização dos dados, transcrições das entrevistas, análise das fotografias e mapeamentos por meio do programa QGIS.

RESULTADOS

Na última década Carapitanga tem vivenciado novas condições ambientais e sociais propiciadas pelo avanço da carcinicultura. Em estudo realizado por Carvalho e Fontes (2007), apontou que a carcinicultura passou a ser implementada nos estuários de Sergipe na década de 1990. A demanda pelo camarão de cativeiro tem aumentado expressivamente, permitindo a sua expansão em todo o litoral de Sergipe. Em Brejo Grande, a atividade se consolidou após a decadência da rizicultura.

Em Carapitanga os tanques de camarão são construídos em áreas de mangue, que provoca o desmatamento do ecossistema, reduzindo, desta forma, as áreas para coleta e extrativismo de espécies necessárias à alimentação e sobrevivência dos grupos familiares. Sobre a operacionalidade da carcinicultura, Rocha (2012) aponta o uso de agrotóxico e outros elementos químicos para criar as condições de sobrevivência apenas da espécie exótica de camarão, ou seja, as águas dos viveiros são contaminadas e não permite a sobrevivência das espécies nativas. No incremento da carcinicultura os rejeitos e as águas dos viveiros são liberadas nos leitos dos rios naturais e manguezais, e, tem provocado a mortandade das espécies naturais do mangue e dos rios. De acordo com os sujeitos entrevistados, as espécies mais afetadas são o caranguejo, Aratu, siri-de-mangue e peixes em geral.

Por meio dos relatos dos pescadores e marisqueiras e observações *in loco*, verificou-se que a carcinicultura tem propiciado instabilidade as atividades tradicionais da pesca e a mariscagem, que de acordo com Alves et al (2017) são práticas ancestrais passadas por gerações, que atualmente enfrentam sérias dificuldades em Brejo Grande. As práticas econômicas/culturais tradicionais já não são suficientes para sobrevivência dos grupos familiares. Neste sentido, a carcinicultura tem ameaçado a soberania e segurança alimentar da comunidade.

Destarte, verificou-se mudanças nos hábitos alimentares. Apesar de continuar com predominância, os mariscos, peixes e crustáceos estão menos frequentes na mesa das famílias. Já os frangos e a carne vermelha tem ganhado espaço. Menezes e Cruz (2017) refletem a importância da análise da alimentação para a compreensão das bases materiais que são construídas e reconstruídas que dão sustentação aos grupos familiares e comunidades. Nesta direção, refletimos que a mudança de hábito alimentar ocorre de forma integrada as bases materiais e imateriais da cultura e dos territórios, e reflete as novas condições ambientais impostas pela carcinicultura.

A instabilidade das práticas produtivas tradicionais se revela no contexto da escassez dos pescados, pelos conflitos ocasionados pelo cercamento e privatização dos espaços, antes livres, e pelo perigo eminente de intoxicação crônica e aguda ocasionadas pelo contato dos pescadores e marisqueiras com os ambientes contaminados pelos rejeitos dos viveiros. Neste contexto, os sujeitos sociais têm adotado novas estratégias de sobrevivência associadas às atividades do campo, como a criação de porcos, frangos e boi, e o cultivo de pequenos roçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação e o avanço da carcinicultura interfere, ameaça e enfraquece o modo de vida tradicional pesqueiro, por meio das modificações danosas que propiciam no meio ambiente e nos elementos naturais necessários à sobrevivência e manutenção da soberania e segurança alimentar dos pescadores e marisqueiras da comunidade.

Partindo da realidade e das condições impostas pela carcinicultura, tornou-se evidente a necessidade de valorização e defesa do território tradicional pesqueiro, para garantir a continuidade e manutenção territorial, social, econômica, e cultural do pescadores e marisqueiras de Carapitanga.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, N. M. de S.; SILVA, D. B. da; CARVALHO, I. S. de M.; SANTANA, B. L. P.; ANDRADE, R. dos S. Mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande - Sergipe, Brasil. *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, Jan./Jun. 2017. ISSN: 2318-2695

BRANDAO, C. R.. A comunidade tradicional. In: João Batista de Almeida Costa; Cláudia Luz de Oliveira. (Org.). *Cerrado, Gerais, Sertão - comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2012, v. 1, p. 367-380

CARVALHO, Marcia Eliane Silva; FONTES, Aracy Losano. A Carcinicultura no Espaço Litorâneo Sergipano. *Revista da Fapese*, v.3, n. 1, jan./jun. 2007, p. 87-112.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome : o dilema brasileiro : pão ou aço*. Edições Antares - Rio de Janeiro, 1984.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé. Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade. IN: MENEZES, S. S. M; CRUZ, F. T. *Estreitando o diálogo entre alimentação, tradição e consumo*. EDUFS. 2017. p. 25-49.

ROCHA, I.P. Dimensão da cadeia produtiva da carcinicultura brasileira. *Revista feed&food*, ed. Junho de 2012, p. 101-106.

A (RE)PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU(SE): INTERFACES DA AÇÃO DO ESTADO E DO CAPITAL

Mário Jorge Silva Santos

Doutorando PPGeo/UFS- mariojorhe33@gmail.com

Ana Rocha dos Santos

Professora Doutora PPGeo/UFS- ana.rochaufs@gamil.com

INTRODUÇÃO

As diferenciações socioespaciais nas cidades estão cada vez mais acentuadas, observando-se a constituição de processos segregativos que as retalham e constituem espaços de riqueza e de pobreza. Para Carlos (2013), a segregação socioespacial é resultado contraditório da produção social da cidade e sua apropriação privada. A existência da propriedade privada da riqueza apoiada numa sociedade de classe e a constituição do espaço como valor de troca geram a luta pelo “direito à cidade”.

Diante desses pressupostos teóricos, a presente tese tem como objetivo analisar a (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju(RMA) vinculando essa produção a ação do Estado e do capital que por meio das políticas de habitação construíram ao longo do tempo (1968-2014) conjuntos e empreendimentos habitacionais na região, tendo como consequência a divisão do espaço por classes sociais e a transformação da habitação em uma mercadoria, servindo à lógica de reprodução do capital financeiro imobiliário.

ESTADO E CAPITAL: A (RE)PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA RMA

A Região Metropolitana de Aracaju (RMA) localizada no estado de Sergipe, nordeste do Brasil, é um aglomerado urbano regional, legalmente estabelecido e constituído pelos municípios de Aracaju (SE), Barra dos Coqueiros (SE), Nossa Senhora do Socorro (SE) e São Cristóvão (SE). A dimensão e o crescimento urbano de Aracaju, a

principal cidade da região metropolitana, avançaram na sua expressão espacial em direção aos municípios vizinhos formando uma única mancha urbana, uma produção marcada por um processo de fragmentação, hierarquização e segregação socioespacial.

As políticas de habitação da COHAB/SE, INOCOOP/BASE(1968-2002), promoveram ao longo do tempo o alargamento da periferia em várias direções, ultrapassando os limites territoriais da capital e ocupando as áreas rurais dos municípios vizinhos. Nesse contexto, verificou-se um crescimento célere das áreas adjacentes a Aracaju, em especial a partir da década de 1980, com a construção desses conjuntos habitacionais e do quantitativo de contingentes humanos que se deslocaram para a região circunvizinha, iniciando assim uma aglomeração urbana que posteriormente resultou num processo de metropolização periférico.

Contudo, a produção de espaços dispersos para valorizar vazios entre as ocupações não favorece áreas com suporte de infraestrutura, serviços públicos e acessibilidade, agravando as condições de vida da população, mas abrindo frentes de expansão para o mercado imobiliário e, posteriormente, implantar seus empreendimentos fechados. (VILLAÇA, 2000)

Assim, os promotores imobiliários assumem o comando do processo de transformação da terra urbana, articulando várias funções entre si, conforme seus interesses, especialmente a geração de mais-valia fundiária. Com isso a partir de 2003, a política de habitação passou a ser estruturada sobre a lógica do financiamento, crédito, e acesso à habitação por meio de programas subsidiados pelo governo.

Na RMA essa lógica de expressou a partir de duas realidades interligadas no contexto nacional. De um lado, o aumento dos financiamentos de habitação via Carta de Crédito individual ou coletiva, processo decorrido em função da estabilidade econômica ocorrida no país a partir de 1995 e, de outro lado, políticas de habitação estabelecidas via política de crédito com ações do PAR (Programa de Arrendamento Residencial) e do Programa Minha Casa Minha Vida, este último coordenado pelo Ministério das Cidades.

A produção de unidades habitacionais por esses programas, são direcionadas à construção, compra e ocupação de imóveis em áreas já especuladas pelo capital financeiro, a exemplo das unidades habitacionais, construídas na zona oeste da cidade de Aracaju, no Bairro Jabutiana, e zona sul, a chamada Zona de Expansão, especialmente no Loteamento Aruanda e Santa Maria, que se encontram totalmente dominadas pela ação do capital financeiro imobiliário. No contexto da RMA, juntam-se a essas áreas descritas

anteriormente, a região do Complexo Taiçoca¹², em Nossa Senhora do Socorro, e o bairro Rosa Elze em São Cristóvão, que vem recebendo em maior número os empreendimentos do PMCMV na região.

Nessas localidades o modelo de produção imobiliária serve apenas para reproduzir um acesso à moradia excludente e especulativo, desapropriando partes da cidade ocupadas por populações de baixa renda, que acabam por vender os imóveis diante da pressão exercida pelas construtoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui proposta evidencia que por intermédio do Estado, o processo de produção da Região Metropolitana de Aracaju, como resultado da expansão urbana de Aracaju, reflete as condições, problemas e contradições entre a produção desse espaço e o consumo coletivo de habitação, apontando para um profundo processo de fragmentação e segregação socioespacial, reproduzido através de uma periferização da população com forte indícios de uma separação nas condições sociais da população que habita nas periferia da região.

Na configuração regional atual, o PMCMV é um instrumento do capital para a continuidade desse processo e as contradições dessa política de habitação se expressam na medida em que os empreendimentos habitacionais (2009-2014) fracionam o espaço, elitizam áreas, promovem a periferização da população e (re)produzem a segregação socioespacial em territórios historicamente já segregados.

A ação do Estado e do capital, na construção desses empreendimentos habitacionais, portanto, produz uma região metropolitana segregada com determinações impostas numa separação nas condições de vida das populações que vivem nesses territórios, separando as pessoas por sua condição de classe e estruturando, via Estado, as condições necessárias para a mercantilização do espaço na região metropolitana, (re)produzindo ainda mais a segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹² Área em Nossa Senhora do Socorro (SE) formado pela junção de conjuntos habitacionais construídos pela COHAB/SE e CEHOP/SE, com objetivo de formar uma cidade industrial a partir da instalação de um Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: Carlos, Ana Fani A; Volochko, Danilo; Alvarez, Isabel Pinto. (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Estúdio Nobel, 2000.

Palavras-chave: Segregação socioespacial, Estado, capital, políticas habitacionais; região metropolitana;

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO PROINF NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL SERGIPANO

Patricia Oliveira do Nascimento
Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Patricia1n@hotmail.com

[Dean Lee Hansen](#)

Prof. Drº Departamento de Economia – UFS e do Programa de Pós-graduação em
Geografia (PPGEO – UFS)
Dean.edu@gmail.com

O desenvolvimento rural tem sido pauta de discussões nos meios acadêmicos nas últimas décadas, os formuladores de políticas públicas passaram a analisar o desenvolvimento rural dentro de uma perspectiva de “política territorial”, que visa potencializar o local e promover um desenvolvimento de natureza territorial, preocupando-se com as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e de identidade, diversas vezes ressaltado por ECHEVERRI (2009). Também busca fortalecer as organizações sociais e poderes públicos através da democracia participativa e gestão social. Favareto (2010) destaca que essa política vem implementando mudanças no espaço rural brasileiro desde o ano de 2003, quando as adoções de estratégia com caráter territorial resultaram na criação de uma estrutura institucional e de um conjunto de processos de gestão, em que pese a descentralização das políticas públicas. O Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), vem demarcando-se como mecanismo de inclusão produtiva, que contribui na qualificação de processos de produção, comercialização e capacitação. É uma ação institucional de responsabilidade SDT/MDA, tem a finalidade de financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios (MDA,2012). A SDT/MDA concretizou a experimentação de espaços públicos de participação ao inserir uma dimensão territorial à ação pública (chamados de colegiado territorial). O MDA, através do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), passou a destinar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na sua linha infraestrutura e serviços territoriais (PROINF), para que os territórios apliquem os recursos em “projetos territoriais de desenvolvimento rural”. Nessa

conjuntura, os projetos territoriais são promovidos com estados e municípios, com vistas à aquisição de equipamentos e à construção de infraestrutura para produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. O presente estudo tem como objetivo analisar as ações e efeitos de estruturação do Proinf no Território do Sertão Ocidental Sergipano, tomando como recorte, os municípios de Simão Dias e Poço Verde. No qual terá como abordagem o método empírico – analítico, com base em dados qualitativos e quantitativos. Diante dos dados coletados, constatou-se que o Proinf no Sertão Ocidental tem apresentado problemas na gestão e execução dos seus projetos, alguns foram construídos de forma descontextualizadas como exemplo a agroindústria de doces de abóbora não condizia com a realidade dos agricultores, projeto que foi realizado de forma vertical, no momento em que a participação social ainda era deficiente. As discussões a respeito de desenvolvimento e políticas públicas para o espaço rural estão contidas na necessidade de construir alternativas que buscam equalizar oportunidades em regiões pouco dinamizadas ou abandonadas. Por isso, torna-se necessário implementar projetos que propiciem condições de permanência do agricultor nas áreas rurais, fortalecendo estratégias que promovam avanços sociais, econômicos e produtivos. As políticas de desenvolvimento rural aparecem como vetores importantes para a inclusão social em contextos plenamente desfavoráveis, emergindo soluções que integram diferentes escalas de resiliência. Outro conceito relevante nesse contexto de participação de atores sociais por meio da descentralização, é o capital social, que torna-se necessário fomentá-lo nas comunidades, no colegiado, entre os atores sociais que buscam o bem comum para seu território, e fazer dessa construção um pilar do desenvolvimento, atrelando o capital social como potencializador do desenvolvimento territorial. Assim, o capital social pode ser medido a partir da porcentagem de pessoas que participam de organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas e fóruns de desenvolvimento (MILANI, 2004). No levantamento de dados e nas entrevistas com os proponentes do proinf e demais atores sociais foi apresentado casos de sucesso e de fracasso nos projetos, municípios que detém maior e menor organização, participação social e capital social dentro do colegiado territorial, que reflete nos resultados desse processo. Os municípios de Simão dias Poço Verde, foram os que mais receberam recursos do Proinf, tiveram projetos que deram certo como o de fortalecimento da produção agrícola e apícola dos pequenos produtores em Poço Verde, que atendeu e melhorou a produção dos agricultores locais. A proposta desta política está na

concretização do desenvolvimento sustentável em áreas rurais, porém não é simples detalhar os seus avanços a curto prazo, orientando o presente estudo para dialogar e analisar gargalos e avanços estruturais e organizacionais.

REFERÊNCIA

- FAVARETO, Arilson. Três momentos na evolução recente da gestão social do desenvolvimento territorial: dos concelhos municipais de desenvolvimento rural aos territórios da cidadania. In **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA, 2009. Vol. 10.
- _____. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.47-63, janeiro-abril e maio-agosto 2010.
- MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais. **Revista de Administração Pública**, n. 42, v. 3, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) <<
<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12637> > acesso em 10 de janeiro de 2018.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial e rural, Proinf, Território.

VULNERABILIDADE E RISCOS HIDROLÓGICO/GEOMORFOLÓGICO NA REGIÃO DA GRANDE ARACAJU-SE

Alizete dos Santos-Doutoranda em Geografia/UFS, alisantos22@hotmail.com

Hélio Mario de Araújo – Professor Doutor em Geografia-PPGEO/UFS

heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Introdução

Os estudos sobre os riscos ambientais tornam-se urgentes com o processo de urbanização, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Estes tiveram o crescimento urbano caracterizado como tardio rápido e desordenado. Concomitantemente, a substituição da paisagem natural pelos agentes urbanos (poder público, construtoras e população carente) tem os registros crescentes de eventos e desastres ambientais que muita das vezes, expõe a população em riscos.

Diante dessa premissa, o presente trabalho estuda a vulnerabilidade social, suscetibilidade do ambiente físico e a sua relação com a formação de áreas de riscos na Grande Aracaju entre 1970 a 2015. Tendo como hipótese que a expansão do sítio urbano no processo de conurbação, tem se dado de forma desordenada em áreas ambientalmente frágeis como as regiões flúviolagunares e as de vertentes de instabilidades acentuadas formando áreas de riscos ligados a dinâmica geomorfológica e hidrológica.

Os municípios que compõem a Grande Aracaju (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itapotanga D'Ájuda, Santo Amaro, Riachuelo, Maruim, Laranjeiras e São Cristóvão) nas últimas três décadas apresentaram altas taxas de crescimento urbano, e acompanhando a este, estão as transformações da paisagem natural e registros da população afetada pelos desastres naturais, sobretudo os que estão ligados aos geomorfológicos (movimento de massas) e os hidrológicos (alagamentos, enchentes e inundações)..

Nesse contexto, a presente pesquisa se apresenta como uma alternativa de elaboração de um banco de dados qualificando os riscos hidrológicos e geomorfológicos e as áreas de vulnerabilidade na Grande Aracaju, bem como a elaboração de representações cartográficas que servirão para dar suporte as futuras decisões de controle e gerenciamento dos Riscos.

Para tanto, foram utilizados diversos procedimentos associados a etapas distintas durante a pesquisa mesclando entre trabalho de campo e gabinete e priorização de técnicas e instrumentos que permitam a caracterização do meio físico e sua relação com a produção do risco, e análise do modo de ocupação e suas interferências no contexto hidrológico e geomorfológico da área de Estudo. Pretende-se com esse trabalho, a elaboração de banco de dados e espacialização das áreas de vulnerabilidade e riscos, em diferentes escalas de detalhes.

Desenvolvimento

Para a identificação e caracterização de áreas de vulnerabilidade e riscos foram utilizados métodos distintos associados à pesquisa qualitativa e quantitativa, para obter melhor leitura da realidade sobre os riscos ambientais existentes na Grande Aracaju. A visão holística dos fatos permitiu compreender a integração das variáveis e contextos que se apresentam na alteração da paisagem e produção dos riscos ambientais.

A pesquisa de campo, auxiliada através da caderneta de anotações, buscou descrever sobre a interferência dos processos morfogenéticos na produção das áreas de perigo/ameaça e verificar as moradias em situações de risco geomorfológico e hidrológico na Grande Aracaju. Para a definição das moradias em risco considerar-se-á como parâmetros: proximidade delas com o corte da vertente, cicatrizes de movimentos de massa, raízes de árvores expostas, incidência de erosão no entorno das raízes da vegetação de médio e grande porte muito próxima das casas, inclinação da vertente.

A elaboração da Carta de Risco foi realizada a partir o cruzamento de três mapas sínteses: o de Suscetibilidade, de Vulnerabilidade e o de ameaça/perigo. Já o Plano de Defesa Civil terá as orientações, entre outros, do IPT (1990) e os riscos ambientais direcionados a dinâmica geomorfológica e hidrológica serão embasados no estudos de Guerra & Marçal (2006); Tucci (1997); Amaro (2005), Dagnino & Júnior Carpi (2007); Egler (1996); Cerri (1993) e Zuquette (1995); Christofolletti (1980); Carson e Kirkby (1972); Tucci (1997); Veyret (2007); Crepani (2001), entre outros, os quais contribuíram para o percurso metodológico de a pesquisa desenvolvido na tese.

Para os estudos da suscetibilidade ambiental foi selecionado os elementos do ambiente físico: Geologia, Solo, Geomorfologia, Hidrografia, Clima, Uso e Ocupação do Solo. Após a análise da relação desses com a produção da suscetibilidade e risco ambiental foi criado mapa síntese. Em outra etapa, foi realizado o mapeamento das áreas com maiores frequências de eventos hidrológicos (enchentes, alagamentos e inundação), além do mapeamento de cicatrizes erosivas e de movimento de massa. Esse procedimento foi possível a partir da compilação dos dados da Defesa Civil e reportagem jornalística. Já o mapeamento da vulnerabilidade social levou como critérios de análise a escolaridade, renda per capita, aglomerados subnormais, e faixa etária da população acima dos 64 anos e abaixo dos 12 anos. A base de dados utilizado nesse estudo foi o Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Por fim, o cruzamento desses três grupos de mapas sínteses produziu o mapa de riscos escalados entre o baixo, médio, alto e muito alto nível. Esse instrumento, além de ser base para a caracterização da tipologia dos riscos, permitiu a espacialização das áreas com os piores indicadores e encaminhou para a indicação de medidas de contenção ou mitigação.

Considerações finais

Dentro dos riscos ambientais na área de estudo, há o predomínio de eventos ligados a dinâmica hidrográfica como enchentes, alagamentos e inundação. Isso pelo fato da maior concentração populacional da área de estudo encontra-se sobre a área de deposição fluvio-lagunar. Porém encontra-se a probabilidade de ocorrência de eventos nos ambientes ocupados sobre o Grupo Barreiras

Referências

AMARO, A. Consciência e cultura do risco nas organizações. **Territorium**, Coimbra, n. 12, p. 5-9, 2005

CERRI, L. E. da S. **Riscos Geológicos associados a escorregamentos**: uma proposta para prevenção de acidentes. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1993.

CERRI, L. E. S. & AMARAL, C. P. Riscos Geológicos. In: **Geologia de Engenharia**. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998.

CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento geomorfológico nos projetos de planejamento. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. – 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. – São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

CREPANI, E.; et al. **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento aplicados ao zoneamento Ecológico – Econômico e ao ordenamento territorial**. INPE: São José dos Campos, junho de 2001

DAGNINO, R.; CARPI JÚNIOR, S. Mapeamento participativo de riscos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Anhumas - Campinas, SP. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília. 16 p. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA157-06032006-105325.PDF>. Acesso em: 08/11/2010.

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. **Controle de erosão: diretrizes para o planejamento urbano e regional; orientação para o controle de boçorocas urbanas**. 2ªed. São Paulo, DAEE/IPT, 1990.

Paulo: Contexto, 2007.

TRICART, J. A. E. **A geomorfologia nos estudos integrados de ordenação do meio natural**. Boletim Geográfico, 34 (251): 15-42. Rio de Janeiro, 1976

TUCCI, C. E. M. Águas no meio urbano. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (orgs). **Águas doces do Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. 3ªed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

VEYRET, Y (org.). **Os Riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São

ZUQUETTE, L. V. **Importância do mapeamento geotécnico no uso e ocupação do meio-físico:** fundamentos e guia para elaboração. Tese de Livre Docência. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 1993.

Palavra-chave: Riscos Ambientais, Vulnerabilidade, Grande Aracaju

**PROINF NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO MÉDIO SERTÃO DE
ALAGOAS: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL?**

Juliana Antero da Silva

Mestra em Geografia – PPGeo/UFS
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: julianaantero@hotmail.com

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Orientador
Docente - DGE/PPGeo/UFS
Departamento de Geografia – DGE
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Universidade Federal de Sergipe - UFS
E-mail: Eloizio.npgeo@gmail.com

Nos países europeus, as políticas públicas no espaço rural entre o final do século XX e o início do século XXI começam a ser reestruturadas sob a perspectiva do Desenvolvimento Territorial Rural. No Brasil, os debates sobre o Desenvolvimento emergem mediante os entraves históricos estrutural do rural. Em meados da década de 1990, a implantação de políticas públicas descentralizadas veio à tona diante das pressões dos movimentos sociais, sindicais e da própria necessidade de superação da pobreza rural, principalmente nas regiões mais carentes, como no Nordeste e no Norte do país. Neste contexto, destacam-se as políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, notadamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa apresentou inicialmente três linhas principais de financiamento: capacitação; infraestrutura e serviços; e crédito rural. Sob a perspectiva do Desenvolvimento Territorial Rural, sobressaem-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRONAT) implantado em 2003 e o Programa Território da Cidadania (PTC) do ano de 2008. A linha de financiamento Infraestrutura e Serviços do PRONAF estiveram em execução entre 1996 e 2002. A inserção desta linha em escala municipal apresentou conflitos e contradições que provocaram mudanças na sua política e na sua escala de atuação. Em 2003, essa linha integrou-se ao PRONAT e passou a denominar-se “Ações de Projetos de Infraestrutura e Serviços” (PROINF). Na adequação ao PRONAT, o PROINF começa a

operar na dimensão territorial. O objetivo geral do PROINF é financiar projetos de infraestrutura e serviços indutores do Desenvolvimento Territorial Rural (SILVA; COSTA, 2017). Neste contexto, buscou-se analisar as ações dos Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF) no Território da Cidadania do Médio Sertão alagoano sob a perspectiva do Desenvolvimento Territorial Rural. A realidade do Médio Sertão foi interpretada com base no método hipotético-dedutivo (empírico-analítico). Os procedimentos metodológicos foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Nos trabalhos de campo foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: observação participante, registro fotográfico, entrevista informal e entrevista semiestruturada. O PROINF apresenta significativa expressão territorial quando comparado com outras políticas públicas para o campo no Médio Sertão Alagoano. A proposta de “eficácia” em curto prazo, a dinamização da produção, através da construção, compra e/ou reformas de projetos de infraestrutura e serviço são as principais deliberações do PROINF. Estes propósitos funcionam como elementos convidativos aos/as agricultores/as familiares. É a possibilidade de adquirir competitividade territorial, pois se aposta na inovação tecnológica disponibilizada pela infraestrutura fornecida pelos projetos do PROINF. Se anteriormente ter um trator para arar a terra fazia parte de um “sonho” distante, o PROINF aponta a possibilidade de ações imediatas para a transformação do “sonho” em realidade. Assim, o imediatismo e os investimentos também são elementos que atraem os/as agricultores/as familiares na crença da mudança. Os recursos financeiros disponibilizados para as ações de infraestrutura e serviço do PROINF no Médio Sertão de Alagoas agem como forças centrípetas na atração dos/as agricultores/as familiares. Observa-se um interesse efervescente dos gestores municipais na elaboração de propostas para submeter à aprovação dos projetos. Assim, a disputa territorial via PROINF, em tempos de globalização, tende a valorizar ou revalorizar o território tornando e valorizando a competitividade no mercado (SANTOS, 2013). Diante deste “cabo de forças”, o PROINF aponta para a formação de divergências territoriais, ou melhor, conflitos entre os gestores públicos. Desde a formação do Território Rural do Médio Sertão, em 2003, foram aprovados treze Projetos de Infraestrutura e Serviços. Os contratos dos PROINF’s estiveram relacionados à aquisição de equipamentos, veículos e infraestrutura. Destes contratos, seis foram concluídos, 2 estão em situação normal, 2 estão paralisados, 2 ainda não foram iniciados e 1 projeto está com status de atrasado. Os valores dos financiamentos variaram entre R\$ 19 mil a R\$ 425 mil, com um total de R\$

2.400.000 em projetos. Os investimentos obtiveram no período de nove anos, entre 2005 e 2014, um crescimento relativo de 58, 3%. Entre 2005 e 2016, verificou-se que os investimentos nas ações dos PROINF's no Médio Sertão alagoano efetivaram-se de modo inoperante para os/as agricultores/as familiares do Território. Sem a concretização da finalidade dos projetos, coloca-se em risco a política de Desenvolvimento Territorial Rural. Ademais, a proposta de fortalecimento da agricultura familiar fica comprometida e a autonomia produtiva reduz-se à dependência.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Rural; Agricultura Familiar; PROINF.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, J. A. da; COSTA, J. E. da. A Territorialização dos Projetos de Infraestrutura E Serviço (PROINF) no Médio Sertão de Alagoas (Brasil). **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 2, p. 139-159, Jul./Dez. 2017.

FEIRA DE LAGARTO/SE: CORES, CHEIROS, SONS, SABERES E FAZERES

Vanessa Modesto dos Santos
Mestre em geografia PPGEQ/UFS
vana.modesto@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Doutora em Geografia PPGEQ/UFS
soniamendoncamenezes@gmail.com

Introdução

As feiras na região Nordeste são consideradas importantes espaços econômicos, culturais e tradicionais, inseridas no cotidiano das cidades brasileiras. Nesse território é possível encontrar atores e produtos típicos da cultura local, desde o vendedor ambulante, que passeia pela feira em busca de clientes, até barracas de produtos agrícolas, alimentos tradicionais, carnes e bens de consumo diversos.

As atividades realizadas na feira estão enraizadas na vida de grupos familiares por diferentes gerações. É possível observar a inserção da terceira e até quarta geração nesse ramo de atividade. Logo, se constitui uma tradição transmitida e reproduzida por homens e mulheres nos diversos setores desse espaço.

Desenvolvimento

No município de Lagarto, observamos que a feira está enraizada na identidade da população, que demanda produtos comercializados nas feiras que ocorrem no município nos dias de domingo, segunda-feira, quinta-feira e sábado.

A configuração desse espaço de comercialização informal está fundamentada, principalmente, no uso do dinheiro líquido, indispensável para a reprodução social dos grupos familiares oriundos das áreas rurais e urbanas. Nesse espaço se desenvolvem características típicas dos circuitos curtos de comercialização (SABOURIN, 2009), permeado pela proximidade entre os feirantes e entre esses atores com os consumidores. Atualmente, embora seja predominante a circulação do dinheiro, é comum a venda das mercadorias com pagamento realizado em parcelas pagas semanalmente, sendo o crédito anotado em cadernos. Para além de espaço comercial, as feiras conformam um “[...] lugar do encontro, da troca, da vivência coletiva. Nestes lugares de realização da vida, os diferentes grupos sociais trabalham, consomem, realizam formas culturais e

vivenciam os limites do exercício da escassa cidadania” (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008, p. 73).

Além disso, constituem territórios marcados por um misto de signos e significados, da diversidade de ações e atividades e das mais variadas funções que se transformam a partir do momento em que as barracas começam a ser montadas e que as pessoas passam a circular. Nesse território, enxergam-se cores, movimentos e ritmos. Ao fazermos o percurso, desvendaremos no caminho os gracejos, as conversas dispersas, os sons, os cheiros, performances e jogos corporais para atrair os clientes (VEDANA, 2004).

Os movimentos vivenciados no dia da feira foram identificados por Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 77), que evidenciam a “[...] existência de uma agitação diferenciada e a presença de elementos populares embutidos no cotidiano” e assinalam que “são constatados as díspares temporalidades e significados no espaço, atreladas a um conjunto de relações que ali se desenvolvem”. A feira está imbuída de um valor cultural para seus frequentadores, sejam eles comerciantes ou consumidores. Tal fato está relacionado ao lugar como ponto de encontro onde esses grupos mantêm e fortalecem relações de sociabilidade e de proximidade, que são permeadas por laços de confiança.

No que se refere à manutenção da tradição, os feirantes foram influenciados à realização da atividade por algum familiar mais velho que já exercia a atividade. As tradições são mantidas por meio dos produtos que são comercializados e do modo como estes são organizados, demonstrando as formas tradicionais do ser feirante. Constatamos a singularidade das feiras de Lagarto, um território multicolorido, permeado de cheiros, sons, saberes, fazeres e sabores que atraem os fregueses/consumidores do campo e da cidade e residentes nos municípios da região Centro-Sul do Estado. Lá estabelecem vínculos de sociabilidade e de amizade, que para os feirantes constitui um território no qual eles geram renda essencial para a reprodução do seu grupo familiar (MENEZES, 2017). Antagônico ao setor formal, no território das feiras as atividades são desenvolvidas por meio do trabalho autônomo e, sobretudo, fortalecidos pela produção e trabalho familiar, importante geradora de renda de modo específico para as famílias que desenvolvem as atividades, e que possuem menor acesso à tecnologia para produzir e comercializar suas mercadorias.

Considerações finais

Evidencia-se que mesmo com o avanço do setor formal para a comercialização dos produtos, as feiras resistem na paisagem urbana das cidades, o que demonstra sua importância para os grupos que ali atuam sejam na função de feirante ou consumidor. Essas reflexões anulam o pensamento por vezes difundido que o movimento globalizador torna a sociedade como uma aldeia global, com uma cultura comum, pobre de significados e simbologias.

Os espaços da feira livre estão repletos de ações e relações que portam diversas histórias de uma cultura que se mantém viva. As relações de proximidade com as histórias, pessoas e alimentos existentes no ambiente da feira permitem a manutenção e reprodução desse território, dos produtos que lá são comercializados e dos feirantes.

Palavras-chave: Feira; Território; Identidade

Referências

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**.v. 2, n. 2 agosto/2008 p.72-87.

MENEZES, Sônia de Souza M., Iguarias derivadas da mandioca: do rural ao urbano o consumo de uma tradição nas feiras livres de Aracaju. In: ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de O. **Feira, feirinhas e feirões: A “economia dos centavos” em foco.** São Leopoldo: Oikos, 2017, pags:108-137. Disponível em:<http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/764>.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da Agricultura familiar.** Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009. (219-243).

SANTOS, Vanessa Modesto. **Cores, cheiros, sons, saberes e fazeres: Feira de Lagarto/SE.** (Dissertação de Mestrado em Geografia – 139 p.). Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão/SE, 2018.

VEDANA Viviane, **Fazer a Feira:** estudo etnográfico sobre as artes de fazer de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto urbano de Porto Alegre, RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 1-251.

REGIÃO TURÍSTICA LITORÂNEA, ESTADO E MERCADO: ENTRE SERGIPE E BAHIA

Priscila Pereira Santos

Doutoranda em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: p.p.s2902@gmail.com.

José Wellington Carvalho Vilar

Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS.

Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Doutor em Ordenamento Territorial – Universidade de Granada (Espanha).

E-mail: wvilar@yahoo.com.br

A integração rodoviária entre Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia finalizada no ano de 2013 impulsiona novas dinâmicas territoriais. Essa fluidez territorial efetiva, como teoriza Santos (2006), conecta Aracaju (SE) e Salvador (BA) e aponta para a formação de uma nova lógica urbano-regional zonal e reticular, dinamizada pelo veraneio, pelo turismo e pelo imobiliário-turístico. Neste contexto, observa-se que as praias com maior densidade de casas de veraneio e das demais formas-conteúdo de urbanização turística neste espaço entre Sergipe e Bahia, são: a Praia do Saco, no município de Estância, Litoral Sul de Sergipe, e a Praia do Forte, no município de Mata de São João, Litoral Norte da Bahia. Embora sejam Praias descontínuas, verifica-se uma conexão urbano-regional propiciada pela densidade da infraestrutura turística quando comparada com as outras praias do Sul de Sergipe ou do Norte da Bahia.

A tese em desenvolvimento defende que a partir da articulação rodoviária litorânea entre Aracaju (SE) e Salvador (BA), a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre os municípios de Estância, Litoral Sul de Sergipe, e Mata de São João, Litoral Norte da Bahia, tendem a configurar uma região turística sob a égide do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário. Desse modo, tem-se como objetivo de tese analisar a dinâmica territorial do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia sob a perspectiva da formação de uma região turística.

A análise sobre a região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia faz-se sob o prisma dos seguintes procedimentos metodológicos: i) pesquisa bibliográfica, em livros, artigos de periódicos, dissertações e teses; ii) pesquisa

documental, com análise nos registros institucionais escritos; iii) pesquisa de campo, realizada a partir de observação participante, de registros fotográficos e de entrevistas informais.

Entende-se por região turística litorânea, a coesão dinâmica de parcelas do espaço litorâneo em rede e em zonas alavancadas pelo tripé regionalizador, veraneio, turismo e imobiliário-turístico, que integrados configuram uma identidade simbólico-cultural e possuem representatividade política e econômica nos espaços articulados. Ao considerar esta conceituação, os vetores de ocupação que ‘homogeneizam’ o espaço litorâneo, a princípio são: o veraneio, o turismo e o imobiliário-turístico. Este tripé regionalizador apresenta-se como instrumento metodológico que colocam em relevo as seguintes características da regionalização: a diferenciação espacial, a diferenciação quantitativa, a diferença de grau e a diferença de natureza, na imbricação do global e do local; a coesão e a integração entre as múltiplas dimensões do espaço ao considerar as implicações geográficas dos processos; a des-continuidade regional na reflexão da região turística a partir dos territórios-rede e dos territórios-zona e a “meso-escala” entre o global e o local. É válido mencionar que esse conceito foi desenvolvido com base no pensamento de Haesbaert (1999) sobre região.

Veraneio, turismo e imobiliário-turístico apresentam-se como práticas socioculturais e vetores econômicos de ocupação do espaço geográfico. Ao expandir-se da Europa para outras partes do mundo, esse tripé analítico regionalizador territorializa outros lugares, encontram outras culturas, hibridizam-se com outras práticas, formam diferentes configurações territoriais. E em tempos de globalização, a expansão territorial do turismo e do imobiliário-turístico torna-se mais densa e a busca do exótico parece ter uma motivação jamais vivenciada antes. A “missão” da globalização é “turistar” o mundo, afirma Buades (2014). E esta missão é endossada pelo Mercado sob a égide do Estado.

No Nordeste brasileiro, especificamente no Litoral Norte da Bahia, a conclusão da Estrada do Coco (BA-099), em 1975, até a Praia do Forte, e a implantação da Linha Verde, continuidade da BA-099, em 1993, até a divisa com Sergipe, impulsiona a ocupação deste espaço por equipamentos de turismo e complexos residenciais turísticos (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009). Mas antes deste intenso uso do território pelo turismo, a geógrafa sergipana Vera França, no final da década 1980, ao estudar a cocoicultura, já questionava: é a “estrada do coco” ou a “estrada do turismo/especulação”? (FRANÇA, 1988). A estrada outrora implantada para o escoamento

do coco parece ser hoje a estrada do veraneio, do turismo e do imobiliário-turístico, onde o “velho” e o “novo” se hibridizam.

Os investimentos públicos em infraestrutura básica e turística, destacadamente a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia (PRODETUR - BA), implantado desde a década de 1990, atraem investidores estrangeiros, de diferentes países, em especial Espanha e Portugal, para o litoral baiano. Segundo Araújo e Vargas (2013), cerca de 90% dos investimentos no Litoral Norte da Bahia advém do capital internacional ou em associação com o nacional. E a maior parte dos empreendimentos, como resorts, hotéis, pousadas, condoresorts e condohotéis, concentra-se no município de Mata de São João, especificamente nas localidades costeiras de Sauípe, Imbassaí e Praia do Forte (MELLO E SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009).

A (des)conexão territorial, territórios-zona, e articulação urbano-regional, território-rede, entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia já desperta o interesse de investidores estrangeiros na Praia do Saco. Há em tramitação pelo governo do estado de Sergipe e do município de Estância, uma proposta de reestruturação urbano-turística da Praia do Saco. A ideia é usar o modelo de planejamento da Praia do Forte e arquitetar em terras sergipanas uma “mini Praia do Forte”. E no intuito de transformar o litoral de Estância no “Território do Turismo”, um dos gestores da prefeitura de Estância, do período entre 2012-2016, afirma em entrevista que trabalha na “captação” de investidores do mercado imobiliário e turístico. *“A nossa preocupação, só frisando para você, é: captar investidor, captar investimento, criar todo o sistema de infraestrutura completa, incluindo ali a finalização do sistema de esgotamento sanitário da região”*. Na Praia do Saco, a prefeitura de Estância, em parceria com o Governo do Estado e o PRODETUR, com verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), planeja a transformação dessa localidade na “Praia do Forte Sergipana”.

A Praia do Saco e a Praia do Forte apresentam singularidades e particularidades de natureza política, social, econômica e ambiental, que as distinguem das demais praias que fazem parte do caminho entre elas. Há “buracos” na (des)conexão territorial entre Estância e Mata de São João, porque alguns povoados são excluídos dos investimentos públicos e privados para o turismo e o imobiliário-turístico. Há uma seletividade do capital e a tendência a formação de uma “região turística com buracos” entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia, ou seja, em territórios-rede.

Palavras-chave: Veraneio; Turismo; Imobiliário-Turístico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.; VARGAS, H. Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. **Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 1 (Junho), p. 23 - 41, 2013.

BUADES, J. **Exportando paraísos. La colonización turística del planeta**. Barcelona: Editora Alba Sud Editorial, 2014.

FRANÇA, V. A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano. **Dissertação de mestrado em geografia**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1988.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Ano 1, nº 1, 1999.

MELLO E SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. de. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, Volume IV, Número 3, p. 1-15, setembro 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

NA DISSIMULAÇÃO DO TURISMO, A ESTRUTUAÇÃO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO LITORAL DE SERGIPE

Max Alberto Nascimento Santos
(Doutorando PPGE0) sergipamax@yahoo.com.br
Ana Rocha dos Santos
(Prof.^a Dr.^a do PPGE0) ana.rochaufs@gmail.com

Até a construção das pontes litorâneas a partir da década de 1990, os municípios da zona costeira sergipana apresentavam fragilidade de comunicação viária para a realização de atividades turísticas, entre outras. Após os anos 1990, uma nova orientação de desenvolvimento econômico se processou no país com a adoção de políticas públicas associadas a acordos internacionais com agências multilaterais para o desenvolvimento pelo turismo, especialmente no Nordeste brasileiro. Idealizado pela lógica do mercado, o litoral passou a ser proposto e edificado com o objetivo da sua inserção no circuito mundial de valorização, especialmente através do ajustamento de suas formas de utilização, reprodução e reorganização de seus espaços. Um receituário externo serviu como modelo a ser seguido, tendo em vista uma possibilidade de sucesso quando da sua aplicação em outras localidades com contextos socioeconômicos e históricos distintos. Com isso, diante do pressuposto que o Estado incorpora em suas políticas as necessidades da reprodução do capital de forma diferenciada no espaço, foi empreendido pelos governos estaduais um movimento regional de estruturação das bordas litorâneas dos estados nordestinos. Nesse contexto, se observou que essas ações de estruturação das suas bordas marítimas, ao tempo em que proporcionavam a possibilidade de alinhamento entre os lugares na competitividade do modelo econômico capitalista através do mercado do turismo, produziam em escala local um novo espaço, engendravam também novos e diferenciados processos que se materializaram na reprodução do litoral e contribuíam principalmente de forma global na acumulação do capital, através do setor imobiliário. Tais lógicas de acumulação e reprodução do capital são engendradas pelos agentes hegemônicos, com o patrocínio do Estado e se constituem como fatores responsáveis pelas mudanças espaciais que se processam na linha costeira sergipana, desencadeando assim, um mosaico espacial complexo e com territorialidades expressas na segregação socioespacial, na riqueza e pobreza, na intensificação do uso do solo e na criação de reservas de vazios especulativos, e na elitização e favelização em alguns casos. O presente estudo teve como objetivo analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano depois da instalação da infraestrutura de pontes e rodovias, sustentado na tese de que: as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do litoral sergipano, por promover e dar suporte a facilitação da entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de investimentos imobiliários privados, que (des)territorializam, supervalorizam a terra, atraem novos investimentos, geram impactos ambientais e

desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional. A pesquisa proposta está assentada na análise dialética, considerando as contradições da produção do turismo e o papel do Estado na promoção dessa política pública que na promoção do turismo, (re) produz a segregação socioespacial e a valorização do capital, via empreendimentos imobiliários. Ficou constatado que o Estado, numa parceria de submissão ao mercado, é o principal protagonista na produção e reprodução do espaço litorâneo sergipano, tanto pelo o poder da regulação das relações sociais, quanto pelo provimento das infraestruturas. Diante disso, em atendimento à ideologia dominante presente na luta de classes, suas ações são diretamente influenciadas na produção das condições que viabilizam a reprodução do capital privado no nosso litoral. É válido ressaltar que os investimentos nessa atividade do turismo foram e são propagados por meio de uma retórica política ideológica dominante que apresentou a estruturação dessa atividade como uma solução viável para o desenvolvimento econômico do estado de Sergipe. Entretanto, o ideal da geração de emprego, renda e dinamização fiscal estadual é apenas a dissimulação de um discurso que alimenta um sistema de dependência financeira, viabiliza a estrutura de especulação imobiliária e não cumpre o seu objetivo principal. Diante da análise realizada, constatou-se que, a atividade de turismo em Sergipe não atingiu o objetivo definido nos projetos e programas propostos nas políticas para o desenvolvimento do turismo. Outrossim, ficou evidente que a sustentação da ideia de desenvolvimento alimenta um ciclo de dependência financeira voltado para a contratação de novos empréstimos por parte do governo do estado, que são utilizados para novos investimentos, que são demandados por novas necessidades determinadas pelo mercado imobiliário, numa tentativa interminável da efetivação das condições necessárias para o almejado desenvolvimento econômico proporcionado pelo turismo. Nesse movimento, a intimidade nas relações entre o Estado e o capital privado, direcionam os investimentos e criam as condições necessárias para a ampliação do lucro. Caso sejam mantidas as atuais tendências de ocupação, será possível visualizar dentro de alguns anos a efetiva elitização na ocupação da faixa litorânea do estado. O principal marco divisor dessa definida estratificação social será a Rodovia SE100.

Palavras-Chaves: Litoral Sergipano, Políticas Públicas de Turismo, Especulação Imobiliária.

Referências:

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA: IMPULSIONADOR DE FLUXOS DE CAPITAL

Vanilza da Costa Andrade
Doutora em Geografia – PPGeo/UFS
e-mail: vanilza_geo@hotmail.com

Ana Rocha dos Santos
Prof^a. Dr^a. em Geografia – PPGeo/UFS
e-mail: ana.rochaufs@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse resumo é analisar o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) como política impulsionadora de fluxos do capital. Para atingir o objetivo foi realizada uma leitura geográfica crítica, na qual se buscou compreender a totalidade concreta, analisando PMCMV em um movimento histórico (presente/passado).

No capitalismo financeiro, investimentos e juros são adquiridos por meio de transações financeiras que incluem formas de empréstimos, dívida pública, financiamento de habitação e aplicações financeiras em escala mundial. Considera-se que há uma relação entre programas habitacionais, financeirização da economia e produção do espaço, pois “[...] não resta dúvidas de que a acumulação passa pelo espaço, realizando-se através dele como condição e produto desse processo [...] como o capital financeiro se associa ao setor imobiliário, atuando de forma cada vez mais clara na produção do espaço, em busca constante de lucro” (CARLOS, 2011, p. 16).

O Estado atua condicionando a produção e apropriação do espaço de acordo com as necessidades do sistema do capital, por exemplo, a criação de programas de habitação promove a injeção de crédito no mercado financeiro, facilita o financiamento individual e permite a abertura de novos espaços para a acumulação de capital em escalas cada vez menores. Destarte, em 2007, o governo brasileiro criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética.¹³ Para isso, foram adotadas rapidamente “[...] medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos [...]”. Como medida de caráter anticíclico, o governo manteve os investimentos em infraestrutura previstos no âmbito do PAC” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 35). A

¹³ <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

expansão do crédito foi uma ferramenta necessária para “abrandar” os efeitos da crise que se instalou no mundo capitalista em 2008.

O eixo social e urbano do PAC com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)¹⁴ ganhou evidência nos investimentos, sendo considerado um importante instrumento para amenizar os efeitos da crise econômica internacional de 2008, através do discurso ideológico de resolver o problema do déficit habitacional no país.

O PMCMV ganhou destaque na lógica da mundialização do capital no Brasil, pois se tornou um instrumento capaz de permitir a abertura de novos espaços e/ou territórios para a acumulação ampliada do capital, sobretudo, com a ampliação do crédito habitacional, sendo o “[...] PAC II e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. Teve então início um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades” (MARICATO, 2013, p. 23).

Com a mundialização do capital, a política habitacional no Brasil assumiu o caráter de impulsionadora de fluxos de capital. Isto é perceptível a partir do momento em que o Estado criou PMCMV cuja finalidade principal foi o financiamento de moradias, pois “[...] trata-se de uma política de financiamento da casa própria desenhada para fortalecer um tipo de acumulação rentista apoiada na espoliação da economia das famílias trabalhadoras”. (BRAGA, 2016, P. 83). O sistema de crédito é um importante componente do capitalismo pois segundo Sanfelici (2013) “[...] que o capitalismo não poderia existir sem um sistema de crédito cada vez mais sofisticado para atender suas necessidades de reprodução” (SANFELICI, 2013. p. 29). A necessidade de reprodução no Brasil no âmbito da criação do PMCMV foi “salvar” as grandes construtoras e permitir a indução de crédito imobiliário dentro do sistema financeiro mundial.

O Estado lançou uma gama de dinheiro no mercado financeiro mundial. Com os subsídios dados, o Estado conseguiu inserir indivíduos que compõem as faixas 1, 1,5 e 2 ao PMCMV, ampliando a demanda das construtoras, e inserindo mais indivíduos na lógica mundial de financeirização. Neste sentido, o PMCMV tem uma relação direta com a mundialização do capital, pois mediante a indução de financiamento individual e a grande quantidade de subsídios lançados no mercado financeiro mundial o Estado reafirma sua condição de parceiro ideal do sistema do capital para sua reprodução. É factual que a

¹⁴ O PMCMV foi criado através da Medida Provisória 459/2009, transformada na Lei 11.977/2009, que, por sua vez, foi alterada pela medida provisória 514/2010 e por fim foi convertida na Lei 12424/2011.

quantidade de dinheiro lançado no mercado financeiro, sobretudo, com os subsídios que o Estado garante ao sistema financeiro a certeza do crédito para a viabilidade do financiamento.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa, Minha Vida, Estado, Crédito

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs). **As contradições do lulismo:** a que ponto chegamos? 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In. CARDOSO, Adauto Lúcio (org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 – Série Habitação e cidade, p. 17 – 65.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In. MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. In. **Eure.** Vo. 39, n. 118, setembro de 2013.

**DIMENSÕES POLÍTICAS E SIMBÓLICAS NO
MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO DO POVOADO
SÃO JOSÉ DA CAATINGA EM JAPARATUBA/SE**

César Augusto França Ribeiro
Mestrando em Geografia PPGEIO / UFS
cesar.franca_ufs@hotmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas
Profª Drª em Geografia PPGEIO / UFS

guta98@hotmail.com.br

Partimos do pressuposto de que as atuais formas, delimitações, limites e fronteiras da atual malha territorial brasileira decorrem de um longo processo de mudanças. Neste contexto, a criação de municípios é um tema que gera infindáveis reflexões, haja visto o caráter geográfico, político e social que intrinsecamente se encontram neste tema. Afim de contribuir com essa temática, nos propomos analisar as relações políticas e cotidianas que possibilitam ou não as intenções emancipatórias no povoado São José da Caatinga em Japaratuba /SE.

Para tanto, temos como objetivos específicos apreender as origens e a evolução sócio espacial do povoado; compreender as transformações nas leis que versam sobre emancipação municipal e suas implicações na malha territorial sergipana; compreender as bases político-jurídica e simbólico-cultural que sustentam os movimentos reivindicatórios da emancipação; comparar as fronteiras intencionadas com as fronteiras político-administrativas.

Nos valem da abordagem hermenêutica-fenomenológica ancorada em Heidegger (1989; 2003; 2015), para que se torne possível compreender as relações de cotidianidade dos moradores do povoado e os seus quereres territoriais. As reflexões deste estudo estão amparadas na categoria território, tendo como principais teóricos Raffestin (1993) para a análise das relações de poder; Cigolini (2012), Cataia (2001) e Ratzel (1990) para as reflexões político-institucionais; Dardel (2011), Bonnemaïson (2002) e Holzer (1997) para as reflexões simbólico-identitárias.

Metodologicamente foi utilizado o estudo de caso como abordagem qualitativa para compreender o fenômeno emancipatório de maneira particular no povoado. Para a coleta de dados primários foram utilizados o diário de campo, a fotografia, entrevista semiestruturada (três roteiros distintos), oficina (aplicada na Escola Municipal João Prado) e por fim o mapeamento. Já no que versa aos dados secundários, fizemos o levantamento do estado da arte (teses e dissertações), revistas (artigos e periódicos), dados censitários (IBGE), as Constituições Federais brasileiras e estaduais de Sergipe, e o livro de tombo da igreja católica do município de Japaratuba.

Com base no exposto consideramos que tanto o poder da linguagem política constitucional, quanto as relações cotidianas podem construir territórios no espaço geográfico. Por um lado, há instituição do território municipal, por outro lado a ‘delimitação’ que é envolta por relações simbólicas e identitárias que geram marcas no território.

Palavras-chave: dimensões simbólicas; dimensões políticas; movimento emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDHAL, S. (orgs.) **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CATAIA, M. **Território Nacional e Fronteiras Internas**. A fragmentação do território brasileiro. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Humanas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. 2001.

CIGOLINI, Adilar A. Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço. **RAEGA**. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR. 2012, p. 111 – 133.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. (trad. Werther Holzer) São Paulo: Perspectiva, 2011

HEIDEGGER, M. **A caminho da linguagem**. Trad. Marcia de Sá Cavalcante. - Petrópolis, Vozes, 2003.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis, Vozes, 1989.

HEIDEGGER, M. **Ontologia hermenêutica da faticidade** . 2 ed.Trad. de Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLZER, W. A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul.

/dez.1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, (1993[1980]).

CAVALGADAS DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE: SÓCIO-ESPACIALIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES

Daniele Luciano Santos
Mestra em Geografia - PPGeo/UFS
danilucisan@gmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas
Professora Doutora em Geografia - PPGeo/UFS
guta98@hotmail.com.br

A variação ocorrida desde a década de 1990 na composição e na estrutura da cavalgada em Itaporanga d'Ajuda/SE levou-nos a questionar suas sócio-espacialidades, em que pese sua manifestação como prática festiva tradicional e contemporânea. Nesse contexto, tivemos por objetivo analisar os territórios das cavalgadas no município pelas práticas sócio-espaciais mantenedoras e propulsoras de sua realização.

No tocante a sócio-espacialidade nos fundamentamos em Souza (2013) usando o conceito como indicativo de que estamos nos referindo ao espaço e as relações sociais de forma inseparável e, em Claval (2014) que destaca a construção do espaço social e do espaço cultural pela organização, significação da produção e valorização dos aspectos simbólicos. Sobre o território, consideramos que sua constituição envolve aspetos tanto da materialidade quanto da imaterialidade.

Discutimos a multidimensionalidade do território pelas práticas políticas, culturais e econômicas que reconduzem a cavalgada como tradição ressignificada e determinam seus territórios no município. Por este motivo pautamos nossas discussões nas ideias de autores que reconhecem o território em sua multidimensionalidade, preponderantemente em Haesbaert (2009; 2012), Raffestin (1993), Claval (2013), Bonnemaïson (2002) e Saquet (2013).

Ao considerar estas discussões teóricas entendemos as cavalgadas como manifestação tradicional ressignificada tal como Vargas e Neves (2009), pois ao longo da sua história sofreram variações em sua finalidade, estrutura e forma, se desprenderam de determinadas características como a religiosidade e aderiram novas como a mercantilização. Esses autores nos auxiliaram compreender a complexidade dos territórios das cavalgadas bem como as relações que envolvem os atores e os sujeitos no

processo de sua resignificação em Itaporanga d'Ajuda.

A pesquisa é de natureza qualitativa ao eleger o fenômeno cavalgada como objeto de estudo e ao buscar apreender o real no contexto da subjetividade, do simbólico e da intersubjetividade próprias das práticas sócio-espaciais que se desenrolam no território. Além da revisão bibliográfica, adotamos como metodologia a pesquisa documental em sites e jornais e a pesquisa de campo com uso da observação, realização de entrevistas, aplicação de questionários e registro fotográfico.

Expomos as representações e os territórios das cavalgadas como festa popular e como evento político. A festa é apreendida como manifestação tradicional ressignificada que dá sentido e valoriza os aspectos simbólicos locais, associada à espontaneidade e de cunho cultural e indentitário. Enquanto evento político, embora prática antiga, ressignificou-se como prática mercadológica, como “moeda de troca de favores políticos” e ligada às estratégias que objetivam a visibilidade política partidária. A festa e o evento que se produzem nas cavalgadas se distingue ainda, respectivamente, pelo sentido de patrimônio apropriado pelo saber fazer popular e pelo patrimônio instituído por normas legais.

Concluimos que a “evolução” da cavalgada em Itaporanga d’Ajuda demarca a sua realização não mais uma expressão da cultura de indivíduos interioranos com modo de vida típico do ambiente rural, nem sequer dos vaqueiros do campo, pois atualmente, em sua organização intervêm líderes comunitários, vereadores, empresários e principalmente os gestores municipais. A institucionalização das cavalgadas pela prefeitura do município se dá quando a manifestação tradicional ressignificada é enquadrada nas normas da organização pública em benefício de interesses coletivos, políticos, econômico e/ou cultural. Esta multi-intervenção movimenta e possibilita aos produtores e participantes da festa novos usos, interesses e percepções, que podem alterar o seu sentido.

Palavras-chaves: Socio-espacialidades; Etnogeografia; Cavalgada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-132.

CLAVAL, Paul. **O Território na transição da pós-modernidade**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; ARRAIS, Tadeu Alencar. *É Geografia É Paul Claval*. Goiânia: FUNAPE, 2013. pp. 122 -143.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. 4 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2009b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In; SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**.

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VARGAS, Maria Augusta Mundim; NEVES, Paulo Sergio da Costa. **Inventario Cultural dos territórios de Sergipe e elaboração de um atlas da cultura sergipana**. Relatório. Seplan/SE: Aracaju, 2009.

O SABER-FAZER E A “CIÊNCIA” DA PRODUÇÃO DO BARCO-DE-FOGO

Luan Lacerda Ramos
Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Sergipe
luan.lacerda.ramos@gmail.com

Dra. Maria Augusta Mundim Vargas
Geógrafa – Universidade Federal de Sergipe
guta98@hotmail.com.br

As diversas manifestações culturais existentes no estado de Sergipe constituem elemento que marca a identidade e a singularidade deste território (VARGAS, 2016). Essas manifestações se dividem em inúmeras práticas que expressam as diversas formas com que o povo sergipano louva os santos, a vida e os modos de ser, perceber e se situar no mundo.

Neste sentido, desde o mês de março de 2017, busca-se analisar os traços que (re)constroem constantemente a identidade dos produtores do Barco-de-fogo com seu lugar e seu aporte “científico” traduzido em “saber-fazer da tradição”, entendendo-os como elementos essencializadores das manifestações culturais sergipanas.

O Barco-de-fogo compreende uma das manifestações culturais que marcam o município de Estância-SE, e que o singulariza. A tradição consiste na confecção de um barco de madeira que é recheado com espadas (um dos tipos de fogos-de-artifício) e pendurado em um varal armado nas principais ruas do município. Uma vez que o pavio conectado às espadas é aceso, inicia-se o espetáculo que dura poucos segundos, mas é suficiente para encantar o público que lhe prestigia através de suas cores, sons e cheiros.

Deste modo, compreendermos que os processos de confecção do Barco-de-fogo e as territorialidades que os permeiam é fundamental para alcançarmos a essência que configura a identidade de seus produtores. Assim, esse estudo está delineado pelos preceitos da pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2010), entendendo as territorialidades como o conjunto de relações materiais e imateriais que condicionam o território da produção do Barco-de-fogo (HAESBART, 2002; 2007), delimitado pelo objetivo de analisar as territorialidades da produção do Barco-de-fogo e suas influências sobre a constante (re)construção da identidade dos sujeitos a ela envolvidos.

A tradição de confecção do Barco-de-fogo, singular e singularizante do município de Estância-SE, teve seu início na década de 1930, momento em que Francisco da Silva Cardoso (Chico Surdo) materializa o sonho de ser pescador na figura de uma ripa de madeira pendurada em um cabo-de-aço e que se movimentava de uma margem à outra do Rio Piauí por intermédio da propulsão da combustão de duas espadas que lhe eram acopladas.

A ripa de madeira, que mais tarde seria remodelada de acordo com as formas de um barco, pretendia representar os significados da vida da comunidade ribeirinha situada no bairro Porto-da-Areia. Nos dias atuais, sua confecção alcançou graus de sofisticação mais elevados em relação aos primeiros Barcos-de-fogo. Essas transformações acompanham mudanças na forma com que seus produtores se veem e pretendem ser vistos pelos “Outros”, ou seja, de transformações em sua identidade (HALL, 1995).

Ao considerarmos o processo de confecção do Barco-de-fogo como constructo da identidade de seus produtores, destacamos que essa identidade se desvela no devir territorial (CRUZ, 2011). Deste modo, a identidade é vista como um processo que se (re)faz constantemente, o que nos leva a adotar a ideia de utilizarmos o termo “identificação”, por ser carregado da noção do devir, em substituição do termo “identidade”, utilizado pelos pensadores modernos que a viam como algo inato e inalterado no homem (HALL, 1995).

A “ciência” ou o saber-fazer contemporâneo do Barco-de-fogo e suas territorialidades pode ser reconhecida em três etapas. A primeira é caracterizada pelo trabalho de extração dos insumos necessários para produzir as espadas e a estrutura do Barco-de-fogo, além do trabalho de os tratar com técnicas, ferramentas e tecnologias singulares dos produtores. Estes insumos compreendem o bambú-verde e o pau-paraíba. O segundo momento é destinado para estruturação e adorno do Barco-de-fogo, sendo o adorno a única fase em que as mulheres se inserem no processo. O último momento compreende a soltura do Barco-de-fogo pelas ruas do município de Estância.

Se destaca, ainda, que entremeando os momentos de produção do Barco-de-fogo há relações de poder que, vez por outra, são geradoras de conflitos entre os produtores e destes com a prefeitura, maior consumidora do Barco-de-fogo e fogos-de-artifício. Estas relações

conflituosas estão diretamente relacionadas com motivações de ordem financeira. Daí se perceber

que as relações entre os múltiplos sujeitos, em alguns momentos, são relações de solidariedade e, em outros, relações conflituosas.

Diante do contexto exposto, podemos afirmar que as territorialidades da produção do Barco-de-fogo desvelam a existência de um território-lugar, pois reforça a ideia de um espaço de relações de poder e, simultaneamente, um espaço no qual se reproduzem elementos simbólicos e de pertencimento (ALMEIDA, 2017). É nessa relação dialógica e dialética que a identidade dos produtores é interpretada como um processo em constante movimento.

REFERÊNCIAS

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF, v. 4, n. 7, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um debate. Revista GEOgraphia, ano IX, n. 17, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia. Tese apresentada ao Programa de Pósgraduação da Universidade Federal Fluminense. 2011.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. 1995. 102 p. (Textos didáticos ; n.18).

ALMEIDA, Maria Geralda de; MESQUISTA, Lívia Aparecida Pires. Territórios, Territorialidades e Identidades: relações materiais, simbólicas e de gênero no campo. In. Revista GeoNordeste, ano XXVIII, n. 1, p. 02-16, 2017.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. Atlas das celebrações: as festas dos ciclos juninos e natalinos em Goiás e Sergipe. Aracaju: Instituto Banese, 2016.

“A FAMÍLIA DELA É QUASE TODA GRILO E MATÃO”: MULTIDIMENSIONALIDADES DO TERRITÓRIO DE PEDRA D’ÁGUA

Maria Salomé Lopes Fredrich

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFS,
membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura. E-mail: salomefredrich@hotmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas

Professora do Programa de Pós Graduação em Geografia - UFS, coordenadora do
Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura. E-mail: guta98@hotmail.com

Neste resumo apresentamos uma síntese da nossa pesquisa de Tese de doutorado que vem sendo desenvolvida junto ao PPGeo-UFS, na qual abordamos o território pela sua dimensão cultural. Temos construído os nossos argumentos, fundamentalmente, pautados em autores como Raffestin (1993), Bonnemaïson (2002), Almeida (2008), Haesbaert (2013), Almeida; Vargas et al. (2011), Marques (2015), Santos (2015), Hall (2011), entres outros, que nos deram suporte quanto a compreensão das dinâmicas e tramas territoriais multidimensionais, materiais e simbólicas, da comunidade Pedra D’Água, que está localizada no município de Ingá-PB, na mesorregião do Agreste Paraibano.

É importante salientar que estivemos recorrendo às falas dos interlocutores e das interlocutoras por apreendermos que esse exercício se faz indispensável na interpretação dos referenciais sociais, culturais e políticos do recorte espacial que estamos tratando. Assim, o pequeno fragmento transcrito e exposto no subtítulo deste resumo foi asseverado por seu José Firmino dos Santos, mais conhecido por Zito, sobre os familiares de sua esposa, dona Isaura. Ele fornece subsídios para afirmarmos que os territórios investigados têm como particularidade as relações de parentesco e a questão étnico-racial.

Pedra D’Água é uma comunidade marcada pela pertença étnica e tem como referencial comum das famílias, e que dizem descender, à figura do negro Manuel Paulo Grande, que, ao que tudo indica, chegou aquelas terras no século XIX. O ano de 2005 foi o marco temporal no qual Pedra D’Água obteve a certidão de autorreconhecimento para fins de regularização e titulação das terras ancestrais, ao se declarar como uma comunidade remanescente dos quilombos, conforme assegura o Art. 69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADTC e do Decreto 4887/2003.

As relações de parentesco e o território de herança são dois elementos gestados e tramados numa simbiose e, notadamente, se estabelecem e marcam as redes multidimensionais tanto internas quanto externas da referida comunidade. A nossa atenção se volta para as redes de caráter territorializador, mais “introvertida”, que segundo Haesbaert (2013, p. 123) “acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro (até fora) dos limites de suas fronteiras” (a inserção da observação é das autoras). No cotexto descrito, pedimos licença a Ratts (2003, p. 41) ao se transpor sua leitura, encontramos em Pedra D’Água “uma instigante rede de relações familiares” que se desdobram para existência de redes, que incluem localidades para além do território, com destaque para as comunidades quilombolas localizadas na Mesorregião do Agreste da Paraíba (Grilo, Matão, Matias).

Encontramos no campo de pesquisa oralidades que nos possibilitaram optar pela descrição densa dos lugares e das paisagens (GEERTZ 2008; CLAVAL, 1999). Estávamos naqueles lugares, territórios exercitando os sentidos do ouvir, do olhar do falar, mas também ousamos apreender o significado da paisagem, e isso implicaria, “em uma visão na natureza de quem o faz”, e assim o fizemos tendo como suporte as leituras de Almeida e Vargas et. al. (2011, p. 28). O território de Pedra D’Água se demonstrou múltiplo nas suas diversas dimensões, e assim a “dinâmica do entrecruzamento entre o local, o regional, o nacional e o internacional, dos inúmeros tempos”, deu base para construir um caminho “fértil para o desenvolvimento de nossas pesquisas” (HAESBAERT, 2013, p. 114).

A investigação apontou para a existência de um processo de resistência a partir do sentimento de pertencimento a um território que é construído por elementos materiais e simbólicos, e que se desdobra através de redes compartilhadas inter/entre e intraterritórios, resultando em territorialidades. As redes se manifestam sob dois vieses: (1) como conjunto de elementos fixos, os quais podem facilitar ou aprisionar a funcionalidade e circulação nos e entre os territórios; (2) a rede, numa perspectiva mais simbólica, as quais mediando outras relações em termos espaciais se voltam às interações e a (re) criação de sociabilidades e territorialidades, estas muitas vezes não são intercedidas por elementos fixos, mas por demandas e articulações, eminentemente, identitárias, políticas e de resistência. Os referenciais mais comuns e marcantes decorrem do parentesco, dos casamentos, dos mitos de origem, das festas, da herança, entre outros. A territorialidade dos quilombolas de Pedra D’Água envolve entre outras questões: (1) uma rede de sociabilidades entre grupos que expressam uma identidade diferenciada; (2) existe uma unidade de práticas culturais e de um universo simbólico

compartilhado entre Pedra D'Água e as demais comunidades expressas; (3) as

territorialidades emanadas da apropriação do território também marca a identidade negra e quilombola. Porém, é importante dizer que apesar de algumas práticas simbólicas e políticas serem compartilhadas com outros territórios, estes são também dessemelhantes, existe diferença entre elas.

Palavras-Chave: territórios; territorialidades; redes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M; MENDES, G. F. Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção. **Mercator**, Fortaleza, v10, n. 22, p.23-25, mai/ago. 2011.

ALMEIDA, M. G. Diversidade Paisagística e Identidades Territoriais e Culturais – Brasil sertanejo. In. ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. **Geografia e cultura: a vida dos lugares e lugares da vida**. Goiânia, UFG, 2008.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDHAL, Z. (org.) **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm Acesso em fevereiro de 2015.

_____. **Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em fevereiro de 2015.

CLAVAL, P. **Etnogeografias – Conclusão**. Paris: L’Harmattan, 1995. Tradução Lúcia Maria Nóbrega.

GEERTZ, C. **A Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MARQUES, A. C. N. **Fronteira étnica: Tabajara e Comunidades Negras no processo de territorialização do Litoral Sul Paraibano**. (TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA). São Cristovão: UFS, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas).

RATTS, A. JP. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente

diferenciados. In: ALMEIDA, M. G.; RATTTS, A. JP. (Orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia, 2003, v. 1, p. 29-48. Disponível em: <https://www.academia.edu/6142386/A_geografia_entre_as_aldeias>. Acesso em fevereiro de 2016.

SANTOS, R. H. **Entre águas e agentes: vivências e (in) visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe**. (TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA). São Cristóvão: UFS, 2015.

PRODUTOS DA CAATINGA NA FEIRA DE EUCLIDES DA CUNHA: OS PORQUÊS E OS DE ONDE.

Patrícia Quirino Rocha,
Mestranda em Geografia – PPGeo/UFS
patricia.rocha.geo@gmail.com

Maria Augusta Mundin Vargas
Professora Doutora em Geografia – PPGeo/UFS
guta98@hotmail.com.br

O presente estudo nasce do anseio de poder contribuir com a luta feminista e com o protagonismo de mulheres, mais especificamente as feirantes de Euclides da Cunha –BA, cidade interiorana do sertão baiano. Assim, buscamos apreender os sentidos da caatinga atribuídos pelas mulheres feirantes aos produtos de suas bancas, pois entendemos que o cotidiano dessas sertanejas é repleto de relações e práticas com a caatinga, pois aprendem a retirar delas diversos produtos para com eles criar meios de fazer a manutenção da renda familiar.

Evidenciamos na primeira aproximação com as feirantes em pesquisa realizada nos dias 29 e 30 de Junho de 2018, quais os tipos de produtos da caatinga as feirantes comercializam e como eles são retirados e preparados para levar a feira. As entrevistas proporcionaram a compreender um pouco da história de vida dessas mulheres e da sua vivência como mulher, feirante e sertaneja.

O caminho escolhido para compreender o objeto de pesquisa tem como inspiração a geografia de Dardel (1990) que pela observação compreendeu o lugar como sendo categoria que constrói a vivência. Dardel foi o primeiro geógrafo a aguçar seu olhar na produção da geografia da percepção do mundo vivido pelas pessoas. Assim, com a abordagem fenomenológica buscamos perceber de quais formas as vivências, os sentimentos, o pertencimento e os sentidos, que são um emaranhado de complexidades inerentes ao ser humano, suscitam a geograficidade de cada sujeito.

Pesquisar sobre mulheres é de início um grande desafio, pois a bibliografia disponível produzida tendo a mulher como sujeito principal da investigação é limitada, inclusive, na geografia. Assim, essa pesquisa é de imensurável riqueza, porque poderá ser inspiração para novas temáticas e seu referencial usado como base bibliográfica.

No primeiro campo da pesquisa entrevistamos cinco feirantes com o objetivo de entender suas histórias de vida e suas trajetórias como feirantes. O trabalho na feira começou para elas muito cedo e, portanto, suas vivências e histórias enquanto mulheres não são distintas. Nas entrevistas observamos que todas as mulheres eram casadas e quatro delas já tinham filhos e netos.

Uma das entrevistas foi realizada com uma produtora artesanal de objetos de barro. Durante a conversa ficamos encantadas com sua história de vida e como a complexidade que envolve seu ofício de “loicera” (forma literal que a feirante pronuncia a palavra louceira, quem faz louça). Ela fabrica panelas, pratos e objetos decorativos com o barro. O processo de elaboração desses objetos abrange em suas palavras “15 trabalhos”, pois envolve desde ir buscar o barro (solo argiloso) até os acabamentos finais pintando os objetos.

Nessa entrevista percebemos que sua motivação para fazer as panelas de barro, de segunda a quinta, sair de casa, ir à feira e comercializar seus produtos vem da necessidade de sustentar sua família ajudando na renda da casa com a prática que suas mães lhes ensinaram.

A feira, dessa forma, torna-se lugar e meio da realização das mulheres enquanto provedoras de sustento para seus lares e disseminadoras de saberes populares pela comercialização de produtos que envolvem práticas que essas feirantes aprenderam com seus familiares, seja no modo de vender os produtos ou na forma como os produtos são manejados. Sair à feira, organizar seus produtos sobre uma armação de metal, madeira ou até mesmo no chão e ali vender seus produtos tem definições para além de uma mera relação de troca, venda e lucro. Essa prática resulta em significados que somente uma investigação sensível a esses elementos possibilita capturar. Pois, a história de vida dessas mulheres em muitos pontos se mesclam a sua história como feirante e toda sua trajetória como mulher sertaneja.

Entendemos que a luta feminista acontece pela coletividade e que as conquistas individuais das mulheres não terão forças suficientes para romper com o atual modo de reprodução da sociedade, portanto um caminho apontado por Joffily (2004, p.22) é “[...] compreender o processo de emancipação da mulher só pode realizar-se inserido no processo de emancipação de toda a sociedade”.

Portanto, fazemos da pesquisa científica meio de contribuir para a luta feminista, pois além da necessidade de ocuparmos esse lugar, na produção do conhecimento, também faz-se necessário produzir conceitos e conteúdo que sirvam como base para a discussão e conquista da igualdade entre os sexos. Para não concluir, pois essa discussão vai muito além do que foi proposto, reafirmamos que precisamos romper essa dicotomia entre os sexos e caminhar para uma sociedade mais justa e livre, sem as amarras opressora que atualmente prendem as mulheres, as subjuga e discrimina como inferiores.

Palavras chave: Mulher; Feira; Caatinga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DARDEL, Eric, **L’Homme et la Terre**. Nature de la réalité géographique. Ed. CTHS, Paris. 1990.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Mulher e educação: a ideologia da submissão**. Matria: a emacinação da mulher. Confederação Nacional dos Trabalhadores – CNTE, 8 de março de 2004.

SUSTENTABILIDADE E TOPOFILIA DA PAISAGEM DAS ÁGUAS NO SEMIÁRIDO SERGIPANO: DIMENSÃO CULTURAL PARA ANÁLISE DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Rodrigo Santos de Lima

Doutorando em Geografia-PPGEO/UFS – rslrodrigo@gmail.com

Maria Augusta Mundim Vargas

Prof^a Dr^a PPGEO/UFS – guta98@hotmail.com.br

A percepção sobre a paisagem dos residentes da sub-bacia do rio Socavão, localizada no semiárido do estado de Sergipe, e como esta influencia nos usos e práticas relacionados à sustentabilidade ambiental tem norteado o esse estudo, além da apreensão dos sentidos, significados e sentimentos da paisagem relacionados à água e os usos e práticas associados a aspectos da identidade e na intenção de elencar possíveis marcas culturais que possam ser utilizadas como elementos da governança. O método empregado baseia-se na fenomenologia de Merleau-Ponty (1996), fundamentada na ideia da percepção como um constructo cognitivo que se estabelece em um conjunto de relações entre os seres humanos e o seu meio, que conjuga aspectos intersubjetivos e se estabelecem entre as pessoas e o lugar. Nesse sentido os aspectos evidenciados nessa acepção é a experiência tal e qual do mundo conhecida como a experiência vivida no espaço e no tempo carregada de subjetividade notada pela relação homem e o meio. Essa afetividade humana com o meio torna-se um possível elemento auxiliar na compreensão da dinâmica ambiental ao elencar aspectos denotadores de usos e práticas consideradas sustentáveis ou não para com as águas. O entendimento da paisagem dá-se também pela percepção conduzidas pelas abordagens de Dardel (1952) e Berque (1998). A ideia de Dardel é baseada na “geograficidade” na medida em que a geografia abre caminhos para uma fenomenologia do espaço. O termo “geograficidade” está relacionado com a inserção dos elementos da Terra a existência humana num sentido de historicidade na qual os humanos são conscientes da sua ligação com o meio em que vive. Nesse sentido, a paisagem é analisada como se tivesse descrevendo um texto no qual se elenque a essência da experiência humana no planeta demonstrando os sentidos e significados (Berque, 1998) da existência humana. Ponderar sobre o lugar e as conexões concebidas ao seu redor, notadamente a concernente a água, é acima de tudo, apreender que esse lugar é produzido nas arbitragens entre os vínculos entre as pessoas e o espaço, com base nos entendimentos e afetividades desveladas em determinada área. Como o lugar resulta de tais associações e da articulação dos sentidos e significados intersubjetivos, qualquer sociedade o produz a seu modo, em

conformidade com as experiências e cinge vários princípios ao elencar características cognitivas atreladas aos elementos espaciais. Para a compreensão da sustentabilidade apoiamo-nos aos preceitos de Sachs (1993), Leff (2001) e Boff (2012); Na compreensão sobre a sustentabilidade e a cultura, buscamos elencar a condição atual acerca do uso das águas correntes em sua conexão com as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e governança, como recurso, mas também como patrimônio e como os aspectos culturais podem enriquecer as ações propostas no mesmo. Como alguns resultados, temos que o apego ao lugar prevalece positivamente sobre o espaço, denotando a presença de sentimentos topofílicos associados a referentes identitários que estão próximos a eles, como a igreja do povoado, a escola, o rio, etc. A percepção da paisagem é positiva para alguns aspectos e negativas para outros, com relação a governança notamos que não há um cuidado adequado dos ribeirinhos para com as águas, nem sempre há representantes que conduzam para tal, não há fiscalização a contento, as leis não cumpridas na sua plenitude e o papel do estado não é cumprido adequadamente. Com relação a percepção dos rios nota-se que os residentes em sua maioria não sabem da existência deles, notadamente são os tanques e açudes que permeiam a consciência. Uma outra característica sobre tal fato, é a presença de adutoras na área da sub-bacia o que pode levar a uma não visibilidade de rios e riachos, já que a água chega via torneiras em suas moradias.

Palavras-chave: bacia hidrográfica; paisagem; sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (eds.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1984], p. 84-91.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O Que É, O Que Não É**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 200 p.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental. **Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p.

DARDEL, Éric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: ed.

Perspectiva, 2011. [texto original publicado em 1952].

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção** (C. Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1996; (Texto original publicado em 1945).

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

AS REDES INSTITUCIONAIS DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL

Vanessa Santos Costa

Doutoranda em Geografia PPGEU/UFS
Universidade Federal de Sergipe
vanygui@yahoo.com.br

Maria Augusta Mundim Vargas

Prof^a Dra em Geografia PPGEU/UFS
Universidade Federal de Sergipe
guta98@hotmail.com.br

A evolução da oferta de energia em seus diversos usos estabelece uma relação estrita com o desenvolvimento econômico de um país. As várias formas de utilização dos recursos energéticos disponíveis nos ajudam a compreender o aumento da produtividade da indústria no decorrer dos últimos dois séculos. Deste modo, o domínio das formas de utilização e armazenamento de energia é indispensável para que as atividades humanas sejam desenvolvidas (PINTO JÚNIOR et al, 2007). E, a expansão da energia é de extrema importância para o planejamento industrial, social, econômico, ambiental e tecnológico de um país.

Com relação ao setor elétrico, as principais medidas que promovem a redução da emissão de gases de efeito estufa são a adoção das novas fontes renováveis (NFRs) em contraposição das fontes tradicionais poluidoras e uma maior eficiência energética. A futura escassez do “ouro negro”, o petróleo; e os vários desastres ecológicos causados pelas indústrias contribuíram para a retomada das fontes energéticas que provêm dos recursos naturais renováveis. Com o desenvolvimento das NFRs houve necessidade de introduzir políticas específicas no setor energético. O atual modelo de expansão do setor impulsionou a criação de forte cadeia produtiva de energia, a expansão das fontes alternativas, que necessitaram para se estruturar de mão de obra qualificada, pesquisas científicas, avanços tecnológico. Além desses ocorreram mudanças na estrutura de mercado, regulamentação do setor e a formação de recursos humanos especializados, que ao longo das últimas décadas formaram um arcabouço institucional burocrático em torno do novo modelo energético brasileiro (CAMILLO, 2013).

Nosso estudo trata da expansão da energia eólica no país e é balizado pelo conceito de

redes tomado como necessário para compreendermos a sua importância na configuração do

espaço geográfico, por estar conectado com fixos e fluxos materiais e imateriais (SANTOS, 1994) que permitem o seu ligamento com diversos pontos, seja através das técnicas e tecnologias, seja no sistema de agenciamento através dos principais atores envolvidos (governo e empresas), seja no sistema financeiro, e nos sistemas de transportes, que nesse caso, nos auxilia na análise da implantação de empreendimentos eólicos.

Tomamos como caminho metodológico a pesquisa qualitativa executada por levantamentos bibliográficos, observações, diário de campo, registro fotográfico e aplicação de entrevistas. Pode-se observar que a configuração atual do setor começou após 1995 com o Projeto Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RE-SEB), que tinha por objetivo viabilizar a competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica e da adoção de regulação incisiva nas atividades monopolistas de transmissão e distribuição. Para que o funcionamento do setor energético aconteça existe uma organização institucional hierarquizada de âmbito federal, que em se tratando de política energética responde aos princípios e diretrizes, econômica e ambiental.

Entendemos que a energia eólica esteja orientada para garantir o abastecimento energético sob os princípios de competitividade, seguridade e universalidade de fornecimento, que respondem ao modelo energético acordado pelos poderes públicos, aliados aos interesses de empresas particulares. É nesse propósito, de pensar e entender os arranjos espaciais pela implantação de empreendimentos eólicos que se propõe nosso estudo na medida em que este possibilitará o esclarecimento e a discussão pertinente na intenção de contribuir nos estudos geográficos.

Palavras-chave: Redes institucionais; Política; Energia eólica.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA PARCIAL

ADALBÓ, Ricardo. **Energia Eólica**. São Paulo: Artliber, 2002.

Agencia Nacional de Energia Elétrica, 2013. Disponível em: <http://www.aneel.com.br>. Acesso em: 10 de Maio. 2013.

CAMILLO, E.V. As Políticas de Inovação da Indústria de Energia Eólica: uma análise do caso brasileiro com base no estudo de experiências internacionais, **Tese** (Doutorado em

Política Científica e Tecnológica), Instituto de Geociências/UNICAMP, Campinas - SP, Agosto de 2013, 192 p.

CORRÊA, R.L. Origem e tendências da rede urbana brasileira: algumas notas. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. DIAS, L.C. Os sentidos da rede: Notas para discussão. In: DIAS, L.C; SILVEIRA, R.L.L da (orgs): **Redes, Sociedade e Territórios**. Santa Cruz do Sul, UNISC, 2007.

DUTRA, R. M. Propostas de Políticas Específicas para Energia Eólica no Brasil Após a Primeira Fase do PROINFA. **Tese** (Doutorado em Planejamento Energético) – COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, Abril de 2007, 426 p.

FADIGAS, Eliane Aparecida Faria Amaral. A energia dos ventos. **Revista Alternativa**. Editora Publicidade: ROMA4, ano I. Edição 3, p. 10-15, abril 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002^a.

PINTO JÚNIOR, H. et al. Economia da energia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SOUZA, M.L de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens sobre o território**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

RATZEL. F. **Géographie politique**. Paris: Econômica, 1988.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

AGRICULTURA FAMILIAR E O EMPREENDEDORISMO NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO

Doutorando Ramon Oliveira Vasconcelos; ramongeoufs@hotmail.com

Orientador Prof. Dr. José Eloízio da Costa; eloizio.npgeo@gmail.com

Atualmente para se destacar na produção agrícola e principalmente no mercado cada vez mais competitivo, é necessário apresentar um agricultor familiar com o perfil diferenciado, ou seja, que tenha a capacidade de inovar continuamente, trazendo ideias, que revolucionem a maneira de administrar as decisões que, trarão o sucesso para a atividade desenvolvida.

Dessa forma, é fundamental fazer uma análise sobre o surgimento e os diversos aspectos históricos relacionados à multifuncionalidade da agricultura familiar, numa perspectiva geográfica, associando-o ao desejo de obtenção de lucro e sucesso pessoal, ao operar um empreendimento e assumir os riscos e prejuízos, com a intenção final de obter o lucro gerado pelo negócio.

Para tanto, pretende-se apresentar inicialmente considerações de caráter teórico sobre o empreendedorismo da agricultura familiar levando em consideração a inovação e a diversificação produtiva para agricultura familiar no espaço rural sergipano, a partir disto, tecer indicações relativas às implicações de tais considerações teóricas para os aspectos práticos e operacionais dos referidos temas.

Nesse sentido, podemos justificar este trabalho a partir de diversas variáveis que indicam e caracterizam o desempenho de um produtor rural. Ele pode ser considerado um produtor bem sucedido por atingir um montante considerável em sua produção, por diversificar e ao mesmo tempo inovar, buscar capacitações constantes, por ser envolvido com a comunidade local, por ter preocupações e ações ambientais, entre outros.

Nesse contexto, demarcar no espaço sergipano, com o empreendedorismo da agricultura familiar em microrregiões (agreste e sertão) com características naturais, econômicas e sociais diferenciadas fundamentais para esse trabalho. Para tanto, é necessário traçar indicadores que possam analisar os agricultores familiares que obtiveram “sucesso”. Não se trata de algo tão simples e linear, deve-se considerar um conjunto de

indicadores que agrupados constituem as variáveis pelas quais torna o agricultor um empreendedor rural.

O estudo desses indicadores pode preconizar e sustentar a ideia de que a terra e sua posse, sozinhas, não conferem êxito sem a potencialização vinculada e condicionada pela introdução das funções administrativas (planejamento, controle, direção e organização) na unidade rural produtora. O espaço rural, historicamente desempenhou outras funções além da atividade agrícola, e a multiplicidade desenvolvida requer um mínimo de conhecimento ora empírico, ora teórico para sua continuidade e sustentabilidade.

Nesse sentido, o processo de inovação torna-se uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo, à medida que busca atender aos anseios do mercado e gerar renda ao empreendimento para que este possa se manter e se suprir. A ideia de inovação não é necessariamente uma criação, mas pode ser entendida como uma renovação de algo já existente, desde que leve em consideração estudos, observações e a persistência, na busca de soluções, que sejam práticas e simples.

Para o desenvolvimento do projeto tornar-se-á necessário realizar uma pesquisa na perspectiva geográfica, trazendo o método analítico como substrato de forma quantitativa e qualitativa, que analise os aspectos gerais e reflita as informações da realidade. Sendo assim, o ponto a ser analisado nas alterações do espaço rural considerando a inovação e as cadeias produtivas como alicerce que pode tornar o agricultor familiar um empreendedor rural.

Para realização desse trabalho estão sendo utilizados os seguintes procedimentos metodológicos, revisão bibliográfica sobre agricultura familiar, inovação, cadeias produtivas, empreendedorismo e desenvolvimento rural para entender as transformações no espaço rural ocorridas nos últimos anos em nível nacional, regional e local (estado).

Nesse aspecto, são consideradas leituras como: WANDERLEY (2001), ABRAMOVAY (1992) e HESPAHOL (2000) no que se refere à agricultura familiar, com seus paradigmas e definições; BASTOS (2006), SILVA (2007) e CASTRO (2005), tratando de questões referentes à Estado como gestor de políticas Públicas; ALENCAR (2010), LOPES (2007), MAGALHÃES (2005); e as questões referentes ao

empreendedorismo ABRAMOVAY (1992), DRUKER (1987), SCHNEIDER (2010). Além desses, serão analisados as publicações institucionais sobre essa temática, principalmente, as advindas do MDA.

A expectativa é que esse trabalho possa contribuir para alicerçar discussões de cunho geográfico no âmbito da agricultura familiar que, a partir da década de 1990, passou a ser alvo de reflexões e experiências. Sendo assim, este tema torna-se importante para os estudos geográficos em decorrência da possibilidade de mudanças no espaço agrário sergipano.

É importante destacar que, a discussão sobre esse tema entre os geógrafos ainda não tem prioridade levando em consideração que as ciências que aprofundou sobre esse tema foram principalmente a Economia e a Sociologia Rural.

Assim para compreendermos a complexidade do universo agrário é necessário ficarmos atentos para a diversidade da paisagem agrária (meio físico, variáveis econômicas etc), seja em virtude de diferentes tipos de agricultores, que têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, além de responder de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Em suma, a agricultura familiar pode proporcionar a cidadania no campo, o acesso dos habitantes do espaço rural e às condições do processo de desenvolvimento.

Palavras chave: Agricultura familiar, inovação, empreendedorismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro**. MDA: FIDA, Projeto Dom Helder Câmara, 2001.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. S/L: bookman, 2009.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e o espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios**. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coords.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000. 74

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. **A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro – 1992-1995**. Congresso Brasileiro de Economia (ANPEC). Recife: ANPEC, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

SILVA, G. da S. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

VEIGA, J. E. da. **A Questão Agrária no Brasil**. In: Jr. Caio Prado. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, p. III-XXII.

AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM ALAGOAS: O CONTROLE DO TERRITÓRIO E LUTA POR TERRA

Ricardo Santos de Almeida

Mestre em Geografia (PPGEO/UFS). Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO), Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR), Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG).
ricardosantosal@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Doutora em Geografia (PPGEO/UFS). Professora do DGEI/UFS e do PPGEO/UFS. Coordenadora do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO).
josefalisufs@gmail.com

Este estudo analisou a produção do espaço geográfico alagoano forjado na sujeição da terra aos interesses do agronegócio canavieiro por ações políticas e econômicas, que desde o século XVI até os dias atuais foram alterando o espaço. Compreende-se que o espaço nacional foi historicamente construído e alicerçado pelos interesses e determinações da elite agrária. Esse quadro, denuncia a manutenção do poder político e econômico, garantindo a preservação dos interesses da elite do agronegócio canavieiro até os dias atuais, ao tempo em que mostra a subserviência do Estado brasileiro à lógica do capital reforçando o fortalecimento dos interesses específicos das elites estaduais no Brasil, como por exemplo, o estado de Alagoas. No que concerne a discussão sobre o papel do Estado nesse processo, considera-se que o Estado é capturado pelas determinações do modo de produção vigente e, segundo Harvey (2005, p. 77) nos alerta “não seria correto afirmar que o Estado apenas recentemente se tornou agente central para o funcionamento da sociedade capitalista. Ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia”. No Brasil, o processo de territorialização do capital se inicia a partir de 1500, quando o território apropriado é compreendido pela Coroa Portuguesa, como uma reserva de valor. Deu-se aí uma acumulação primitiva que só foi possível pela agricultura de monocultura da cana-de-açúcar, em larga escala para a exportação, tal como afirma Andrade (1996, p. 32), quando diz que o uso e ocupação do território brasileiro ocorreu primeiro “a partir de áreas próximas ao litoral, tendo a cana-de-açúcar como principal produto”. O início da formação das propriedades privadas no campo brasileiro ocorreu a partir de 1530, segundo

Morissawa (2001, p. 14) sendo o Nordeste brasileiro, durante o período colonial, a principal região produtora de açúcar e derivados até as primeiras décadas do Século XIX. Para Lima (1990, p. 22), a Coroa Portuguesa é a principal financiadora dos produtores “incentivando o processo produtivo de vegetais, a fundação dos primeiros engenhos¹⁵ entregando-lhes também aparato militar”. Com o desenvolvimento do açúcar em outros territórios surgiram entraves que inviabilizaram a continuidade da relação engenhos banguês-Colônia, impulsionando a diminuição da procura pelo açúcar e derivados produzidos no Brasil. Essa pesquisa explica a produção do espaço rural alagoano a partir da ocupação e uso da terra pelo agronegócio canavieiro. Considera-se que a atividade econômica agroindustrial é alimentada pelos privilégios do grupo social que controla a política, expondo os tentáculos políticos dessa atividade econômica no estado. A relação entre o Sistema econômico do engenho de açúcar (aqui considerado na sua relação com o sistema político) e o processo de reestruturação produtiva realizado desde as duas últimas décadas do século XX, vem explicar por que a atividade canavieira em Alagoas se mantém e qual a sua relação com a continuidade da pobreza, que é visualizada cotidianamente na paisagem. Ao mesmo tempo, quais as estratégias encontradas pelos trabalhadores rurais sem acesso à terra para se reproduzirem socialmente. As resistências de movimentos sociais existentes no território nos municípios Junqueiro, Campo Alegre e Teotônio Vilela, reafirmam a luta no campo em terrenos de usinas ou de grupos empresariais canavieiros. Nessa direção, a pesquisa mostra a inevitabilidade de interpretar o processo e as heranças históricas para desvendar os rebatimentos da reestruturação produtiva do agronegócio na vida da população camponesa. A sujeição da terra ao capital nessa realidade é um quadro viabilizado por ações políticas e econômicas que demarcam o estado de Alagoas. Neste sentido, a reestruturação produtiva na atividade canavieira traduz-se no fortalecimento do agronegócio reafirmando a permanência da base oligárquica rural que há séculos exerce seu poderio sobre o território alagoano.

Palavras-chave: Território. Espaço agrário alagoano. Luta por terra.

¹⁵Significados para os variados tipos de engenhos: banguê: movido por tração animal ou água, em que se fazia a evaporação da garapa nas caldeiras; copeiro: a roda é movida pela ação da água nos cubos ou copos; de fogo morto: engenho parado; Real: engenho hidráulico (movido a água) de grande capacidade produtiva; central: concentração da produção em grandes usinas; trapiche: engenho movido por tração animal. Fonte: Diégues Júnior (2012). Adaptado pelo autor (2016).

Referências

ANDRADE, Correia Manoel. **A questão do território no Brasil**. Hucitec: São Paulo, 1996.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume. 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero/MTC/CNPQ, 1988.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da Agroindústria Canavieira Alagoana no Século XIX**. Maceió: EDUFAL. 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio (org.) **Gestão da qualidade no agribusiness**: estudos e casos. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

Eixo de inscrição: Produção do espaço agrário

AVANÇOS E CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE ITABAIANA/SE

José Carlos dos Santos

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe
(PPGEO/UFS. E-mail: Jcsantos_46@yahoo.com.br)

Profº. Drº. José Eloízio da Costa

Professor do Programa da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe
(PPGEO/UFS). E-mail: Eloizio.npgeo.@gmail.com

Resumo

Atualmente, observa-se que estudiosos e pesquisadores têm-se debruçado na discussão e avaliação dos resultados sobre a importância da participação e decisão dos atores sociais nas institucionalidades face à descentralização dos recursos públicos direcionados aos municípios e estados. O objetivo desse estudo consiste em analisar o processo de Gestão social e suas contradições a partir da efetivação e avanços dos projetos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do município de Itabaiana/SE, bem como de seus resultados decididos e executados nessa instância colegiada institucional em escala municipal. A pesquisa em tela está fundamentada na abordagem empírico-analítica e tem como metodologia a pesquisa qualitativa, subsidiada pelos dados quantitativos. O CMDS é de fundamental importância para o desenvolvimento local nesse sentido, torna-se necessário o entendimento de como opera a relação entre o poder público e a sociedade civil através arranjo institucional. Portanto, o trabalho vem demonstrar a importância da participação do Estado na transformação do meio rural através das políticas públicas.

Palavras-Chaves: Agricultura familiar, Desenvolvimento rural, Participação social.

INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se que estudiosos e pesquisadores têm-se debruçado na discussão e avaliação dos resultados sobre a importância da participação e decisão dos atores sociais nas institucionalidades face à descentralização dos recursos públicos direcionados aos municípios e estados. Sendo assim, desde as últimas décadas do século XX as políticas públicas voltadas para o espaço rural têm criado mecanismos institucionais que incentivam a participação dos atores sociais, as contribuições dessas políticas são de suma importância para o desenvolvimento rural.

Por isso, o protagonismo dos atores tem sido colocado como um elemento essencial na perspectiva do desenvolvimento rural e do fortalecimento da agricultura familiar, sendo praticamente um consenso nos discursos de gestores públicos, movimentos

sociais, entidades não governamentais e organismos internacionais. Assim, o Estado como agente responsável em reduzir as precárias condições de trabalho e reinventar oportunidades dignas favoráveis ao ser social, principalmente para a população que reside no meio rural.

OBJETIVOS

O objetivo desse estudo consiste em analisar o processo de Gestão social e suas contradições a partir da efetivação e avanços dos projetos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do município de Itabaiana/SE, bem como de seus resultados decididos e executados nessa instância colegiada institucional em escala municipal.

METODOLOGIA

A pesquisa em tela está fundamentada na abordagem empírico-analítica e tem como metodologia a pesquisa qualitativa, subsidiada pelos dados quantitativos com a utilização dos seguintes procedimentos teórico-metodológicos: levantamento e análise de fontes primárias e secundárias, orientadas por pesquisas bibliográficas e documentais; realização de entrevistas e aplicação de questionários aos atores sociais, que serão tabulados e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na leitura de Borges (2015) é possível compreender que os Conselhos são, em tese, um dos principais agentes de inovação do cenário político nacional, pois representam espaços legítimos de expressão de interesses, mediação de conflitos e construção de consensos. Portanto, são espaços de negociação entre governos e sociedade civil organizada no que tange à condução das políticas públicas municipais.

De acordo com Buarque (2002), que associa a descentralização ao fortalecimento do poder local e, assim, entende esta associação como um fator decisivo para a participação e para a democratização do processo decisório, sem ignorar sua importância para a própria educação política da sociedade. Desse modo, o autor compreende que a descentralização também contribui, no sentido de atuar, sobre a efetividade das iniciativas e ações do planejamento para o êxito das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o trabalho vem demonstrar a necessidade da participação do Estado na transformação do meio rural através das políticas públicas, por meio de um processo de gestão social, a fim de empoderar os agricultores familiares para que possam assumir o compromisso e a responsabilidade de organizar uma nova geração de agricultores autoconfiantes e tecnicamente competentes para viver sem a dependência das políticas sociais oriundas do Estado.

Assim o, Estado, ao viabilizar a participação da sociedade civil nos processos decisórios de controle social através da participação popular via mecanismos, como os conselhos, que descentraliza o poder de decisões e outorga à sociedade a oportunidade de participar e tornar-se protagonista do processo político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, S. S. **Espaços políticos participativos: caminhos e descaminhos da participação social nos Conselhos Municipais em Salvador, Bahia**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.
- FAVARETO, A. DEMARCO, Diogo. (2004). Entre o capital social e o bloqueio
- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 120p.
- SEN, Amartya; MENDES, Ricardo Doninelli. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. SciELO-Editora UNESP, 2004.

A ASFIXIA DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO ESPAÇO AGRÁRIO NO LITORAL SUL DA BAHIA

Dayse Maria Souza

Prof.^a Doutora em Geografia - dayse_mra@hotmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Prof.^a Doutora em Geografia - alexandrina.luzconceicao@gmail.com

O presente trabalho de Tese buscou analisar o processo de mobilidade do trabalho no litoral Sul da Bahia. A tendência da reprodução sociometabólica do capital é tornar a força de trabalho cada vez mais supérflua, representando uma das contradições da lógica irracional e destrutiva do seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que apresenta a necessidade de ampliar o seu caráter produtivo, ele cria a sua própria negação. Compreende-se que, a lógica da expansão capitalista, ao desenvolver suas potencialidades criadoras de valor por meio do aumento da capacidade produtiva da força de trabalho, tende a diminuir sua parte variável, empregando uma quantidade cada vez menor de força de trabalho, intensificando os níveis de exploração, criando, assim, uma asfixia necessária aos verdadeiros criadores de valor. A asfixia necessária se materializa, por um lado, em um campo perverso de ampliação da camada do exército industrial de reserva, negando a venda da força de trabalho para grande parte dos trabalhadores (em toda a hierarquia social da divisão do trabalho); e por outro lado, aqueles que conseguem vender sua mercadoria força de trabalho, acabam realizando extensas horas de trabalho, submetidos a elevados níveis de exploração, acarretando um aumento do processo de degradação da vida humana em seus aspectos mais gerais. Com a tendência asfixiante do capital sobre o trabalho, as determinações que envolvem as relações de trabalho na realidade estudada, por exemplo, acompanhadas do caráter expansivo do sistema do capital, evidenciam uma reestruturação espacial que repõe uma nova lógica de sua reprodução no litoral Sul da Bahia. Constatam-se, nesse processo, uma maior desvalorização da força de trabalho e uma intensificação do seu caráter móvel, ampliando a camada dos “supérfluos”, pondo os verdadeiros produtores de mais-valor rumo aos caminhos da incerteza do labor. O aprofundamento dos principais conceitos e categorias que dão suporte à pesquisa foi

sustentado com base no debate da teoria do valor elaborada por Marx, a fim de compreendermos como se dá a exploração da força de trabalho nas formas de produção capitalistas, focalizando o conceito de trabalho e mobilidade do trabalho. Traçamos uma análise partindo da leitura de Marx em *O Capital*, assim como dos trabalhos desenvolvidos por Jean Paul de Gaudemar em obra intitulada *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, buscando entender o fundamento da *Lei geral de acumulação capitalista* baseada na submissão do trabalho ao capital, ou seja, da transformação do trabalho em mercadoria, logo, do caráter móvel que permite que a força de trabalho esteja disponível ao movimento de valorização do capital. A questão que envolve a produtividade do trabalho e o processo de valorização do trabalho através da extração do mais-valor também foi de fundamental para os caminhos norteadores da pesquisa, assim como a lei geral que rege a acumulação de riqueza por meio da geração de uma superpopulação (exército industrial de reserva) que permite ao capital uma autovalorização, partindo de uma maior exploração da força de trabalho, logo de um caráter móvel, fluido e flexível do trabalho. Sendo assim, para entendermos o papel da superpopulação no atual processo de acumulação capitalista, foi necessário elaborar um debate sobre a crise estrutural e o desemprego estrutural do capital, compreendendo como a ampliação da camada dos supérfluos impõe limites ao próprio funcionamento do sistema sociometabólico do capital e, partindo da análise de István Mészáros (2002; 2011), entender como este aspecto contraditório revela um aumento do desemprego crônico, considerado para o autor, o aspecto mais explosivo da crise estrutural do capital. A ampliação dos sujeitos supérfluos no litoral Sul da Bahia evidencia como este processo representa uma asfixia aos reais sujeitos produtores de mais-valor. Foi possível evidenciar como os efeitos do desemprego estrutural impõem que homens e mulheres, asfixiados pela ânsia do lucro capitalista, passem a fazer parte da camada dos “supérfluos”, tornando-os móveis para garantir as necessidades da acumulação. Os andarilhos se deparam com o crescente desemprego crônico, vivendo num constante ir e vir nos espaços possíveis para a venda da sua força de trabalho. Assim, partimos do entendimento de que o trabalho não deixou de ser central nas formas de produção de mais-valor; pelo contrário, embora a diminuição do trabalho necessário na produção seja uma tendência das contradições do capital em seu momento de crise, percebe-se no histórico do seu desenvolvimento que a extração de mais-valor possibilitada pelo aumento da produtividade do trabalho alcança

níveis cada vez mais intensos de exploração. A quantidade de horas de trabalho disponibilizada pelo trabalhador ao vender sua força de trabalho nunca foi tão degradante e precária. Portanto, a ofensiva do capital sobre o trabalho revela uma asfixia aos reais sujeitos produtores de mais-valor; tal processo é evidenciado na ampliação dos níveis de exploração da força de trabalho e na negação da venda da força de trabalho aos reais sujeitos da produção.

Referências Bibliográficas:

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheiros e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002b.

_____. **Crise estrutural do capital**. Trad. de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, karl. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da Economia Política. Livro II: o processo de circulação do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

Palavras Chave: trabalho, mobilidade do trabalho, desemprego estrutural.

ESPACIALIZAÇÃO DA CITRICULTURA

Adelli Carla Silva Nascimento de Andrade

Doutoranda – UFS

adelli_csn@hotmail.com

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel

Celso.locatel@gmail.com

Introdução

A laranja chegou ao Brasil por meio das grandes expedições. A fruta tinha uma grande importância no combate ao escorbuto, doença que acometia os marinheiros que ficavam meses em alto mar. O clima e solo favoráveis do Brasil fizeram com que se desenvolvesse com boa qualidade, contudo, a espacialização da citricultura tomou uma dimensão maior a partir da procura intensa no mercado pelo suco da laranja. As frequentes geadas na Flórida impulsionaram a produção brasileira.

A produção que se encontrava apenas em pequenos lotes passou a tomar grandes proporções, o capital se territorializa no campo através das indústrias de suco modificando a dinâmica espacial, com intervenções estatais, através de subsídios, e o incentivo às novas tecnologias. Essas mudanças ocorridas levaram Sergipe ao auge da produção, chegando a ser o segundo maior produtor do país, e posteriormente, à decadência, levando em consideração a crise na citricultura que se arrasta desde 1990, ainda assim, é preciso considerar que, mesmo diante da crise, a laranja continua sendo um produto de grande importância para o estado. O presente resumo faz uma breve discussão a respeito da espacialização nacional e estadual da citricultura, analisando seu avanço e recuo de acordo com o vaivém do capital.

Avanços e recuos no plantio da laranja

A citricultura ora avança, ora retrai, ora alcança altos índices de produtividade, ora esses índices despencam. A ascensão ou a decadência de determinada cultura é resultado da mobilidade do capital no campo, esse movimento caracteriza a incessante busca pela lucratividade, o vaivém que transforma regiões críticas em prósperas, e prósperas em caóticas.

A laranja, antes cultivada apenas nos quintais e vendidas em feiras livres, passou a ser vista pelo capital como um grande investimento no século XX, mas foi na segunda metade deste século, em especial nos anos 1980/90, que de fato se especializou nos campos brasileiros. O plantio se manteve em pequenos lotes durante a década de 1950, principalmente, pela falta de infraestruturas das estradas, em 1960, quando iniciou a ampliação da malha rodoviária facilitou o escoamento dos produtos, aumentando a produção e consequentemente expandindo a plantação de laranjas para atender mercados das regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Em Sergipe o cultivo voltou-se para o mercado externo, por um lado, o Estado modernizante associava a venda de frutas *in natura* ao atraso, por outro, grandes empresas de sucos visavam o aumento crescente da lucratividade. A ascensão da produção era respaldada +pelo Estado através de programas para ao acesso a terra, créditos agrícolas centrados no polo Nordeste, e a implantação das indústrias em solo sergipano se deu por incentivos da SUDENE, investimentos acobertados pela FINOR, com tais apoios os prejuízos jamais chegariam aos empresários (PEREIRA, 2002).

Com o incentivo estatal, créditos rurais e altos preços da laranja, elevou também a especulação imobiliária, e a cultura que era produzida apenas em pequenos pedaços de terra, teve o cenário modificado, os mais abastados compravam mais lotes de terras, enquanto os que não conseguiam se reproduzir, ou acompanhar os ditames do capital, migravam. Muitos pequenos produtores migraram para os municípios da Bahia, em especial para Rio Real, Pereira assegura que,

A partir de 1970, a laranja tornou-se o principal produto agrícola de Rio Real, o deslocamento dos produtores migrantes sergipanos em direção a fronteira facilitou essa expansão. As terras devolutas e cobertas por tabuleiros estavam a disposição daqueles que manifestassem interesse em desmatar e começar a cultivar (PEREIRA, 2002, p. 99).

A mobilidade territorial do trabalho representava para o citricultor novas possibilidades de sustento familiar, e para o capital, possibilidade de expansão, de aumento na demanda da laranja, principalmente porque os municípios do litoral norte baiano formam um contínuo com os municípios do centro-sul Sergipano.

Em 1990 as migrações continuam intensas de Sergipe para a Bahia, não mais por conta da especulação imobiliária no estado de Sergipe, mas por causa da crise, os pés de laranja velhos, as doenças se espalhando e a falta de incentivo do Estado fez com que muitos que tinham permanecido também quisessem mudar.

A crise da citricultura afetou pequenos e grandes produtores, sendo que o elo mais frágil da cadeia sente primeiro os impactos desta. Contudo, as mudanças ocorridas não acarretaram num recuo da plantação da laranja em Sergipe, um fator que favoreceu para a área de plantio seguisse se expandindo foi a compra de terras por parte das indústrias em áreas que não são ‘tradicionais’ no plantio do fruto, assim,

A tropfruit destaca-se por seus grandes produtores serem seus sócios (inclusive o maior produtor atualmente), essa indústria junto a Maratá, são também as principais responsáveis pela expansão da citricultura em direção ao platô de Neópolis, onde estão adquirindo áreas para o plantio irrigado (SANTOS, 2009, p. 63-64).

Entretanto, a expansão da área plantada e da área colhida da laranja não é diretamente proporcional ao aumento da quantidade de laranjas ou de produção do suco, devido à crise que se arrasta por anos no estado com plantas velhas e doentes, além de falta de recursos. Os produtores seguem plantando, mas os pés de laranja não produzem o máximo de suas capacidades, até porque, os insumos necessários para produzir bons frutos são muito caros, e com o preço da laranja em baixa, o produtor muitas vezes não utiliza adubos e correções do solo, caso contrário não teria lucro, e pagariam para trabalhar.

Considerações Finais

A mobilidade na década de 1990 de citricultores sergipanos para o estado da Bahia, representou o que o estado vivia e o que viria nos próximos anos. Sem alternativas, o citricultor viu na migração a fuga da crise, e muitos dos que permaneceram na terra buscaram outros meios como trabalhos em propriedades de terceiros, o trabalho não-agrícola, ou apenas sustentar-se com a aposentadoria e plantar para subsistência.

Pode-se perceber o caminhar da laranja dentro do estado, o seu desenvolvimento a partir de subsídios, a espacialização na região centro-sul, e a relação de continuidade no estado vizinho com migrantes sergipanos, expandindo a área de plantio em função do mercado. Hoje, a citricultura segue outros rumos, outras direções dentro do estado Sergipe, porém, a expansão da área colhida ainda não trouxe bons resultados, pois o estado permanece seguindo a mesma “cartilha” que desencadeou a crise que permanece desde a década de 1990.

Palavras – chaves: Espacialização, citricultura, mobilidade

Referências Bibliográficas

PEREIRA, Gardênia Alves. **Em busca da (re) construção de um novo espaço – citricultores migrantes sergipanosem Rio real (BA)**. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB, 2002.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz. **A territorialização dos conflitos e Contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos**. USP/SP, 2009.

RESISTÊNCIA PARA UMA FORMA DE EXISTÊNCIA: A LUTA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

Flávio dos Santos

Mestrando em Geografia/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS)
flavio.geografiaufal@gmail.com

Christiane Senhorinha Soares Campos

Professora do Departamento de Economia e do PPG-Geografia (UFS)
chris_senhorinha@hotmail.com

Palavras-chave: Sementes Crioulas; Semiárido Alagoano; Resistência.

O presente escrito consiste em um esboço fruto de pesquisa de mestrado em andamento, a qual tem como propósito analisar o processo histórico de resistência e luta socioterritorial realizada pelo campesinato em defesa das sementes crioulas, frente à intensificação do desenvolvimento capitalista no espaço agrário do semiárido alagoano. Deste modo, alicerçado metodologicamente no Materialismo Histórico-Dialético, realizaremos apontamentos preliminares acerca desta pesquisa tanto no âmbito teórico quanto empírico.

O levante camponês em defesa das sementes crioulas se dá, na atualidade, diante do avanço do capital monopolista no campo alagoano, o qual se materializa a partir da disseminação das sementes híbridas-transgênicas, visando o domínio do território camponês e a sujeição da renda da terra camponesa aos imperativos do capital. Neste contexto, organizados através da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), camponeses do Semiárido Alagoano concretizam sua resistência por meio da formação de uma rede de Bancos Comunitários de Sementes (BCS), os quais são mantidos “[...] pelos próprios camponeses, que busca preservar esse patrimônio genético e cultural [...]” (LIMA; SANTOS, 2018, p. 193), garantindo assim a autonomia camponesa, cuja (re)produção

centra-se nas relações de trabalho proporcionada a partir da combinação de diferentes aspectos do cotidiano, emergindo assim o modo de vida camponês (SHANIN, 2008).

As sementes crioulas configuram-se em elemento fundamental desse modo de vida, uma vez que se tratam de organismos que foram naturalmente melhorados a partir das relações do campesinato com a natureza, mediados pelas relações de trabalho, resultando no cultivo e na colheita de espécies e conhecimentos singulares que foram/são transmitidos de geração em geração, fazendo com que as sementes crioulas sejam, além de primordial para a reprodução camponesa, um elemento cultural e de resistência desses povos.

Antagônico a isso, o capital tem, partir da disseminação das sementes híbridas-transgênicas, arquitetado esforços a fim de colocar o território camponês sob sua lógica de produção, contando para tal com a anuência do governo do estado de Alagoas, o qual a partir das políticas de compras e distribuição de sementes para a agricultura familiar, tem oferecido as condições essenciais para que o capital amplie seus tentáculos no campo alagoano. Um dos mecanismos dessa expansão capitalista é a monopolização do território, que é “[...] desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 233).

Sem precisar necessariamente se apropriar da terra, as empresas capitalistas subordinam as atividades agrícolas aos seus imperativos, determinando quais insumos serão utilizados no processo produtivo, fato que tem gradativamente se materializado no Semiárido Alagoano, despertando a preocupação das organizações camponesas em função avanço das sementes convencionais, proporcionando o levante de movimentos sociais e associações comunitárias que, “[...] sob a organização da Articulação do Semiárido (ASA), têm tentado evitar a destruição das chamadas sementes crioulas [...]” (LIMA; SANTOS, 2018, p. 02).

As ações perpetradas pelo capital no campo alagoano voltadas para o aniquilamento das sementes crioulas produz graves consequências socioespaciais. Segundo os estudos de Lima e Santos (2018), testes de transgenia realizados pela ASA, no período de janeiro-maio de 2017, apontaram a presença de milho transgênico em propriedades camponesas localizadas em municípios do Semiárido Alagoano, sendo

identificado, em um desses casos, a contaminação de milho crioulo, evidenciando “[...] que o Semiárido de Alagoas é alvo de uma expansão silenciosa de sementes transgeneticamente modificadas” (LIMA; SANTOS, 2018, p. 222).

Destarte, frente aos ataques proferidos pelo agronegócio, a resistência do campesinato em defesa das sementes crioulas constitui-se enquanto um movimento de (re)existência, pois resistem ao inexorável avanço do capital no campo, e lutam por uma determinada forma de existência, “[...] por um determinado modo de vida e de produção” (CRUZ, 2013, p. 216).

Assim, a guarda das sementes crioulas implica numa luta contra a sujeição do trabalho e da renda camponesa ao capital. Nesta perspectiva, constitui-se enquanto um movimento de resistência uma vez que se trata de uma prática que envolve questões essenciais da (re)produção e (re)existência dessas populações, como a soberania alimentar e a agrobiodiversidade, constituídos mediante as relações de trabalho, alicerçadas numa relação sociedade-natureza, em que a prioridade é o atendimento das necessidades de reprodução social, e não as necessidades da acumulação. A partir das reflexões tecidas, compreendemos que as sementes crioulas estão no centro da violenta ofensiva proferida pelo capital no campo, tornando urgente o fortalecimento das lutas e resistências em defesa dessas sementes, pois as mesmas representam um modo de existência e resistência dos povos tradicionais.

Referências

CRUZ, Valter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In.: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2013.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 41, p. 192-217, jan.-mar. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SERGIPE

Mário Artur Barbosa da Rocha
Mestrando em Geografia Universidade Federal de Sergipe (UFS)

marioartuur@gmail.com

Eraldo da Silva Ramos Filho
Prof. Dr. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
eramosfilho@gmail.com

A questão alimentar começou a ser entendida como uma questão de estratégia política a partir da primeira guerra mundial, devido ao medo do inimigo promover a escassez de alimento e gerar crise. Depois da segunda guerra mundial, a visão do alimento como uma peça-chave para o avanço do imperialismo no mundo, através da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e seus parceiros Organização Mundial do Comércio e Banco Mundial ganhou força, permanecendo no epicentro das discussões e formulações de políticas mundiais de combate à fome e a desnutrição até hoje.

No campo brasileiro, políticas públicas como o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar foram criadas ou reorganizadas procurando incessantemente conduzir ações para que houvesse uma redução da pobreza, nos marcos da governança global de combate à fome.

Amparado na Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009) e administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando suprir de maneira complementar as necessidades nutricionais dos alunos matriculados nas redes das escolas públicas e entes federados, bem como das entidades filantrópicas o PNAE é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, em seu artigo 14, prevê que um mínimo de 30% dos recursos da alimentação escolar, repassados pelo FNDE às entidades executoras (estados, municípios, DF, entidades filantrópicas) devem ser destinados à compra de alimentos oriundos do setor familiar da agricultura.

Em Sergipe a leitura dos números entre os anos de 2011-2015 referentes aos valores repassados sugere que o PNAE apesar de ser concebido para fortalecer a agricultura familiar, trata-se de uma política pública residual, com valores insipientes, demonstrando que não há ampla participação do setor familiar da agricultura.

Ocorre que a efetivação da lei da merenda escolar não surtiu efeito imediato, para termos uma ideia, segundo os dados da plataforma do FNDE, em 2011 dos R\$ 31.947.786,00 destinados, apenas R\$ 4.874.728,50 foram gastos com produtos do campesinato, uma

média de 14,22%. Na prática 10 municípios dos 75 somados à Secretaria do Estado da Educação atingiram o mínimo de 30% exigidos por lei.

Para o ano de 2012¹⁶ houve um aumento no número de municípios que cumpriram a legislação e o Estado pulou de 7,5% municípios que cumpriram a lei para 13,5%, ou seja, 18 dos 75 municípios passaram a cumprir a meta estabelecida.

Em 2013 o número de municípios decresceu em relação ao ano anterior passando de 18 em 2012 para 16 em 2013 correspondendo a 12% do total de municípios. Nesse ano o município de Japaratuba alcançou impressionantes 91,15% de seu orçamento destinado à compra da agricultura familiar, seria uma impressionante marca se o valor transferido ao município não fosse meramente de R\$ 278.442,00 reais, desse montante o município destinou R\$253.802,70 reais, valor que beneficiaria 12,6 agricultores considerando que cada um participaria com o total permitido por DAP.

No ano de 2014 a quantidade de municípios que cumpriram a legislação deu um salto atingindo 29 dos 75 municípios sergipanos correspondendo a 21,75%. O município de Canindé de São Francisco destinou R\$541.682,40 dos R\$ 463.890,00 transferidos pelo FNDE, atingindo um percentual de 116,77%, uma provável explicação para isto é que o artigo 5º da lei 11.947/09 em seu §3 rege que, observando estritamente o objeto de sua transferência, os saldos dos recursos financeiros recebidos até 31 de dezembro deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, gerando esta possibilidade de aumento nas compras acima dos 100%.

No ano de 2015, Sergipe atingiu a maior percentual contratado registrado com saldo positivo em participação do PNAE com 40 municípios. Cabe ressaltar que a obrigação de compra de produtos oriundos do setor familiar da agricultura é relativamente nova, considerando a existência do programa, logo, podemos considerar que existe uma evolução no quadro participativo do programa no estado, da fraca participação no ano de 2011, os números foram tomando corpo com o passar dos anos, causa provável pode o planejamento da produção camponesa, apesar das dificuldades tais como falta de comunicação e pagamentos atrasados; desconhecimento nas chamadas públicas.

Um fator que desfavorece os agricultores é o custo do transporte para a entrega da produção em seu destino aliado ao baixo incentivo de crédito deixando os agricultores à mercê dos atravessadores, esses entraves dificultam a inserção de mais agricultores no programa. Por isso, acreditamos ser indispensável pensar políticas públicas considerando

¹⁶ Em 04/07/2012, foi publicada a resolução nº25 que altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução 38 de julho de 2009, com o limite de venda de pessoa física ao PNAE passando de R\$ 9.000,00 para R\$ 20.000,00 DAP/ano.

as especificidades das relações camponesas, assim como o protagonismo dos seus movimentos na formulação de modelos de desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 09 de junho de 2004, 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. <<http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>> Acessado em: 29/08/2018

HÁBITOS ALIMENTARES NA ÓTICA DA COMUNIDADE ESCOLAR: UMA AVALIAÇÃO DO PNAE EM CORURUPE/AL

Rafaela dos Santos – Mestranda/Rafaela.fhs@gmail.com
Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes

A produção massiva de alimentos industrializados em prol da geração de lucro das empresas nacionais e transnacionais, além de não aniquilar a fome como haviam prometido décadas atrás, exploram os recursos naturais indiscriminadamente, solapam hábitos alimentares locais e fragilizam a relação entre a comida e a identidade cultural. Se antes a comida era o resultado de trocas adequadas entre pessoas e entre elas com a natureza (BRANDÃO 1981), a comida de hoje vem de longe, percorre caminhos desconhecidos até chegar a nossa mesa, resultando em distanciamentos e falta de confiança na relação atual entre produção e consumo uma vez que o produtor não reconhece nem a si e nem o fruto do seu trabalho no alimento que consome. Por isso, novas discussões políticas, socioambientais e culturais começaram surgir em torno da alimentação saudável e de qualidade provenientes de sistemas produtivos que respeitem as leis trabalhistas e ambientais. Para Fischler (1995), Rau (2016) Triches e Werkrausen (2017) trata-se de mudança de paradigma em duas frentes que se revela como contra movimento da chamada padronização alimentar: a do consumo e a da produção. Há consumidores que buscam ingerir alimentos saudáveis, que apresentam menor risco à saúde e ao ambiente e que conforme parte da sua identidade. Por sua vez, pequenos produtores que no âmbito da Agricultura Familiar (AF) além de fortalecer o vínculo com a terra, asseguram as relações de proximidade e de confiança entre produção e consumo, buscam reconhecimento e valorização do seu trabalho e políticas públicas que viabilizem a produção e a comercialização de alimentos (MENEZES, 2013; SARAIVA et al. 2013). Em prol do direito à alimentação adequada e de qualidade e para atender velhas e novas aspirações da sociedade brasileira quanto ao combate à fome e estímulo ao desenvolvimento local, o Estado brasileiro pratica sua função instrumental readequando leis que institucionalizam políticas públicas como a da alimentação escolar, conhecida atualmente como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) descrito na Lei nº 11.947/2009 (REAL & SCHNEIDER, 2011). Esse Programa visa a oferta de alimentos frescos e diversificados em escolas públicas. Além do respeito à cultura alimentar e o apoio ao desenvolvimento local promovido principalmente com a observância do Art. 14

dessa Lei, que trata sobre a obrigatoriedade de se destinar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE para compra de gêneros alimentícios produzidos em escala local pela AF e/ou empreendedor familiar rural priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Tendo em vista esse contexto e certo de que o ambiente escolar é um espaço importante no processo de valorização de hábitos alimentares tradicionais e na constituição de novos, essa pesquisa surge com o objetivo de avaliar as influências que o PNAE exerce sobre os hábitos alimentares dos estudantes no município de Coruripe em Alagoas. Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica e documental, levantamento de dados secundários em sites oficiais (FNDE, IBGE) e primários por meio de entrevistas (nutricionistas, agricultores familiares, mães/pais de estudantes) e de atividades desenvolvidas em duas escolas públicas da rede municipal de ensino de Coruripe/AL. Este município apresenta elevada concentração fundiária sendo que a maior parte da área destinada a agricultura é cultivada com a cana-de-açúcar, entretanto, a diversidade da agricultura produzida em pequenos estabelecimentos abrange maracujá, acerola, coco, mamão, abacaxi, melancia e banana, alface, repolho, couve, coentro, chuchu, abóbora, feijões, milho, batata-doce, macaxeira, inhame. Esses alimentos fazem parte da cultura alimentar da população coruripense, assim a produção diversificada é destinada tanto para o autoconsumo como para comercialização. Alguns agricultores vendem seu excedente em feiras livres, outros repassam para atravessadores e outros comercializam diretamente com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que compra os produtos alimentícios com os recursos provenientes do PNAE. Até 2011, as escolas do município recebiam preparações semi-prontas, indícios de que não haviam nas despensas os alimentos cultivados na localidade. A partir de 2012, com as alterações no programa do PNAE as escolas passaram a receber itens como macaxeira, batata-doce, inhame, abóbora, frutas e hortaliças e houve a adequação do cardápio escolar para contemplá-los nas refeições oferecidas para mais de 13 mil alunos. Nesse ínterim, muitos entraves foram superados e muitos desafios são postos, inclusive no campo da preparação e consumo das comidas. Apesar do conhecimento sobre os benefícios à saúde que os alimentos da AF pode oferecer, a busca pela praticidade das comidas semi-prontas estimulou em algumas situações repulsa por parte de merendeiras, fazendo-se necessário intervenção da

profissional da nutrição para assegurar o cumprimento do cardápio. Outro entrave foi a não aceitação de algumas comidas oferecidas aos estudantes como por exemplo a macaxeira que em algumas escolas ainda é a comida que mais sobra no prato. Podemos afirmar que a introdução desses alimentos configurou embates fazendo-se necessário oferecer aos alunos novas preparações com esses produtos como o purê de abóbora e o escondidinho de macaxeira. Atribuímos essas dificuldades à formação de um paladar ajustado ao padrão alimentar promovido pelo sistema agroalimentar dominante, contudo a partir do PNAE ocorre a substituição dos produtos industrializados pelos “alimentos da terra”. Com isso, promove a reconexão entre produção e consumo, educa o gosto dos estudantes no sentido da valorização dos hábitos alimentares locais e possibilita o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Hábitos alimentares, Alimentação Escolar, Agricultura Familiar.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei nº 11.947 de 2009. Estabelece as diretrizes do PNAE.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em www.fnde.gov.br

MENEZES, Sonia de S. M. Alimentos Identitários: Uma Reflexão Para Além Da Cultura. Revista **GEONORDESTE**, Ano XXIV, n.2, 2013.

RAU, Raquel. **Modos de comer, modos de viver:** um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS.2016, 194p.

SARAIVA, Elisa B. SILVA, Ana Paula F. da. SOUSA, Anete A. de. CERQUEIRA, Gabrielle F. CHAGAS, Carolina M.S.TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):927-936, 2013.

TRICHES, Rozane Márcia. **Reconectando a Produção ao Consumo:** a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. Tese (doutorado em Desenvolvimento Econômico) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRICHES, Rozane Marcia; WERKHAUSEN, Angélica. O programa de alimentação Escolar como política de valorização da cultura alimentar. IN MENEZES, S. de Souza M; CRUZ, F. Thomé da. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão, Editora UFS, 2017.

VILLA REAL, Luciana Correia & SCHNEIDER, Sergio. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, 2011, p. 57-79.

AS MARCAS DA FERROVIA NOS LIMITES DAS MEDIAÇÕES ESTADO E CAPITAL NO CIRCUITO DA DEMANDA DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Ingrid Michelle Coelho Sampaio Félix

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS).
Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos
Territoriais – GPECT.
Email: michelle_cfelix@hotmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS).
Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos
Territoriais – GPECT
Email: alexandrina.luzconceicao@gmail.com

Considerando a necessidade da manutenção da ordem neoliberal, o neodesenvolvimentismo se estabelece como uma corrente contemporânea do pensamento que tem suas bases de fundamentação no nacional-desenvolvimentismo. Sampaio Junior (2012) caracterizou o neodesenvolvimentismo como Terceira Via, invocando o Estado a assumir a função de dinamizar o setor produtivo para cumprir as funções de provisão de bens públicos e de proteção social de caráter universalista e redistributivista.

O novo desenvolvimentismo cria possibilidade de entender como o Brasil foi inserido na lógica de projetos e políticas públicas, entender o papel do Estado no processo de expansão do capital na esfera econômica e na superação dos problemas sociais. Para avançar nessa questão é fundamental concentrar-se em entender a mediação: Estado – Capital, a partir das políticas públicas, tendo como ponto de partida o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

O PAC caracteriza-se como um plano estratégico de resgate e de retomada dos investimentos, público e privado em setores e obras estruturantes do país. Consiste em medidas destinadas ao incentivo de investimentos públicos e privados e a remoção dos obstáculos para o crescimento. No entanto, não é possível analisar qualquer proposta de política de crescimento e desenvolvimento nacional, fora do cenário de crise inerente ao

modo de ser do capital, ou se corre o risco de não enxergar os limites do desenvolvimento capitalista e das políticas em si.

No contexto de crise estrutural, Mészáros (2011) destaca a importância do Estado como promovedor do consumo destrutivo, cumprindo a funcionalidade de controle social da classe trabalhadora, mas garantindo a expansão para a exploração e extração de mais valor. A produção destrutiva e o consumo destrutivo são necessários para combater a crise, que é estrutural.

Nesse contexto, os projetos ferroviários tomam fôlego, reaparecem como importante elemento e instrumento de integração nacional, apresentados como uma das principais necessidades para desfazer o gargalo na infraestrutura e na circulação de mercadorias.

A importância do Estado intervencionista apontado por Mészáros, na garantia da reprodução do capital, é necessária para compreendermos a articulação de economias nacionais em blocos econômicos, de maneira que, a produção e circulação de mercadorias passam a ser mediadas dentro desses blocos pelos Estados em forma de incentivos fiscais e comerciais.

“A produção e circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista.” (Harvey, 2005, p. 56). Para que a circulação do capital possa ser iniciada e sustentada é necessária a produção, mobilização e absorção dos excedentes de capital e da força de trabalho, principais elementos do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2005).

Marx (2014) fundamenta a leitura quando demonstra o modo capitalista de calcular o lucro, no processo de equiparação do tempo de produção e do tempo de curso; atribui-se ao tempo de curso algo que diz respeito ao tempo de rotação, no momento em que a transformação das mercadorias em capital variável é condicionada por sua transformação anterior em dinheiro. “Na acumulação de capital, portanto, a transformação em capital variável adicional ocorre na esfera da circulação ou durante o tempo de curso. Isso faz com que a acumulação pareça resultar do tempo de curso” (MARX, 2014, p. 205).

Segundo Marx (2014), dentro da espera da circulação, o capital encontra-se na forma capital-mercadoria e capital monetário. Seus dois processos de circulação consistem em se transformar de forma-mercadoria em forma-dinheiro e de forma-dinheiro em forma-

mercadoria. Nesse sentido, como processos de circulação são processos de metamorfose da mercadoria.

O fomento das vias de circulação velozes, em períodos de crise, serve para que o sistema capitalista continue a se reproduzir mais rápido gerando lucros, tendo em vista que o consumo finaliza e (re)inicia o ciclo do capital (produção, distribuição, circulação e consumo). Nesse bojo, “a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral” (MÉSZÁROS, 2011, p. 800), pois não se trata apenas da crise centrada na esfera socioeconômica, mas uma crise que atinge a sociedade como um todo.

O sistema ferroviário a partir de uma proposta modernizante é posto a cumprir esse papel, de transportar mercadorias nos novos arranjos espaciais definidos em parte por políticas que vão desencadear em um reordenamento territorial voltado ao desenvolvimento.

Nesse sentido a Estrada de Ferro 334 - Ferrovia de Integração Oeste Leste (EF – 334 -FIOL) se apresentou como uma das principais obras de infraestrutura do PAC, prevalecendo a lógica de produção e circulação que interessa ao setor produtivo de grãos e minério. A lógica dessa política está pautada em atender as necessidades da esfera privada de produção.

A implantação da FIOL objetiva a integração do Porto Sul (Ilhéus – BA) com a produção de grãos do Oeste da Bahia (soja) e a exploração de minério de ferro (principalmente na região do município de Caetité - BA), na área central do estado da Bahia, promovendo o escoamento dessas mercadorias, e posteriormente fazer o entroncamento com a Estrada de Ferro 151 - Ferrovia Norte Sul (FNS) no seu prolongamento no estado de Tocantins (Figueirópolis- TO). A ferrovia está numa área estratégica na produção de *commodities*, pois possibilitará interligação aos estados de Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia (MAPITOBA) aos portos de Ilhéus/BA e Itaqui/MA, facilitando a circulação e distribuição, trazendo mais articulação com mercado internacional.

Trata-se de um corredor de escoamento de produtos voltados para o agronegócio, a exemplo da soja, ou de extração de riquezas minerais em territórios camponeses com o objetivo da obtenção da renda da terra para os grandes proprietários, e altos lucros para as grandes empresas.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista reduz os custos de transporte para

a mercadoria individual por meio do desenvolvimento dos meios de transporte, bem como da concentração do transporte (MARX, 2014). A circulação, ou seja, o curso das mercadorias no espaço, dilui-se no transporte de mercadorias. Como afirma Mészáros (2011, p. 102), “O capital como produtor de valor historicamente específico só pode ser consumado e ‘realizado’ [...] se penetrar no domínio da circulação”.

Nesse processo, escancara a funcionalidade do Estado na garantia dos interesses privados, imprescindível à acumulação de capital, no processo de reordenamento territorial, tendo o setor financeiro como incentivador e articulador para as políticas de Estado para a garantia ampliada e expansionista do sistema capitalista, produzindo alterações no espaço com a implantação da FIOL e os rebatimentos no mercado nacional e internacional de grãos e minério.

PALAVRAS- CHAVE: Estado. Capital. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento 2 - 10º Balanço março a junho de 2014. Brasília: Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Comitê Gestor), 2014.

BRASIL. 11º Balanço do PAC. Brasília: Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In: OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de; BASÍLIO, Flavio (Orgs.). Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica, Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, p. 25-58.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL: reflexos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município do Rio Grande (RS). Tese (Doutorado). 244p. 2014. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2014.

CONCEIÇÃO. Alexandrina L. Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio. In: MERIDIANO— Revista de Geografia, número 2, 2013 – versão digital: <http://www.revistameridiano.org>

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. Desvelando a Essência e a Aparência do Estado na Dissimulação das Políticas Públicas para a Produção Familiar. In: CONCEIÇÃO, A.L., SANTOS, F. O. A Natureza Imperialista do Capital e a Falácia do fim da Crise. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: Serviço Social e Sociedade. n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? In: Revista de Economia Política. v. 27, n. 4, p. 507-524. São Paulo: Dec. 2007.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. In: Revista AATR - BA. Salvador: 2002.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E PROPRIEDADE ESCRAVA EM PORTO DA FOLHA/SE (1850-1888)

Sheyla Farias Silva

José Elozio da Costa (Orientador)

sheylafarias@yahoo.com.br

Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFS), Mestre em História (UFBA) e Graduada em
História (UFS)

INTRODUÇÃO - A ciência geográfica é um campo de estudo que ao trabalhar com natureza e sociedade se articula, diretamente, com um amplo conjunto de ciências afins, através dos métodos de análise e investigação. Sua relação com a História é longínqua – remonta aos Tempos Homéricos, contudo, o maior estreitamento epistemológico deu-se no século XX. Sob o rótulo de Geografia Histórica, as formações espaciais pretéritas passaram a ser investigadas a partir de determinadas categorias geográficas (espaço, território, região e paisagem). Esses estudos buscavam compreender como homens e mulheres do passado, em suas experiências cotidianas, percebiam distâncias e proximidades, territórios e paisagens e como reproduziam suas vidas nos lugares, por meio dos objetos que dispunham e das ações que realizavam. Destarte, embasados na premissa de indissociabilidade entre o tempo e o espaço e os fundamentos da Geografia Histórica, essa pesquisa objetivou através dos dados fornecidos pelos inventários *post-mortem*, analisar a organização e os bens que compunham o espaço agrário dos residentes no município de Porto da Folha/SE, bem como a utilização da mão-de-obra escrava no período compreendido entre os anos de 1850 a 1888. Adotamos o conceito de espaço é apresentado por Milton Santos em sua obra *Por uma Geografia Nova*, o qual é considerado basilar para a compreensão das relações sociais, entendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado (História) e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. O espaço é visto como um lugar da produção e reprodução das relações sociais, onde a atividade humana, seja econômica, política ou social, é desenvolvida a partir das condições do momento, ou seja, é o palco da interação entre as influências naturais e as possibilidades humanas.

DESENVOLVIMENTO - O cenário do Brasil oitocentista foi marcado por intensas transformações. Dentre as mais significativas destacaram-se a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a Lei de Terras (1850) que regulamentou o acesso à terra; o declínio da sociedade escravista devido

às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclave – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibiu o tráfico internacional de escravos e culminou com a Lei Áurea (1888) que deu fim ao trabalho compulsório no Brasil. Foi justamente no oitocentos, considerado um século de intensas transformações, que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar, visto que desde os primeiros anos da colonização portuguesa tinha alicerçado sua economia no desenvolvimento de atividade voltadas a atender ao mercado interno, especialmente pecuária, cultivo de mandioca e fumo. Nesse contexto, Porto da Folha, localizada no sertão São Franciscano, construiu sua economia pautada da atividade criatória, sendo a colonização marcada pelos intensos combates com índios e negros fugidos, assim malogrando o êxito dos interesses coloniais até início dos oitocentos. Em meados do século XIX a vida econômica desta povoação já registrava sinais de diversificação – criação de gado *vacum* e cavalar, produção de couro, plantio de milho, arroz e mandioca. A partir da análise dos 330 inventários *post-mortem* consultados, buscamos identificar os tipos de propriedade (fazendas, sítios de terras, engenhos, quinhão, posse de terra e outros) e quantificar os bens que compunham as fortunas dos inventariados - tais como: escravos; joias, bens de raiz, animais, bens móveis, ferramentas, ações, dívidas ativas, mercadorias, dinheiro, além de outros bens que compunham o *monte-mór* - e seus respectivos valores, o que permitiu a visualização da organização e ocupação do espaço agrário de Porto da Folha. Foram ainda registrados nestes documentos valores de dívidas passivas, ou seja, valores a pagar referente a empréstimos ou compra de bens. O caráter descritivo desta documentação revela uma ideia aproximada da realidade material e do cotidiano das famílias, tornando-se essencial para compreender o funcionamento da unidade doméstica. A posse de bens de raiz (casas, posses de terras, engenhos, imóveis em geral) foi registrada em 91% dos inventariados. Com o advento da Lei de Terras, o patrimônio imobiliário passou a ser valorizado. Podemos atribuir à esta Lei a crescente valorização dos bens de raiz, bem como à Lei Eusébio de Queiroz, na medida que a abolição do tráfico de escravos no Brasil, possibilitou aos proprietários investirem em outros bens. Outro bem que merece destaque no estudo do universo agrário brasileiro oitocentista são os escravos, os quais constituíam mão-de-obra fundamental para a realização das principais atividades econômicas. Em uma sociedade na qual a posse de escravos era sinônimo de riqueza, temos em Porto da Folha,

região mesmo não estando ligada à atividade de exportação verificou-se a presença deste bem em 63% dos inventariados consultados, sendo encontrado mesmo entre as fortunas mais modestas. A posse de semoventes (gado vacum, cavalares, ovinos e caprinos) abrangia a 87% dos inventariados consultados, o que está ligado à tradição pecuarista do sertão sergipano, já que a essa atividade possibilitava ao vaqueiro, como pagamento, parte na reprodução do rebanho. Outro fator favorável à constante presença de animais nos arrolamentos é o fácil transporte desses bens, já que os desprovidos de terras (este grupo corresponde a 7% dos proprietários de animais) poderiam praticar essa atividade nas terras onde estavam agregados. Vale ressaltar o caráter utilitário dos animais que poderiam servir como meio de transporte, força motriz e alimentação. CONSIDERAÇÕES FINAIS - Nessa pesquisa, percebemos que o tipo de propriedade que compunha o espaço agrário de Porto da Folha na segunda metade do século XIX estava disposto, em sua maioria por quinhões de terras, seguidos de posses e sítios e sua economia estava assentada na atividade criatória e na produção arroz. Ademais, podemos afirmar que as mudanças no cenário econômico nacional refletiram na ampliação da participação de outros ativos nas fortunas sertanejas.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias

Cartório de Porto da Folha

Inventários *post-mortem* (1850 – 1888) Cx. 2963 a 2978

2. Bibliografia

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª edição. São Paulo: EDUSP, 2002.

Palavras-chave: Espaço agrário; Terras; Escravos.

OS FILHOS DE NINGUÉM, OS DONOS DE NADA¹⁷: CAMPONESES INFORMAIS NA TRILHA DO CAPITAL

Bruno Andrade Ribeiro

Mestrando em Geografia (PPGEO/UFS). Bolsista CNPq, Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO).
ribeiro.pensador@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Doutora em Geografia (PPGEO/UFS). Professora do DGEI/UFS e do PPGEO/UFS. Coordenadora do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO).

O resumo que segue versa sobre a informalidade do trabalho no campo sergipano enquanto subsunção do sujeito camponês à precarização e aos instrumentos de coerção de sua força laborativa à extração de mais-valor, e configura-se em pesquisa de mestrado em andamento. *A priori*, compreende-se a realidade enquanto determinação das forças produtivas de produção, circulação e consumo de mercadorias. Desse modo, na busca da essencialidade dos fatos, desconstrói-se a aparência: a acumulação de capital destitui esse camponês da terra para torná-lo individualizado – um feirante, um ambulante, uma manicure, um cabelereiro. Parte-se do princípio de que as relações de produção determinam a condição do ser humano, e para a realização do lucro, o trabalho enquanto autorealização do ser social deve estar diretamente subjugado ao capital. Desse modo, o camponês não se encontra deslocado da lógica de apropriação constante de espaço e de valorização de valor. Somente a partir das contribuições do Materialismo Histórico e Dialético pode-se apreender a sociedade de classes e a luta em seu cerne, e, com isso, denunciar a contradição de um mundo aparentemente organizado e toda a irracionalidade que é reflexo ideológico da separação dos meios de produção dos trabalhadores, usufruídos pela classe burguesa (KOSIK, 1976). Portanto, para não naturalizar o sujeito informal camponês, que nega a própria condição de ser ao dissociar-se do trabalho na terra, mas resiste ao retornar para esta, aplicando a renda da informalidade no plantio/colheita (PAULINO, ALMEIDA, 2010), é necessário considerar o ser humano

¹⁷ Trecho da crônica “Os ninguéns”, de Eduardo Galeano (GALEANO, 2011).

enquanto sujeito objetivo, social e histórico; portanto, contextualizado. E por ser/estar indissociável do tempo-espço é um ser que sofre, e por sentir o seu sofrimento, é um ser sensível e impulsivo, que intervém na realidade segundo a consciência da classe à qual pertence (FROMM, 1983). Em um mundo em que “tudo que é sólido desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 2007), o sujeito histórico camponês personifica-se em indivíduo e é segregado de seu instrumento de sobrevivência, em uma tendência de subordinação de relações não-capitalistas de produção ao capital. Nessa noção de movimento que transforma o real, nada é fixo. A troca de mercadorias, princípio e relação mais comum da sociedade burguesa, constitui-se na célula que revela as contradições da/na realidade (MARX, 2013). Em um primeiro momento, a informalidade é a realização de mercadorias, sua produção, circulação e consumo; mas, na busca de fios invisíveis que articulam à produção capitalista, também significa a precarização das relações trabalhistas, pois isento de proteção e dissociado da terra, o camponês deve administrar o próprio tempo da atividade laborativa, como também, as mercadorias necessárias para a extração de capital. Nesse sentido, é preciso admitir a contradição para não negar a teoria crítica, pois enquanto expressão do trabalho no/do século XXI, a informalidade não se restringe a uma questão urbana, e emerge a partir do discurso dominante sustentando pelo Estado, enquanto possibilidade de autonomia ou mesmo ‘emancipação’ de poder ser ‘patrão de si mesmo’ (TAVARES, 2004). Em uma perspectiva da dialética do trabalho, o camponês é moldado de acordo com os interesses prevaletentes do capital financeiro, e sua informalidade não pode ser explicada em si, somente, pois não é um fato isolado, ou uma ‘coisa harmônica’ que é discrepante ao real concreto. Para entender a expansão da informalidade no campo, tendo os dois municípios sergipanos com maior número de camponeses nessa situação – Lagarto e Itabaiana (OIT, 2015) é necessário ‘sair do ponto’, e compreender que, desde os anos 1930, o Estado intervém nas relações capital-trabalho na transformação da estrutura centro-periferia (OLIVEIRA, 2003). A urbanização se condiciona em mito do ‘desenvolvimento’, que avança sobre as relações não-capitalistas do campo, fomentando a sua modernização, a exemplo da indústria de fertilizantes em Sergipe e do fomento ao polo cloroquímico, e da política de crédito para grandes e médios proprietários nas áreas de citricultura. Porém, não se trata de uma linearidade de fatos a partir de um movimento cristalizado de ‘meio técnico-científico-informacional’ ou ‘agricultura científica’, pois toda tendência exige que se admita uma contratendência: é o

ir e vir do sujeito camponês, que mesmo em um contexto de expropriação da terra e do trabalho, tenta buscar estratégias de resistência no campo. Portanto, tem-se como pressuposto teórico o trabalho enquanto apreensão de toda a instabilidade universal, pois para se contrapor à suposta estabilidade do mundo, deve-se estar lúcido para as luzes que cegam os avanços contra a classe trabalhadora e a própria noção de classe social: a superexploração de mais-valor que explica o tempo presente confirma a atualidade das categorias marxistas de análise (BERMAN, 2007). Por fim, a realidade é entendida como unidade contraditória entre civilização e barbárie, entre progresso e regressão, e essa irracionalidade universal, permeada de relações opressivas só poderá ser destruída quando os sujeitos que formam a classe trabalhadora assumirem o controle do processo de produção de suas vidas.

Palavras-chave: informalidade; camponeses; Sergipe

Referências:

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 456p.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem.** 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços.** 2ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2011. 272p.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 113-158.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2007.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Dados municipais sobre mercado de trabalho no Brasil, 2015.** Disponível em: <http://www.bsb.ilo.org/simtd/estados?uf=SE>. Acesso em: 08 out. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. 150p.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização. São Paulo: Cortez, 2004.

DAS INTERFACES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO FRUTICULTURA PLATÔ DE NEÓPOLIS AO AGRONEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR

Jordana Santana de Oliveira Vasconcelos

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. Universidade Federal de Sergipe - UFS. Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT.

jsa.geografia@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT.

E-mail: alexandrina.luzconceicao@gmail.com

Eixo: Produção do espaço agrário.

Palavras-Chave: modernização da agricultura, políticas públicas, estado.

O referente texto constitui um resumo da minha dissertação de mestrado, que teve como objetivo analisar as alterações ocorridas no Baixo São Francisco/SE, com a instalação do Projeto de Fruticultura Irrigada no Platô de Neópolis. Para o desenvolvimento de nossa análise, a partir de uma abordagem teórica e empírica, utilizamos o método de interpretação do materialismo histórico dialético, que nos permitiu analisar as alterações ocorridas com o processo de apropriação do espaço no Baixo São Francisco/SE, na área do Platô de Neópolis. Para tanto, fez-se indispensável o entendimento do modelo de modernização capitalista, estabelecendo uma relação do papel do Estado durante e depois da concretização do Projeto de Fruticultura Irrigada Platô de Neópolis, tendo como principais categorias analíticas, geográficas: espaço e território. A nossa leitura sobre o espaço parte da análise da totalidade das relações como categoria da existência material produzido pelas relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) da articulação das relações contraditórias entre capital e trabalho. Nesse entendimento, a leitura geográfica se desenvolveu em toda a pesquisa no recorte espacial do Baixo São Francisco no estado de Sergipe, sempre permeando a leitura da totalidade das relações locais/globais da reprodução do espaço desigual e combinado, e considerando o conceito de território no entendimento de quem tem o seu controle e quem se apropria, o que permitiu compreender como esses espaços vêm sendo apropriados, subordinados e se reproduzindo enquanto território do capital, e como ocorrem as contradições do modelo de

modernização capitalista e do papel do Estado, antes e após a concretização do referente Projeto. Nossos estudos revelaram que, nas últimas décadas, houve uma clara apropriação do território pelo capital em aliança com o Estado, o qual direcionou políticas públicas no campo a favor de Grandes Empresários. Neste contexto, podemos destacar o Projeto de Fruticultura Irrigada Platô de Neópolis, exemplo de uma política de desenvolvimento voltada para o interesse do capital, na qual os cultivos tradicionais da região gradativamente foram se extinguindo para abrigar a seleção de cultivos voltados para o mercado, com alta tecnologia e serviços especializados. No período de conclusão da pesquisa em 2015 a área do Platô estava direcionada para cultivos irrigados a serviço do agronegócio, com o retorno do plantio da cana de açúcar, como também para a produção de áreas destinadas à irrigação de frutos. O desafio foi entender como se deu a apropriação do espaço *via* capital e o Estado, a partir do modelo de modernização capitalista no campo – por meio do agronegócio – e a subordinação da unidade de produção familiar camponesa ao capital. O exercício de análise foi compreender como o capital se expande no campo, subordinando o trabalho, a terra e a água, na sua lógica de lucro, como garantia de sua reprodução, o que nos remete ao processo de territorialização do capital em escala mundial. Com a crise estrutural, a partir dos anos de 1990, a busca incessante por maior lucratividade acelerou o avanço expressivo da territorialização do agronegócio nas escalas mundial, nacional e local, gerando mudanças contraditórias, com a ampliação de áreas para a produção de monocultivos, priorizando o crescimento da agroindústria, em detrimento da produção de cultivos alimentares necessários à vida humana. O espaço agrário torna-se alvo necessário para a garantia da reprodução do capital, através das políticas de ordenamentos territoriais via modelo de desenvolvimento local, garantindo a ampliação cada vez maior do domínio capitalista. Na leitura de Gomes (2002), a atuação do governo do Estado de Sergipe foi crucial para as alterações na infraestrutura da produção agrícola, passando de uma agricultura camponesa para uma agricultura irrigada de alta tecnologia, na obtenção de altos lucros, provocando profundas alterações nas relações sociais, e excluindo os sujeitos que não se enquadravam nos moldes do programa, com prioridade para a participação de grandes produtores e empresas. Nessa lógica, a ação do Estado não levou em consideração os sujeitos sociais envolvidos. O discurso via Estado estava pautado na certeza de que a irrigação seria a alavanca para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, a melhoria do padrão tecnológico da agricultura, que

beneficiaria uma grande parcela da população, gerando riqueza para o Estado. Entretanto, pelo resultado da materialização da obra como um todo é possível afirmar que o Projeto trouxe mais problemas do que soluções, já que a população menos favorecida que trabalhava com suas terras e dela tirava seu sustento foram desapropriados, e nem sequer foram aproveitados como força de trabalho no Platô, como prometia o Projeto Governamental. Consideramos que, os recursos públicos investidos antes de atenderem aos objetivos propostos estão sendo direcionados para a agricultura moderna *agribusiness*, do agronegócio visando o mercado internacional, em favorecimento do agronegócio. Nota-se que o processo de reorganização produtiva na agricultura, teve um caráter, voltado apenas para o aumento da produtividade, favorecendo aos grandes capitais em detrimento da pequena produção. Nossa pesquisa permitiu concluir que o modelo de agricultura irrigada não teve como objetivo, conforme o discurso governamental, solucionar, cessar, ou mesmo amenizar as problemáticas sociais no campo, no combate à pobreza, mas sim, garantir a reprodução ampliada do capital. Diante da realidade encontrada, fica explícito que o modelo de irrigação adotado no Baixo São Francisco, no Platô de Neópolis, reflete as políticas estratégicas calcadas em interesses que se caracterizam por serem excludentes, ou seja, deixam de fora a maioria dos trabalhadores e com a pobreza inabalável, sem alterar sua marca histórica da permanência da exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Suzana Andrade. **Redirecionamento do projeto hidroagrícola Platô de Neópolis sem Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristovão, 2002.

A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA DAS MULHERES CAMPONESAS EM SERGIPE: FEMINISMO E RESISTÊNCIA

Laiany Rose Souza Santos

Josefa de Lisboa Santos

PALAVRAS-CHAVES: Organização de mulheres camponesas, Movimento de mulheres, Feminismo.

O estudo tem como objetivo analisar a dinâmica de enfrentamento das mulheres camponesas, organizadas em mais de 105 grupos no campo sergipano, pertencentes a movimentos sociais de mulheres, movimentos sindicais, movimentos mistos com setores de mulheres e/ou gênero, de forma articulada ou isolada. Demonstram uma dinâmica que expressa que a rebeldia está na ordem do dia.

Para essa análise tomou-se a política pública de desenvolvimento territorial rural (DTR), na sua relação com a questão agrária sergipana, e a atuação das mulheres camponesas organizadas e suas pautas, como estruturantes do tipo de participação empreendida por elas. Ela política funciona com participação do poder público e sociedade civil, que foi compreendida a partir de Fontes (2010, p.123) como tendência do pensamento liberal, “que explicou de maneira inovadora as instituições políticas, o Governo (o Estado), considerando-o como uma convenção humana”.

Optou-se pela realização de um diálogo com as Epistemologias do Sul, discutidas nesse estudo o Pós-colonialismo, principalmente de língua inglesa que tem como principais pensadores Edward Said (1983), Homi Bhabha (1998) e Gayatri Spivak (2010), e o pensamento Descolonial, proveniente da Nossa América/Abya Yala tendo como principais pensadores Walter Mignolo (2007), Aníbal Quijano (2002; 2005) e Santiago Castro-Gómez (2005), apontadas como uma *terceira via* (HARDING, 1998, 2006 apud SANTOS, 2010), cujas narrativas sugerem dar voz aos subalternizados, aos povos silenciados na história contada a partir dos dominantes.

E com o Marxismo, que analisa a sociedade a partir do modo de produção capitalista, em que as forças econômicas se constituem preponderantes na explicação da realidade. Visto que o fenômeno só pode ser explicado quando apreendido em sua gênese e em seu desenvolvimento (análise histórica). Segundo Lefebvre, “devemos sempre

justificar a aparência, legitimar os momentos do pensamento, buscar o “grão de verdade”, do erro relativo”. (1975, p. 182).

Tal diálogo se efetiva na tese como caminho para se elucidar o objeto, qual seja, a organização das mulheres camponesas. Entretanto, optamos pelo materialismo histórico dialético, pela necessidade de compreensão das transformações sócio econômicas espaciais a partir do desenvolvimento do sócio metabolismo do capital e da inerente luta de classes.

Considera-se que o apreendido deve ser usado para explicar o particular sem perder de vista a totalidade, o que pressupõe que as vozes dos sujeitos devem ser desveladas a partir da sua inserção no contexto histórico social. Assim, ainda que as teorias aqui adotadas pertençam a lugares geográficos distintos, elas dialogam à medida que foram/são subalternizados pela modernidade/colonialidade hegemônica.

A reflexão sobre a realidade agrária brasileira, assim como o movimento de luta das mulheres exigiu caminhar pelas categorias espaço, território e feminismo a partir das quais foi possível compreender as relações desiguais produtoras do espaço, que colocam a mulher no lugar dominado, cobrando delas um posicionamento político frente às relações de poder diversamente manifestadas no patriarcalismo, machismo e dominação de classe, levando-as ao enfrentamento por direitos, território de vida e liberdade.

Por sua vez, as mulheres re-existem, organizadas como força de enfrentamento ao capital e ao Estado, desde o campo a partir do feminismo camponês, como estratégia de luta anticapitalista, abordando pautas que revelam as suas demandas e condição social.

REFERÊNCIA

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª edição, Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
4000 a 6000 caracteres

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/ lógica dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideu: Trilce, 2010.

AS ANOMIAS DO MOVIMENTO CONTRADITÓRIO DA AUTONOMIA E DA SOBERANIA ALIMENTAR NOS AJUSTES GEOGRÁFICOS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Ricardo Menezes Santos

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGEO/GPECT/UFS

E-mail: ricardo1menezes@yahoo.com.br

Alexandrina Luz Conceição

Doutora em Geografia - USP.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFS
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de
Reordenamentos Territoriais – GPECT/UFS/CNPq

E-mail: aluz@oi.com.br

Eixo: Produção do Espaço Agrário

Palavras-Chave: Soberania/Autonomia Alimentar; Produção Capitalista do Espaço;

A construção dessa proposta de pesquisa buscou desenvolver uma reflexão sobre os limites da Soberania e Autonomia camponesa a partir de sua inserção nas políticas públicas de mercado sob a lógica do capital e seus ajustes geográficos.

A opção pelo método do materialismo histórico dialético permite apreender as contradições existentes no espaço, explica o real através de mediações, tendo a perspectiva histórica como condição explicativa da realidade. A análise desse projeto de pesquisa enfatiza como o movimento do capital em sua expansão, em seu processo de reprodução ampliada, na captura do mais valor, produz relações, que produzem espaços diferenciados, espaços de acumulação e de miséria. Toda a trama passa a ser intensamente desvelada ao se perceber as engrenagens do Estado, via políticas públicas de créditos, configurando a territorialização do capital no espaço agrário.

A reprodução ampliada do capital é a tônica da financeirização da economia mundializada. A extração da riqueza para apropriação do mais valor encontra maior amplitude neste tempo presente e resulta da construção do sistema, cuja condição tem sido possibilitada devido à configuração de todas as esferas da sociedade para o atendimento da estrutura capitalista.

A produção do espaço geográfico está completamente subordinada aos interesses do sistema produtor de mercadorias que, por meio do capital, determina onde ocorrerá de forma intensa o processo de expropriação e acumulação. “Se existem num dado território [...] excedentes de capital e de força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), é imperativo enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem”. (HARVEY, 2004, p. 99).

A força das relações perpetradas pelo capital no espaço, torna nítida a forma da atuação financeira em busca de expandir-se permanentemente. Os territórios que apresentarem condições para a absorção dos imperativos do sistema são reconfigurados passando a assumir o papel de novos espaços de acumulação. O desenvolvimento desigual e combinado daí resultante, ao mesmo tempo produz territórios de acumulação e territórios de miséria, seja na cidade ou no campo.

Nesse modelo, o campo é subordinado, via agronegócio, para a produção de comodities agrícolas, que se traduz como reprodução ampliada do sistema. Na contracorrente, a opção camponesa vai erigir a discussão da Soberania Alimentar como alternativa às formas destrutivas do capital no campo. Essa perspectiva ultrapassa a conceitualização da Segurança Alimentar.

Diante da inconsistência, para os camponeses, do conceito de Segurança Alimentar, como modelo para o campo, pois [...] “não questiona a qualidade dos alimentos [...] e nem a padronização alimentar imposta pelos conglomerados do agronegócio”. (CAMPOS e CAMPOS, 2007, s/p), o projeto de Soberania Alimentar assumiu uma conotação que contesta o projeto capitalista.

O entrelaçamento entre Soberania e autonomia dentro da compreensão camponesa perpassa pela liberdade de poder estabelecer a sua forma de produção. O projeto de autonomia insere-se como uma construção dos trabalhadores do campo e oriundo de um poder popular, que se põe, inclusive contra a força do Estado. Contudo, o campesinato apresenta também um entendimento de que, Soberania também se estabelece a partir de políticas públicas.

Questionamos os limites do entendimento do conceito de Autonomia e Soberania, visto que o primeiro insere a livre tomada de decisão, enquanto o segundo tem relação

direta com o Estado, e, nesse tempo presente, a permanência camponesa apresenta uma dependência cada vez mais intensa das políticas públicas de crédito.

O Estado, como aparato do/para o capital, se estabelece como o instrumentalizador da garantia da permanência camponesa sob o discurso de sua autonomia, via políticas de créditos, com a inserção do camponês no mercado. Regula as estratégias de manutenção da ordem sistêmica imposta ao conjunto da sociedade, seja para assegurar o montante de necessidades para a extração do mais valor, seja por meio de programas e/ou políticas que beneficiem a reprodução da força de trabalho, cujo escopo final é a garantia de controle desta. (RODRIGUES, 2012).

No campo, o pacote dessas políticas de créditos surge sob uma teia de relações que se estabelece entre Estado, capital, instituições como o Banco Mundial e outros agentes financeiros, cuja finalidade é a subordinação do campesinato às engrenagens do capital.

Este cenário demonstra a existência de um estado de anomia, de um conjunto de condicionantes sociais que se interpõe, nessa contemporaneidade, numa relação tempo-espaço e numa práxis invertida. Isso significa que há uma inversão, aquilo que é contrário assume funcionalidade que não lhe é característica, que não lhe é própria, que lhe é oposta e contraditoriamente se “corporifica” historicamente como se fosse uma dinâmica de interesse real.

A Soberania e a Autonomia alimentar, se estabelecem como anomia no processo da produção capitalista. Contraditoriamente essa condição se materializa na subordinação da terra e do trabalho ao capital. O capital, nesse processo utiliza-se dessas inversões para a extração de mais valor. Todo o discurso de modernização do campo, da necessidade de inserção do camponês no mercado e da essencialidade da política pública como garantidora de autonomia, se configura como estratégia e como prática que engendra a expansão do capital, o que caracteriza o desenvolvimento desigual e combinado, promovendo ajustes geográficos no espaço.

Referências:

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. CAMPOS, Rosana Soares. **Soberania Alimentar Como Alternativa ao Agronegócio no Brasil**. In: Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XI, nº 245, agosto de 2007.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, editora Loyola, 2004.

RODRIGUES. Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a Lógica Dissimulativa das Políticas de Crédito no Processo de Expropriação e Sujeição do Trabalho no Campo**. Programa de Pós Graduação em Geografia/PPGEO/UFS, dissertação de mestrado, 2012, 236f.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO RURAL NA BAHIA

Aurelane Alves Santana

Doutoranda em Geografia - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

E-mail: aurelanesantana@gmail.com

Marco Antonio Mitidiero Junior

Doutor em Geografia – Universidade de São Paulo (USP)

E-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

Resumo:

O trabalho análogo ao de escravo, também denominado de escravidão contemporânea, aparece em pleno século XXI como o resultado do movimento concentrador, excludente e violento do modo de produção capitalista. Essa relação laboral, semelhante em alguns aspectos com a escravidão indígena e africana, que ocorreu no Brasil durante o período colonial/imperial, apresenta características modernas de exploração que contribuem para a intensificação dos níveis de precarização do trabalho.

Trata-se, pois, de uma prática ilegal, que vem sendo utilizada como importante instrumento para a ampliação da produtividade e angariamento de lucros pelos capitalistas. Tais características reafirmam o caráter perverso e antagônico do capital, que “ao reproduzir-se, reproduz também, de forma ampliada, as suas contradições” (OLIVEIRA, 1995, p. 29).

O Brasil, nona economia mundial, com grande importância no cenário agroexportador, tem revelado uma faceta bastante trágica no que concerne às questões sociais e trabalhistas. Mesmo com as políticas estatais que foram direcionadas para a modernização do campo a partir dos anos de 1950, o país continuou reproduzindo relações laborais

degradantes, que extrapolam os limites da exploração do trabalho permitida pelas leis e que ferem os direitos humanos previstos na Constituição de 1988.

Na contemporaneidade, com a crise do capital em 2008, a reprodução do trabalho escravo se sustenta, principalmente, no alastramento do desemprego estrutural, no recrudescimento das desigualdades sociais e na forte pauperização da classe trabalhadora. Este cenário precário para o trabalho e para o trabalhador leva a uma tendência desenfreada da expansão da vulnerabilidade social e, conseqüentemente, dos processos de exclusão que nutrem o círculo vicioso do trabalho análogo ao de escravo.

No campo, essa realidade é ainda mais cruel. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a maioria dos casos de trabalhadores submetidos à escravidão contemporânea no Brasil está vinculada ao setor agropecuário, ocorrendo acentuadamente nas áreas rurais. É no campo que acontecem os recordes de exploração do trabalho degradante e onde as fiscalizações de controle e combate deste achaque social acabam se tornando escassas ou menos efetivas do que nas cidades, devido, dentre outros aspectos, à distância e ao difícil acesso às propriedades. Além disso, o trabalho rural é em si historicamente precarizado, sendo as leis que regem a sua regulamentação (Estatuto do Trabalhador Rural) estabelecidas somente no ano de 1963, vinte anos após a vigência da Consolidação das Leis do Trabalho (urbano).

Na Bahia, principalmente na região Oeste do estado, onde se produz soja e algodão em larga escala, é recorrente e significativo o número de trabalhadores que têm sido resgatados em operações de fiscalização organizadas pelos agentes do MTE, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Polícia Federal. O panorama quantitativo de trabalhadores escravos que se instaura nessa região remete à existência de uma ligação estreita entre a incidência da escravidão contemporânea e as formas de produção capitalista no meio rural que estão vinculadas, sobretudo, à produção de *commodities* e à grande propriedade.

Neste contexto, discute-se o trabalho análogo ao de escravo no campo da Bahia intrínseco ao agronegócio, apresentando as suas principais características e desenvolvendo considerações acerca do modo como o capital se apropria de formas arcaicas e cruéis de exploração do trabalho para garantir a perpetuação de sua reprodução e acumulação ampliada.

Esta pesquisa se ancora em referências bibliográficas que discutem o tema do trabalho escravo colonial/imperial e contemporâneo, o campo brasileiro e o engendramento do

modo de produção capitalista na contemporaneidade. Nomes como Jacob Gorender (1991), Eric Williams (2012), José de Souza Martins (1979; 1997), Alison Sutton (1994), Ricardo Rezende (2004), Adonia Antunes (2011), David Harvey (2004; 2005), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1995; 2003) são alguns dos autores utilizados.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Capitalismo. Campo.

A MOBILIDADE DO CAPITAL COMO MARCA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA MINERAÇÃO

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo¹⁸

Mestrando em Geografia - PPGeo/UFS

danilogeoufs@gmail.com

Orientadora: Alexandrina Luz Conceição¹⁹

Professora Doutora em Geografia - PPGeo/UFS

aluz@oi.com.br

INTRODUÇÃO

Desde o processo de colonização do território sergipano a exploração dos recursos minerais esteve respaldada no desenvolvimento das relações de produção capitalista, materializadas nas incursões exploratórias para localizar reservas minerais que legitimassem a ocupação/invasão do território e garantissem a (re)produção do capital. Nessa direção, as expedições mineralógicas consubstanciavam-se para a acumulação primitiva que garantiu as condições objetivas da consolidação do capitalismo europeu (MARX, 2013), e de forma concomitante contribuíram para o processo de formação territorial (MORAES, 2002). Partindo desse pressuposto a presente pesquisa teve como objetivo analisar as articulações Estado-Capital-Trabalho na viabilização da exploração mineral em Sergipe. A pesquisa está ancorada no materialismo histórico dialético e busca refletir o real concreto de forma processual a partir das contradições estabelecidas historicamente na relação capital/trabalho em sua totalidade. Como procedimentos

¹⁸ Membro do GPECT/CNPQ/UFS - Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territoriais.

¹⁹ Coordenadora do GPECT/CNPQ/UFS - Grupo de Pesquisa Estado Capital, Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territoriais.

metodológicos foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental com base na análise de relatórios institucionais da PETROBRÁS, VALE, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Agência Nacional de Petróleo – ANP e do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento. Além da pesquisa de campo para realização de entrevistas com representantes dos sindicatos da área: Sindipetro AL/SE, SINDICAGESE, Sindimina-SE e questionários com trabalhadores do setor mineral.

DESENVOLVIMENTO

Nossos estudos permitem afirmar que a partir da segunda metade do século XX, mediante a intensificação da inserção do capital internacional no país, construiu-se um discurso social que elencou os recursos minerais como necessidade imprescindível ao desenvolvimento brasileiro. Sob a ideologia do desenvolvimento, o Estado atuou na realização de estudos mineralógicos, que resultaram na descoberta de importantes reservas minerais em Sergipe - petróleo, potássio, sal-gema, calcário, gás natural - e permitiram, a mobilidade espacial do capital estatal e do capital privado substanciada na instalação de empreendimentos minerais como a PETROBRÁS, Petromisa, Votorantim e Nassau. Nessa direção, para as indústrias de cimentos a mobilidade espacial do capital foi incentivada, pelo Estado, através da concessão de incentivos fiscais da SUDENE, enquanto que na exploração de potássio, petróleo e gás natural o Estado assumiu a responsabilidade exploratória atuando como propulsor da igualização do capital via aprofundamento de relações de produção capitalistas. A ação do Estado garantiu também a mobilidade do capital reificada na circulação dos produtos-mercadorias minerais, mediante a construção de portos marítimos, implementação de rodovias e do sistema dutoviário para fluidez do capital no território (CONSTANTINO, 2014). À classe trabalhadora foi determinada a opção do assalariamento como garantia da sua (re)produção social.

Com a emergência da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011), o modelo do Estado interventor tornou-se insuficiente para atender as demandas do capital e o Estado Neoliberal assumiu a tônica do desenvolvimento capitalista, reorganizando a base de reprodução social e difundindo a privatização e a tercerização como estratégias para garantia da mobilidade do capital - nas suas dimensões espacial, setorial e/ou formal. Nessa conjuntura, a mobilidade do capital consubstancializada na privatização e

terceirização configura-se como espectro da ativação dos limites últimos absolutos do capital (MÉSZÁROS, 2005).

Com o processo de privatização o Estado torna-se ausente na exploração mineral e presente para a garantia da (re)produção do capital na insurgência da crise estrutural. Desse modo, a privatização da Vale e sua posterior captura pela *Mosaic Company*, transnacional com sede nos EUA, assim como a privatização paulatina da PETROBRÁS - mediante a concessão dos campos de exploração de petróleo e gás natural, privatização de empresas subsidiárias como a FAFEN-Sergipe e a terceirização das atividades operacionais - são os contornos que definem o vaievém do capital (SMITH, 1988), via processo de privatização dos recursos minerais.

A terceirização das atividades operacionais na PETROBRÁS, *Mosaic Company*, Votorantim, por sua vez, atua de forma funcional a mobilidade do capital pelas fissuras da gestão. Segundo Harvey (2008), a terceirização firmou-se como saída para a crise do capital que se instaura a partir da década de 1970, com a difusão do regime da acumulação flexível e o discurso da focalização das atividades nucleares como estratégia para conter a hemorrhagia do lucro (HARVEY, 2008). Nessa direção, tal redefinição estratégica implica na mobilidade do capital em diversas instâncias.

Na medida em que a existência do capital está determinada pelo processo de trabalho, o vaivém do capital guiado pela taxa de lucro (SMITH, 1988) resulta na mobilidade do trabalho em direção aos espaços do capital. A pesquisa detectou que na mineração, a volatilidade da mobilidade do capital tem implicado em intensificação da exploração e precarização do trabalho, submetendo a classe trabalhadora aos padrões de acumulação flexível, como a terceirização das atividades e a retirada de direitos trabalhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade do capital é a marca da lógica capitalista de acumulação na exploração mineral que subjuga as necessidades humanas ao imperativo do capital e transforma o trabalho em carcaças do tempo. Infere-se, dessa forma, que o Estado é o aparato legal utilizado pelo capital na condução das suas determinações sociometabólica.

A contínua autoexpansão do capital resulta em mobilidade do capital e do trabalho, conduzida pelo Estado para captura de espaços que permitem sobreacumulação.

REFERÊNCIAS

CONSTANTINO, Wagner. O processo de valorização do capital e o imperativo da fluidez. In: **Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia** – Alfenas, 26 a 30 de maio de 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2008b.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas, SP: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. Trad. de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração mineral, Estado, Mobilidade do capital, trabalho.

**DA CONSTITUIÇÃO A CONSOLIDAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO E A
(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO CHE GUEVARA EM
LAGARTO (SE)**

Tamires Aparecida Batista de Oliveira

Mestranda em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS

Universidade Federal de Sergipe - UFS

E-mail: tamires_ufs@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa

Professor Titular da Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS.

Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Doutor em Geografia – Universidade Estadual Paulista (Rio Claro)

E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

A criação dos assentamentos rurais a partir das desapropriações para fins de reforma agrária tornou-se o marco central na organização do espaço agrário brasileiro no final do século XX. Esse processo gerou implicações e mudanças socioeconômicas compreendidas a partir das transformações técnicas advindas da modernização agrícola, das novas unidades de produção rural nos assentamentos, estruturadas na agricultura familiar, na produção de alimentos e no emprego da força de trabalho. Porém o mais importante estaria na democratização do acesso a terra.

Dessa forma, o debate sobre a questão agrária encontrou-se ainda mais acirrado no Brasil, suscitando um desafio tanto para aqueles que estão diretamente ligados ao processo de luta pela terra, como também no aperfeiçoamento dos mecanismos de interlocução com o Estado. E a análise dessa questão deixava o tema cada vez mais complexo, uma vez que levava em consideração as inúmeras mudanças sofridas pela agricultura, onde modernização, formação de complexos agroindustriais, da pesquisa agropecuária e principalmente do fomento (do Capital Financeiro, segundo DELGADO, 1985) que integravam um novo processo de desenvolvimento econômico na agricultura. Ou seja, a luta pela democratização da terra era combinada com o contraditório processo de modernização da agricultura.

O processo de luta pela terra, materializado com os assentamentos, já definia a construção de uma narrativa ideológica face à organização em nível nacional, evidente, com suas particularidades, respeitando sistemas socioculturais também diferentes e que rebatiam nos processos políticos da luta. São distintas as trajetórias sociais de cada

assentamento e entender, desde seu nascedouro até a realidade dos nossos dias é de fundamental importância. Em suma, a questão dos assentamentos é uma realidade concreta e entender suas internalidades operam como mote fundamental de superar questões sociais importantes, como o esvaziamento demográfico rural, a questão da juventude e o empobrecimento de vastas populações rurais. Diante desse quadro, a indagação da pesquisa delinea-se pela seguinte questão: Como as diferentes origens dos atores sociais ocupados pelos agricultores-assentados antes da luta pela terra ajudaram na materialização desses assentamentos e seus efeitos no cotidiano desses atores sociais?

Nesse sentido, a presente pesquisa visa compreender a dinamicidade espacial e analisar a trajetória social dos produtores familiares inseridos no espaço agrário, desvendando seus desdobramentos e as condições de permanência no Assentamento Che Guevara no município de Lagarto (SE), rebatendo na sua organização, produção e reprodução do espaço rural.

Dessa forma é importante conceituarmos o que compreendemos como Reforma Agrária. Vários estudos no campo da Geografia buscam investigar o que a Reforma Agrária significa nos dias atuais. De forma breve, podemos conceituar essa ação como o reajustamento das normas que coordenam a estrutura agrária do País, tendo em vista à valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção. No mesmo passo, a Reforma Agrária visa a distribuição justa da terra, considerando não só a melhoria de vida do trabalhador rural, mas o bem coletivo.

Sabemos que vários são os impasses, especialmente para enquadrarmos o plano teórico clássico as diversas nuances da realidade brasileira quanto a estruturação efetiva de uma Reforma Agrária. Por esse motivo, salientamos que nossa concepção quanto a esse conceito, temos em vista a pluralidade da extensa formação territorial Brasil, e por esse motivo, as diversas dificuldades de se por em práticas tal sistema numa sociedade capitalista (COSME, 2016).

Os estudos por meio de leitura geográfica acerca da reforma agrária e a produção rural familiar dos assentamentos têm despertado o interesse de variados pesquisadores, como geógrafos e sociólogos, o que proporciona um rico debate, ressaltando as desigualdades e especificidades regionais de assentamentos rurais espalhados em todo o Brasil.

A estrutura agrária brasileira tem como lastro a grande unidade agrícola, a qual se fundamentou nas relações de produção não-capitalistas²⁰, e dos fenômenos que proporcionaram o seu desenvolvimento que alguns estudiosos denominam de “modernização conservadora” a partir da década de 60 do século passado. Uma vez que diante da expansão do capitalismo no campo, seu processo foi assimétrico, tanto na perspectiva regional, como de natureza setorial.

Desse modo, a dinâmica contraditória da agricultura brasileira, em seu processo de desenvolvimento desigual e combinado gerou um quadro de heterogeneidade e complexidade de um segmento onde fatores históricos, econômicos e sociais foram fundamentais. A questão do progresso técnico e da renda fundiária, incorporando com mais valor, encarecendo o preço da terra e da configuração de novas relações de trabalho, contribuíram para esse processo, onde a questão da reforma agrária, de certa forma, foi secundarizada. Daí o processo de luta pela terra e de seu processo que desdobrou na organização dos sem-terra a partir de meados da década de 80 do século XX.

A modernização da agricultura ampliou processos de monetarização da vida rural, como a compra de insumos, maquinários, etc., refletindo no aumento da produtividade, claro, onde elevaria os custos de produção, e na formação de cadeias produtivas, ou ainda de forma mais amplas, dos chamados complexos agroindustriais (Müller, 1982) ou da formação de sistemas agroalimentares (Guanziroli, 2007). E o que isto tem a ver com a luta pela terra, na medida em que são processos sociais distintos?

Acreditamos que foram elementos na tentativa de superação dessas contradições, onde a modernização da agricultura se materializou sem passar pela transição da democratização da terra e com ele na formação dessas heterogeneidades estruturais. Ou seja, a luta política pautou-se por um processo de valorização fundiária regionalmente diferenciada e da perspectiva de jamais pensarmos na materialidade da reforma agrária, onde o binarismo agricultura de subsistência e agricultura de exportação não mais respondia a essa complexidade.

²⁰Essas relações de produção são as relações estabelecidas entre homens, em um processo de produção social, ou seja, são relações sociais de produção, sendo a essência do processo produtivo, os níveis de [...] desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais de sua existência. Forças produtivas: forças que resultam da combinação dos elementos do processo de trabalho sob determinadas relações de produção; são, portanto, os elementos necessários à produção de bens materiais, bem como o conjunto das condições igualmente necessárias à produção (máquinas, tecnologia, organização). (OLIVEIRA, 1986, p. 58).

É evidente que foram processos diferenciados e a questão da luta pela terra operou até por suas particularidades na medida em que foram travadas em territórios de agricultura fragilizada e de baixo nível tecnológico, como no Nordeste, na qual pode ser observada pela desigualdade na distribuição do crédito, na força política do agronegócio e do poder de exportação das *commodities*.

Palavras-chaves: Espaço. Luta pela terra. Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

COSME, Claudemir Martins. Reforma agrária no Brasil do século XXI: qual reforma agrária? Boletim DATALUTA n. 106 – Artigo do mês: outubro de 2016. ISSN 2177-4463.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: ICONE, 1985.

GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar e o Novo Mundo Rural**. In: Congresso: Sociedade Brasileira de Economia Rural - SOBER, 2001, Passo Fundo. Economia Rural, 2001.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática: 1986. 88 p.

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO/NO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA

Tereza Simone Santos de Carvalho – Licenciada em Pedagogia; Mestre em Educação

UFS. E-mail: tssbibr@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos – Licenciada em Geografia; Doutora em Geografia – UFS. E-

mail: josefalisufs@gmail.com

O presente resumo apresenta a tese de doutorado em construção intitulada Direito conquistado/negado: as relações entre Questão agrária e Educação do Campo, a qual tem com objetivo geral analisar o processo formador da amálgama existente entre Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo. O fechamento das escolas no campo, vem ganhando corpo desde o início dos anos 2000. De acordo com estudos de Molina (2011) entre 2000 e 2009, mais de 35 mil estabelecimentos de ensino no campo deixaram de existir, dos quais 31,2 mil eram municipais. “A política tem sido a de estimular cada vez mais os estudos na cidade, buscando diminuir o número de escolas no campo, sob a alegação de que são mais caras e tornam-se inviáveis”. (KOLLING et all, 1999, p. 40). Os dados do Censo Escolar/Inep 2017, evidenciam a persistência do fenômeno. No ano de 2010 havia 78.776. Esse número em 2017 caiu para 60.064. São 18.712 escolas a menos; 1559 escolas fechadas por mês; por dia são 52. No estado de Sergipe o cenário não é diferente. Segundo Correia (2018), entre os anos de 2007 e 2015, houve o fechamento de 543 escolas localizadas no campo, uma média de 5,2 escolas por mês, pouco mais de 45 escolas por ano. Fato interessante a destacar é que no Alto Sertão Sergipano, onde se concentra a maior população rural do estado, registra-se o maior número de escolas fechadas. Somente em Nossa Senhora da Glória foram fechadas, em um ano, 17 escolas (em 2016 tinha 23 escolas rurais e em 2017 apenas 6). O cenário é de negação do direito dos povos do campo de terem acesso à educação em suas comunidades de origem e de prosseguirem em seu processo de escolarização. Leva-nos a refletir sobre a necessidade da concretização e do fortalecimento de uma educação do e no campo, coerente com os anseios dos movimentos campestinos, o que se constitui, inegavelmente, em um desafio que tem sido enfrentado em estreita relação com a luta pela terra e por reforma agrária. A Educação do Campo se diferencia da educação rural. Nesta há o predomínio de ações voltadas à naturalização e/ou fortalecimento da concentração de terra, sendo a lógica

urbano-industrial capitalista a referência única para o desenvolvimento humano, contribuindo para o distanciamento e/ou rupturas com o universo cultural dos sujeitos do campo. O conceito de Educação do Campo integra a construção de um paradigma teórico e político com raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a qual se refere. (CALDART, 2008). Ao buscar apreender um fenômeno em fase de constituição histórica, participa também de uma disputa de território imaterial tornando-se, em alguns momentos, força material na luta política por territórios. (FERNANDES, 2006). Nessa direção, Caldart (2008) destaca a necessidade de pensar/trabalhar na tríade campo-política pública-educação, relação muitas vezes tensa na medida em que a Educação do Campo vai se consolidando e os riscos de distanciamento de sua identidade originária aparecem, deslocando esses termos, a depender dos interesses em questão ou dos sujeitos envolvidos, no debate ou nas práticas e situações de conflito. (Idem). Entre esses riscos estão o tratamento da Educação do Campo descolada da dimensão da política pública e a sua percepção como uma pedagogia, cujo debate originário está restrito ao mundo da educação, podendo ser reduzida a uma proposta pedagógica para as escolas do campo. Por isso torna-se mister, nesse estudo, o conceito de questão agrária, definida por Stédile (2011) “como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. (STÉDILE, 2011, p. 16). Ressalta-se também que a análise da Educação do e no Campo está embasada no paradigma da Questão Agrária, por entendermos como Ramos Filho (2013) que “a questão agrária é produto do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo” (p. 81). Destarte, partindo da intrínseca relação entre Educação do Campo e Questão Agrária, emergem dois questionamentos: como tem se dado a produção do espaço agrário nas áreas pesquisadas?; que fatores estão levando ao fechamento das escolas, além do que tem se apresentado nos discursos dos gestores? Objetivando o alcance do objetivo geral da pesquisa, apoiado na tríade Campo – Política Pública – Educação, os estudos referentes à produção do espaço fundamentarão as análises que pretendem superar a unidimensionalidade do fenômeno em foco. Por isso as categorias espaço e território possibilitarão a compreensão do fenômeno. O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social e não como espaço absoluto “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÉBVRE, 2008, p.29), nem como um produto da sociedade mas como o *locus* da

reprodução das relações sociais de produção. Território é aqui considerado como “a síntese contraditória como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais. (OLIVEIRA, 1998, p. 09; 40). É nessa perspectiva que a intrínseca relação entre a questão agrária, Educação Rural e do Campo e os movimentos camponeses produzem o espaço geográfico. O estudo dessas relações traz a complexidade da realidade da estrutura agrária brasileira e o projeto de educação, por um lado, imposto aos sujeitos do campo e por outro, buscado e disputado pelos movimentos camponeses.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Questão Agrária; Movimentos Sociais.

Referências Bibliográficas:

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo: campo-políticas-educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 27-86

CORREIA, Elis Santos. **O fechamento das escolas do campo em Sergipe: territórios em disputa**. (2007-2015), São Cristóvão, 2018. Dissertação de mestrado.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.) **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39

INEP, **Censo escolar da educação básica**. Brasília, 2016. portal.inep.gov.br/basica-censo. Acesso em 19 de jul. de 2018.

_____, **Panorama de educação do campo**. Brasília, 2013 portal.inep.gov.br/basica-censo. Acesso em 25 maio. 2017

_____. **Censo escolar da educação básica**. Brasília, 2017. portal.inep.gov.br/basica-censo. Acesso em 19 de jul. de 2018.

_____, **Censo escolar da educação básica**. Brasília, 2012. portal.inep.gov.br/basica-censo. Acesso em 25 maio. 2017

KOLLING, Edgar Jorge. et al (orgs). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: UNB, 1999.

LEFÉBVRE, Henry. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Revista Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2652/1824. Acesso em 20 jul. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**, v. 15, nº 43, set. 1998.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, Clacso, 2013.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TERRITÓRIOS QUEIJEIROS: A CONFORMAÇÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS (SIAL) NOS SERTÕES DAS ALAGOAS E DA BAHIA – BRASIL

José Natan Gonçalves da Silva
Doutorando em Geografia pelo PPGEIO – UFS
E-mail: natanufs@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Professora Adjunta do DGE/PPGEIO – UFS
E-mail: soniamendoncamenezes@gmail.com

Introdução

A produção, distribuição e consumo de alimentos no espaço rural apresentam interfaces que, não raro, conjugam saberes, objetos e conteúdos técnicos fundamentados na dimensão econômica e cultural dos territórios. Entremeados no atual estágio da modernidade, tais sistemas produtivos também são influenciados pela supremacia dos componentes tecnológicos, pelos ditames dos mercados e pelos pressupostos maquinizados, informatizados e padronizados da industrialização. Esse cenário alicerçado no hibridismo de componentes econômicos, sociais e culturais oportuniza em determinados territórios o desenvolvimento da agricultura familiar e a (re)ativação de atividades produtivas. Conforme Boucher e Rivero-Cañas (2017) e Ramos (2018) é neste contexto que surge na França em 1990 um novo quadro analítico para pensar os chamados Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL). Esse enfoque se desenvolve mediante outras abordagens de desenvolvimento local, principalmente nas áreas da Economia, como as discussões sobre distritos industriais, sistemas produtivos locais, *clusters*; e da Sociologia com foco em estudos rurais, que privilegiaram as discussões sobre agroindustriais, multifuncionalidade da agricultura, produção sustentável e artesanal de alimentos e comércio justo. Diante do exposto, esse estudo tem como objetivo analisar a configuração do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) do leite nos sertões das Alagoas e da Bahia e seu respaldo na dinâmica do tecido social, cultural e econômico do

espaço apropriado e conformado em território. O recorte empírico da pesquisa, que se encontra em estágio de desenvolvimento, consiste os Territórios da Bacia Leiteira/AL e do Semiárido Nordeste II/BA. A metodologia adotada baseia-se em revisões da literatura, que versa sobre as categorias geográficas espaço, território e lugar, os conceitos de modernidade, identidade e cultura e as discussões sobre a produção de alimentos e os Sistemas Agroalimentares Localizados. Também serão realizadas entrevistas semiestruturadas de perfil qualitativo e discussões mediante grupos focais.

Desenvolvimento

A pecuária leiteira desempenhada pela agricultura familiar nos territórios apresenta uma dinâmica híbrida, que comporta a adesão recente a especializações produtivas, paralela à presença de práticas artesanais de manejo arraigadas a cultura pastoril do território. Também são observadas transformações no processamento da matéria-prima, ou seja, como reflexo do processo de expansão do capital industrial no campo, verifica-se a expansão de laticínios geridos por empresários e cooperados (médios e grandes produtores rurais), que demandam o leite de segmentos da agricultura de base familiar. Em contrapartida, nota-se o crescimento de produtores artesanais de queijo coalho e de fabriquetas de derivados de leite (requeijão e manteiga) que, semelhante às pesquisas desenvolvidas por Menezes (2009; 2015) e Menezes e Cruz (2017) no Território do Alto Sertão Sergipano, consistem atividades agroalimentares alicerçadas na identidade do sertanejo. Considerando as discussões de Giddens (1991; 2002) sobre o impacto da modernidade nas sociedades tradicionais, verifica-se que essa dinâmica é consequência da reestruturação das escalas indefinidas do espaço/tempo, que desencadeiam continuidades e descontinuidades entre as sociedades tradicionais e modernas.

Considerações finais

As atividades agroalimentares refletem o protagonismo dos atores locais e a constituição de redes que integram fornecedores de leite, produtores de queijo, comerciantes/atravessadores e consumidores. Logo, o desenvolvimento e o aprimoramento dessas potencialidades alicerçadas na vocação econômica dos territórios e

na cultura alimentar do sertanejo demonstram – conforme leituras realizadas a partir de Boucher e Rivero-Cañas (2017) e Ramos (2018) – a estruturação de um Sistema Agroalimentar Localizado que contribui para a dinamização produtiva, a reprodução social e a permanência de grupos familiares no espaço rural.

Palavras-chave: Sistema Agroalimentar Localizado. Agricultura familiar. Territórios queijeiros.

Referências

BOUCHER, François; RIVEROS-CANÑAS, R. Antonio. Dinamización económica incluyente de los territorios rurales: alternativas desde los Sistemas Agroalimentarios Localizados y los **Circuitos Cortos de Comercialización**. **Estudios Latinoamericanos**, Cidade do México, ano XXXI, n. 40, p. 39-58, jul./dez. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFS, São Cristóvão/SE.

_____. **Queijo artesanal Configurações territoriais: Experiências Escalares do Global ao Local (O caso de Sergipe)**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2015.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé da. “Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade”. In: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé da (Orgs.). **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2017. p. 25-44.

RAMOS, Vitória de Paula. **A abordagem de Sistemas Agroalimentares Localizados e sua tradução conceitual e institucional na América Latina e Brasil**. 2018. 219f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OS MERCADOS INSTITUCIONAIS: PNAE COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAPICURU/BA

Murilo Mateus Soares de Matos
Mestrando em Geografia (PPGEO/UFS)
murilo.1460@gmail.com

Sônia de Souza Mendonça Menezes
DGE/PPGEO – UFS
soniamendoncamenezes@gmail.com

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, responsável por fornecer alimentos saudáveis e de qualidade para o consumo da sociedade vivencia uma série de problemáticas. Realidade esta que é pertinente a luta dessa categoria pela sua permanência no espaço rural. O Programa Nacional de Alimentação Escolar atua nesse sentido, de romper com estes entraves que são frequentes na vida desses agricultores familiares, com a aquisição dos seus produtos para a alimentação escolar.

O presente texto é resultado de uma investigação, cujo objetivo averiguar a inserção dos alimentos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, e seus benefícios para esta categoria.

Como procedimentos metodológicos, de início foi realizada uma revisão teórica sobre a temática, revisando as pesquisas realizadas com autores como: Castro e Bombardi (2012), Costa (2013), Triches (2015) e Rau (2016). Além disso, quinzenalmente ocorriam reuniões com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM/UFS), nas quais eram discutidas com os demais membros questões teóricas que fundamentam a pesquisa.

Em seguida, foram realizadas pesquisas estatísticas nos sites do IBGE e do FNDE para o levantamento quantitativo de dados contribuíssem para a caracterização do município. Posteriormente, foram efetuadas entrevistas com o Conselho de Alimentação Escolar e a responsável - nutricionista do município.

DESENVOLVIMENTO

A política pública de alimentação escolar surgiu na década de 1950, impulsionada pela obra “Geografia da Fome” da década de 1940, do autor Josué de Castro, o qual diagnosticou o mapa da fome no país. As primeiras propostas surgem por meio de uma

iniciativa do Estado em promover uma segurança alimentar e nutricional para os estudantes da rede pública de ensino básico. Segundo Castro e Bombardi (2012). O PNAE é regulamentado pela Lei nº 11.947/09 e gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e tem como objetivo garantir uma alimentação saudável e de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino básico do país.

A intervenção estatal no âmbito da constituição de políticas públicas que promovam a abertura de mercados institucionais para a agricultura familiar passa a rever o papel da aquisição governamental dos alimentos como estratégia de fortalecimento econômico para esta categoria, promovendo dinamização de sua economia por meio da comercialização, além de viabilizar uma segurança alimentar para a população (TRICHES; GRISA, 2015).

A institucionalização da Lei nº 11.947/2009 foi fundamental para a agricultura familiar, uma vez que esta passou a garantir sua participação da alimentação escolar, exigindo que no mínimo 30% dos recursos financeiros do programa sejam gastos com a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar local, preferencialmente de assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas (COSTA, 2013).

Para Wagner e Gehlen (2015) a prerrogativa da mencionada lei constituiu o direito da agricultura familiar ter acesso a este mercado institucional tornando facultativo o processo licitatório, apenas os agricultores devem necessariamente cumprir com as exigências do programa, como a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, a viabilidade da distribuição regular dos produtos, além de fornecer alimentos com condições higiênico-sanitárias adequadas.

Castro e Bombardi (2012) afirmam que o principal fornecedor da alimentação escolar deve ser prioritariamente a agricultura familiar. A realidade no município apresenta uma contradição, visto que a maior parte da distribuição dos alimentos é realizada por empresas que atuam nesse setor. De acordo com a presidente do CAE, a participação dos agricultores familiares de Itapicuru/BA foi efetivada pela primeira vez em 2017, o qual foi utilizado 21% do orçamento com esta categoria, valor abaixo do exigido. Para 2018, o planejamento é atingir os 30%, sendo 18 agricultores que realizam o fornecimento de seus produtos para o município, um número de participantes relativamente baixo, quando comparado ao número total de produtores existentes.

Para Correa (2016) o PNAE promove o desenvolvimento da agricultura familiar local com a compra de seus produtos, no âmbito da melhoria da qualidade de vida dos produtores envolvidos, proporcionando aumento na renda, dinamização da economia e subsídios para a manutenção de sua produção, isso implica em condições para estes sujeitos se reproduzirem no espaço agrário. Os resultados evidenciaram que a realidade no município a partir dessa política pública, é de que os objetivos do programa não estão sendo efetivados com êxito, cujo aplicação dos recursos financeiros com os agricultores familiares não atingiu o mínimo dos 30% exigidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar constitui uma importante ferramenta que por meio da comercialização dos alimentos provenientes da agricultura familiar com este mercado institucional, visto que proporciona o fortalecimento para esta categoria, revitalizando sua economia, subsidiando condições que possam romper com os entraves pertinentes a sua reprodução no espaço agrário, e proporcionando estratégias de permanência dessas famílias no campo.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, T. P.; BOMBARDI, L. M. **Programa nacional de alimentação escolar – pnae: o elo entre educação e agricultura**. USP, 2012.
- CASTRO, Tereza Peres de; BOMBARDI, Larissa Mies. **A contribuição do programa nacional de alimentação escolar (pnae) para a produção e reprodução camponesa: um estudo de caso da associação comunitário rural alvorada – acra**. ENGA. Uberlândia, 2012.
- CORREA, E. S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua relação com a agricultura familiar em unidades de produção agrícolas de São Lourenço do Sul/RS**. Dissertação PGDR. UFRGS. Porto Alegre, 2016.
- COSTA, J. M. N. **Política de alimentação escolar: Tem caroço nesse angu? A gestão e o controle social do PNAE**. Dissertação. PPGEdu. Universidade de Brasília: Brasília, 2013.
- SILVA, Danielle Wagner; GEHLEN, I. **A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o acesso ao recurso da política pública**. Tempo e Ciência, v. 22, p. 43-54, 2015.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. . **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica de intransigência.** Revista NERA (UNESP), v. 26, p. 10-27, 2015.

Palavras-chave: PNAE; agricultura familiar; alimentação escolar.

A AÇÃO DO ESTADO-CAPITAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A EXPROPRIAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE

MSc. Luiz André Maia Guimarães Gesteira¹ - andre_maia_geoufs@yahoo.com.br
Prof. Dra. Alexandrina Luz Conceição² - alexandrina.luzconceicao@gmail.com

Introdução:

Em sua fluidez e flexibilidade o modo de produção dominante faz uso de diferentes estratégias de ação para garantir sua expansão sociometabólica. Dentre essas, a indústria do turismo e o mercado imobiliário têm se destacado no âmbito do capital financeiro como importantes formas de expansão do capitalismo, sobretudo, a partir da mercantilização do tempo livre e da especulação imobiliária, sobremaneira intensificada em áreas onde fatores diferenciais de renda da terra se estabelecem como forma de ampliação ainda mais significativa da acumulação capitalista.

Como estratégia de expansão da acumulação, turismo e especulação imobiliária fetichizam a partir da possibilidade da apropriação privada e do consumo da natureza, ao mesmo tempo em que encampam ideologicamente um arraigado discurso de sustentabilidade social e ambiental, quando, na realidade, suscitam intensos processos de expropriação territorial, promovendo severas rupturas no modo de vida e reprodução social de comunidades tradicionais nos mais diversos recortes territoriais, a partir da lógica da urbanização como modelo de desenvolvimento. Essas vicissitudes, no entanto, são ideologicamente ignoradas, uma vez que inseridas na lógica capitalista do desenvolvimento desigual e combinado, na qual cabe à periferia do mundo a função de espaço de lazer irrestrito, socialmente e ambientalmente desregulamentado, suscetível aos mais violentos processos de territorialização do capital.

Desenvolvimento:

Seguindo a lógica dos ajustes espaciais e devido a seus atributos paisagísticos e locacionais - que garantem consideráveis cifras de renda diferencial aos especuladores do mercado imobiliário - o litoral norte sergipano vem sendo inserido de forma progressiva nas últimas duas décadas em um decurso de especulação imobiliária caracterizado pela aliança entre Estado e iniciativa privada. Processo esse que teve como estopim a construção da Ponte que liga o município de Barra dos Coqueiros a Aracaju, no ano de

2006, mas, que também se caracterizou por uma série de outras mediações do Estado no sentido de fomentar a expansão do capital financeiro na região, sobretudo, o investimento em toda a infraestrutura rodoviária no entorno dos novos condomínios e complexos habitacionais instalados no município.

Levando em conta que a dinâmica de expansão das relações capitalistas mediadas pelo Estado tende a não respeitar as peculiaridades do lugar e “*os meros desenvolvimentos locais da humanidade*” (MARX, Apud HARVEY, 2005, p. 72) em seu processo de territorialização, observamos que as comunidades tradicionais que estabelecem com a terra sua condição de vida e de reprodução social tendem a ser sobretudo afetadas pelas intervenções do capital e pelas metamorfoses espaciais que estas determinam. Observamos ainda que tais fissuras são potencializadas em cenários nos quais já existe historicamente algum tipo de tensão e/ou precarização do trabalho dos sujeitos sociais que serão atingidos pelo processo de deslocamento das contradições do capital.

O espaço agrário do município de Barra dos Coqueiros apresenta as condições acima descritas, se caracterizando ainda por uma fragilidade fundamental à precarização das comunidades tradicionais locais, que é o fato de as catadoras de mangaba do município não possuírem a propriedade da terra da qual retiram sua possibilidade de autonomia, realizando a “cata” dos frutos da restinga, sobretudo, em terras de terceiros e em situação de conflito. Esses conflitos historicamente territorializados, no entanto, nunca chegaram a por em risco a continuidade de sua atividade patrimonial e tampouco sua perspectiva de permanência no espaço agrário do município. Todavia, desde o início do recente processo de produção do espaço regido pelo capital financeiro, observamos que a intensificação da especulação imobiliária com a apropriação de extensas áreas do espaço agrário do município, visando a construção de empreendimentos imobiliários, tem provocado uma significativa e determinante redução nas áreas disponíveis ao extrativismo dos frutos da restinga, comprometendo com isso e de forma determinante a possibilidade de sobrevivência das catadoras de mangaba na terra e a partir dela.

No mais, observamos que atualmente a possibilidade de permanência desses sujeitos sociais está também comprometida pela ação direta do poder público municipal, que promoveu o rezoneamento dos povoados da área rural do município, convertendo-os em perímetros urbanos. Ação que além de permitir que os novos empreendimentos imobiliários sejam construídos sem área de reserva legal, privilegiando as construtoras em

detrimento do meio-ambiente, sujeitará as catadoras de mangaba e demais integrantes das comunidades tradicionais locais ao pagamento da taxa de IPTU, com a qual muitos deles não conseguirão arcar. Estabelecendo-se assim como uma cruel forma de expropriação institucionalizada.

Conclusões:

Observamos assim uma relação de complementariedade na ação do Estado-capital, uma vez que quanto mais o mercado imobiliário constrói, menos terra resta para as comunidades tradicionais realizarem sua atividade extrativista, enquanto que, em conjunção a isso, para que o mercado imobiliário possa construir, a expropriação dessas comunidades é por vezes condição anteriormente “essencial”. Expropriação essa que materializa-se de distintas formas: desde as debilidades impostas ao próprio modo de vida e produção dos povos tradicionais através do processo de expansão do capital, a até a criação de dispositivos legais que promovem um decurso de expropriação inexoravelmente institucionalizado. Qualquer que seja o *modus operandi*, o que fica claro é que os investimentos e transformações realizadas tem uma finalidade em especial.

Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1993, p. 63).

A irrefreável produção do espaço com vistas à reprodução do capital é a inequívoca vocação do modo de produção dominante. Frente a esta, cabe a esses sujeitos sociais articular-se e organizar-se em sua luta.

Palavras Chave: Comunidades Tradicionais, Ajustes Espaciais Capitalistas e Expropriação Territorial.

Referências Bibliográficas:

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1994.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. Eisorfia (UFSC), Florianópolis/SC, v. 02, n. 02, p. 79-91, 2004.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice B. Pereira e Sérgio Martins ÉditionsAnthropos, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo:Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

SHANIN, Teodor. **El Campesinado Como Factor Político**. In La Clase Incómoda. Sociologia política do campesinato en una sociedad em desarrollo (Rusia 1910-1925), Anexo A, [publicado originalmente em The Sociological Review, vol. xiv (1966), núm.1]. Madri, Alianza Editorial. pp. 274-298.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

O USO DA FORÇA DE TRABALHO INFANTIL NO CAMPO AGRÁRIO SERGIPANO

Rafaela Santos Paz – Graduada e Mestre em Geografia pela UFS/ e-mail- rafa-geo94@hotmail.com

Josefa de Lisboa Santos – Orientadora - Professora da Universidade Federal de Sergipe- UFS/ e-mail josefalisboa@uol.com.br

O campo brasileiro é composto por uma diversidade de formas de exploração da terra e da força de trabalho nele presente. No estado de Sergipe, também são diversos os modos de relacionar-se e reproduzir no campo. Nesse texto, daremos destaque a utilização do trabalho de crianças e adolescentes no campo sob duas perspectivas: a utilização da força de trabalho de crianças e adolescentes no campesinato, cujo trabalho insere-se numa lógica “educativa”, e aquela na qual a inserção no trabalho desses sujeitos segue a lógica do assalariamento, de produção de mais-valia e lucro, a partir da exploração dos sujeitos que vivem e/ou trabalham no campo. Ambas as formas acabam por beneficiar a lei geral da acumulação capitalista, pela extração da renda da terra ou pela exploração da força de trabalho. Considera-se que a inserção de crianças e adolescentes no trabalho agrícola assalariado, embora colabore com a reprodução familiar, é baseado na exploração desses pequenos sujeitos. Diferentemente da agricultura camponesa, na qual o trabalho na infância tem como objetivo o aprendizado, a socialização e a troca de conhecimentos entre gerações. Para Chayanov (2014) o modo de produção doméstico (camponês), resiste e se reproduz a partir do uso da força de trabalho familiar, da inexistência do trabalho assalariado e da ausência do lucro, assim o trabalho camponês tem como base a autoexploração, a participação e colaboração de todos os sujeitos da família na produção para a subsistência. Já a produção excedente é trocada ou comercializada para suprir outras necessidades não atendidas no seio da unidade camponesa. Nesse sentido, o trabalho da criança e do adolescente se insere numa lógica diferente da existente no modo

de produção capitalista, como forma de aprendizado, resistência, desassociado do conceito de exploração e de pobreza, tendo como premissa a coletividade, a cooperação em um modo de vida, calcado na divisão de tarefas, segundo sexo e faixa etária. Sob a lógica da produção de mercadorias, o trabalho infantil pode ser encontrado em diversos segmentos no campo, no latifúndio, no agronegócio monocultor, no trabalho por produção, dentre outras modalidades. Na maioria das vezes o trabalho de crianças e adolescentes aparece como acessório ao trabalho do pai ou da mãe, principalmente no trabalho por produção, no qual os pequenos trabalhadores se inserem para alcançar determinados níveis de produção, necessários para que o rendimento permita o pagamento das despesas semanais ou mensais da família. Esse tipo de trabalho em Sergipe é bastante comum na colheita de laranja, coco, batata doce e no beneficiamento da castanha de caju e mandioca, atividades em que os pais recebem uma quantia por caixas, quilo ou toneladas colhidas ou beneficiadas. Contudo, a produção e, por conseguinte a remuneração do adulto sozinho é muito baixa, logo os pais veem-se obrigados a levar seus filhos para ajudar na produção, estes em geral não recebem nenhuma remuneração por tal atividade, se constituindo, portanto, um modo de produção que explora de uma só vez, pagando apenas um salário, a força de trabalho adulta e infantil. Ocorre que, algumas das atividades supramencionadas se realizam na própria unidade de produção camponesa, cujo grau de subordinação ao capital é acentuado e nas quais, parte da renda da terra é apropriada pelo capitalista. O caso das áreas de produção da commodity laranja, no Centro Sul de Sergipe, é ilustrativo. Aqui, as crianças e adolescentes são compelidas ao trabalho desde o plantio até a colheita do produto, como ajuda aos pais. Entretanto, nesses casos, a pressão para atendimento dos tempos curtos para o plantio ou colheita, sob pena de passar o período chuvoso ou do apodrecimento do fruto na planta, impõe a intensificação do trabalho e a submissão desses sujeitos, às jornadas muitas vezes intensas. Quando a família é pressionada pela necessidade, o trabalho infantil, que poderia ser acatado como ajuda e aprendizado se metamorfoseia em trabalho alienado. Uma forma de trabalho que, ao mesmo tempo em que corrobora para a permanência do campesinato na terra, expressa nas condições atuais, a imprescindibilidade de subordinação do trabalho ao capital. Ante ao exposto percebemos o quão complexo é a realidade do trabalho de crianças e adolescentes, que ora aparece como uma prática educativa e de resistência do campesinato, ora como forma de exploração de sujeitos pobres e despossuídos dos meios de produção. Ainda que a

contradição apareça também na unidade de produção camponesa, faz-se necessário estabelecer as diferenças do uso da força de trabalho infantil no campo, na unidade de produção camponesa e assalariada.

Referências bibliográficas

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas.

Cuadernos Políticos, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975.

Palavras chaves: Trabalho infantil; campesinato; acumulação capitalista

DE CAMPONÊS A “EMPRESÁRIO RURAL”: O ASSENTAMENTO JACARÉ-CURITUBA

Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe.

Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT

E-mail: lucassirius@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e professora do NPGeo – UFS.

Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as
Políticas de Reordenamento Territorial - GPECT

E-mail: aluzcon@hotmail.com

Palavras-Chave: Estado, Capital, Trabalho.

1. Introdução

A referente dissertação de mestrado, que vem sendo desenvolvida, tem como objetivo analisar o empreendedorismo rural como estratégia de subordinação da terra e do trabalho camponês ao capital e suas contradições, no Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba. Visamos desenvolver uma análise da produção camponesa, no contexto da mundialização do capital, sendo essencial para compreender, desse modo, a reprodução do espaço considerando as relações de produção e a divisão social do trabalho, tendo em vista que esses processos ocorrem de acordo com o desenvolvimento desigual, contraditório e

combinado no sistema do capital. A pesquisa encontra-se sob a orientação da Professora Dr^a Alexandrina Luz Conceição no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

O capital no campo opera seu processo de desenvolvimento de forma desigual, contraditória e combinada promovendo, simultaneamente, e engendra de forma articulada e contraditória, o trabalho assalariado e a produção camponesa (OLIVEIRA, 2001). O capital adquiriu variadas formas/mecanismos para extrair riqueza do campesinato, uma relação de produção não capitalista, dentre elas, nota-se o empreendedorismo rural, segundo o qual busca aproximar o camponês à lógica da produção capitalista, ou seja, a unidade de produção camponesa deve se submeter à racionalização e controle dos custos para serem administradas como “empresas rurais”.

2. Desenvolvimento

Segundo a concepção schumpeteriana, o empreendedor, para fazer parte do desenvolvimento econômico precisa realizar inovações, alterando antigos hábitos e produtos por outros novos (SCHUMPETER, 1988). Dessa forma, o empreendedorismo define que é preciso aproveitar as mudanças e oportunidades e utilizá-las para criar novos padrões de consumo e novas mercadorias. O empreendedorismo rural constitui-se enquanto uma derivação da análise do empreendedorismo, a partir do espaço agrário. Os principais autores que estudam sobre o empreendedorismo rural compreendem a unidade de produção camponesa a partir das suas potencialidades. Segundo Abramovay (2003, p.6) o empreendedorismo de pequeno porte “[...] afirma a importância de políticas voltadas explicitamente a aumentar as capacidades produtivas e de melhor inserção nos mercados de milhões de empreendimentos que hoje mal conseguem reproduzir-se.” Paulino (2008, p. 284) reforça o caráter ideológico do empreendedorismo rural ao afirmar que: “O esforço de um segmento em implantar na unidade camponesa a racionalidade da empresa capitalista pode ser apreendida na insistência da contabilidade rigorosa, para a qual a empresa inclusive disponibiliza planilhas e toda a orientação.”

O discurso tido como um ato espontâneo e que representa as próprias ideias, na verdade é tecido polifonicamente entre sujeitos do mesmo grupo social possuindo signos compartilhados socialmente, adquirindo um caráter interindividual (BAKHTIN, 2010). Bakhtin (2010, p.36) ao discorrer sobre a separação entre a consciência individual e os fenômenos ideológicos, afirma que, “[...] separando os fenômenos ideológicos da

consciência individual nós os ligamos às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação.” Os signos ideológicos constituem-se pontes que interligam a consciência individual com a ideologia. Segundo Conceição (2014), para compreender melhor o discurso é necessário relacioná-lo ao contexto social, observando a conjuntura econômica e política, para identificar o caráter do discurso.

O camponês necessita, segundo o discurso do empreendedorismo rural, obter lucro, desenvolvendo para isso as habilidades empresariais e a capacidade de empreender, superando as vicissitudes do mercado. Entretanto, para ser inserido no empreendedorismo rural, é necessário o acesso ao crédito fundiário, para serem realizados investimentos para aumentar a produtividade, subordinando a renda da terra camponesa ao capital financeiro. Nesse viés, o discurso do empreendedorismo rural no Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba aparentemente cria oportunidades aos “empreendedores rurais”.

3. Considerações Finais

Até o momento, constata-se que, vem ocorrendo o processo de subordinação da renda da terra e do trabalho camponês ao capital no P.A. Jacaré-Curitiba, seja por meio de venda para atravessadores, ou pela dependência ao capital financeiro. Nesse sentido, contraditoriamente, podemos compreender o modelo de desenvolvimento do “novo rural brasileiro” que simultaneamente coopera com o empreendedorismo rural e possibilita à reprodução social camponesa, que a produção camponesa é necessária para a acumulação capitalista, visto que, são tecidas relações na defesa do capital financeiro e do aprofundamento do crédito no espaço agrário.

4. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R.. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: **1º Fórum International Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza, 2003. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/develop-os-territorios-fortalecendo-o-empreendedorismo-de-pequeno-porte/>> Acesso em: 20/10/2016

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 203 p.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Natureza Social do Discurso Geográfico. **Terra Livre**, AGB, ed. 39, 2014;

PAULINO, Eliani Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliani Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).

DE “SUPÉRFLUOS” A SUJEITOS HISTÓRICOS NA CONTRAMÃO DO CAPITAL

A GEOGRAFIA DO (DES)TRABALHO²¹

Sócrates Oliveira Menezes²²

Doutor

socratesmenezes@yahoo.com.br

Alexandrina Luz Conceição (orientadora)

Doutora

Introdução

O objetivo do presente trabalho de dissertação é analisar como se tem dado o movimento de realização do capital a partir da desrealização dos trabalhadores na atualidade da “crise estrutural” do sistema acumulativo. Num sentido inverso, tal objetivo também pode ser entendido como uma análise sobre a condição de precariedade do trabalho no processo atual da crise do capital. Esta dupla face objetivada pela pesquisa representa a condição de inter-relacionamento existente entre a *faze atual reprodutiva do sistema dominante* e a *tendência desrealizativa que persegue o mundo do trabalho*.

Os pilares da chamada “crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2011) se encontram na condição insustentável de manutenção das taxas de lucros da economia capitalista apresentada no período pós-Segunda Guerra até década de 1970.

²¹ Dissertação de mestrado defendida em novembro de 2007 na Universidade Federal de Sergipe – NPGeo/UFS –, sob orientação da Prof. Dr. Alexandrina Luz Conceição.

²² Integrante do Grupo de pesquisa vinculado ao CNPq “Estado, Capital e Políticas de Re-Ordenamento Territorial” e professor de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Do ponto de vista do capital, o que acontece é a permanência de um estado de saturação decorrente do intenso processo de expansão do capital pelo globo. Seu processo de mundialização – totalizador e incontrolável – encontrou seus limites, limites esses que se apresentam como absolutos. Do ponto de vista do mundo do trabalho a perspectiva que se abre é exatamente o perverso destino da barbárie.

Desenvolvimento

A presente pesquisa se objetivou no entendimento deste processo exatamente a partir da dimensão do mundo do trabalho mais massacrada por esse movimento de contínua desrealização; por aqueles que já perderam as possibilidades e as perspectivas de um futuro diferente à eminente desrealização humana: a esfera dos trabalhadores desempregados.

Na especificidade da presente pesquisa, a análise se objetivou na realidade de trabalhadores desempregados organizados entorno do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD – em Vitória da Conquista/BA. O MTD é um Movimento Social relativamente recente: nasce em 2000 com o objetivo de organizar trabalhadores desempregados das periferias urbanas de cidades de médio e grande porte. A luta do MTD se efetiva em dois pilares: nas Frentes Emergenciais de Trabalho, que são grupos de trabalho organizados na própria periferia e ocupados com trabalhos tipicamente urbanos como reciclagem, tecelagem, artesanato, etc.; e nas ocupações rururbanas, que são acampamentos e assentamentos localizados próximo às periferias e se objetivam no trabalho agrícola para o seu abastecimento com alimentos a baixos custos.

Ainda que bastante incipientes quanto as suas experiências, a simples existência do MTD, um movimento de Trabalhadores Desempregados, é a evidência mais pura e fiel de que a estrutural separação entre trabalhadores e meios de produção, (instrumentos de trabalho e terra) própria da ordem capitalista, atingiu um estágio radical em que os sujeitos do mundo do trabalho tendem a lutar, pois se vêem obrigados, não somente mais pela “compensação financeira” na forma do aumento salarial (própria da clássica luta sindical),

nem também por terra (própria da luta camponesa), mas pela totalidade dos meios de produção.

Este é o resultado imediato do desenvolvimento histórico do sistema do capital que atinge século XXI com sua mais árdua e permanente crise se isolando em seus territórios globais margeado pelo oceano da miséria mundial. Do ponto de vista do capital, a saída para tal situação ainda está nas suas eternas formas de superação de crises: elevação da mais-valia absoluta e relativa. Em outras palavras, no aumento e na intensificação da exploração do tempo de trabalho.

Tal processo tem-se efetivado pelo prisma da flexibilização e da desregulamentação. É o novo paradigma da conhecida “reestruturação produtiva” (vista acima), movimento empreendido pelo sistema acumulativo que se materializa territorialmente de forma bastante heterogênea pelo globo, como nas experiências de “sucesso” do “Norte da Itália” e do “Vale do Silício”, este último nos Estados Unidos.

Em contra partida, na “imensidão do sul” a empreitada do capital pelos seus territórios miseravelmente produzidos se dá de forma desigual, mas combinada com seu plano de exploração do trabalho. E são nestes territórios que os desempregados exercem sua condição histórica para a manutenção da acumulação: sucumbem com suas necessidades básicas à permanente condição de “massa reserva” (MARX, 1983)²³. Mas, como tem revelado a pesquisa com os trabalhadores desempregados de Vitória da Conquista - BA e organizados em torno do MTD, o abismo existente entre os seletos vencedores do mercado mundial e a massa de trabalhadores precarizados e considerados supérfluos para os objetivos do capital não nega o emergente conflito de classes. Muito pelo contrário, a radicalização das contradições históricas do sistema dominante tem elevado na mesma intensidade a necessidade da luta estrutural.

Considerações Finais

²³ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – São Paulo: Abril Cultural, 1984, V. 1, t. 2.

Ainda que observada muito mais enquanto tendência ou potencial, a intensificação do conflito de classes pelos/nos territórios dominados pelo capital se mostra um campo aberto para o repensar a classe trabalhadora, tal como seus sujeitos e suas estratégias de ação e reprodução. E é neste sentido que a presente pesquisa buscou contribuir, pois tão emergente quanto analisar as estratégias de reprodução do capital na busca por fôlego reprodutivo são as metamorfoses ocorridas no seio do mundo do trabalho, bem como reafirmação da necessidade de uma alternativa verdadeiramente e estruturalmente histórica, ou seja, a perspectiva revolucionária do socialismo-comunismo. Isso porque, se a história ordenada pela lógica do capital fez transformar sujeitos históricos em mercadorias-trabalho supérfluas teremos que caminhar na contramão, pois se ela, a história, não for de fato uma via de mão única encontraremos nela a possibilidade de resgatar o sujeito histórico que habita em todo ser coisificado e alienado.

INSERÇÃO TECNOLÓGICA PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE

Fábio Ferreira Santos²⁴

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

fabinhoufs@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos

Prof.^a Dr.^a em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto da dissertação de mestrado intitulada como “o fetiche da tecnologia no espaço agrário: o caso dos assentamentos rurais Jacaré Curituba e Edmilson de Oliveira no Estado de Sergipe” defendida no ano de 2013, nas qual nos possibilitou esta reflexão acerca da inserção tecnológica para a reprodução social nos assentamentos rurais sergipanos. É sobre essa égide que este artigo procura elucidar o uso de tecnologias e como a sua inserção tem contribuído para a sua sujeição aos ditames do capital ou à garantia da reprodução social camponesa no espaço agrário.

A conquista da terra e a consolidação do assentamento rural, produto direto da luta pela terra, se refletem em transformações territoriais. A presença dos assentados pela reforma agrária em determinadas regiões promove alterações no âmbito social, política, cultural e economicamente pequenas frações do território nacional. Os assentamentos rurais representam possibilidades de transformações sócio-territoriais que negam a concentração fundiária e a terra improdutiva como reserva de valor.

Podemos afirmar a que o primeiro rebatimento sócio-territorial refere-se a ruptura do latifúndio para a territorialização dos assentamentos. Essa ruptura foi construída historicamente pelos trabalhadores sem-terra e deve ser compreendida a partir da luta pela terra, especificamente a partir da atuação do MST, vinculado às ocupações de terra.

Por sua vez, a realidade muda depois da territorialização dos assentamentos, já que a partir do processo de constituição, implantação e consolidação novas reivindicações surgem, como por exemplo: infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia,

²⁴ Atualmente cursa o doutorado em geografia na Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Franco Garcia. Bolsista capes - BRASIL

cultura), produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, estradas, apoio crédito e comercial, renda) e organizativa (núcleos de base, cooperativismo, ocupações de prédios públicos, participação política).

Esse quadro é notório e importante, pois revela as demandas por parte dos assentados. Pode-se dizer que de uma terra vazia, sem ninguém, passa-se agora para uma terra onde se planta, produz e diversifica o território. É na direção de compreender os desdobramentos da territorialização dos assentamentos de reforma agrária que é importante refletir sobre o uso de tecnologias nos assentamentos rurais.

Nesses espaços, os créditos rurais e a assistência técnica aparecem como essenciais para o desempenho do assentamento rural e, principalmente no acesso as tecnologias. A promoção de políticas de crédito rural são importantes para que os assentados possam ter acesso aos meios de produção que irão promover a produção de bens alimentícios. Nesse contexto, percebe-se que a apropriação de tecnologias pelos assentados da reforma agrária é viável, tendo em vista que nas condições de precariedade em que são instalados os assentados, a apropriação das forças produtivas acaba por constituir um fator preponderante para que os rebatimentos sociais sejam notórios no território.

Dessa forma, com a construção do assentamento e a sua consolidação, os assentados passam a ter a preocupação com o processo de produção de alimentos, visto que a vida no campo é fruto do seu próprio trabalho. Nesse processo de produção, observa-se a atuação das forças produtivas irá dar um suporte para que o assentado produza alimentos mais saudáveis.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que “a tecnologia é o resultado de relações sociais de produção dentro da sociedade”²⁵, e está sujeita ao conflito histórico entre os detentores dos meios de produção e a mão-de-obra assalariada. Por isso, que o MST, ao inserir o uso de tecnologia em assentamentos rurais pressupõe um uso diferenciado em que cada assentado utilize-a socialmente e interagindo com os demais assentados para produzir alimentos mais saudáveis.

Nos assentamentos rurais a construção de uma socialização entre os assentados, ou melhor, a criação de cooperativas na implantação de unidades processadoras articulando redes de comercialização e de experiências comunitárias de desenvolvimento econômico, social e cultural amplia-se a capacidade de resistência do campesinato aos frente ao capital

²⁵ Ver em: NOVAES, Henrique. **O FETICHE DA TECNOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DAS FABRICAS RECUPERADAS**. São Paulo, Editora: expressão Popular, 2007.

(funditário, comercial agroindustrial, financeiro, etc). Assim, os camponeses podem se tornar mais autônomos em relação a certos capitalistas individuais, já que passam a ter maior controle sobre a comercialização/industrialização/distribuição agrícolas, vendendo diretamente aos consumidores ou ao mercado de massa, ou ainda, produzindo para o auto-consumo.

Nesse aspecto, o uso de tecnologias tem rebatimentos na qualidade da saúde, nos padrões de produção, nas relações e condições de trabalho, representando desafios à sua reprodução social, muitas vezes, implicando na ampliação da sujeição da renda da terra ao capital.

No caso dos assentados do Estado de Sergipe, eles vêm propondo um modelo tecnológico que se baseia em técnicas de produção de alimentos saudáveis, com respeito ao ambiente e uso de insumos orgânicos. Para os assentados, a incorporação de conhecimentos sobre a agroecologia tem se colocado como uma estratégia viável para as perspectivas de reprodução social. Assim, veremos neste artigo como o assentamento rural jacaré Curitiba vêm promovendo a aquisição de tecnologia e transformações territoriais no espaço agrário do alto sertão sergipano.

1. O ASSENTAMENTO JACARÉ CURITUBA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

O assentamento rural Jacaré Curitiba é um dos assentamentos rurais localizados no Município de Canindé do São Francisco, região do Alto sertão sergipano. Foi nessa região onde eclodiram os primeiros conflitos de terras do estado de Sergipe.

De acordo com Mitidiero (2011),

O município de Canindé de São Francisco (SE) é exemplar no que se refere ao domínio territorial das famílias assentadas. As margens do Rio São Francisco e próximo a Usina Hidrelétrica de Xingó, Canindé de São Francisco possui em seu perímetro municipal a presença de 25 (vinte e cinco) assentamentos rurais, realidade que evidentemente alterou a dinâmica social, econômica, demográfica e territorial do município. O domínio dessa população assentada das terras conquistadas/concedidas e sua influência no cotidiano municipal é eminente, porém não se faz sem contradições. (MITIDIERO, 2011, p. 14/15)

A referida região destaca-se pelo baixo índice de pluviosidade e as elevadas temperaturas anuais, que influenciam as constantes secas da região e por diversos problemas de abastecimento de água para os municípios no Alto Sertão sergipano. A variação climática na região deve ser destacada, pois o clima interfere constantemente na produção agrícola do assentamento e da região do Alto Sertão sergipano e contribui para a insolação do solo e perdas na produção, uma vez que em algumas localidades, o abastecimento de água está sendo irregular, obrigando a população a pagar a carros pipas para abastecer suas casas e encher os reservatórios de água para irrigar a plantação. Apesar de haver irrigação em lotes do assentamento, o processo de produção de alimentos vem sofrendo gradativamente com a diminuição do escoamento de água. Todavia, abordaremos com mais clareza a questão da irrigação logo a seguir, quando formos analisar o uso de tecnologia na agricultura do assentamento Jacaré Curituba.

Mesmo com inúmeras dificuldades para o plantio e cultivo de alimentos, o assentamento rural Jacaré Curituba se destaca pelo seu dinamismo, o que pode ser evidenciado pelo seu desenvolvimento agrícola. Nos últimos anos por exemplo, este assentamento vem intensificando a utilização de irrigação, tratores, insumos químicos, máquinas colhedeiras e etc., fruto da coletividade dos assentados na aquisição de equipamentos agrícolas para melhorar o grau de produtividade na região. Todavia, nem todos os assentados estão inseridos no processo de tecnificação agrícola, o que nos permite desvelar contradições inerentes à implantação de tecnologias nesse território.

Umas das diferenciações que está nitidamente explícita é o fato de que existem assentados que fazem parte da cooperativa, COOPRASE (Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão de Sergipe) e outros que não estão inseridos na cooperativa. Esse fato foi fundamental, pois, os assentados da cooperativa receberam financiamento para a aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas, e os outros assentados que não fazem parte da cooperativa ficaram excluídos do acesso a políticas públicas. Nesse aspecto, percebemos algumas contradições da implementação de tecnologia, pois não contempla a todos os assentados, mas a uma parcela significativa que está associada a COOPRASE.

Na pesquisa de campo ficou evidente a não participação de alguns assentados, pois existem influências do presidente da associação em beneficiar alguns e excluir outros. Esse fato é nítido a partir da fala de um dos assentados ao nos mostra que

quando eu fazia parte da associação o recurso vinha pra nos e o presidente distribuía para os seus amigos e puxa-sacos e outras pessoas não conseguia nada, a gente ficava sem ganhar nenhum empréstimo e isso era ruim pra nós, foi por isso que eu sai da cooperativa por a gente só servia pra ajudar a assinar os papeis pra vim o dinheiro, mas só alguns é que ganhava o recurso. (entrevista c/ J.S. janeiro de 2013)

Nesse sentido, a desistência de alguns assentados em continuar participando da articulação da cooperativa ligada ao MST relaciona-se a má distribuição dos recursos entre os assentados.

Segundo o presidente da cooperativa “existem 1.682 filiados na COOPRASE”. Percebe-se que o número significativo de pessoas na cooperativa tem repercussão na aquisição de projetos voltados a produção de alimentos e na aquisição de tecnologias.

É importante frisarmos que existem financiamentos que destinam a compra de equipamentos coletivos e individuais. Os equipamentos de grande porte, por exemplo, como máquinas, tratores, máquina de empacotamento, etc. são oriundos de recursos para a cooperativa e são utilizados coletivamente, onde a cooperativa tem o controle sobre o equipamento e distribuição através de planilhas os dias e horários em que serão utilizados por cada assentado. Já os recursos individuais são destinados a compra de insumos químicos que serão utilizados na lavoura. Este é um recurso importante porque o assentado precisa adquirir sementes e insumos para que sua produção possa garantir a alimentação de sua família e o excedente possa ser comercializado.

Nesse âmbito, os assentados vinculados a COOPRASE são beneficiados com projetos como: de mecanização agrícola, Programa de Biodiesel de Sergipe (PROBIOSE), Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE), entre outros. E os outros assentados que não estão associados à cooperativa buscam formas diversificadas como a venda do quiabo aos atravessadores e de outros produtos em feiras livres para garantir a subsistência da família.

No que se refere ao uso de tecnologia no assentamento, vemos que a utilização de tratores para arar a terra é importante para o assentado, visto que “o trabalho com a enxada toma muito tempo de trabaio e o trator ara a terra mais rápido” (entrevista c/ C. S., janeiro de 18/01/2013). Nesse sentido, o assentado entrevistado nos mostrar que o uso da máquina para arar a terra é importante e necessária na medida em que diminui o tempo de preparar a terra para o plantio. A figura abaixo ilustra a presença de tecnologia nesse assentamento:



Figura 1- Trator, assentamento jacaré Curituba, Canindé do São Francisco – Se. .
Fonte: o autor, 2012.

Como se pode ver pela figura 1, observa-se o trator preparando a terra para o plantio. O processo de preparação da terra pela máquina garante ao assentado um preparo rápido da terra e uma diminuição no tempo de trabalho que levaria para arar a terra através do trabalho manual com a enxada. Outro equipamento muito utilizado pelos assentamentos é o trator. Além do arado e do trator, a figura apresenta ainda a plantadeira, equipamento que serve para o plantio, por que distribui a semente de grãos no solo, além de fazer a adubação desse solo ao mesmo tempo. Existem vários tipos de tratores, como o de moer os bagaços de milho por exemplo, que servirá como alimento para os rebanhos bovinos, caprinos e equinos que existem no assentamento.

Embora os assentados utilizem técnicas modernas para acelerar o processo de produção de alimentos, o trabalho manual ainda é utilizado em grande escala. Aliás, em alguns lotes, os camponeses não utilizam tecnologias, pois os custos de equipamentos modernos e insumos agrícolas são muito altos. Ademais, o fato de não serem associados à cooperativa, os afasta da possibilidade do uso desses equipamentos. Em diferentes atividades no assentamento, a utilização de máquinas agrícolas serve para diminuir o tempo gasto da força de trabalho na preparação, adubação e produção, além da colheita dos produtos. É importante observar que

a agricultura não está isolada do desenvolvimento geral da sociedade. Na sociedade capitalista, as características e funções do emprego e aplicação

da técnica correspondem à lógica de reprodução do capital, tanto na indústria como na agricultura. (ANDRIOLI, 2007, p.1)

Nesse sentido, a inserção do camponês à lógica tecnológica no setor produtivo também se insere na lógica do desenvolvimento capitalista, uma vez que o assentado precisa produzir produtos que interessam ao mercado, além de comprar os insumos industriais para produzirem em maior quantidade e poderem comercializar partes da sua produção vendendo os seus alimentos e outros produtos como no caso do girassol a empresas capitalistas. Oliveira mostra que

a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2007, p.40)

Dentre as tecnologias vislumbradas no trabalho de campo está a irrigação. Contudo, antes de mostrarmos a importância da irrigação para a produção de alimentos, devo destacar que o assentamento Jacaré Curitiba passou 15 anos após a sua implantação para ter um perímetro irrigado. De acordo com um dos assentados “o Projeto Califórnia beneficiou apenas os grandes latifúndios da região e a gente pobre do assentamento passou 15 anos esperando chegar água para ajudar na plantação” (entrevista c/ J. P., outubro de 2012). A figura abaixo ilustra a irrigação em um dos lotes do assentamento:



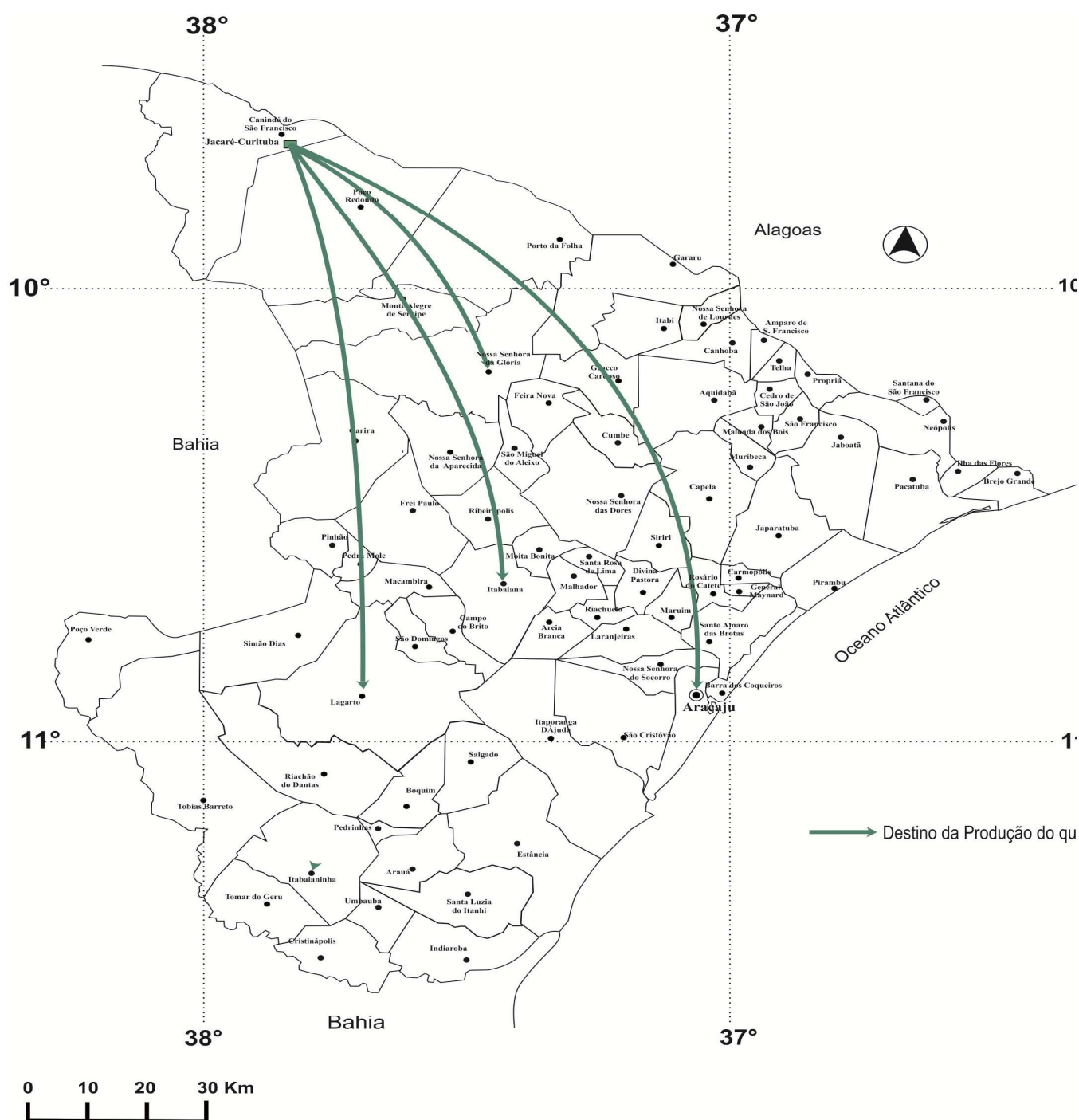
Figura 2: Irrigação por aspersor médio, Assentamento Jacaré Curitiba, Canindé do São Francisco – SE. Fonte: o autor, 2012.

Podemos ver que a irrigação é importante para o desenvolvimento dos cultivos no assentamento rural Jacaré Curitiba, uma vez que o clima faz interferência direta no cultivo

de diversos produtos. Os três tipos de irrigação são utilizados em diferentes plantações, por exemplo, a irrigação por aspersor pequeno, conhecido como doidinho é utilizado no plantio de hortaliças, pomar, jardim e estufas. Já a irrigação por aspersor médio é utilizado no cultivo do Feijão, batata, quiabo, tomate, cenoura, etc. E a irrigação por aspersor grande ou canhão é utilizado geralmente em culturas resistentes ao impacto de gotas (cana, capim, milho, mudas de laranja, mangueiras, etc.).

Outro fator que destacamos no assentamento foi à utilização de insumos agrícolas. Entre os insumos agrícolas que identificamos nos assentamentos podemos citar: adubo (orgânico), adubos e corretivos (comuns), herbicidas, fungicidas e adesivos, inseticidas, formicidas, sementes transgênicas, sementes (comuns), maturadores, etc., A utilização desses insumos para muitos assentados é necessária, pois combatem as pragas e auxiliar o crescimento dos vegetais.

Um dos plantios que mais se destaca na utilização destes insumos agrícolas é o quiabo do tipo “verde” típico para plantação na região de Canindé do São Francisco. A comercialização do quiabo ocorre através de atravessadores que compram os sacos de quiabos no assentamento e fazem a (re) venda, principalmente, nos mercados de Itabaiana, Aracaju, Lagarto, Nossa Senhora da Glória conforme se pode observar na figura 3. Cabe aqui ainda enfatizar que além do Estado de Sergipe, o escoamento do quiabo ocorre também para o Estado da Bahia, em especial a capital Salvador, aonde é comercializado na Feira de São Joaquim.



Fonte: COOPRASE, 2012.
 Organização: Fabio Ferreira
 Digitalização: Jamile Rodrigues

Figura 03: Municípios que adquirem quabó da COOPRASE, 2013.

Na agricultura do assentamento, percebe-se que os membros da família estão inseridos na produção de alimentos, desde o cultivo da terra até a colheita. De acordo com Marx: “o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que

o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla sem intercambio material para a natureza.” (2008, p. 211)

Notadamente, dentre as atividades agropecuárias desenvolvidas nos lotes tem-se a criação de gado para fins leiteiro. A criação do gado, está associada a rotação de culturas, uma vez que em quando uma parte da terra está sendo utilizada na plantação de hortifrutas, a outra está descansando, sendo utilizada para a criação de bovinos.

No tocante a pesquisa de campo, percebemos que a utilização de tecnologias vem produzindo rebatimentos significativos que repercutem no dinamismo do assentamento e no aumento da produtividade de alimentos. Essa realidade remete ao observado por Stédile (2006), quando nos mostra que:

Queremos priorizar a produção de alimentos, e alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Queremos uma agricultura que absorva mão-de-obra, gere trabalho. Garanta renda a todos os que trabalham no meio rural e não apenas aos grandes proprietários, que em geral moram nas capitais. Queremos estimular o uso de técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente e o preservem para as gerações futuras. (STEDILE, 2006, p.17).

Assim, o que está explícito na utilização de tecnologia no assentamento Jacaré Curitiba é uma necessidade de produção. Isso impõem aos assentados aceitarem os financiamentos, os pacotes tecnológicos, e as políticas públicas para o campo. Ao mesmo tempo em que melhoram as condições de reprodução social das famílias, os assentados se submetem as diretrizes do aumento da produtividade pelo uso de tecnologias, aos financiamentos, que corroboram com a lucratividade do capital financeiro. Trata-se de um movimento contraditório e combinado, no qual o capital demonstra que para se reproduzir, necessita subordinar o trabalho camponês. Nessa direção, outras formas de inserção do campesinato na lógica do mercado também são recorrentes nos assentamentos de reforma agrária, como é o caso do plantio do girassol para a produção do biocombustível que está sendo realizado no assentamento Jacaré Curitiba através do Programa de biodiesel de Sergipe²⁶.

²⁶ RODRIGUES, Jamile Oliveira. **Da energia que se planta à sujeição camponesa: O programa Nacional de uso e produção do biodiesel e seus rebatimentos no Alto sertão sergipano**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Sergipe/NPGEO, 2013. Em sua dissertação, a autora nos mostra que a produção de energia através do convenio PROBIOSE com assentados vem corroborar com a sujeição da renda da terra capitalista e a subordinação do camponês ao capital. Embora, a produção do girassol promoveu significativas transformações no território, a comercialização das sementes se faz de forma desigual que tende a subjugar o camponês ao capitalismo.

A política Nacional de produção e uso do biodiesel²⁷ em Sergipe aliou-se ao jogo de interesses do governo do Estado incentivando a criação do Programa de biodiesel de Sergipe, o PROBIOSE, conforme nos mostra a Sergipetec (Sergipe parque Tecnológico),

Em julho de 2007 a Rede propôs a construção do Programa de Biodiesel de Sergipe - PROBIOSE. O nome PROBIOSE, surge de um movimento da sociedade sergipana para o futuro, através de uma nova forma de convívio com a natureza, baseado no desenvolvimento sustentável. O programa possibilita a atuação conjunta de Secretarias de Estado cuja premissa básica é diversificar a matriz energética de Sergipe, tornando-o auto-suficiente em óleo vegetal para a produção de biodiesel em 2012. (SERGIPETEC, 2010)²⁸

O programa PROBIOSE vem atuando em diversas áreas do Estado de Sergipe, contudo é na região do Alto Sertão sergipano que ele vem sendo desenvolvido com maior frequência. Não podemos deixar de enfatizar que dentro do programa há uma exigências,

²⁷ Dentre os defensores da política de incentivo à produção e uso dos biocombustíveis estão Abramovay e Magalhães (2007), que mostram que “A pedra de toque do interesse empresarial no PNPB está na determinação de que uma porcentagem crescente (começando com 2% em 2008 e passando a 5% em 2013) de matérias-primas de origem não fóssil entre na composição do óleo diesel. Para que esta meta seja atingida, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas supervisiona a mistura e a qualidade do combustível. E é aí que entra o conteúdo social das medidas recentes: para que as empresas possam participar dos leilões em que a PETROBRÁS compra de maneira antecipada a produção do biodiesel – e, portanto estabiliza o mercado para as empresas - elas precisam apresentar um selo social. Este é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobre a base de um minucioso exame do contrato que as empresas formulam com os agricultores, com assinatura do sindicato de trabalhadores rurais do município onde a produção será levada adiante. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES 2007, p.18)

²⁸ Disponível em <http://www.sergipetec.org.br/probiose/233/Probiose.htm>
Acessado no dia 16/05/2013.

como para que o assentamento tenha uma cooperativa ou associação²⁹ para firmar o contrato com as empresas que beneficiam a produção do biodiesel³⁰.

No assentamento rural Jacaré Curitiba a produção do girassol ocorre através do convênio Petrobrás e COOPRASE, no qual os assentados filiados à cooperativa recebem da Petrobrás as sementes para o plantio. A figura abaixo ilustra a produção do girassol.



Figura 4: Plantação de girassol, Assentamento Jacaré Curitiba, Canindé do São Francisco – SE.
Fonte: o autor, 2012.

²⁹ “Os contratos assinados entre as empresas e cada agricultor contêm as seguintes cláusulas básicas”: • O prazo em que se estabelece a relação. Na região Norte, existem empresas que se comprometem a adquirir o produto durante vários anos, em função do ciclo natural das plantas: no caso do dendê, na Amazônia, há contratos de 25 anos. Para a mamona, os contratos são bienais. • O valor a ser pago pelo produto. Quando este valor não pode ser estipulado em contrato, consta alguma cláusula que, em geral garante ao produtor um preço superior ao que o mercado paga habitualmente. No caso da soja no Rio Grande do Sul, por exemplo, o movimento sindical condicionou a validação dos contratos, em 2007, ao pagamento de um adicional de R\$ 1,00 por saca de 60 quilos, bem como melhoria nos preços pagos pela mamona, com relação aos mercados convencionais. • As empresas oferecem assistência técnica aos produtores. Este item pode não ser importante nas situações em que se cultivam produtos já conhecidos, mas ela é fundamental quando se trata de implantar produtos novos. Além da assistência técnica, a empresa fornece, em vários casos, sementes e insumos aos agricultores. A Brasil Ecodiesel, por exemplo, tem hoje 210 escritórios em 436 municípios brasileiros. Os técnicos fazem quatro visitas a cada produtor durante todo o processo que vai do preparo do solo à colheita. A empresa está agora investindo na formação de “agentes comunitários rurais”, membros da sociedade local que vão encarregar-se de fazer a mediação entre o técnico e os agricultores, para questões relativas não apenas à produção agrícola, mas a temas referentes à saúde e outros serviços básicos. • As condições de entrega (umidade, local de recolhimento do produto, transporte) também fazem parte do contrato, com a anuência do sindicato. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES 2007, p.19)

³⁰ Dentro do programa, percebemos que a produção do girassol é voltada para a agricultura familiar, como uma forma de gerar renda e emprego para o pequeno agricultor. Quero deixar claro que não adotamos a concepção de agricultura familiar para nossas pesquisas, contudo, os programas de produção de biocombustíveis adotam o termo agricultura familiar.

Percebemos um jogo de interesses de extrair a renda da terra por parte da Petrobrás, uma vez que o preço da semente do girassol é repassado a um preço mínimo³¹. Para se ter ideia do que estamos falando, o preço da semente do Girassol sempre é mais baixo do que o valor da semente nas bolsas de valores, ou seja, a Petrobrás compra a semente do assentado num baixo valor, extraíndo do assentado a renda da terra. Para um dos assentados “o preço da semente do girassol é vendido por 0, 52 centavos o kilo e depois que tiramos o capítulo não dar muito dinheiro pra nois”. (J.O.S., entrevistado no 23/10/2012). Podemos ver na foto abaixo a plantação de girassol na região do assentamento Jacaré Curitiba. Trata-se de um cultivo que demanda o uso de tecnologias.

O cultivo do girassol ocorre apenas nas áreas irrigadas e em 2012 a produção foi totalmente prejudicada pela seca que se alastrou na região. Atualmente, o girassol está sendo plantado consorciado com o feijão e com o milho, e o seu bagaço serve como alimento nutritivo para o gado.

Tanto no cultivo quanto no preparo das sementes o uso de tecnologia pode ser visto. Na plantação do girassol percebe-se a utilização de tratores, insumos químicos. Já no abatimento das sementes, eles utilizam uma máquina para retirar as sementes do capítulo e separar o bagaço das sementes. O uso de tecnologia na separação das sementes e do capítulo torna-se necessário, na medida em que o trabalhador diminui o seu tempo de trabalho, ou seja, se o trabalho fosse manual o camponês passaria horas e horas retirando as sementes do capítulo, mas como o trabalho passa a ser desenvolvido com o uso de uma máquina, o assentado gasta menos tempo para extrair a semente do girassol.

A utilização de tecnologia no processo produtivo do girassol possibilita um aumento da produtividade, uma vez que se utilizam insumos químicos para acelerar a produção. Contudo, se de um lado a tecnologia torna-se importante para os assentados no processo de produção, do outro, o faz subordinar-se ao capital através de financiamento de compras de equipamentos e máquinas agrícolas.

Assim, ao mesmo tempo em que o PROBIOSE no assentamento Jacaré Curitiba promoveu uma melhoria da qualidade de vida dos assentamentos, também se constituiu uma subordinação do camponês ao capital através da sujeição da renda da terra e a monopolização do território pela Petrobrás.

³¹ Uma verdadeira falácia nas cláusulas básicas dos contratos entre os produtores e empresas, pois o que ocorre é um preço estipulado pela empresa beneficiadora, no caso do assentamento Jacaré Curitiba, a Petrobrás, e a falta de assistência técnica.

Outro programa que estabelece a comercialização dos produtos dos assentados e a inserção de tecnologia no campo é o Programa nacional de alimentação escolar³² (PNAE), na qual está vinculado a COOPRASE.

Segundo Carvalho e Castro (2009)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1979, mas somente com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, como programa suplementar à política educacional. Logo na primeira metade da década de 1990, os formulados foram totalmente abolidos dos cardápios. (CARVALHO; CASTRO, 2009, p.3)

O PNAE vincula-se como um programa suplementar a política educacional, uma vez que direciona a produção de alimentos da agricultura para a alimentação escolar. Nesse âmbito,

O Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, p.2, 2006)

Nesse sentido percebe-se que

a alimentação escolar envolve aspectos cultural-territoriais; interações socioeconômico-ambientais; políticos-institucionais; de respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de não sentir fome; entre outros, a fim de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). (ibid., p.5)

O PNAE constitui-se no âmbito da política educacional através da alimentação escolar. Dessa forma, a alimentação escolar conhecida como merenda escolar é importante para os estudantes durante o período em que está na escola, pois é uma pequena refeição no intervalo da atividade escolar. Sob essa égide

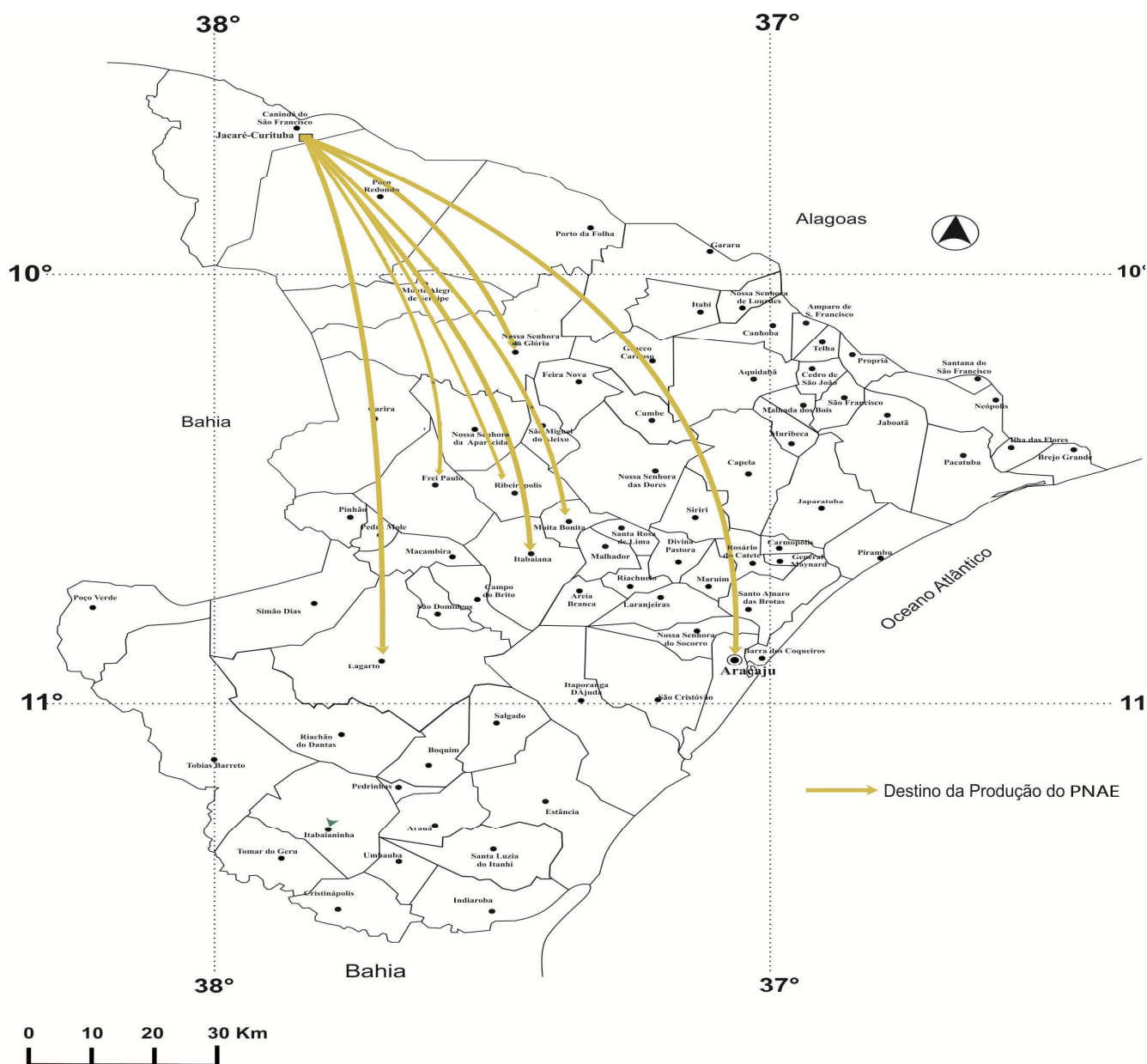
o PNAE é um programa socioeducacional coordenado pelo FNDE/MEC, responsável pela sua normatização, coordenação, monitoramento e controle; definindo suas diretrizes, princípios e objetivos; financiando os

³² Alguns autores no dar suporte teórico nas análises do PNAE como: Carvalho (2009), Belik (2003 e 2006), Coimbra (1982), Fialho (1993), Costa (2001), Sturion (2003), entre outros que nos mostram que o programa nacional de alimentação escolar tem possibilitado aos camponeses a permanência na terra. Para esses autores o PNAE vem construí como uma política pública importante para a reprodução do campesinato uma vez que os produtos aderidos da produção camponesa vem a ser comercializado via compra dos Estados e municípios.

programas estaduais e municipais em caráter suplementar; e fiscalizando com outros órgãos federais e locais, a aplicação dos recursos. (ibid., p.7)

Todavia, devemos contextualizar que o PNAE faz parte de um dos eixos de acesso aos alimentos, no qual está inserido dentro da política nacional de segurança alimentar e nutricional (PNSAN) desde o ano de 2005. Nesse sentido, O PNAE vincula-se como um programa suplementar a política educacional, uma vez que direciona a produção de alimentos da agricultura para a alimentação escolar.

Em Sergipe o PNAE atua consorciado com as cooperativas de abastecimento de alimentos da agricultura. Uma das cooperativas é a COOPRASE, na qual diversos alimentos produzidos no assentamento rural Jacaré Curituba vão para a alimentação escolar em diversos municípios do Estado, onde são distribuídos nas escolas estaduais e municipais destas localidades via PNAE.



Fonte: COOPRASE, 2012.
 Organização: Fabio Ferreira
 Digitalização: José Ricardo de Jesus

Figura 5: Municípios que adquirem o PNAE da COOPRASE, 2013

A diversidade de produtos é um fator importante a se destacar uma vez que a cooperativa reuni um grande número de associados para produzir alimentos direcionados a PNAE. Percebemos na figura 6, os produtos embalados e empacotados, uma vez que a cooperativa utiliza-se de máquinas e equipamentos para garantir um maior tempo de validade do produto. Os assentados utilizam máquina para frisar o produto embalado em

bolsas plásticas e que será comercializado na distribuição da merenda escolar, vinculada ao PNAE.



Figura 6: Produtos empacotados, assentamento Jacaré Curitiba, Canidé do Cão Francisco – SE.
Fonte: o autor, 2012.

Assim, o PNAE vem se constituindo um meio para que os assentados possam escoar seus produtos agrícolas deixando de ser somente plantadores, fazendo com que os assentados vejam-no como uma saída para a comercialização do excedente agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços das forças produtivas desde a primeira revolução industrial até os dias atuais é incontestável. Contudo, se antes das revoluções industriais os problemas da sociedade se direcionavam para a falta de alimentos e a consequente fome e pobreza, a partir da primeira revolução industrial e do surgimento do capitalismo essas questões não foram solucionadas, ao contrário, apesar dos artefatos tecnológicos acelerarem a produção de manufaturas e contribuírem para o aumento da produção, o desenvolvimento do sistema capitalista aumentou a produção dos espaços desiguais.

Se o processo industrial forneceu meios para o aumento da produção de manufaturas, no campo essas mudanças foram também ocorrendo gradativamente através das máquinas, insumos químicos e etc. A revolução verde na década de 1950, encadeou uma série de transformações no sistema produtivo agrícola que gerou um aumento substancial na produção de alimentos. Todavia, nem todos os países foram inseridos nesse processo de modernização agrícola, o que alastrou ainda mais as desigualdades no campo.

O papel significativo dos movimentos sociais na década de 1980 na luta pela terra e, também na luta na terra foram importantes para o campesinato. Não podemos deixar de frisar que a luta nos acampamentos pelos sem-terra vinculados ao MST foi essencial para que a reforma agrária pudesse ocorrer.

Os impactos socioterritoriais podem ser vistos antes e depois do processo de luta pela terra, pois já no acampamento percebem-se algumas mudanças sociais na região e com os assentamentos de inúmeras famílias no campo, os rebatimentos socioeconômicos no território passam a ser nitidamente vislumbrado.

No Estado de Sergipe vimos a implantação de políticas de acesso à tecnologia no assentamentos rural Jacaré Curituba. Esse “novo” modelo tecnológico que se baseia em técnicas e tecnologias que produzam alimentos em maior quantidade e qualidade, na verdade, tende a subordinar o camponês ao capital.

As políticas de incentivo a tecnologia são parte de uma estratégia do Estado em aprovar projetos para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos químicos para ser utilizados na agricultura. Nesse processo, há a atuação do capital financeiro através do financiamento para os camponeses, na qual se verifica a cobrança de altíssimos juros no pagamento dos empréstimos. Aliás, o financiamento não passa de uma estratégia do capital para amarrar o camponês à lógica de financerização capitalista.

Os programas PROBIOSE e PNAE vem permitir uma reprodução do campesinato e contraditoriamente vem promover a subordinação e subjunção do camponês aos ditames do capital. Oriundo da relação estre Estado-capital-trabalho, a comercialização dos produtos do assentamento passa ela logica capitalista que tende a extrair a renda da terra camponesa.

Na relação Estado e assentados, percebe-se que o jogo perverso do capital financeiro ao ter como garantia de seu sociometabolismo perpetuando a exploração e expropriação do campesinato. Apesar disso, não perdemos de vista que o camponês resiste

ao aprisionamento do capital, o que nos faz corroborar com as palavras de Dias (1998), ao enfatizar que

a resistência dos trabalhadores supõe hoje a compreensão desses limites, supõe a necessidade de superar as determinações econômico corporativas que o capital lança sobre eles. Para tanto é estratégico impedir que a ideologia transforme o trabalhador em um militante da ordem do capital. Transformá-lo em socialista significa negar, praticamente, o capitalismo e as formas mercantis, fetichizadas, da ordem do capital. (DIAS, 1998, p.52)

Assim, apesar das desigualdades sociais e econômicas presentes nos assentamentos os camponeses não perdem a esperança de um dia superar as contradições e melhorara suas condições de vida. A árdua luta os faz buscar alternativas para viver no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O ACESSO DE AGRICULTORES FAMILIARES AOS MERCADOS DE BIODIESEL: PARCERIAS ENTRE GRANDES EMPRESAS E MOVIMENTOS SOCIAIS**. Textos para discussão FIPE, São Paulo, n. 2, p. 1-34, jun 2007. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/abramovay/Abramovay_Magalhaes_Biodiesel_30_05_07.pdf. Acesso em: 10 jan. 2013.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **TECNOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO**. Anped 2007. IN: www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT03-2873--Int.pdf acesso 10/06/2012.
- BELIK, W. **PERSPECTIVAS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**. SAÚDE E SOCIEDADE. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A. **A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**. Brasília/DF: Sober, jul., 2006. p. 1-19
- CARVALHO, Daniela Gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 8., 2009, Cuiabá MT. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-251-130-20090722021654.pdf>
- COIMBRA, Marcos (et. al.). **COMER E APRENDER: uma história da alimentação escolar no brasil**. Belo Horizonte: MEC, 1982.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **GESTÃO DE RECURSOS FEDERAIS – MANUAL PARA AGENTES PÚBLICOS.** Disponível em: http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf

COSTA, E.Q. et al. **PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.** Revista de Nutrição, Campinas, 14(3): 225-229, set/dez, 2001.

DIAS, Edmundo Fernandes. **“REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA”: FORMA ATUAL DA LUTA DE CLASSES.** Revista Outubro, nº 1: São Paulo, Brasil, 1998.

FIALHO, A. M. R. **MERENDA ESCOLAR NO BRASIL: A ILUSTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA COMO POLÍTICA SOCIAL DE LÓGICAS CONTRÁRIAS.** Dissertação. Mestrado em Política Social-UnB. Brasília: 1993.

MITIDIERO, MARCO ANTONIO Jr. **REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS. XII JORNADA DO TRABALHO.** Curitiba, 2011.

NOVAES, Henrique. **O FETICHE DA TECNOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DAS FABRICAS RECUPERADAS.** São Paulo, Editora: expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

RODRIGUES, Jamile Oliveira. **DA ENERGIA QUE SE PLANTA À SUJEIÇÃO CAMPONESA: O PROGRAMA NACIONAL DE USO E PRODUÇÃO DO BIODIESEL E SEUS REBATIMENTOS NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.** Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Sergipe/NPGEIO, 2013.

STEDILE, João Pedro. **A SOCIEDADE DEVE DECIDIR O MODELO AGRÍCOLA PARA O PAÍS.** Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p.17, abr. 2006.

STURION, G.L. et al. **PERFIL DOS USUÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: estudo realizado em 10 municípios brasileiros.** V Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos. Universidade Estadual de Campinas, 2003

MONOCULTURA DO MILHO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO CAPITAL

Ana Paula Almeida Silva
Universidade Federal de Sergipe (Mestranda-PPGEO/UFS)
aninha18rodriguez15@hotmail.com

Marleide Maria Santos Sergio
Universidade Federal de Sergipe (Prof.^a DGEI, PPGEO/UFS)
marleidesergio@gmail.com

A espacialização da agricultura tecnificada, corresponde à nova lógica de acumulação do capital no campo. A intensificação da utilização de maquinários, insumos químicos e, sobretudo, agrotóxicos, está relacionada a uma determinação mundial das estruturas institucionais do capital. As novas conjunturas que se estabelecem na produção agrícola, nos países de economia agroexportadora como o Brasil, apontam a dimensão da divisão internacional do trabalho. Assim, o modelo de reprimarização da economia, atende a uma relação mundial de poder. Nessa perspectiva, a expansão das commodities no Brasil, situa-se nas relações econômicas mundializadas, de modo que, agências multilaterais como o Banco Mundial, financiam esse setor com o objetivo de manter a circulação do capital. Oliveira (1995) analisa que o processo de desenvolvimento da agricultura em sua etapa monopolista, tem como traço típico a presença de grandes complexos industriais. No campo brasileiro, as principais monoculturas são a soja, milho e cana de açúcar. Nesse sentido, as políticas agrícolas direcionam-se a estas produções, destinadas à exportação. No cenário sergipano, por sua vez, a expansão de monoculturas estão reféns desse modelo de produção determinado pela hegemonia do capital. Destarte, uma das principais culturas agrícolas de expressão na atualidade em Sergipe, é o milho. Assim, as reflexões e discussões realizadas nesse trabalho, partem de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca fazer a análise da espacialização da monocultura do milho no município de Nossa Senhora da Glória, SE e os desdobramentos na relação sociedade/natureza. Partiu-se, de pesquisas em fontes primárias, secundárias, levantamentos bibliográficos, leituras e diálogos realizadas nas disciplinas do mestrado.

DESENVOLVIMENTO

O panorama de produção agrícola, cujo, modelo corrobora ao avanço do capital no campo, sob a forma de commodities gera diversos rebatimentos na produção do espaço.

Oliveira (2016, p. 123) argumenta que a agricultura brasileira assume uma tríade “a produção de commodities, bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”. A agricultura mundializada, é definida por padrões de poder pensados por agências multilaterais, a exemplo do Banco Mundial. Pereira (2010) em suas análises apresenta o conjunto de ideias e sugestões políticas e econômicas sobre o que deve ser feito em termos de matéria de desenvolvimento capitalista pela referida instituição. Assim, a proposta do BM, é o apoio a uma agricultura capitalista de grandes extensões, com o emprego crescente de tecnologias e venenos. Isso mediante empréstimos de créditos, financiando a expansão e ao mesmo tempo a dependência desse setor. Esse modelo de agricultura, é direcionado aos países considerados pobres, impregnado do discurso de superação da pobreza através do aumento da produtividade de alimentos. Porém a expansão de monoculturas em grandes extensões de terras, assume a contradição dessa proposta, aumentando os conflitos sociais e ambientais. Harvey (2009) situa o avanço do capital, enquanto práticas imperialistas, como um processo difuso no espaço e no tempo, que produz contradições e tensões sobre as paisagens geográficas. Para Moraes (2000) o capital é seletivo, e escolhe áreas para aplicação massiva. Ainda nessa perspectiva, Mészáros (2011) refere-se a esse processo, identificando-o ao controle sociometabólico do capital, enquanto uma estrutura ‘totalizadora’ de sujeição dominante sobre as atividades humanas. Assim, a expansão de monoculturas como o milho, produz diversas mudanças sobre as paisagens geográficas e as dinâmicas de relações de trabalho e produção. Segundo levantamentos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em 2018 ocorreu uma elevação na produção de milho no Nordeste, especialmente no estado de Sergipe, onde essa produção cresceu 462, 9%, sendo o estado onde houve maior crescimento no Nordeste. Essa dinâmica, corrobora a importância de compreender os processos que permeiam o crescimento da monocultura do milho no semiárido sergipano, sobretudo em Nossa Senhora da Glória, e as metamorfoses na produção desse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas expressões de dominação e exploração do capital no campo, apresentam vicissitudes na produção do espaço que necessitam de leituras e análises dessa realidade. O avanço das monoculturas em um contexto de dimensão mundial, intrínseco ao modelo agroexportador determinado aos países mais pobres e cujo discurso, é a prática de uma

agricultura moderna, concentra as ideologias e contradições do desenvolvimento para acumular riquezas. Por fim, a mercantilização da agricultura, como a produção de milho em Nossa Senhora da Glória, SE, é parte de um processo mais amplo, viabilizado e garantido institucionalmente por estruturas que articulam as relações desiguais do capital materializadas pelo Estado, pelas corporações multinacionais e instituições multilaterais.

PALAVRAS- CHAVE: Agricultura, Monocultura do milho, Capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente**. Tese de doutorado Departamento de Geografia, USP, Março de 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4ª ed. Editora Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. Iândé Editorial, São Paulo, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OS ARTIFÍCIOS DO ESTADO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL: O DISCURSO DO “COMÉRCIO JUSTO”

LEANDRO CAVALCANTI REIS – Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

leandro_creis@hotmail.com

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO - Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

alexandrina.luzconceicao@gmail.com

RESUMO

A presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada *Os artifícios do Estado para a reprodução do capital: o discurso do “comércio justo”* teve como objetivo analisar a funcionalidade do “comércio justo” no processo de acumulação do capital, a partir da realidade da empresa PRITAM, situada no Submédio São Franciscano, localizada no município de Casa Nova-BA. Harvey (2001) afirma que, a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Segundo Culti et al (2010) o “comércio justo” vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos. Em meio a esse cenário que alguns grupos (movimentos sociais, intelectuais e partidos ditos de esquerda) veem no movimento do “comércio justo” como meio pelo qual constituirá uma sociedade justa e igualitária, sobretudo para os trabalhadores do campo, esse movimento tem ganhado força inclusive nos estudos da ciência geográfica. Partimos dos seguintes questionamentos: o “comércio justo” constitui uma relação comercial alternativa ao capital ou atende a lógica da acumulação por expropriação? Essa forma de produção garante aos trabalhadores do campo melhoria das condições de vida e trabalho? A preposição da pesquisa adotou o materialismo histórico dialético que garante que a análise da realidade seja considerada em sua totalidade, em uma interdependência de fenômenos, e de multideterminações. Neste sentido, foram desenvolvidas leituras teóricas reflexivas sobre a exploração da força de trabalho no campo, a monopolização e a territorialização do território, a funcionalidade do

Estado para o capital e o “comercio justo” no contexto da mundialização do capital. Constatou-se que há uma ampla difusão de discursos que afirmam que o “comercio justo” é um importante meio de enfrentamento às desigualdades sócioespaciais, e de que essa forma de relação comercial constituirá uma sociedade justa. Esse pensamento tem ganhado força em diversos grupos (movimentos sociais; partidos políticos; intelectuais, inclusive de geógrafos) e, faz parte das políticas de Estado. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Podemos observar que “comercio justo” se territorializou no Vale do Sub Médio do São Francisco, mas não conseguiu garantir melhoria de vida aos trabalhadores, e aos pequenos produtores, as experiências fracassadas, sobretudo nas Associações e Cooperativas demonstram os limites do “comércio justo”, nas próprias palavras do gerente SEBRAE “o comércio já deixou de ser justo há muito tempo”. Essa forma de produção é somente “ilha” ao qual Marx denominou de “robinsonada”. A renda de monopólio é auferida mediante a criação de condições especiais artificiais; “solidariedade”, “qualidade” “ser sustentável” “ser pequeno”, etc. Mediante o par capital-Estado, no seu mais alto grau de mercantilização da vida o capital e sua produção ideológica conseguem criar mecanismos inovadores na exploração da força de trabalho - é o capital na sua ganância, pelo desejo do lucro cada vez maior. O que caracteriza a ideologia do comércio justo como um poder capaz de “mudar o estado das coisas”, e as cooperativas de consumo que se apresentam como um instrumento de mudança, como uma forma de humanizar o consumo. O próprio fato dessa forma de produção atender uma quantidade muito pequena de produtores já representa uma forma de exclusão e desigualdade. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário — o consumo. Nesse sentido, foi possível identificar os limites do “comercio justo”. No enfrentamento do embate capital-trabalho, à empresa usa do selo para entrar em outra posição no mercado, deslocando-se de um mercado de *commodities* para um nicho de mercado que ao invés de funcionar como estratégia de luta contra a exploração do trabalho no campo, tem servido como forma de garantir a extração da renda da terra.

Palavras chave: “Comercio justo”; Capital; Estado; Renda da terra.

REFERENCIAS

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Miti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Editora Todos os bichos, São Paulo, Brasil, p.120, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10º Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Theresa Cristina Zavaris Tanezini - Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós Graduação em Geografia, membro do Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho – GPECT, Laboratório de Estudos Agrários – LEA theresacristinatanezini@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição (orientadora) Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós Graduação em Geografia, coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho – GPECT, Laboratório de Estudos Agrários – LEA alexandrina.luzconceicao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Territórios em conflito; Movimentos sócio-territoriais; Reforma agrária.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a reflexão teórica da Tese da autora sobre o confronto de classes no campo traduzida espacialmente em dois processos sócio-territoriais fundados na apropriação da terra: a territorialização do capital, hegemônica e vinculada à acumulação do capital em escala nacional e internacional e a resistência e recriação camponesa como territorialização alternativa. A investigação empírica teve como objetivo geral analisar as transformações do espaço agrário do Alto Sertão Sergipano buscando compreender as relações sociais e de poder que configuraram territórios distintos a partir dos movimentos de luta pela terra e o papel contraditório do Estado em face das territorialidades conflitantes.

A escolha e o tratamento analítico do objeto de estudo se funda num dos referenciais teórico-metodológicos do debate geográfico – a Geografia crítica, em meados da década de 1970, participante do movimento de renovação desse pensamento denominada por Milton Santos como uma “geografia nova”, em contraposição à “nova geografia” apregoada pela corrente teórico-quantitativa desde meados da década de 1950.

A metodologia da pesquisa geográfica acessou fontes secundárias e primárias: a pesquisa bibliográfica, censitária (IBGE, FAO, INCRA), jornalística, documental e o trabalho de campo por meio de entrevistas não estruturadas com gestores/técnicos governamentais e lideranças dos movimentos além da observação participante.

DESENVOLVIMENTO

É resgatada a discussão teórico-conceitual acerca do espaço ressignificado como espaço social, lócus das relações sociais de produção que se desdobra numa abordagem relacional, multiescalar e multidimensional do território, a partir da prática social das classes sociais produzindo distintos espaços e multiterritorialidades.

“Territórios em conflito” refere-se à disputa pela apropriação do espaço, tendo como ponto de partida crucial a (re)apropriação ou (re)conquista da terra, meio de produção fundamental e sua expressão jurídica - a propriedade privada (a grande propriedade burguesa que vive da exploração do trabalho alheio *versus* a pequena propriedade privada do produtor direto) conforme Marx em 1867. Lefebvre diferencia a apropriação do espaço vivido (pelo trabalhador) *versus* propriedade\dominação espacial (do capital).

A questão agrária no Alto Sertão Sergipano foi marcada pela luta de trabalhadores rurais sem terra e dos povos tradicionais pela sua (re)territorialização que se resolveu por meio da pressão sobre o Estado para que efetivasse a reforma agrária como política pública redistributiva de terras de forma massiva em relação à superfície territorial dos seis municípios: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória e Gararu.

O processo cumulativo de territorialização dos movimentos sócio – territoriais desde 1979 totalizou 116 assentamentos/tribo indígena/comunidades quilombolas, com 6.092 famílias e o processo de redistribuição fundiária desde o ponto zero em 1972 até 2014 resultou da apropriação de 104.612,28 hectares pelos grupos populares, como desfecho da disputa territorial; além dos 16 assentamentos de 370 famílias via outros mecanismos de reordenamento fundiário (Banco da Terra e Crédito Fundiário).

Outra forma de analisar a resultante dos territórios em conflito foi reconhecê-los na estrutura fundiária atual do Alto Sertão Sergipano (INCRA\ dez 2013) a partir dos parâmetros da lei agrária de 1993 que definiu o minifúndio, a pequena, média e grande propriedade (em módulos fiscais e seus correspondentes em hectares). O universo era representado por **12.728 imóveis, que ocupavam 390.716 hectares**, por meio de dois cortes analíticos: de um lado **em 100 hectares** evidenciou-se que **os imóveis de camponeses** somavam 12.069 (94,78%) ocupando 251.273 hectares (64,3% da área total) sendo em sua maioria - 10.990, **minifundiários** (com menos de 70 hectares) ocupando 176.166 hectares (45,1% dessa área). Avançando o **corte analítico em 250 hectares** para englobar a maior parte das **pequenas propriedades** identificam-se 12.511 desses imóveis (98,25% do total) que ocupam 311.497 hectares (79,7% da área total)! Do outro lado, restavam apenas 05 **grandes propriedades/posses** de mais 15 MF+ ou de 1050 hectares ou mais (0,03% do total de imóveis), abrangendo 6.392 hectares (apenas 1,63% da área

total): 02 imóveis em Canindé do São Francisco; 02 imóveis em Porto da Folha e 01 imóvel em Poço Redondo, tendo sido o latifúndio **desterritorializado** em Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe e Gararu !

Descendo o corte analítico para **500 hectares** existiam 30 médias e grandes propriedades (0,21% do total) que ocupavam 24.489 hectares (6,26% da área total). Essas e as de mais de 280 hectares continuavam a sofrer pressão da luta pela terra nas 48 ocupações que envolviam 1.575 famílias acampadas (Ouvidoria INCRA, março\2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência do campesinato tradicional ao avanço da territorialização do capital como um processo invisível (em Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe), somada às conquistas da reforma agrária que recampanizaram os trabalhadores rurais sem terra em todos esses municípios, sobretudo em Canindé do São Francisco e Poço Redondo e reterritorializaram o povo indígena Xocó e quilombolas (em Porto da Folha e Poço Redondo), fazem (res)surgir respectivamente a pequena posse/propriedade fundiária diretamente associada ao trabalho e/ou a propriedade coletiva/comunitária da terra, que passa a cumprir sua função social.

Os planos de desenvolvimento regional do Estado brasileiro, em suas diversas escalas espaciais (macro, meso e microrregionais) que se cruzam com a política setorial de desenvolvimento rural foram/são voltados para reforçar o avanço do capital no campo, o que no semiárido nordestino, em especial no Vale do São Francisco se traduz em propostas modernizantes de implantação de perímetros irrigados empresariais em grandes propriedades fundiárias com o apoio decisivo do Estado por meio do instituto jurídico da desapropriação “por utilidade pública”. A reforma agrária permitiu que tal situação se invertesse em prol dos movimentos sócio territoriais de trabalhadores rurais sem terra e povos tradicionais, sobretudo o MST, que conquistaram a redistribuição da terra e da água por meio de diversas formas de desapropriação por interesse social e público, desterritorializando latifúndios improdutivos e produtivos.

Sendo um processo dinâmico que comporta avanços e retrocessos, o Alto Sertão Sergipano representa um novo espaço social, um abrangente e politicamente significativo **território camponês** produzido por distintos movimentos sócio territoriais cuja “**área reformada**” é o núcleo político desse espaço de resistência, **espaço diferencial**, espaço

apropriado, território usado, “de vida, de luta e de construção da justiça social” alternativo ao espaço hegemônico do capital.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato et ali (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **A Questão Camponesa: O Olhar sob o Signo Dialético**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Aracaju, NPGeo/UFS, 1991.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos Sócioterritoriais e movimentos sócioespaciais**: Contribuição Teórica para uma Leitura geográfica dos movimentos Sociais. Observatório Social da América Latina, vol. 16, Buenos Aires, CLACSO, 2005, p.273-284. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em: jan. 2013.
- GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária no Brasil**. Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento? Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- HEREDIA, Beatriz. et al. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 18. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 2002, p. 73-111.
- INCRA/MDA. **Áreas Reformadas**, Brasília, março\2003
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade – Espaço e política (1ª. ed. parcial 1968 e integral Le Droite à la Ville – Suivi de Espace et Politique, 1972)**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.
- _____. **A Produção do Espaço** (1ª. ed. *La Production de L'Espace*, Cap VI 1974 e integral, 1985). Belo Horizonte, UFMG, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês M. (Orgs.) **O Campo no Século XXI. Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, dezembro de 2003. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder** (1ª. ed. 1980). São Paulo, Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. Espaço e Dominação: Uma Abordagem Marxista (1975) in: Santos, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas** (coletânea de ensaios de 1970-1978). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003a, p.137-164.
- _____. Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais (1978) In: Santos, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas** (coletânea de ensaios de 1970-1978). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003b, p.187-204.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Natureza, Capital e a Produção de Espaço. (1ª. ed. 1984). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

O CRÉDITO CONSIGNADO NO QUADRO DA APOSENTADORIA RURAL NO CAMPOO SERGIPANO

Gleise Campos Pinto Santana
Doutorado em Geografia
gleisecampos@hotmail.com
Josefa de Lisboa Santos

Introdução

Esse estudo analisa a inserção do capital financeiro no campo a partir do crédito consignado destinado aos aposentados rurais. O propósito é avaliar a funcionalidade da aposentadoria rural no contexto atual das relações capitalistas, tendo em vista que o aposentado tem acesso direto ao sistema de crédito que cada vez mais aprisiona a sua renda tornando-o refém do sistema financeiro. A pesquisa reconhece a dinâmica da produção do espaço e destaca a importância de desnudar suas formas de produção diferenciadas. Assim sendo, entende-se que o espaço rural vem sendo incorporado ao sistema sociometabólico do capital, cada vez de forma mais dinâmica. Expondo as relações combinadas que favorecem a sua reprodução ampliada. O campo, nesse interim, aparece como o lugar a ser sugerido. Destaca-se que, combinadamente à lógica do desenvolvimento rural na atualidade, um propósito de mascaramento da centralidade que a terra continua a exercer para a reprodução social das populações que vivem nessa parcela do espaço, se apresenta central para o Estado e o capital. Diante disso é que se faz necessário analisar o espaço rural como parte da totalidade, de modo a expor sua dependência em relação ao Estado e ao mercado. Esse Estado aliado do capitalismo tem colocado os idosos aposentados do espaço rural cada vez mais preso às amarras da

financeirização, uma vez que junto com a conquista da aposentadoria rural assegurada pela Seguridade Social, vem o fetiche do dinheiro fácil do sistema de crédito. Nos limites dessa dependência, a aposentadoria rural ganha relevância social e importância econômica no campo brasileiro. O objetivo deste trabalho é analisar o papel dos investimentos do crédito consignado na reprodução das unidades de produção camponesas, considerando as suas múltiplas faces, desde o seu uso atividades produtivas, à sua funcionalidade na inserção do aposentado e da unidade de produção camponesa no circuito do capital financeiro. Neste sentido, em que medida a inserção do capital de crédito consignado no espaço rural, no contexto da valorização do capital financeiro acarreta em subjugação e controle da renda dos aposentados rurais? Essa tese analisa o papel dos consignados, somente possíveis pela condição das aposentadorias rurais, na reprodução das famílias camponesas, além dos rebatimentos na produção do espaço rural.

Desenvolvimento

O espaço geográfico é o espaço produzido, reproduzido pela sociedade. Ele é muito mais que simplesmente o lugar sobre o qual se localizam as coisas, os objetos ou os fenômenos. É muito mais complexo. Há uma inter-relação entre espaço e sociedade, visto que a dinâmica da sociedade interfere no espaço geográfico, e por sua vez o espaço produzido interfere na sociedade. “Existe, portanto, a produção-reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação” (CARLOS, 2011, p.29). É o novo arranjo espacial, assim como as condições de reprodução social, consequentes do crédito consignado, o endividamento, as dificuldades de aquisição de outras necessidades, as demandas subsequentes aos endividamentos, seus rebatimentos na reprodução da família camponesa, que respondem ao papel do empréstimo consignado no campo. Por se tratar de uma pesquisa geográfica, é necessário situar a pesquisa no contexto sócio-espacial em que foi desenvolvida – é o movimento entre teoria e empiria validando o caráter científico da pesquisa. O trabalho de campo, que foi realizado entre os meses de dezembro/2015 e abril/2016, gerou as fontes primárias. Foram aplicadas 40 entrevistas com idosos aposentados rurais que residem no campo, com idade entre 60 e 90 anos, todos usuários do empréstimo consignado, que utilizam, utilizaram e quitaram a dívida e/ou que permanecem atualizando/renovando com novos empréstimos. Os municípios pesquisados foram Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Salgado e Estância, sendo que a escolha desses municípios se

deu considerando uma distribuição espacial no estado de Sergipe, que contemplasse municípios mais ao norte, centro e sul do estado.

Considerações finais

O chamado capitalismo contemporâneo marca sua atual fase que data de fins do século XX até hoje. Esse se configura como um capitalismo imperialista em que “as configurações espaciais são produzidas e transformadas mediante as variadas mobilidades de diferentes tipos de capital e força de trabalho [...]” (HARVEY, 2013, p. 555). O capitalismo contemporâneo também é monopolista, transformou o cenário mundial às suas necessidades de expansão, buscando sempre o “ajuste espacial” suficientemente capaz de avançar em sua expansão e poderio. O sistema do capital tem agido no tocante a esse ajuste de tal forma que tudo e todos podem (e são) mercantilizados, afinal só assim é possível tornar todo tipo de negócio rentável e relação (seja envolvendo pessoas ou finanças) rentável. Ademais, “[...] tudo é efetivamente passível de transição mercantil, dos cuidados aos idosos ao passeio matinal de animais domésticos [...]” (PAULO e BRAZ, 2012, p. 247). Neste contexto do sistema financeiro, é possível afirmar que o espaço rural é também espaço apropriado pelo capital, uma vez que o capital financeiro aí se instalou a partir do crédito consignado.

Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011;

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996;

FARINELI, Alexsandro Menezes. **Aposentadoria rural**. 2ª ed. São Paulo: Mundo Jurídico, 2013;

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Azlac. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005;

Os limites do capital. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2013.

Palavras chaves: aposentadoria rural, crédito consignado, espaço geográfico.

O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA FUNCIONALIDADE NA DISSEMINAÇÃO DA ORDEM REPRODUTIVA SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL NO CAMPO.

Vanessa Paloma Alves Rodrigues

Doutoranda, PPGEIO/UFS

vanessapaloma00@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora, Prof.^a Dra. PPGEIO/UFS

alexandrina.luzconceicao@gmail.com

INTRODUÇÃO:

Na presente pesquisa nos propomos analisar o Estado e as Políticas Públicas em seus sentidos funcionais, enquanto expansão política do capital, para a garantia da propriedade privada, mantenedor das relações de classes e mediador de conflitos e de intrincado sistema de regras e normatizações que viabilizam a (re)produção sóciometabólica do capital no campo. Alicerçamos nossas reflexões e pesquisas de campo a partir do método do materialismo histórico dialético, método que nos permite na leitura da realidade a partir do movimento da história, ultrapassar o nível da aparência e caminhar em direção à essência, para capturar a totalidade do real. Nossa análise, se prende ao estudo do Estado de Direito e os (re)ajustes do Estado neoliberal, para atender as necessidades do desenvolvimento e expansão da forma mais avançada do sistema do capital financeirizado. Nesta reflexão, esta pesquisa traz uma contribuição para análise crítica das contradições do Estado, que nos permitem compreender que as Políticas Públicas, propaladoras da ideologia da produtividade capitalista do campo, via políticas de crédito, de modernização e desenvolvimento, se afirmam enquanto fortalecimento da produção familiar, mas na verdade tem se consolidado enquanto estratégias para garantir a lógica de reprodução sócio metabólica do capital no campo ao mesmo tempo que negam a condição de sociabilidade e (re)produção camponesa por meio da terra.

DESENVOLVIMENTO

As reflexões teóricas de Marx (2004), Engels (2010) e Mészáros (2002), nos permitem compreender que a questão fundamental para análise do Estado e das políticas públicas

está na condição histórica do caráter de classe do Estado; na preservação do status quo e poder político da classe dominante que se altera e se ajusta a depender das necessidades da classe no poder. Sob a forma do Estado de Direito, enquanto base material do capital, assume-se a mediação da relação capital trabalho, via funcionalização dos antagonismos de classe, por meio da implementação de políticas públicas enquanto formas institucionais de atenuar os conflitos e garantindo as necessidades fundamentais a ordem reprodutiva sociometabólica do capital. Conforme salienta José Paulo Netto (2011), as problemáticas sociais, jamais foram enfrentadas e dirimidas em sua totalidade, pois o fim dessas questões, significaria o próprio fim da ordem societal burguesa.

As exigências do processo desenfreado da expansão mundializada do capital conduziu a profundas desigualdades e mazelas sociais. Realidade social que se agrava à medida em que o neoliberalismo, via financeirização da economia, avançou num processo profundo de ajustamento estrutural, se valendo de artifícios cada vez mais perversos de intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho. No campo, os efeitos deste reajuste do capital ocorrem com a expansão da penetração da forma capitalista de produzir, assentando as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo, sem, contudo, alterar a lógica que reforça a reprodução ampliada do capital que vampiriza a produção camponesa sob diversas formas de exploração. Arregimentado sob os interesses do Banco Mundial por intermédio da sociedade civil, temos a concretização de Políticas Públicas para o campo, que direcionam-se ao espaço público para capitular os interesses do privado. Esse processo se realiza na redução fictícia do papel do Estado que se concretiza somente para o campo do social, pulverizando políticas de Reforma Agrária, abandonando a desapropriação de terras, ao tempo o Estado se faz agigantado para se fazer avançar o capital financeirizado e o agronegócio no campo adotando formas e mecanismos de mercado no sistema de compra-venda entre os proprietários e demandantes de terras, de políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio.

CONCLUSÕES

Na ideia dissimulada de um Estado neutro, conciliador dos interesses dos vários segmentos da sociedade, a classe social trabalhadora antes reprimida pelo Estado, passou a lutar pela via da reivindicação de direitos. Neste sentido, sob a tutela do Estado, na ideia de conciliação social tem-se a viabilização de políticas públicas, produzidas à luz da lógica

expansionista do capital, da concessão de privilégios e não de direitos concebido a alguns e negado a muitos. Nossas conclusões partem do princípio de que as Políticas Públicas se afirmam enquanto “públicas” definindo e interferindo nas possibilidades e limites de utilização dos espaços e dos serviços públicos, para a garantia dos interesses do privado, na medida em que se estabelece na Esfera Pública, esfera da mediação da sociedade burguesa, falseada enquanto lócus da democracia, em que o Estado perde a aparência de sua feição classista e converte-se, deste modo, enquanto Estado democrático garantidor de direitos de todos, atenuando as tensões e contradições do capital ao tempo em que atende a sua reprodução.

Deste modo, as Políticas Públicas para a produção camponesa assumem o discurso enquanto formas de gerar desenvolvimento e redução da pobreza no campo, mas na verdade, mascaram os interesses privados, sob as velhas formas políticas do capital e do Estado ao continuar a reforçar a lógica de produção que vem sendo imposta para o campo desde a década 1970, caminho amplamente disseminado pelo Estado propalador da ideologia da produtividade capitalista do campo, via políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio; reforçando a estrutura fundiária concentrada; no incentivo a substituição da produção de cultivos para o auto consumo da unidade de produção familiar por cultivos voltados a abastecer a produção agroindustrial e de *commodities*.

PALAVRAS-CHAVES: Estado, Capital, Políticas Públicas

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho**. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro konder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

MARX, Karl. O capital. Livro 1. Vol. 2. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA FUNCIONALIDADE NA DISSEMINAÇÃO DA ORDEM REPRODUTIVA SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL NO CAMPO.

Vanessa Paloma Alves Rodrigues
Doutoranda, PPGEIO/UFS
vanessapaloma00@gmail.com
Alexandrina Luz Conceição
Orientadora, Prof.^a Dra. PPGEIO/UFS
alexandrina.luzconceicao@gmail.com

INTRODUÇÃO:

Na presente pesquisa nos propomos analisar o Estado e as Políticas Públicas em seus sentidos funcionais, enquanto expansão política do capital, para a garantia da propriedade privada, mantenedor das relações de classes e mediador de conflitos e de intrincado sistema de regras e normatizações que viabilizam a (re)produção sóciometabólica do capital no campo. Alicerçamos nossas reflexões e pesquisas de campo a partir do método do materialismo histórico dialético, método que nos permite na leitura da realidade a partir do movimento da história, ultrapassar o nível da aparência e caminhar em direção à essência, para capturar a totalidade do real. Nossa análise, se prende ao estudo do Estado de Direito e os (re)ajustes do Estado neoliberal, para atender as necessidades do desenvolvimento e expansão da forma mais avançada do sistema do capital financeirizado. Nesta reflexão, esta pesquisa traz uma contribuição para análise crítica das contradições do Estado, que nos permitem compreender que as Políticas Públicas, propaladoras da ideologia da produtividade capitalista do campo, via políticas de crédito, de modernização e desenvolvimento, se afirmam enquanto fortalecimento da produção familiar, mas na verdade tem se consolidado enquanto estratégias para garantir a lógica de reprodução sócio metabólica do capital no campo ao mesmo tempo que negam a condição de sociabilidade e (re)produção camponesa por meio da terra.

DESENVOLVIMENTO

As reflexões teóricas de Marx (2004), Engels (2010) e Mészáros (2002), nos permitem compreender que a questão fundamental para análise do Estado e das políticas públicas está na condição histórica do caráter de classe do Estado; na preservação do status quo e poder político da classe dominante que se altera e se ajusta a depender das necessidades da classe no poder. Sob a forma do Estado de Direito, enquanto base material do capital,

assume-se a mediação da relação capital trabalho, via funcionalização dos antagonismos de classe, por meio da implementação de políticas públicas enquanto formas institucionais de atenuar os conflitos e garantindo as necessidades fundamentais a ordem reprodutiva sociometabólica do capital. Conforme salienta José Paulo Netto (2011), as problemáticas sociais, jamais foram enfrentadas e dirimidas em sua totalidade, pois o fim dessas questões, significaria o próprio fim da ordem societal burguesa.

As exigências do processo desenfreado da expansão mundializada do capital conduziu a profundas desigualdades e mazelas sociais. Realidade social que se agrava à medida em que o neoliberalismo, via financeirização da economia, avançou num processo profundo de ajustamento estrutural, se valendo de artifícios cada vez mais perversos de intensificação dos mecanismos subumanos de exploração do trabalho. No campo, os efeitos deste reajuste do capital ocorrem com a expansão da penetração da forma capitalista de produzir, assentando as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo, sem, contudo, alterar a lógica que reforça a reprodução ampliada do capital que vampiriza a produção camponesa sob diversas formas de exploração. Arregimentado sob os interesses do Banco Mundial por intermédio da sociedade civil, temos a concretização de Políticas Públicas para o campo, que direcionam-se ao espaço público para capitular os interesses do privado. Esse processo se realiza na redução fictícia do papel do Estado que se concretiza somente para o campo do social, pulverizando políticas de Reforma Agrária, abandonando a desapropriação de terras, ao tempo o Estado se faz agigantado para se fazer avançar o capital financeirizado e o agronegócio no campo adotando formas e mecanismos de mercado no sistema de compra-venda entre os proprietários e demandantes de terras, de políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio.

CONCLUSÕES

Na ideia dissimulada de um Estado neutro, conciliador dos interesses dos vários segmentos da sociedade, a classe social trabalhadora antes reprimida pelo Estado, passou a lutar pela via da reivindicação de direitos. Neste sentido, sob a tutela do Estado, na ideia de conciliação social tem-se a viabilização de políticas públicas, produzidas à luz da lógica expansionista do capital, da concessão de privilégios e não de direitos concebido a alguns e negado a muitos. Nossas conclusões partem do princípio de que as Políticas Públicas se afirmam enquanto “públicas” definindo e interferindo nas possibilidades e limites de

utilização dos espaços e dos serviços públicos, para a garantia dos interesses do privado, na medida em que se estabelece na Esfera Pública, esfera da mediação da sociedade burguesa, falseada enquanto lócus da democracia, em que o Estado perde a aparência de sua feição classista e converte-se, deste modo, enquanto Estado democrático garantidor de direitos de todos, atenuando as tensões e contradições do capital ao tempo em que atende a sua reprodução.

Deste modo, as Políticas Públicas para a produção camponesa assumem o discurso enquanto formas de gerar desenvolvimento e redução da pobreza no campo, mas na verdade, mascaram os interesses privados, sob as velhas formas políticas do capital e do Estado ao continuar a reforçar a lógica de produção que vem sendo imposta para o campo desde a década 1970, caminho amplamente disseminado pelo Estado propalador da ideologia da produtividade capitalista do campo, via políticas de crédito; de modernização e desenvolvimento; de estímulo ao modelo do agronegócio; reforçando a estrutura fundiária concentrada; no incentivo a substituição da produção de cultivos para o auto consumo da unidade de produção familiar por cultivos voltados a abastecer a produção agroindustrial e de *commodities*.

PALAVRAS-CHAVES: Estado, Capital, Políticas Públicas

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Estado, Políticas Públicas e o Reordenamento Social e Territorial do Trabalho**. In: ANDRADE, E. S.; SILVA, F. de P. S. da. (Orgs.). Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal. Salvador, Eduneb, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro konder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

MARX, Karl. O capital. Livro 1. Vol. 2. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

O AGRONEGÓCIO DO MILHO TRANSGÊNICO NO OESTE SERGIPANO

Jacksilene Santana Cunha

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

jacksilenesantana@gmail.com

Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior

mitidierousp@yahoo.com.br

O estudo da questão agrária na atualidade lança o desafio de entender as contradições emergentes e abrangentes no bojo do desenvolvimento da acumulação capitalista. Nessa conjuntura, o campo sergipano se configura como palco do agronegócio do milho transgênico, sobretudo na sua porção Oeste, com destaque para os municípios maiores produtores: Carira e Simão Dias. A produção é direcionada para atender o capital privado e o mercado de grãos. É na perspectiva de elucidar as contradições do capitalismo agrário que este trabalho objetiva pontuar a dinâmica desenvolvimentista contraditória do capital nos municípios de Carira e Simão Dias.

No caso de Carira, 45.000 hectares foram destinados somente para a produção de milho no ano de 2011, batendo o recorde em relação aos anos anteriores e aos demais municípios de Sergipe. Vale ressaltar que Carira compreende uma área total de 769 Km² subdivididos em 1.781 estabelecimentos rurais, sendo que 1.380 são proprietários das terras e 1.530 são arrendatários³³.

Essa realidade permite-nos diagnosticar que os produtores de milho que arrendam terras em Carira para produzirem milho caracterizam-se como pequenos capitalistas do campo. Eles arrendam terras para produzirem milho através do modelo do agronegócio, pois utilizam-se de técnicas altamente modernas e sofisticadas, como as sementes Geneticamente Modificadas, uso de máquinas, colheitadeiras e pulverizadores, além de destinarem toda a produção ao mercado de grãos de outros estados.

³³ Informações coletadas na sede da Endagro do município de Carira pelo Sr. Ananias, técnico agrícola, em trabalho de campo realizado em dezembro de 2013.

Em Simão Dias, os estabelecimentos rurais totalizam um número de 3.963. Desses, 89,97% estão compreendidos numa dimensão de 30 tarefas, ou seja a predominância das atividades agrícolas está nas pequenas propriedades, o que não impede que as técnicas sejam altamente modernizadas e que 10,03% dos estabelecimentos detenham grandes extensões de terras. Simão Dias ainda é um município de base econômica advinda da agricultura, com 16.799 habitantes residindo na zona rural para 19.996 habitantes na zona urbana. Esses dados permitem compreender que tamanha área destinada para apenas um cultivo compromete a soberania local e eleva o preço da cesta básica. O capital, nesse sentido, monopolizou a produção, mas não necessariamente varreu do campo os pequenos produtores.

Os milhos produzidos em Carira e Simão Dias são destinados para outros estados do Nordeste via atravessadores. Sendo assim, três sujeitos distintos merecem destaque nas relações capitalistas nas quais estão inseridos, são eles: o atravessador, o proprietário de terra e o arrendatário. Após a colheita do milho, realizada entre os meses de novembro a janeiro, é realizada e efetuada a comercialização do milho em grão aos atravessadores e é aí que o arrendatário transfere para o rendeiro a renda da terra, paga em determinados períodos em dinheiro, e em outros em produto. Essa renda é convertida em capital pelo rendeiro, que investe na terra para adquirir mais renda em anos subsequentes.

Quanto as sementes são utilizadas as geneticamente modificadas, conhecidas como transgênicas. Elas contêm toxinas que, conjugadas aos agrotóxicos com princípio ativo a base do glifosato, destroem o sistema digestivo dos insetos indicadores presentes no ecossistema local, além da destruição dos demais microorganismos fundamentais para a fertilidade natural. Essa destruição à biodiversidade local se dá pelo uso de venenos em largas proporções. No caso da produção de milho em Carira, é usado o pesticida atrazina, altamente tóxico e já proibido há décadas na Europa.

Os fertilizantes são vendidos de acordo com a adequação às sementes adquiridas pelos produtores, formando um pacote de insumos que agrega sementes, fertilizantes e agrotóxicos, geralmente fornecido pela mesma agroindústria subsidiada das grandes transnacionais.

Considerações Finais

Os impactos dessa “modernização” via o agronegócio do milho transgênico têm reconfigurado a paisagem do Oeste sergipano, mais especificamente Carira e Simão Dias. Esses efeitos vêm alterando não só as técnicas convencionais de produção, como também têm provocado o aumento irracional da comercialização e do uso de produtos tóxicos, compactação de solos e assoreamento de rios. Além disso, é necessário ressaltar a perda na qualidade nutricional do milho, já que se trata de um cereal usado em diversos pratos da culinária nordestina. Todo esse processo tem ação direta com o Estado para o desenvolvimento do agronegócio, ficando a mercê as necessidades sociais, já que se dá prioridade à produtividade, reconfigurando o espaço a partir dos benefícios dos capitalistas do campo e das necessidades do mercado que monopolizam a produção, oras territorializando-se no campo, oras sem necessariamente se territorializar.

Palavras-chaves: Agronegócio, milho transgênico, Estado.

Referências Bibliográficas

ANDRIOLLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard. **Transgênicos:** as sementes do mal- a silenciosa contaminação de solos e alimentos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil:** a classe dominante agrária- Natureza e Comportamento 1964-1990/ STÉDILE, João Pedro (Org.) 2. Ed- São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 200.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial do fim do século XX. In: **Geografia do Brasil.** ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.) – 5 ed. Revisado e ampliado. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** Dissertação de mestrado. São Cristóvão, UFS, 2007.

A MOBILIDADE DO TRABALHO EM COMUNIDADE CAMPONESA DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Maria Morgana Santos Santana

Mestranda em Geografia pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo. Universidade Federal de Sergipe - UFS. Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT.
E-mail: morganageo1972@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Orientadora e professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – UFS. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais – GPECT.
E-mail: aluz@oi.com.br

Eixo: Produção do espaço agrário.

Palavras-chave: Estado, Capital, Campesinato, MPA, Mobilidade do Trabalho.

A referente Dissertação teve como objetivo analisar a mobilidade do trabalho diante do processo de subordinação/resistência dos camponeses em meio à lógica do agronegócio do milho no Alto Sertão Sergipano, mais especificamente na comunidade camponesa do Garrote do Emiliano, que faz parte do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A pesquisa foi realizada a partir do método do materialismo histórico-dialético, vez que este método permite analisar o espaço a partir das contradições. Foram realizadas leituras de autores, que possuem uma visão dialética de mundo fundamentada na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas, como também foram realizados trabalhos de campo na comunidade estudada.

De acordo com Oliveira (2004), o campo brasileiro está marcado pelo processo de monopolização e de territorialização do capital, de maneira que a expropriação, o assalariamento e a mobilidade do trabalho se tornam mais evidentes. Ao tempo em que expropria o campesinato, tornando-o assalariado, o capital engendra relações não

capitalistas no campo, alimentando a sua lógica de acumulação e ampliação do lucro. Sobretudo porque a terra é fundamental para a garantia do processo sociometabólico do capital, para a extração do mais valor, seja através da monopolização da produção, ou da territorialização do território, como também da extração da renda da terra (CONCEIÇÃO, 2007).

Nas últimas décadas, com a mundialização do capital, as Políticas Públicas implantadas no campo, na sua maioria, mascaram o reordenamento da divisão social e territorial do trabalho. As Políticas Públicas no espaço agrário consolidam o modelo do agronegócio na lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas, e, antes de constituir saída para o camponês, sua proposta de territorialização amplia e consolida o seu controle sociometabólico.

Através das políticas de crédito, tem crescido a expropriação da produção familiar e o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. A perda e a ausência da terra intensificam a mobilidade do trabalho, esse se torna móvel para o capital, na garantia da acumulação capitalista. “Os homens não se deslocam, portanto (no sentido lato de um espaço pluridimensional), por melhores salários, mas para satisfazerem as exigências do capital”. (GAUDEMAR, 1977, p. 278). Isso porque não há reprodução ampliada do capital sem a mobilidade do trabalho.

Nas últimas décadas as transformações econômicas no contexto da reestruturação produtiva repercutem nas formas de produção e organização da relação de trabalho, notadamente nas formas de sua mobilidade. Esta realidade pode ser observada no Alto Sertão Sergipano, na Comunidade Garrote do Emiliano, habitada majoritariamente por integrantes do MPA/Movimento dos Pequenos Agricultores.

Com a expansão do monocultivo do milho, que tem modificado as relações da autonomia campesina, na lógica do lucro, o capital tem conduzido camponesas, e camponeses que têm se tornado assalariados, por meio da expropriação da sua unidade de produção familiar, isto é, da terra. As famílias da Comunidade Garrote do Emiliano vinham usando o crédito agrícola para manter suas famílias, contudo, houve uma imposição perversa de que os mesmos não poderiam aplicar o crédito diretamente na agricultura denominada convencional, mas sim como foi determinado pelo banco, pois a regra era a de seguir à risca o pacote do agronegócio do milho.

Em poucos anos (conforme depoimentos recolhidos na localidade), os camponeses foram submersos em altas dívidas aos bancos. Dívidas estas que não conseguem pagar, tendo em vista que o que conseguiram retirar do excedente produzido mal dava para manter a família. Diante dessa situação, a mobilidade do trabalho se expande, de modo a conduzir esses sujeitos a um movimento sazonal, que os leva para grandes cidades, principalmente para a cidade de São Paulo e Goiânia. Esse processo teve início a partir dos anos de 1990, a crise conjuntural do capital foi se ampliando nos anos seguintes, assumindo a dimensão de uma crise estrutural.

Na tentativa de superar a crise, o capital tem impulsionado um processo de reestruturação produtiva em escala mundial, procurando recuperar seu padrão de acumulação, através principalmente da financeirização da economia. Nesse contexto, novas e velhas modalidades do trabalho são intensificadas, em especial, nas áreas periféricas, para a obtenção de lucros exorbitantes.

Para Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho é introduzida, em primeiro lugar, como condição de exercício da sua “liberdade”, de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria. O capital, além de submeter o homem à condição de objeto, procura formas de torná-lo submisso, a partir da exploração do trabalho humano.

Portanto, o capital produz as condições necessárias para sua reprodução, assim, tanto a miséria quanto o desemprego engendram um exército de reserva totalmente disponível e móvel para ficar a serviço das exigências da lógica de exploração e acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1p. 1-152, 2007, João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB-<http://www.okara.ufpb.br>

CONCEIÇÃO, Alexandrina luz. **Estado, Políticas Públicas e o reordenamento Social e territorial do trabalho, in Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal**, orgs. Elisário Souza Andrade e Francisco de Paula Santos da Silva, Salvador; EDUNED, 2012, p. 135-160.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Produção do espaço e conflitos territoriais: expropriação da terra e da exploração da natureza/capítulo do livro – Geografia e Conjuntura brasileira.** Organizadora: Dirce Maria Antunes Suertagaray... 1.ed- Rio de Janeiro, 2017

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital.** Editorial estampa, Lisboa, 1977, para língua portuguesa

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O campo no século XXI- Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI.** Ariovaldo Umbelino de Oliveira- São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

NOVA ABORDAGEM ESPACIAL DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM SERGIPE (1975 – 2018)

Givaldo Santos de Jesus

Graduado em História, Mestre e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (DHI/PPGEO/UFS).

E-mail: givaldogeoohistoria@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa

Doutor em Geografia pela UNESP/Rio Claro, Professor da Graduação e da Pós-Graduação do Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe

(DGE/PPGEO/UFS). E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

RESUMO

Nos dias atuais, têm sido crescentes os debates a respeito das transformações ocorridas no espaço rural em função do avanço das relações capitalistas, que se apresentam como globalização, envolvendo praticamente todos os aspectos da vida humana. Nesse contexto, a ciência geográfica tem buscado explicações com bases teóricas e metodológicas no sentido de subsidiar o conhecimento dos fatos que implicam na dinâmica e configuração do espaço. A pesquisa em tela tem como objetivo analisar as dimensões da questão da terra e do trabalho por meio da constituição da Memória e da História rural, na perspectiva das mudanças e permanências da agricultura familiar no estado de Sergipe, na trajetória 1975 a 2018. A escolha deste tema surgiu pelo interesse em ampliar e aprofundar a

temática sobre a produção e reprodução do espaço rural sergipano, ao perceber em algumas entrevistas realizadas com agricultores familiares, em trabalhos anteriores, o quanto estes agricultores se reportam ao passado e a memória para explicar o presente. A memória é o meio para se chegar ao passado e as lembranças estão em diferentes camadas da memória escavadas no presente e, nesse presente, podem se expressar as experiências silenciadas em tempos pretéritos. Na verdade, a memória é uma construção coletiva que serve para afirmar e fortalecer uma identidade comum, possibilitando um olhar diversificado com novas perspectivas de compreensão e interpretação do espaço e a percepção de vertentes ainda pouco estudadas na Geografia. Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pelo método Materialismo Histórico e Dialético, que propõe um modelo de análise espacial, rigorosamente científico e ao mesmo tempo revolucionário, integrando os processos sociais e os espaciais no estudo da realidade. Tem como foco de análise os modos de produção e as formas socioeconômicas, resultantes do modo de produção capitalista. Em termos metodológicos, utilizaremos a História oral com o objetivo de resgatar as memórias individuais e coletivas dos agricultores familiares e representantes de instituições que atuaram e/ou atuam no meio rural e serão confrontadas com documentos oficiais como Censos Agropecuários (1975, 1985, 1995/96, 2006, 2017), Livro de Registro de Terras e Mensagens de Governo. A entrevista é a grande ferramenta de resgate da memória e, por meio de gravações com o propósito de registro, torna-se fonte oral. A história oral é a soma de atitudes pensadas e planejadas através de um projeto organizado que os direciona e define os procedimentos e o grupo a ser entrevistado. O fato do homem e das sociedades humanas serem objetos de estudo tanto da História quanto da Geografia, aproxima as duas ciências. Foi na primeira metade do século XX, com a fundação da Escola dos Annales, por Marc Bloch e Lucien Febvre, que começa a se estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a História e as Ciências Sociais. E, uma das primeiras escolas geográficas que chamou a atenção dos historiadores, derivado dos Annales, foi a de Vidal de La Blache. Tal escola influenciou vários trabalhos e diversas monografias de história regional e local, estimulando estudos sobre a história agrária e a vida rural. Para a análise deste objeto de estudo, adotou-se a História rural, tipologia de Jean Meuvret e desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso, que consiste em combinar a história da agricultura com a história da questão agrária, objetivando entender com maior profundidade o espaço rural sergipano. É no espaço que ocorre a produção e reprodução

das relações sociais em um determinado lugar e período de tempo, longo ou curto. No espaço rural, o avanço capitalista produz profundas mudanças em todo o seu processo, desde as relações de trabalho, na propriedade da terra, na produção e no uso de tecnologias, provocando mudanças e permanências políticas, econômicas e sociais no tempo e no espaço. Portanto, esta pesquisa tem um caráter geográfico e busca a interdisciplinaridade com a história para explicar as transformações ocorridas no espaço rural sergipano em função do avanço do capitalismo no campo. A política agrícola, diferenciada e impulsionada pelo Estado visou à modernização da agricultura em benefício dos médios e grandes proprietários em detrimento da grande massa dos agricultores familiares, dificultando o seu desenvolvimento. A primeira concepção de desenvolvimento surge com a modernização excludente e somente a partir da década de 1990 é que o debate acadêmico e político sobre o desenvolvimento rural avançou. No tempo presente, chegar-se-á no desenvolvimento do espaço rural sergipano, identificando as disparidades econômicas de cada mesorregião. A maior contribuição desta pesquisa é construir um arcabouço histórico e geográfico sobre o desenvolvimento rural de Sergipe a partir do agricultor familiar.

Palavras-chave: Geografia, Memória e História.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Valter. **Rua de mão única**. V. 2. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas)

HALBWACHS, M. Memória individual e memória coletiva. (capítulo I): In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDES, Geisa Flores. **Sertão se traz na alma? Território/lugar, memória e representações sociais**. São Cristóvão: UFS/NPGeo, 2009 (Tese de doutorado)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Guilherme. A Geografia testemunha a História: paisagem, região e interdisciplinaridade em Marc Bloch. **Revista de História Regional** 14(2); 7-28, Inverno, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5ª ed., 1º reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Rev. Econ. Polit. Vol. 30 nº 3. São Paulo – July-Sept. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre a Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos – nº 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA - UMA CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Ronilson Barboza de Sousa

Doutorando em Geografia no PPGEIO - UFS

E-mail: wronibs@yahoo.com.br

Eraldo da Silva Ramos Filho

Orientador e Professor Doutor do PPGEIO – UFS

E-mail: eramosfilho@pq.cnpq.br

Nas formulações estratégicas da esquerda, que hegemonizaram a classe trabalhadora em diferentes momentos - o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, principalmente entre os anos de 1940 e 1960, e o Partido dos Trabalhadores (PT), com a estratégia democrático-popular, a partir do final dos anos de 1980 -, a questão agrária foi tratada como um dos principais aspectos para a não apresentação de uma estratégia e uma revolução de caráter socialista. Nas formulações do PCB e do PT, a questão agrária foi tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país e para a transição socialista. Nesse sentido, a presente tese de doutorado tem como objetivo analisar a questão agrária na formação territorial brasileira, buscando verificar sua caracterização estratégica.

Trotsky (2007a) (2007b), por meio da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente, apresenta outra concepção metodológica de análise estratégica diferente do PCB e do PT. O PCB e o PT enfatizam a questão de o Brasil está ou não maduro para o socialismo, considerando, de forma dual, aspectos modernos e atrasados, com a pretensão de uma mediação democrática, para desenvolver autonomamente as forças produtivas. Trotsky parte da economia mundial, como uma totalidade, criada pelo mercado mundial, pela divisão internacional do trabalho e as forças produtivas mundiais. Ele analisa uma tendência de combinação de formas atrasadas e modernas e o desenvolvimento desigual como algo próprio do capitalismo.

A pesquisa está fundamentada no método do materialismo histórico e dialético, sobretudo por compreender que a resposta sobre caracterização da questão agrária deve ser buscada na realidade, e não na mera discussão teórica. Todavia, isso não significa abandonar a teoria e fazer uma mera descrição do aparente, do que é observado de forma mais imediata, mas buscar ser fiel ao objeto (a questão agrária na formação territorial

brasileira), ir à essência, compreender as suas determinações, compreender questão agrária como uma realidade na totalidade das relações.

Os estudos que vem sendo desenvolvidos têm possibilitado a compreensão do fato de que diferente do que aconteceu em outros países, a expansão de relações capitalistas de produção no Brasil não provocou desconcentração de terras. Não houve embate entre classes sociais forte o suficiente para promover alterações na estrutura fundiária e por um fim na concentração de terras. A concentração de terras fez parte da forma como o capitalismo se expandiu, não constituindo entrave ou obstáculo atrasado ao processo de acumulação do capital. Há uma articulação de capitais no campo, com a consolidação da aliança entre o capital monopolista e a grande propriedade fundiária, conhecido como agronegócio (CAMPOS, 2011). Há uma integração de capitais (de vários setores e origem, brasileira e internacional), no campo brasileiro, com aquisições, fusões e associações de capitais. O capital explora a força de trabalho por meio da subsunção real e formal, territorializando-se e monopolizando o território (OLIVEIRA, 2010). Há uma combinação entre relações capitalistas e não capitalistas no campo. Há uma tendência de concentração de terras e recursos, sobretudo com a expansão do agronegócio (CAMPOS, 2011). Dessa forma, a questão agrária não constitui uma tarefa democrática em atraso, que precisa ser realizada como uma etapa ou pré-condição para uma revolução socialista, ela constitui uma combinação, um híbrido de tarefa democrática e socialista, cuja solução, ao chocar-se com o capitalismo, passa pela sua superação.

Palavras Chave: Capital; Questão Agrária; Formação Territorial.

REFERÊNCIA

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 200p.

_____. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**. 2010. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20questao%20de%20aquisicao%20de%20terras%20por%20estrangeiros%20no%20Brasil%20-%20um%20retorno%20aos%20dossi%C3%AAs%20-%20Arioaldo%20Umbelino%20de%20Oliveira%20-%202010.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2017.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a, 215p.

_____. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermman, 2007b, p.09-29.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA - UMA CARACTERIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Ronilson Barboza de Sousa

Doutorando em Geografia no PPGEIO - UFS

E-mail: wronibs@yahoo.com.br

Eraldo da Silva Ramos Filho

Orientador e Professor Doutor do PPGEIO – UFS

E-mail: eramosfilho@pq.cnpq.br

Nas formulações estratégicas da esquerda, que hegemonizaram a classe trabalhadora em diferentes momentos - o Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, principalmente entre os anos de 1940 e 1960, e o Partido dos Trabalhadores (PT), com a estratégia democrático-popular, a partir do final dos anos de 1980 -, a questão agrária foi tratada como um dos principais aspectos para a não apresentação de uma estratégia e uma revolução de caráter socialista. Nas formulações do PCB e do PT, a questão agrária foi tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país e para a transição socialista. Nesse sentido, a presente tese de doutorado tem como objetivo analisar a questão agrária na formação territorial brasileira, buscando verificar sua caracterização estratégica.

Trotsky (2007a) (2007b), por meio da teoria do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente, apresenta outra concepção metodológica de análise estratégica diferente do PCB e do PT. O PCB e o PT enfatizam a questão de o Brasil está ou não maduro para o socialismo, considerando, de forma dual, aspectos modernos e atrasados, com a pretensão de uma mediação democrática, para desenvolver autonomamente as forças produtivas. Trotsky parte da economia mundial, como uma totalidade, criada pelo mercado mundial, pela divisão internacional do trabalho e as forças produtivas mundiais. Ele analisa uma tendência de combinação de formas atrasadas e modernas e o desenvolvimento desigual como algo próprio do capitalismo.

A pesquisa está fundamentada no método do materialismo histórico e dialético, sobretudo por compreender que a resposta sobre caracterização da questão agrária deve ser

buscada na realidade, e não na mera discussão teórica. Todavia, isso não significa abandonar a teoria e fazer uma mera descrição do aparente, do que é observado de forma mais imediata, mas buscar ser fiel ao objeto (a questão agrária na formação territorial brasileira), ir à essência, compreender as suas determinações, compreender questão agrária como uma realidade na totalidade das relações.

Os estudos que vem sendo desenvolvidos têm possibilitado a compreensão do fato de que diferente do que aconteceu em outros países, a expansão de relações capitalistas de produção no Brasil não provocou desconcentração de terras. Não houve embate entre classes sociais forte o suficiente para promover alterações na estrutura fundiária e por um fim na concentração de terras. A concentração de terras fez parte da forma como o capitalismo se expandiu, não constituindo entrave ou obstáculo atrasado ao processo de acumulação do capital. Há uma articulação de capitais no campo, com a consolidação da aliança entre o capital monopolista e a grande propriedade fundiária, conhecido como agronegócio (CAMPOS, 2011). Há uma integração de capitais (de vários setores e origem, brasileira e internacional), no campo brasileiro, com aquisições, fusões e associações de capitais. O capital explora a força de trabalho por meio da subsunção real e formal, territorializando-se e monopolizando o território (OLIVEIRA, 2010). Há uma combinação entre relações capitalistas e não capitalistas no campo. Há uma tendência de concentração de terras e recursos, sobretudo com a expansão do agronegócio (CAMPOS, 2011). Dessa forma, a questão agrária não constitui uma tarefa democrática em atraso, que precisa ser realizada como uma etapa ou pré-condição para uma revolução socialista, ela constitui uma combinação, um híbrido de tarefa democrática e socialista, cuja solução, ao chocar-se com o capitalismo, passa pela sua superação.

Palavras Chave: Capital; Questão Agrária; Formação Territorial.

REFERÊNCIA

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 200p.

_____. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**. 2010. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20questao%20de%20aquisicao%20de%20terras%20por%20estrangeiros%20no%20Brasil%20->

%20um%20retorno%20aos%20dossi%C3%AAs%20-%20Ariovaldo%20Umbelino%20de%20Oliveira%20-%202010.pdf>. Acesso em: 20 de Out. de 2017.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a, 215p.

_____. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermman, 2007b, p.09-29.
**A INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO, A CRISE
ESTRUTURAL E AS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO VIA
AGRONEGÓCIO**

José Danilo Santana Silva, Doutorando PPGEU/UFS, danilorock13@hotmail.com

Alexandrina Luz Conceição, Prof.^a. Doutora PPGEU/UFS,
alexandrina.luzconceicao@gmail.com

A busca incessante do capital para acelerar a velocidade do seu de ciclo e, consequentemente, ampliar o seu processo de acumulação, culminou no desenvolvimento de formas fictícias e financeirizadas de reprodução metabólica, mas sem o abandono das suas formas funcionais e automatizadas. O espaço sob o domínio da lógica especulativa vai ser o receptáculo dos fluxos de capital, pessoas e mercadorias num movimento cada vez mais rápido. O capital mundializado vai buscar, por meio liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, a eliminação das barreiras que antes asseguravam a segurança da sua (re)produção ampliada. As demandas provenientes do processo de financeirização da economia provocaram profundas alterações espaciais nas diferentes escalas de acumulação. Coube aos Estados centrais assumir e determinar os rumos da política neoliberal. A ideologia do fim da história deu lugar a uma era de incertezas. A crise estrutural que atinge o capital desde a década de 1970 e que teve como capítulo mais recente o estouro da bolha imobiliária no mercado estadunidense em 2008 aponta a insegurança política, econômica e social do período contemporâneo. A incontrollabilidade e a irreformabilidade do sistema do capital, como afirma Mészáros (2007), assinalam o colapso da “sociedade de mercado”, expondo assim as fraturas e contradições da sua (re)produção sociometabólica.

O crash dos principais bancos dos Estados Unidos. A crise na Grécia. A desaceleração do mercado chinês. O desemprego galopante nos Estados Unidos e na

Europa. A belicosidade dos Estados Centrais para garantir o controle dos recursos naturais, sobretudo, o petróleo. As crises humanitárias na África e no Oriente Médio. Os golpes institucionais nos países latino-americanos. Fusões entre grandes corporações. A recessão econômica mundial. A crise estrutural se manifesta em diferentes faces, cada vez mais evidente desde economistas e investidores ao cotidiano do senso comum.

A crise estrutural representa a incapacidade sociometabólica do capital de garantir a plena reprodução de ciclo, sendo por excelência uma crise de superprodução afiançada – neste tempo - pelo sistema financeiro. Quanto mais eminente o esgotamento do sistema do capital, maior será sua destrutividade na busca de um novo fôlego para o processo de acumulação. (MÉSZÁROS, 2011)

Nessa direção, é que partimos da hipótese que a crise estrutural e o processo de (re)produção sociometabólica do capital, em movimento real/fictício, provoca alterações no setor produtivo ao tempo que determina novas formas de acumulação via agronegócio.

Observa-se que antigas estruturas produtivas foram destruídas ou se metamorfosearam para atender a necessidade de acumulação em ritmo acelerado, comandado pelo capital financeiro. As formas de organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias baseadas no sistema toyotista implicou na intensificação da exploração da força de trabalho, tornando o trabalho na cidade e no campo ainda mais precarizado. O neoliberalismo foi o instrumento político e econômico de desregulamentação das economias nacionais, principalmente nos países do chamado Terceiro Mundo, com um olhar especial para a América Latina, onde os regimes ditatoriais promoveram todas as reformas necessárias para o aprofundamento das relações capitalistas, sobretudo no campo.

Para o desenvolvimento da tese de doutorado aponta-se para importância do método de pesquisa uma vez que esse dialoga com a visão de mundo do pesquisador, sua postura político/científica e a destinação social dos resultados de sua pesquisa. Assim, o materialismo histórico dialético, desenvolvido por Karl Marx, consiste em um arcabouço teórico-metodológico capaz de analisar as contradições existentes no sistema do capital, estabelecer bases científicas válidas para investigar o processo de reprodução do capital, bem como seus condicionantes históricos. Por meio do entrelaçamento entre Geografia e o método criado por Marx é possível observar como o capital atua espacialmente, sua dinâmica de desenvolvimento desigual e combinada, impondo a universalização do valor

sob a forma do trabalho abstrato (SMITH, 1988). A partir do uso do materialismo histórico dialético investiga-se os processos e contradições do sistema do capital no avanço do capital financeiro no campo, sobretudo no Sertão Sergipano, onde serão realizadas as pesquisas de campo e o estudo empírico. O desenvolvimento desta pesquisa será realizada sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Alexandrina Luz Conceição e de acordo com as atividades do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais-GPECT.

No campo, o capital especula e rentabiliza através do modelo do agronegócio que tem como objetivo envolver desde a unidade de produção familiar até domínios latifundiários, abarcando (articulando e recriando) antigas e novas formas de exploração do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2013) O agronegócio é expressão máxima do capital financeiro no campo. Sob o prisma da financeirização, a agricultura mundializada irá se desenvolver com base na tríade Estado-capital-mercado, atuando principalmente na produção de commodities, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais. Com a crise estrutural, o marcha das fusões atinge seu mais alto patamar, constituindo grandes conglomerados financeiro para o controle de grandes fatias de mercado. Nos últimos anos, o mercado mundial acompanhou grandes fusões no setor de sementes, agroquímicos e agrotóxicos. Por meio das fusões estas corporações garantem o controle de grande parte da cadeia produtiva do agronegócio. Frente ao processo de modernização da agricultura em decorrência da financeirização da economia, o agronegócio consolida-se no Brasil por meio de políticas de Estado que tem como objetivo a subordinação das terras e das águas ao mercado. A necessidade sociometabólica do capital em ampliar seu lucro conduz seus agentes a investidas cada vez mais incisivas para garantir o domínio da natureza e da produção agrícola, e da retirada direta e indireta de mais-valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. **Estado, Capital e a Farsa da Expansão do Agronegócio**. Buenos Aires: Meridiano – Revista de Geografia, nº. 2, p. 81-104, 2013.

MÉSZÉROS, Istiván. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÉROS, Istiván. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço.**
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

RELAÇÕES DE GÊNERO E CONFLITOS TERRITORIAIS NA GUARDA DAS SEMENTES CRIOULAS NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Thais Moura dos Santos
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

thaissou14@hotmail.com

Prof. Dr. Eraldo Da Silva Ramos Filho
Professor do Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

eramosfilho@gmail.com

Palavras-chave: Sementes Crioulas. Guardiões de Sementes. Relações de Gênero.

I. INTRODUÇÃO

Ao pensar a trajetória da espécie humana no nosso planeta é possível entender a centralidade da agricultura nesse fenômeno. Nesse processo, as mulheres desempenharam um papel extremamente relevante, a elas é atribuída à descoberta da agricultura e consequentemente da importância da disseminação das sementes para que as espécies se reproduzissem (MAZOYER, 2010).

Desde a gênese dessa descoberta até o atual modelo de produção agrícola, transcorreram cerca de 10 mil anos de seleção das espécies, impulsionadas pelas camponesas e camponeses. Na atualidade, as variedades de espécies/sementes que levaram milhares de anos para serem domesticadas, passam a ser ameaçadas pelo agronegócio, que dissemina entre outros, os monocultivos, a utilização de venenos agrícolas e na sua nova fase as sementes transgênicas (MAZOYER, 2010).

O modo de produção camponesa contrapõe os pressupostos do agronegócio, assim, “temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato” (FERNANDES, 2008, p.6). Esse enfrentamento do qual Fernandes (2008) se refere, materializa-se no território do Alto Sertão sergipano, onde, a lógica do agronegócio é uma constante e se apresenta com a utilização de agrotóxicos e os monocultivos de milho que são concebidos com a utilização das sementes transgênicas.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Paulino e Almeida (2010) apontam que a permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território, por conseguinte

a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. No processo de construção e afirmação do território camponês, as sementes são elos entre as esferas materiais (relação de poder, terra) e imateriais (símbolos, representações), pois estas guardam consigo os processos de luta pela terra, ideologias de resistência, bem como, o saber fazer camponês.

A posse coletiva das sementes na modernidade passa a ser ameaçada, as sementes se tornam patentes de um punhado de multinacionais, fato que aprofunda a mercantilização desse bem comum da humanidade, alterando o seu valor de uso. Justamente com a semente transgênicas, os camponeses acabam comprando necessariamente, o controle e a determinação externa à sua propriedade sobre o que plantar e quando plantar (FUCHS, 2008; ALTIERI, 2012).

No intento de “remar contra a maré” dos transgênicos e do pacote tecnológico, surgem esforços em torno do modelo de produção e convivência agroecológica, pautada no respeito aos saberes popular. A agroecologia se constitui, enquanto uma parte do esforço para a busca da superação do modelo predador de agricultura capitalista e como garantia dos pressupostos da soberania alimentar.

No cerne da agroecologia estão as sementes crioulas. A disputa para manter as sementes sobre o poder das pessoas que trabalham com a terra tem sido um processo conduzido por camponeses e camponesas, sobretudo pelas mulheres, que capitaneiam importantes lutas por direitos sociais, por saúde e na propriedade sustentam a matriz alimentar da família (ALTIERI, 2012).

As mulheres das comunidades rurais têm um papel fundamental no resgate de sementes e na produção agroecológica. Elas carregam consigo informações empíricas, ligadas ao plantio, colheita e armazenamento das sementes, esse fato permitiu que as sementes perpassasse gerações e que não fossem perdidas com a introdução das variedades da agricultura industrial (Nerling et. *al.*, 2016, p. 44). No entanto, Santos (2013) aponta que as relações de gênero construídas num plano imaterial, priva a mulher da participação da esfera produtiva, retira da mulher o direito a terra, visto que, a esta é dado o espaço do “lar” e seu trabalho é visto como complementar ao trabalho masculino.

III. CONSIDERAÇÕES

Pensamos que o nosso desafio para a construção da dissertação recai sobre dois pontos. O primeiro é discutir as relações conflitantes de gênero no campo, no intento de

atrelar as sementes e o conceito de soberania alimentar com o protagonismo da mulher no nosso território de análise. O segundo é entender como é construída a consciência política que faz do camponês um guardião de sementes e ao mesmo tempo um sujeito que constrói coletivamente estratégias de luta contra o agronegócio no território do Alto Sertão Sergipano.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. Universidade Estadual Paulista, 2008.

FUCHS, R. Cultivos transgênicos no mundo. In: ADRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (orgs). **Transgênicos**: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, L. R. S. **O território camponês sob o enfoque de gênero**: a divisão sexual do trabalho. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

ATER NA AGRICULTURA FAMILIAR DOS MUNICÍPIOS DE INHAPI E MATA GRANDE- AL

Adriana Lisboa da Silva
Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

lisboaadriana21@gmail.com

José Eloizio da Costa
Prof. Dr. em Geografia- UFS
eloizio.npgeo@gmail.com

A Assistência Técnica representa para o agricultor familiar a possibilidade de cuidado com a terra e com os animais de forma efetiva e detalhada. Acompanhada da extensão rural, a produção e a qualidade dela podem ser modificadas, uma vez que o agricultor passa a conhecer novas maneiras de lidar com aquilo que faz parte do seu dia a dia. Este trabalho traz à tona uma abordagem sobre o papel que a ATER opera com particularidade junto à agricultura familiar no Alto Sertão de Alagoas, retratando sua influência na melhoria da produção que leva a mudanças nas condições de comercialização fazendo com que os agricultores se deparem com um mercado mais longo. É perceptível que a ATER desenvolve um papel estratégico de articular políticas públicas como os mercados institucionais PAA e o crédito como do Agroamigo. A ATER possui também papel educativo que se alia aos conhecimentos dos agricultores, além de auxiliar os beneficiários a fazerem o uso correto do crédito que recebem do banco, os técnicos elaboram projetos que direcionem os gastos, influenciando no aumento da produção e também na qualidade dos produtos. São diversas as políticas públicas voltadas para desenvolvimento do meio rural e que mudaram o cenário de miserabilidade, principalmente no sertão nordestino. Programas como o Programa Nacional de Habitação Rural e Água Para Todos são exemplos de ações que mais se destacam por oferecer água e moradia digna para milhares de pessoas. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar surgiu a partir da lei 12.188 de 11 de Janeiro de 2010. De acordo com este diploma legal, entende-se por assistência técnica e extensão rural um serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural. Os serviços de extensão rural no Brasil tiveram início na década de 1950 por meio do contrato de parceria com o governo

americano. Na década de 1970, durante o Governo de Ernesto Geisel, os serviços foram estatizados, sendo criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Os serviços eram executados pelas diversas organizações nos estados (MDA/DATER, 2007). No ano de 1990 o governo do presidente Fernando Collor extinguiu a Embrater, as tentativas de coordenação nacional por meio da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar que as Ematers fossem dependentes das políticas de ajuste estrutural e das condições financeiras dos estados e passando a sofrer influência dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de Ater. Acredita-se que a ATER tem um papel primordial no desenvolvimento rural. Desenvolvimento é um termo utilizado quando se pensa em melhores condições de vida e de trabalho, mas autores como Amartya Sen defendem que o sentido dessa palavra vai além do sentido econômico e tem a ver com o sentido de liberdade, liberdade de poder ter uma televisão, liberdade de poder desfrutar de dias de lazer e num sentido maior e não menos importante está relacionado à possibilidade de poder se alimentar (SEN/2010). Em NAVARRO 2001, são dois momentos em que a noção de desenvolvimento ganha importância, um desses momentos como retratado em seu texto surge nos períodos seguintes a Segunda Guerra Mundial estendendo-se até a década de 70. E o segundo momento em que o tema ressurge é mais recente, surge por volta da década de 90. Mas os motivos para seu reaparecimento são diferentes e são caracterizados por pensamentos que não acreditam que realmente possa existir desenvolvimento e também pelas dificuldades de sua materialização. A partir dos trabalhos de campo desenvolvidos nos municípios estudados, foi possível perceber que a ATER como prática disseminadora de conhecimentos é um caminho que possibilita a permanência do agricultor no meio rural, a visão do chefe de família e de domínio da roça apenas pelos homens vem cedendo espaço para uma imposição significativa das mulheres nessa atividade. A partir do momento que a mulher se vê capaz de buscar crédito para aumentar a produção ou para investimento na compra de animais, passa a exercer um papel diferente na realidade do campo. As mulheres estão fortalecendo em seus filhos a ideia de que é possível continuar residindo no campo, trabalhar com a agricultura e viver bem, incentivam seus filhos a estudar e irem para a universidade, principalmente em áreas que podem ajudar na unidade da família. Muitos jovens internalizaram a ideia de

continuar com a agricultura mesmo depois de casados e com filhos, alguns vão fazer cursos e capacitações em outros estados para poder ajudar os pais. O que realmente falta para o sucesso da ATER no Brasil e principalmente no Nordeste é o interesse dos formuladores de políticas, mesmo que sejam abertos editais todos os anos. O problema não deixará de existir, porque os profissionais serão trocados e abandonarão as atividades que já foram iniciadas junto aos agricultores.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 2007.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001, p. 83 – 100

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

Palavras Chave: Assistência Técnica e Extensão Rural, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar.

AS AGROINDÚSTRIAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS SOB AS ESCALAS DO CAPITAL

Me. Carlos Marcelo Maciel Gomes, cmarceloaju@hotmail.com

Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição, alexandrina.luzconceicao@gmail.com

Em nome da eficiência, da produtividade e da chamada equidade, o Estado brasileiro vem assumindo dinâmicas produtivas ajustadas ao desenvolvimento territorial a fim de integrar unidades produtivas locais ao mercado. Tal política está pautada na desconcentração e interiorização das atividades produtivas, integrando a agricultura e indústria sob o discurso da geração de emprego e renda e do dito empoderamento dos agentes locais.

As aglomerações produtivas vinculadas à abordagem territorial partiram de críticas ao modelo considerado exógeno e concentrado de intervenção do Estado, assim como críticas às teorias macroeconômicas, fruto também dos ataques à metateoria (HARVEY, 2008), à força dinâmica centralizada no urbano-industrial e ao campo como produtor apenas de alimentos e produtos primários. Sob o discurso do “novo”, buscou-se um modelo considerado endógeno e descentralizado, adequado às explicações da microeconomia e ao mercado, aplicadas em áreas consideradas mais estagnadas e pobres.

Os movimentos sociais do campo têm historicamente enfrentado o agronegócio e a concentração fundiária no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é considerado o principal movimento no campo brasileiro, reunindo milhares de famílias na luta pela terra. Deste modo, o movimento defende a função social da terra e a reforma agrária tomando como base a justiça social e a Constituição Federal de 1988. De acordo com Avelar, as cooperativas do MST buscam resistir ao modelo neoliberal, combatendo a pobreza e a desigualdade e estimulando a solidariedade, caracterizando-se enquanto “um modelo alternativo de produção” (2013, pág. 09). As Associações e Cooperativas desempenham uma função essencial no gerenciamento produtivo local sob os limites do ordenamento, capitaneadas por Políticas Públicas.

Metas de produção em escala e estratégias de mercado são utilizadas em função da produção social de alimentos, sendo realizado o beneficiamento e comercialização da produção quando possível nos assentamentos rurais. Em Sergipe, conforme o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe (PESQUISA DE CAMPO, 2016), existem ao menos cinco assentamentos do MST com agroindústrias, a saber: Roseli Nunes (Estância), Caraíbas (Pirambu), São Sebastião (Japaratuba) e Jacaré-Curituba (Canindé). Conforme As Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2003), as políticas territoriais devem promover o desenvolvimento industrial, inclusive no campo. Segundo o INCRA (2006), o reforço da agricultura familiar articulada à indústria de beneficiamento local poderia se constituir uma ação promissora.

A reprodução ampliada do capital tem permitido a criação de condições para a reprodução da produção familiar camponesa no capitalismo, subordinando a terra e a força de trabalho aos interesses do capital (OLIVEIRA, 1990, pág. 26 e 27). Como todo processo de valorização implica a exploração do trabalho, o aumento da produtividade e da competitividade na busca pela expansão de mercado incorpora um *quantum* de trabalho (MARX, 1986a) no sistema produtivo. Considerando que a lógica fetichista de mercado intrinsecamente leva a busca pela redução dos custos e pela otimização da produção, que seus efeitos tendem a pressionar os trabalhadores e que o processo de acumulação move esta dinâmica em diferentes escalas, torna-se evidente a força centrípeta que rege a economia de modo desigual e combinado, convergindo com a análise feita por Smith (1988).

O objetivo da pesquisa é analisar os limites e contradições da política de agroindústria nos assentamentos rurais a partir de sua inserção no mercado e nas escalas do sistema sociometabólico do capital. A investigação deve analisar as formas como a produção nos assentamentos se inscreve nas escalas do capital, sob os efeitos de sua incontornabilidade (MÉSZÁROS, 2007; 2011), competitividade e produtividade (MARX, 1986a; 1986b), no seio do conflito entre agronegócio e campesinato em seu movimento contraditório, considerando a influência do mercado e a demanda de equivalente geral de mercadorias (KAUTSKY, 1986).

As atividades desenvolvidas com a orientadora serão fundamentais para a pesquisa, acompanhadas da revisão bibliográfica, levantamento empírico e análise fundamentada nos pressupostos do materialismo dialético, observando as principais determinações na relação contraditória capital-trabalho. As atividades junto ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais

(GPECT/UFS/CNPq) auxiliarão no debate. O método de análise exige a compreensão do objeto de estudo em sua totalidade, a particularidade em seu contexto, apreendida em seu movimento temporal e escalar. Assim, o Espaço permite a leitura dos fenômenos em diferentes escalas, enquanto que o Território permite a análise dos conflitos.

Partimos do pressuposto que: as agroindústrias nos assentamentos rurais, a partir da relação indivisível Estado-Capital-Trabalho, ao se inserirem no mercado estão sujeitas às determinações do sistema sociometabólico, consubstanciadas pela competitividade e produtividade inerentes à incontrolabilidade do capital, subordinando-se à esfera da circulação e submetendo a terra, a produção e o trabalho a serviço da lógica fetichista do mercado.

Palavras-Chave: Agroindústria. Assentamento. Capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[AVELAR, João Marcos Borges.](#) **AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA (MST) NO ESTADO DO PARANÁ (O CASO COPAVI).** VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, “O Método Científico”, [2013](#).

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 17ª edição. Edições Loyola, São Paulo, 2008.]

INCRA. **Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política.** Centro de Capacitação Canudos, Aracaju, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo, Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 2ª edição. Volume IV, Livro Terceiro, Tomo 1, O Processo Global da Produção Capitalista (editado por ENGELS, Friedrich). Nova Cultural, São Paulo, 1986a.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** 2ª edição. Volume III, Livro Terceiro, Tomo 2, O Processo Global da Produção Capitalista (editado por ENGELS, Friedrich). Nova Cultural, São Paulo, 1986b.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico.** São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria de transição.** São Paulo, Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª edição. São Paulo, Ática, 1990.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

TRABALHO E IDEOLOGIA: O DISCURSO DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE NO BENEFICIAMENTO DA CASTANHA DE CAJU

Katinei Santos Costa (Doutorado/katineicosta@hotmail.com)

Alexandrina Luz Conceição (Prof.^a. Doutora Orientadora/

alexandrina.luzconceicao@gmail.com)

O trabalho é a categoria fundante do ser social. A essência do homem está no trabalho como criador de valores de uso para atender as necessidades de sobrevivência da vida humana, independente do tipo de sociedade e do tempo histórico, é o trabalho mediador da inter-relação entre homem e natureza. O cerne do homem social é o trabalho que transforma a natureza nos bens necessários à sua existência e o diferencia dos demais seres naturais.

Como o trabalho é a fonte de toda a riqueza, o capital se apropria do trabalho no sentido de expropriar o trabalhador dos meios de produção e transformar sua força de trabalho em mercadoria capaz de produzir mercadorias. O trabalho é subordinado aos interesses do capital que no seu processo histórico e incontrolável de desenvolvimento cria e recria novas formas de exploração da força de trabalho que não se realiza mais no trabalho, mas sim na produção de mercadorias que tem como objetivo a desrealização do ser social e a realização do capital.

Como força sociometabólica o capital para se reproduzir impõe ao trabalhador as condições e os instrumentos de trabalho em cada fase de seu desenvolvimento histórico, para expropriar ao máximo a sua força de trabalho na produção de mercadorias. “O trabalho não produz somente mercadoria, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, isto é, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2010, 80). Ao produzir mercadorias o trabalhador está produzindo a si mesmo como ser alienado que não se reconhece como trabalhador, e nem o produto que produz como resultado de seu processo de trabalho.

A alienação e o estranhamento do trabalhador diante de si e do objeto do seu trabalho é a condição inexorável de reprodução do capital que subordina e degrada o trabalhador que desprovido de qualquer forma de realização torna-se sujeito alienado da natureza, de si próprio e dos outros homens no processo de produção de mercadorias. Dentro desse contexto, defendemos a Tese de que a ideologia da autonomia e do não

trabalho mascara a exploração do trabalho no processo de beneficiamento da castanha de caju no espaço agrário sergipano.

Colocamos o desafio de refletir sobre os fetiches que se instalam no processo de beneficiamento da castanha de caju, para garantir o ciclo de reprodução do capital, uma vez que confere as relações de exploração um caráter natural que camufla as contradições sociais e as necessidades dos trabalhadores. O fetiche da castanha como possibilidade de trabalho escamoteia as contradições da relação capital-trabalho estabelecida em cada etapa do processo que se inicia com a produção e reinicia com o consumo. Como também mascara a exploração e a precarização do trabalho a partir da ideologia do não trabalho e do trabalho livre, sem regras e horários a cumprir, trabalham quando querem e não veem que essa é a mais perversa forma de exploração da força de trabalho, pois se não trabalham não recebem.

Sustentamos nossa análise a partir do método do materialismo histórico dialético. O referente método permitiu ler as contradições dos sujeitos que estão inseridos na cadeia produtiva da castanha, possibilitando compreender as relações sociais nas suas contradições, na unidade da luta dos contrários capital-trabalho que se estabelece na totalidade das relações, onde os contrários tentam realizar a superação, ou seja, é o movimento dos pares dialéticos que conduzirá a mudança. O refletir teoricamente se estabeleceu na pesquisa empírica pela observação da área de estudo. Como a teoria e a prática estão encadeadas em uma mesma relação, uma vez que não se pode ler o real sem a teoria e a teoria não se produz sem a prática, refletir no ciclo teoria-prática-teoria foi fundamental para a construção dessa tese. Não o real pelo real, mas o real na/pela teoria e a teoria no/pelo real. O confronto da teoria com a realidade foi o alicerce para a construção do conhecimento teórico epistemológico que permitiu compreender as contradições da relação homem e natureza. Essa leitura está estabelecida a partir da unidade da contradição capital-trabalho, entendendo trabalho como a própria condição de toda a história humana. É a própria condição de existência do homem que se transforma para poder ser apropriada pelo capital.

Paralelamente ao estudo empírico das relações de produção e trabalho estabelecidas no processo de beneficiamento da castanha desde a torrefação até a pela, foi realizada a pesquisa documental a partir de informações quantitativas e qualitativas em instituições como o IBGE, o INCRA, e a Secretária Municipal de Agricultura, como

também nas leituras de livros, monografias, dissertações, teses, revistas, periódicos e jornais objetivando adquirir maior aprofundamento teórico/epistemológico. A observação empírica do lugar de trabalho na “casa” da castanha possibilitou a análise crítica reflexiva das relações estabelecidas no cotidiano dos trabalhadores. Foram aplicados questionários aos trabalhadores da castanha de caju, submetidos a condições precárias no processo de produção, como também a realização de entrevistas estruturadas e abertas com os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva da castanha: chefes da produção, atravessadores ou fornecedores, líderes comunitários, presidente de associação, comerciantes e consumidores da castanha de caju. Foram também realizadas diversas visitas com a aplicação de entrevistas abertas, que permitiram observar, vivenciar o cotidiano dos trabalhadores e analisar os diversos discursos e estratégias do capital para camuflar a exploração da força de trabalho no objetivo da super extração do lucro.

Em todas as fases e formas de organização do trabalho no beneficiamento da castanha de caju, pode-se observar a não compreensão dos trabalhadores de sua condição de explorado e da dimensão da riqueza material da castanha de caju, que confere ao processo de beneficiamento da castanha de caju a característica de trabalho alienado, em que o capital transforma o trabalho em meio de subsistência humana sob as mais diversas formas de exploração.

O trabalho degradante nas casas de castanha adoece e desumaniza o trabalhador que não se reconhece na atividade que executa, nega o trabalho e o produto do seu trabalho, e se conforma em sua condição de trabalhador explorado, uma vez que para ele, se não realiza trabalho não há exploração. Os trabalhadores veem as relações de exploração a que estão submetidos como se fossem naturais, quando na verdade é a única oportunidade de sobrevivência que lhe é imposta, e não uma escolha livre, uma vez que a liberdade se materializa na necessidade, quanto mais livre se sentem mais aprisionados e subordinados são pelo capital.

Sob o jugo do discurso da liberdade e da autonomia camufla a subsunção do trabalho ao capital, que explora a mais-valia até o esgotamento físico e psicológico do trabalhador. “[...] o trabalho adicional, produzido por uma maior distensão da força de trabalho, pode aumentar o mais produto e o mais-valor, a substância da acumulação, sem um aumento proporcional da parte constante do capital” Marx (2013, p. 678).

A super exploração e a precarização da força de trabalho é necessária para aumentar o domínio e o controle do capital que se apropria do produto e do trabalho exteriorizado de forma tão perversa que impedem o trabalhador de se realizar, esse apenas sobrevive de forma precarizada. É a sobrevivência que garante ao capital o domínio da força de trabalho em todo o processo de beneficiamento da castanha de caju, de tal maneira que o trabalhador não se reconhece como trabalhador e nem tem consciência real do valor produzido pelo seu trabalho.

Palavras-Chaves: Capital, trabalho, ideologia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital Crítica a Economia Política: Livro I O processo de produção do capital** Trad. De Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

INCUBAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DE SERGIPE

Daniela Santos Feitoza

Mestranda em Geografia /Universidade Federal de Sergipe
PPGEO/UFS

danielafeitoza22@gmail.com

José Eloízio da Costa

Doutor em Geografia/Universidade Federal de Sergipe
DGE/PPGEO/UFS

eloizio.npgeo@gmail.com

Palavras-Chaves: Economia Solidária, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar

INTRODUÇÃO

Economia solidária está vinculado a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo e cooperação. De certo modo, esses aspectos compõem uma certa unidade, um campo comum de significação, mas nem sempre todas essas características estão presentes, nas diversas práticas de economia solidária. Neste sentido este artigo apresenta um estudo de caso como tentativa de contribuir para o entendimento da Economia Solidária do ponto de vista do espaço social. O subsídio teórico e metodológico está na concepção empírico-analítico. Com o entendimento das relações sociais de produção estabelecidas no território.

Nesse viés, o processo de incubação dos empreendimentos de economia solidária ocorreu no município de Salgado/SE na cooperativa COOPATSUL, local onde acontecia as facilidades das temáticas trabalhadas no modulo e eixo educação em ECOSOL. Buscaremos entender a realidade manifestada através dos dados e informações coletadas e com as virtualidades de uma experiência econômica e social, que se mostra embrionária de um modo de produção baseado na reprodução do trabalho e da sociedade.

A BUSCA DE UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COLETIVA

Os espaços que se pautam pelas formas da democracia participativa, seja ela política ou econômica, é um desafio num mundo onde o capitalismo avança a passos largos, cooptando experiências potencialmente embrionárias de uma nova forma de reprodução social. É um desafio metodológico analisar, interpretar e

construir um pensamento baseado em práticas que são invisibilizadas pela hegemonia do modo de produção capitalista. (GODOY, 2015).

Entender que tipo de sociedade se está constituindo a partir de relações de produção baseadas em princípios da democracia, da reciprocidade, da participação e da solidariedade dos pressupostos para entender a produção de espaços diferenciados, baseados e formas diversas de organização da vida coletiva. (ORTIGOZA, 2015)

Desta forma, as possibilidades que as relações sociais baseadas nos princípios da Economia Solidária produzidas no espaço a partir de relações sociais mediadas pelo capitalismo, geram uma infinidade de atividades econômicas desenvolvidas, em sua maioria, na área rural.

A construção da identidade coletiva depende em grande medida dos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 1999). Essas redes humanas de relações materiais e simbólicas entre atores existem sempre, e são as expressões máximas das redes e das identidades da vida social.

O processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas, como abordado anteriormente, cria o que chamamos de desenvolvimento territorial. Este pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região.

4- Considerações Finais

A Economia Solidária, através de suas práticas sociais, tem a possibilidade de produzir um espaço diferenciado, menos desigual. Nessa perspectiva a política pública de economia solidária, vem realizando de certa forma ainda travada pelos diversos processos contraditórios de cunho político-econômico, pequenos saltos de qualidade, nas comunidades que esta política chega de forma digna.

No entanto, são muitos os percalços encontrados, pois a realidade é dinâmica e cada prática diferenciada, é preciso mergulhar no mundo da educação popular, para que abstraia a ideia de autonomia humana e econômica, e intercambio com a natureza, para se produzir um espaço de esperança e igual para nossos iguais, no cerne da solidariedade e do bem viver.

5-Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. **A era da informação. A sociedade em rede**. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. **O Espaço da economia solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. Rio Claro, 2009

_____. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial ou de desenvolvimento local?**, 2015.

_____ **Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos**, Outras Economía, 2014.

ORTIGOZA, S. A. G. **O Papel Do Território Nos Desafios Da Organização E Consolidação Das Redes Solidárias**, I CONPES, 2015.

TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA CAMPONESA: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DE ABACAXI DE SERGIPE

Paulo Adriano Santos Silva
Mestre em Geografia
adriano_ufs@yahoo.com.br

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Professora Doutora do Departamento de Geografia DGE-UFS
Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGE
soniamendoncamenezes@gmail.com

RESUMO

O Estado brasileiro historicamente atuou no fortalecimento do capitalismo no campo, iniciando-se com a modernização da agricultura, na década de 1960, com o fomento no uso de máquinas, adubos químicos e agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e mais recentemente os herbicidas e as sementes transgênicas), subsidiadas pela intensa política de distribuição de crédito e de extensão rural, responsáveis pela disseminação da produtividade de monocultivos e da agricultura comercial exportadora.

A reboque do Estado, esse modelo agrícola penetrou no campo brasileiro e gerou profundas transformações na organização produtiva das grandes e mais recentemente, diante da racionalidade do capital em ampliar-se, das pequenas propriedades rurais, inserindo “uma pequena Revolução Verde em parcelas do subsetor camponês, a fim de integrá-lo à atividade agrícola comercial. (PEREIRA, 2010, p. 204).

A inserção desse novo padrão produtivo se inseriu na unidade de produção familiar camponesa, impulsionado pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e pela lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a reformulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, priorizando a especialização produtiva e o fortalecimento das cadeias comerciais de mercados globais.

Nesse contexto o estudo proposto, que culminou na dissertação de mestrado, objetivou analisar as transformações no modo de vida e na organização produtiva da agricultura camponesa, decorrentes do uso de novas tecnologias nas lavouras de abacaxi de Sergipe. Para que este objetivo fosse alcançado, a pesquisa se baseou na realização do

mapeamento dos municípios que produzem abacaxi no Estado de Sergipe; na caracterização das novas formas de produção de abacaxi com o advento dos pacotes tecnológicos; na identificação dos agrotóxicos e fertilizantes químicos e as respectivas empresas produtoras; na análise da influência das políticas de financiamento agrícola direcionadas ao cultivo de abacaxi; na classificação das formas de comercialização do fruto e o seu raio de alcance geográfico; e por fim, na reflexão sobre a desagregação da agricultura tradicional com a redução dos cultivos alimentícios e os impactos no modo de vida camponês.

Fundamentado no método empírico-analítico, a presente pesquisa adotou os seguintes procedimentos metodológicos: 1º) Levantamento bibliográfico; 2º) Pesquisa documental; 3º) Levantamento empírico 4º) sistematização e reflexão dos resultados.

A pesquisa foi realizada nos quinze municípios, que de acordo com o IBGE, produzem abacaxi no estado de Sergipe, sendo esses: Graccho Cardoso, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores, Capela, Siriri, Japaratuba, Japoatã, Neópolis, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Riachão do Dantas, Cristinápolis, Arauá, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Entretanto, no ato da pesquisa *in loco*, não foram constatadas lavouras de abacaxi em Nossa Senhora das Dores, Siriri, Itaporanga D'Ajuda e Cristinápolis.

Elaboramos uma amostragem, baseada na aplicação da técnica (*snowball*), “bola de neve”, que consiste na identificação de pessoas (camponeses que produzem abacaxi) que possam ser utilizadas como informantes para identificar outras pessoas que estão envolvidas com esta atividade agrícola. O termo “*snowball*” foi criado por Bailey (1994), fazendo analogia a uma bola de neve que começa pequena e ao rolar torna-se cada vez maior.

Nas atividades de campo foram aplicadas um total de 91 questionários estruturados, em trinta povoados, na própria unidade de produção familiar dos camponeses e camponesas. Durante a pesquisa empírica, foram visitadas as Empresas TopFruit e Maratá, localizadas no município de Estância. As informações obtidas durante as visitas foram fundamentais na compreensão da relação entre os camponeses que produzem abacaxi e as empresas que monopolizam a sua produção e aferem parte da sua renda, com a exportação de suco e derivados para outros Estados do Brasil, além de países europeus e dos Estados Unidos.

Com base nos relatos dos produtores antigos, esboçamos um resgate histórico da produção de abacaxi, identificando as causas e o período do início da plantação desse fruto nos respectivos municípios. Além disso, também analisamos as alterações no processo de

produção nas últimas décadas, induzidas pelas instituições públicas e privadas de extensão rural e financiamento agrícola.

Após a pesquisa de campo, ancorada pela reflexão teórica, e a sistematização e análise quanti-qualitativa dos dados, concluímos que a tentativa do Estado de inserir os pacotes tecnológicos, profissionalizar o camponês e promover a sua integração com o mercado, para alimentar as cadeias de produção do agronegócio frutícola, provocou transformações na organização produtiva da agricultura camponesa a partir da inserção do cultivo comercial de abacaxi, alicerçado pelos programas de financiamento e o uso de agrotóxicos nas lavouras. Contatamos que essa lógica produtiva, baseada em um modelo técnico, químico, semi-empresarial, e subordinado a lógica do capital monopolista da agricultura, reduziu a autonomia, a soberania, e implicou diretamente na reprodução e na materialização do modo de vida tradicional dessas comunidades rurais sergipanas.

Palavras-chave: produção de abacaxi, agricultura camponesa, organização produtiva.

Referências Bibliográficas

BAILEY, K. **Methods os social research**. 4^a ed. New York (USA). Simon na Schuster, 1994.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1844-2008)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.